

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

JOANA GARDASZ SERCONHUK

**MULHERES NA COMUNIDADE DE LINHA PARANÁ ANTA GORDA: UM OLHAR
SOBRE SABERES DA EXPERIÊNCIA E SOCIABILIDADES PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA**

**PONTA GROSSA
2022**

JOANA GARDASZ SERCONHUK

**MULHERES NA COMUNIDADE DE LINHA PARANÁ ANTA GORDA: UM OLHAR
SOBRE SABERES DA EXPERIÊNCIA E SOCIABILIDADES PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de Concentração: Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Christiane Szesz.

**PONTA GROSSA
2022**

S482 Serconhuk, Joana Gardasz
Mulheres na Comunidade de Linha Paraná Anta Gorda: um olhar sobre
saberes da experiência e sociabilidades para o ensino de história. / Joana
Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa, 2022.
224 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de
Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Szesz.

Coorientadora: Profa. Dra. Andréa Mazurok Schactae.

1. Saberes Femininos. 2. Memória. 3. Local. 4. História oral. 5. Mulheres. I.
Szesz, Christiane. II. Mazurok Schactae, Andréa. III. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Ensino de História. IV.T.

CDD: 907.2



TERMO DE APROVAÇÃO

JOANA GARDASZ SERCONHUK

MULHERES NA COMUNIDADE DE LINHA PARANÁ ANTA GORDA: UM OLHAR SOBRE SABERES DA EXPERIÊNCIA E SOCIABILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 31 de março de 2022, pela seguinte banca examinadora:


Prof^a. Dr^a. Christiane Marques Szesz – (UEPG - Orientadora)


Prof^a Dr^a. Andréa Mazurok Schactae (UEPG/IFPR)

Prof^a Dr^a Ania Pupo Vega (Centro Feliz Varela/Cuba)

Prof. Dr. Lourenço Resende da Costa (SEED/PR)

Ponta Grossa, 31 de março de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos espíritos protetores que me fortaleceram na Jornada deste curso. Por ter tido pais maravilhosos que me deram a vida e a possibilidade de estudo mesmo não tendo condições econômicas para isso. Por todas as pessoas que colaboraram para o processo da minha formação e me incentivaram a continuar quando meus pais partiram. Por ter encontrado professores que acreditaram no meu potencial em todas as etapas da minha formação até chegar ao Mestrado. Aos que riram quando algumas colegas me parabenizaram pela aprovação na prova do Mestrado, vocês me fizeram persistir também. Pelo grande apoio do meu esposo Agostinho e do nosso filho Gabriel nesta etapa, por pontuarem que momentos de estudo, leitura e escrita podem ser dolorosos, mas valem todo o esforço. A todas as pessoas entrevistadas, mulheres e homens apaixonantes que me animaram e se animaram com a proposta de trabalho, me agradaram nas suas casas como se eu fosse uma neta e consentiram com a participação importante neste trabalho de pesquisa. A uma pessoa especial que de início me acompanhou gravando e acreditando que as coisas dariam certo se eu não desistisse: Ana Claudia Sanches. À minha amiga e já Mestre Claudete Maria Petriw que pacientemente leu o trabalho e contribuiu com seus apontamentos. À Jaqueline do Museu do Milênio por disponibilizar as fotografias que precisei. Às meninas atendentes da Paróquia São João Batista que disponibilizaram o Livro Tombo Tomo II tirando as dúvidas que tive. Ao Padre Martim que mostrou interesse pela nossa pesquisa. À minha irmã professora e catequista Iracema Gardasz do Colégio Sagrado Coração de Jesus que me apoiou grandemente para eu jamais desistir em meio a tantas dificuldades e dor da ausência dos nossos pais que enfrentei no decorrer do luto de dois anos. Enfim aos colegas, Nikolas Corrent, Eliane Lupepsa Costenaro, e diretores de colégios nos quais trabalho - Luiz Klosovski e Verônica Lubachevski por me apoiarem neste processo de pesquisa. Aos colegas de Curso do ProfHistória UEPG que tive a oportunidade de conhecer e guardarei para sempre na minha memória. À inesquecível professora Nádia Guariza da Unicentro. À querida professora Angela Ribeiro Ferreira e Paulo Eduardo Dias de Mello que confiaram no meu trabalho e esforço. A todos os professores do ProfHistória que instigaram a minha curiosidade para explorar temas variados dentro do curso e por toda a atenção e incentivo nas aulas. À minha orientadora Professora Doutora Christiane Szesz pela sensibilidade, empatia, atenção e paciência nos momentos mais difíceis que enfrentei. Às professoras da banca de qualificação e defesa Dra Maura Petruki, Dra Andréa Mazurok Schactae, Dra Ania Pupo Vega e Dr Lourenço Resende da Costa que leram e fizeram considerações valiosas do texto de Dissertação. Enfim, a

oportunidade de cursar o Mestrado numa Universidade Pública e de qualidade ímpar. A todos os colegas que compartilharam as experiências incentivando a prosseguir e acreditar que seria possível chegar ao fim desta etapa de formação.

À mãe Adélia e ao pai Eustáquio por me mostrarem o caminho do amor e da humildade. Por me permitirem estudar enquanto outras meninas da comunidade não puderam. Por ter aprendido observando as mãos calejadas e tanta carência material, que não os fizeram desistir de lutar pelo sustento dos oito filhos e de nos oportunizar outras possibilidades além da roça. Por me exibirem como troféu e se alegrarem com as minhas conquistas em todos os momentos. Por terem sido tão presentes e amorosos. (In Memoriam).

RESUMO

A presente pesquisa intitulada “Mulheres na Comunidade de Linha Paraná Anta Gorda: Um olhar sobre saberes da experiência e sociabilidades para o Ensino de História” analisa saberes de mulheres agricultoras para formular material didático no ensino na Educação básica. Visa contextualizar a vinda de imigrantes ucranianos e poloneses, apresentar reflexões sobre história oral, história local e memória, além de reconhecer sociabilidades das mulheres rurais, elencar saberes das mulheres entrevistadas são os objetivos específicos. A investigação busca responder as seguintes questões: Quais condições permearam a vinda desses imigrantes para o Brasil, Paraná e Prudentópolis? Quais saberes são narrados pelas mulheres? Quais lembranças são marcadas ao narrarem suas vidas? Como saberes femininos podem ser utilizados no ensino de História? A rede de solidariedade está ameaçada no contexto atual? Como problemática: Por que estudar saberes das mulheres agricultoras e por que trazê-los para o ensino de História? A escolha se deve em virtude da ascendência ucraniano-polonesa da pesquisadora e o interesse em pesquisar o presente tema. Por meio da metodologia da história oral no universo da história local, com ênfase nas memórias das pessoas entrevistadas, se busca os saberes femininos na comunidade que contribuem na construção de vínculos entre as pessoas. Autores como Scoth (1995) contribuem para pensar sobre gênero, Candau (2014) e Pollack (1992) sobre memória, Martins (2004) sobre maternidade, Paulilo (2016) sobre mulheres agricultoras, Portelli (1997) sobre história oral, Araújo (2019) para aprofundar o partejar em outras regiões brasileiras, entre outras referências que dão suporte para a dissertação possibilitando uma discussão que permite considerar as mulheres agricultoras da comunidade, que de outra forma talvez não fossem foco de outras pesquisas. Trata-se de relatos de seis mulheres e dois homens de ascendências polonesa e ucraniana que mostram saberes intercambiados e laços de solidariedade que permitiram reconhecer-se como membros na comunidade na qual se construíram e se constroem na solidariedade entre vizinhos, parentes e amigos do lugar.

Palavras-chave: Saberes Femininos. Memória. Local. História oral. Mulheres.

ABSTRACT

This theme "Women in the Community of Linha Paraná Anta Gorda: A glance at the knowledge of experience and sociability for the Teaching of History" examines the knowledge of women farmers in order to formulate teaching material for Basic Education. The specific aims are to contextualize the arrival of Ukrainian and Polish immigrants, to present reflections on oral and local History and memory, to recognize the sociability of rural women, and to catalog the knowledge of the women interviewed. The semi-structured questions seek answers such as: What conditions permeated the arrival of these immigrants to Brazil, Paraná and Prudentópolis? What kind of knowledge is narrated by these women? Which memories are emphasized when they narrate their lives? What role may women's knowledge play in History teaching? Is the solidarity network in jeopardy in the current context? As an issue: Why studying women farmers' knowledge and why bringing it into History teaching? The choice is due to the researcher's own Ukrainian-Polish ancestry and interest in researching the theme. Through the methodology of oral History in the universe of local History, with emphasis on the memories of the people who were interviewed, we seek the female knowledge in the community that contributes to the construction of bonds between people. Authors such as Scott (1995) contribute to thinking about gender, Candau (2014) and Pollack (1992) about memory, Martins (2004) about maternity, Paulilo (2016) about women farmers, Portelli (1997) about oral history, and Araújo (2019) to deepen in the midwifery in other Brazilian regions, among other references that provide support for the dissertation enabling a discussion that allows considering the women farmers who belong to the community, who would otherwise not be the focus of research. Reports from six women and two men of Polish and Ukrainian ancestry revealed shared knowledge and solidarity ties that allowed them to recognize themselves as members of the community in which they built themselves and are still built, in solidarity among neighbors, relatives, and friends from the place.

Keywords: Female Knowledge. Memory. Local. Oral History. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Colonos nas demarcações dos lotes	41
Figura 2 – Mulheres no trabalho de abertura de estradas	41
Figura 3 – Início da vida dos colonos em Prudentópolis, 1910.....	43
Figura 4 – Planta da colônia Prudentópolis fundada em 1897 - linhas coloniais a partir da imigração	46
Figura 5 – Igreja de Alvenaria – Linha Esperança inaugurada em 1959	48
Figura 6 – Igreja Nossa Senhora do Patrocínio em 2021	49
Figura 7 – Igreja Transfiguração do Nosso Senhor Jesus Cristo em 2021.....	49
Figura 8 – Representação esquemática de sistema faxinal.....	56
Figura 9 – Representação do local onde se situa Linha Paraná Anta Gorda e Faxinal Anta Gorda	58
Figura 10 – Fotografias das pessoas entrevistadas	83
Figura 11 – Quadro com fotografias da década de 1950 -1960.....	152
Figura 12 – Casamento de Casimiro, irmão de Eulália	153
Figura 13 – Fotografia de 1950 - Linha Paraná.....	155
Figura 14 – Fotografia de 1950 – Linha Esperança.....	155
Figura 15 – Fotografia de casamento de Eulália Zdébski	159
Figura 16 – Imagens com o véu da noiva – Quadros I e II.....	160
Figura 17 – Fotografia de Slauca Slociak - uma professora.....	163
Figura 18 – Fachada da 1ª escola da comunidade	166
Figura 19 – Fachada da 2ª escola da comunidade	167
Figura 20 – Fachada da 3ª escola da comunidade	168
Figura 21 – Atividade ervateira	169
Figura 22 – Fotografia de um barbacuá.....	170
Figura 23 – Igrejas com cúpulas bizantinas.....	171
Figura 24 – Igrejas com torres no estilo gótico	171
Figura 25 - Capa do material didático	173
Figura 26 - Sumário do material didático.....	174
Figura 27 – Capa de livro mulheres rurais	176
Figura 28 – Alcileide Cabral em entrevista.....	180

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Polônia ocupada em 1870.....	29
Mapa 2 – Polônia na Europa.....	30
Mapa 3 – Distribuição da imigração polonesa no Paraná	31
Mapa 4 – Localização da Ucrânia na Europa	34
Mapa 5 – Império Austro-Húngaro - Galícia na década de 1910.....	38
Mapa 6 – Rota dos ucranianos para o Brasil	38
Mapa 7 – Prudentópolis e municípios limítrofes em relação à sua capital Curitiba - adaptado.....	44
Mapa 8 – Localização do município de Prudentópolis (PR).....	50
Mapa 9 – Localização Faxinal Linha Paraná Anta Gorda.....	55
Mapa 10 – Vegetação do Faxinal Paraná Anta Gorda.....	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARESUR	Áreas especiais de uso regulamentado
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
K.R.	Iniciais de uma senhora pronunciadas no idioma polonês
MDA	Ministério da Agricultura
MEC	Ministério da Educação
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
PCNs	Parâmetros curriculares nacionais
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SC	Santa Catarina
SEED	Secretaria da Educação
SEF	Secretaria de Estado e da Fazenda
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – O LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	22
1.1 IMIGRAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA	23
1.2 HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA	59
1.3 HISTÓRIA DAS MULHERES, GÊNERO, SOCIABILIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA	69
CAPÍTULO 2 – VOZES DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS.....	86
2.1 MEMÓRIAS DO DIA A DIA E DO TRABALHO.....	88
2.2 PRÁTICAS DE BENZIMENTO, PARTOS, CURAS, MATERNIDADE, FOTOGRAFIA E PRÁTICAS CULTURAIS	117
2.2.1 Dos benzimentos e poder de cura	124
2.2.2 Partos, maternidade e casamento.....	131
2.2.3 Fotografia e Memórias de práticas culturais.....	150
CAPÍTULO 3 – MATERIAL DIDÁTICO.....	173
3.1 INTRODUÇÃO.....	174
3.2 GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA	177
3.4 MEMÓRIAS DE CURA E BENZIMENTOS	185
3.5 CASAMENTO E MATERNIDADE.....	193
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS	202

INTRODUÇÃO

A temática “Mulheres na Comunidade de Linha Paraná Anta Gorda: Um olhar sobre saberes da experiência e sociabilidades para o ensino de História” tem por objetivo geral analisar os saberes de mulheres agricultoras de Linha Paraná Anta Gorda¹ e formular material didático para levar esse conhecimento no ensino de história na educação básica. Os objetivos específicos são: contextualizar a vinda de imigrantes ucranianos e poloneses ao Brasil, Paraná e Prudentópolis; apresentar reflexões sobre história oral, história local e memória; reconhecer memórias e sociabilidades das mulheres rurais do lugar; elencar vários saberes como os de benzer e partear das mulheres entrevistadas e produzir um material didático pedagógico para professores de História na Educação Básica, orientado para o trabalho com fontes orais e no 6º ano, mas, podendo ser sugestão válida também nas outras séries desde o fundamental II ao ensino médio, onde é possível relacionar o trabalho feminino, oralidade e memória, história local, saberes femininos e sociabilidades no ensino de história.

As questões a serem respondidas neste trabalho são: Quais condições permearam a vinda de imigrantes ucranianos e poloneses para o Brasil, em especial para o estado do Paraná e, mais especificamente em Prudentópolis? Quais saberes são narrados pelas mulheres entrevistadas? Quais lembranças são marcadas ao narrarem suas vidas? Como saberes femininos podem ser utilizados no ensino de História? A rede de solidariedade construída está ameaçada no contexto atual? São essas questões que serão levadas a responder a problemática: Por que estudar os saberes das mulheres agricultoras e por que trazê-los para o ensino de História?

Nesta introdução apresentamos a escolha do tema. Esta está ligada à própria ascendência ucraniano-polonesa da pesquisadora e o interesse em conhecer e reconhecer as práticas das mulheres. A metodologia escolhida foi a história oral dentro do universo da história local e com ênfase nas memórias das pessoas entrevistadas. Com essa metodologia se busca reconhecer saberes femininos na comunidade que permitem construção de vínculos entre as pessoas, o que pode contribuir pra desconstruir ideias preconceituosas² que ainda sejam comuns

¹ Há diferentes nomenclaturas para a referida comunidade, sendo que Linha Paraná 1ª Seção é utilizada pelo Cartório Eleitoral e consta também nos documentos da Secretaria da Educação. Os moradores da comunidade se reconhecem vivendo na Comunidade Linha Paraná Anta Gorda, quem vive na área do faxinal, denomina aquele lugar de Faxinal Anta Gorda.

² Gregoleti e Macedo (2011, p. 73-77) contribuem com o artigo intitulado “Percepções de mulheres rurais de uma comunidade do interior do município de Joaçaba, SC em relação à sexualidade”, porque apontam para necessidade de desconstrução de certos estereótipos às mulheres rurais. Esta pesquisa citada contou com mulheres de 24 a 76 anos de idade e nos revelou que embora nas narrativas colhidas haja silenciamento de possíveis práticas, não quer dizer que elas não existam.

a respeito das mulheres pobres e agricultoras.

Vivendo até os dez anos na Comunidade Linha Paraná Anta Gorda, em Prudentópolis, estado do Paraná,³ guardei na memória muito do que ali vivi: visitas com a avó materna nas casas de suas amigas, o desgastante trabalho na roça liderado pela nossa mãe. Minha família não possuía terras para cultivo próprio, trabalhávamos em terrenos alugados, a uma distância de cerca de dez quilômetros de nossa residência. Meu pai fazia os acertos pelo aluguel do terreno e ficava com a terça parte da produção. Por falhas nos contratos, ficávamos com a terça parte do milho, por vezes com espigas vazias e o feijão sempre de menor qualidade, mesmo porque, a terra de cultivo era falha em termos de fertilidade. Para complementar a renda, trocávamos favores por diárias com dois dos nossos vizinhos com poder aquisitivo melhor do que o nosso.

Em geral, as mulheres, como a minha mãe, eram as que mais se esforçavam nas lidas da roça, no entanto, o pagamento das diárias recebidas era inferior ao dos homens. Após os partos não guardavam *dieta*,⁴ sua preocupação era garantir o sustento da família. Meu pai sempre esteve no trabalho familiar conjunto, mas era minha mãe a líder na roça, além de desempenhar os afazeres domésticos aos sábados após o almoço, tarefa que contava com a colaboração das filhas na preparação para o domingo com pães assados no forno a lenha, assim como batata, mandioca e pastéis de mandioca que demandavam certo tempo de preparo. Enquanto meu pai e meus irmãos dedicavam-se aos cuidados dos animais do sítio, abastecendo-os de alimentos como folhas verdes de palmeiras, milho e água, deixando o espaço ao redor da casa sempre limpo, porque o domingo era o dia de visitas de parentes, orações e descanso.

Meus pais viveram nesse lugar⁵ até outubro de 2019, ano em que a presente pesquisa começou a ser desenvolvida. Sem energia elétrica até 1996, dependentes de outras famílias que

³ Prudentópolis é município localizado na região centro sul do estado do Paraná a cerca de 200 km da capital. A comunidade Paraná Anta Gorda é uma localidade na área rural, distante 18 km da sede do município.

⁴ Termo assim usado pelas mulheres do lugar. Também conhecido como resguardo ou quarentena, o puerpério é um processo após o nascimento do bebê, fase de readaptação para o corpo feminino que tem início logo após o parto e dura em média até a 8ª semana (HOSPITAL SÃO LUCAS DA PUCRS, 2021).

⁵ Para Michel de Certeau (1998), o sujeito exerce práticas no seu dia a dia e por meio destas práticas (táticas e estratégias), transforma em lugar praticado, ou seja, um espaço. E é nessa perspectiva que referenciamos o lugar. Para Tuan (1983, p. 387), todos os lugares são pequenos mundos: “o Lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O Lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. [...], O Lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado”. Para Ana Fani Alessandri Carlos (2007, p. 22). “O Lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o Lugar da vida”. Quando nos referirmos ao lugar estaremos referenciando na perspectiva de Certeau.

necessitavam dos serviços da nossa, com oito filhos, meu pai sem saber ler e escrever, minha mãe leitora assídua de jornais e revistas da igreja, levavam uma vida difícil, mas nas palavras de dela, antes de sua morte: “Foi sofrida, mas divertida”. Para ela, seus filhos representaram a alegria, parece ter se reconhecido muito mais como mulher, na maternidade. Mesmo na pobreza quase que extrema, sorria e parecia feliz pela presença de filhos saudáveis e se orgulhava por conseguir mantê-los unidos e próximos dela.

Na minha infância, juntamente a vovó materna, eu costumava visitar algumas senhoras. Enquanto brincava, escutava atentamente o que falavam, como resolviam e compartilhavam seus problemas. Não compreendia o idioma polonês pelo qual elas se comunicavam, mas, tirava conclusões do teor das conversas pelos gestos, bem como, pela alternância e altura das vozes. Retornei à comunidade para cuidar de minha mãe nos anos de 2018 e 2019 por conta de problemas de saúde, o que vitimou meus pais em outubro de 2019 num intervalo de 13 dias apenas.

Com inúmeras lembranças guardadas na memória do período de infância, deparei-me com muitas das práticas do meu tempo de infância, e comecei a perceber que minha mãe, assim como minha avó materna e outras mulheres da comunidade sabem/sabiam fazer muitas coisas, reproduziam práticas de uma riqueza cultural inenarrável. No entanto, nos materiais didáticos escolares não constatamos a presença de tais práticas. Dessa forma, contar um pouco do que viveram ou vivem estas mulheres nos parece que contribui historicamente no reconhecimento de seus saberes e sociabilidades no lugar.

A história oral como metodologia para nossa pesquisa consistiu na realização das entrevistas previamente marcadas com as pessoas para serem gravadas e filmadas para só depois fazermos a transcrição e análise. As questões foram realizadas levando em conta perguntas sobre a vida delas no passado até o presente. Embora possuíssemos um roteiro com perguntas definidas para seguir, de início, acreditamos que ao fazer os questionamentos teríamos acesso ao maior número de informações sobre suas vidas, em grande parte delas acabamos optando por uma conversa menos marcada por questões porque percebemos respostas curtas demais. Assim, logo optamos por conversar, e, em meio a tudo o que era falado inseríamos as questões, mesmo porque, dessa forma, pareciam mais seguras ao falar. As mulheres se comunicaram no idioma português, ucraniano e polonês expondo seus modos de viver desde a infância até o momento atual. Embora conheçamos o idioma ucraniano, e parte do polonês, foi preciso recorrer a ajuda de pessoas que possuíam conhecimento maior, para traduzir alguns trechos que não dávamos conta. Centramos nossa análise nos saberes intercambiados e buscamos compreender como esse processo de troca tem se perpetuado, sem

perdermos de vista as ressignificações, rupturas e permanências que fazem parte da vida dos seres humanos.

Para alcançar os saberes e conhecer as sociabilizadas, voltamos o olhar para a história oral como metodologia de investigação social, que tem ajudado na concepção de Charles Khoury (2010, p. 7) para “[...] a geração de trabalhos ricos e variados, visibilizando sujeitos e lugares ocultados e silenciados [no bojo] do processo de desarticulação e desenraizamento de modos culturais de viver de trabalhar e de se socializar”.

História oral não se refere a fazer uso de fontes orais como as nossas entrevistadas, não é buscar somente informações, mas observar a subjetividade inerente à linguagem na memória. Alessandro Portelli (2010, p. 149-150) aponta que num mesmo texto a história vinda de cima e aquela vinda de baixo se juntam, como que negociando, criando diálogo igualitário, entre espaço e tempo mais amplo com narrativas pessoais, e mais pontual focada no narrador local. Ou seja, a história oral “[...] é uma tentativa de reconectar o ponto de vista nativo, local, vindo de baixo, e o ponto de vista científico, global, visto de cima: de contextualizar aquilo que é local e de permitir que o global o reconheça”. Nem a história global e nem a história local funcionam independentes, uma está imbricada com a outra. Por isso, o autor salienta que é importante observar não apenas a experiência imediata ou as histórias pessoais, mas, processos globais que as impactam. De forma contrária, o autor aponta para a seguinte situação: “Enxergamos a bomba caindo no ônibus, mas não conseguimos identificar, ou sequer nos perguntar, quem a jogou e por quê” (PORTELLI, 2010, p. 150).

A história oral entre as várias metodologias, segundo o autor “tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo depois de reunido” (PORTELLI, 1997, p.16).

As entrevistas realizadas contaram com questões abertas para cada entrevistada e entrevistado e houve necessidade de anotações para captarmos determinados gestos como das pessoas que assistiam nossas entrevistas, como maridos, esposas, netos, netas, filhos e filhas. Na nossa trajetória de realização das entrevistas em 2019, que se estendeu até março de 2020, nem sempre tivemos sucesso com a filmagem e a gravação. O celular e a filmadora a qual emprestamos não foram suficientes, esse é um fator que impediu o aproveitamento de tudo que colhemos. Todas as entrevistas foram marcadas com semanas de antecedência e interrompidas quando iniciou a pandemia da Covid-19 e as aulas foram suspensas. Entendemos que seria mais seguro não continuar com as entrevistadas com quem já havíamos marcado a data, e nem retornar às casas das já entrevistadas, e avisamos do perigo que poderiam estar expostas.

As fontes foram as narrativas de mulheres idosas nascidas nas décadas de 1940 e 1950. Assim, solicitamos o nome, idade, profissão, nascimento, número de filhos, e filiação. Lemos o termo de consentimento, o documento com a cessão de direitos da gravação e filmagem da entrevista para nossa pesquisa para que tivessem ciência e pudessem concordar ou não com os termos. Em seguida, iniciamos a gravação para narrarem de acordo com as questões formuladas para essa análise, tivemos interrupções de vizinhos que chegavam para visitar nossos entrevistados e, por vezes, tínhamos também a presença dos mesmos que observavam e quando finalizava a entrevista logo perguntavam por qual motivo estávamos fazendo tal pesquisa.

Quando fomos marcar as entrevistas e conversar com as pessoas que poderiam fornecê-las tivemos algumas dificuldades. Numa das situações, duas mulheres disseram que não iriam dar nenhuma entrevista porque não achavam importante falar nada, e uma delas chegou a me questionar, rindo: “mas essa pesquisa não é só para você ganhar nota? não tenho nada de importante pra dizer [...]”, e continuou picando a mandioca de forma rápida. Pedi desculpas por chegar num momento no qual estavam ocupadas, e lhes disse que não era o propósito dessa pesquisa obter somente a nota, mas, envolvia saberes de mulheres agricultoras da comunidade e que considerava importante buscar reconhecer a importância pela contribuição delas nas entrevistas. Consentiram com o nosso retorno, mas após a suspensão das aulas na rede pública de ensino, optamos por utilizar somente os relatos das outras pessoas que já haviam concedido as entrevistas.

Esta pesquisa possui também caráter qualitativo, uma vez que os métodos qualitativos nos sugerem caminhos para o desenvolvimento de uma pesquisa que seja mais próxima do cotidiano e das experiências dos sujeitos. Robert Stake (2011, p. 66), aponta que “a pesquisa qualitativa se baseia muito nas percepções interpretativas feitas durante todo o planejamento, a coleta de dados, a análise e a elaboração do texto de estudo”. Roberto Jarry Richardson (2015, p. 207), salienta que a entrevista “permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida”. Portanto, através desta pesquisa de história e memória, é possível que o historiador se surpreenda, nem sempre consiga comprovar suas hipóteses, e nem sempre atinja os objetivos totalmente. No entanto, consideramos válido destacar a memória e a história dessas mulheres agricultoras que estão em contato permanente se ajudando e dividindo tristezas e alegrias, erros e acertos, da vida social e cotidiana, sabendo que não irá se apresentar com linearidade, coerência o que for narrado por cada uma delas.

Na análise das narrativas transcritas e interpretadas, sobre as percepções dos

sujeitos/mulheres/homens da pesquisa percebeu-se que há relações de poder⁶ presentes. Isso entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres que é um fator condicionante que permite captar as sutilezas que sem a ajuda das entrevistas semiestruturadas e da metodologia da história oral poderiam estar invisíveis.

Anamaria Venson e Joana Maria Pedro (2012) ponderam que a memória, e o seu uso como fonte de conhecimento, são práticas permeadas por relações de poder, e datadas. Nesse entendimento, o ato de rememorar é concebido dentro de uma relação de poder. Sendo assim, vale lembrar que “[...] quem narra suas lembranças recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero” (TEDESCHI, 2014, p. 19). Joana Maria Pedro (2005) destaca o papel fundamental do gênero, entendendo-o como uma categoria relacional, e, também, como sendo todo o aspecto político, cultural e social dos sujeitos na história.

Ao realizarmos as entrevistas e deixarmos as questões de lado para ouvir nossas entrevistadas, nos pareceu mais que estavam narrando suas histórias de vida. Assim, não podemos deixar de concordar com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988, p. 20-21), que define a história de vida, como “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os conhecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”. Essa peculiaridade das narrativas se deve ao fato de notarmos que ao fazermos uma pergunta, a pessoa falava sem parar, e ao interrompermos, percebíamos que a mesma voltava a dar continuidade de onde parou. E aí acabávamos não interrompendo tanto, para que concluísse sua fala, mas, a transcrição posterior de cada fala demorou muito mais.

Já quando falamos sobre a história local não podemos deixar de considerar que o foco dado para a história local é recente. Para Aldiceia Machado Pereira (2011, p. 3), em meados dos anos 1980 novas perspectivas eram vislumbradas que contribuíram para romper com a história objetiva e tradicional valorizando a historicidade de pessoas comuns “[...] ao trazer à tona acontecimentos, personagens e lugares comuns ao estudante, possibilita sua aproximação com a disciplina e faz com que perceba a relação dialética entre passado e presente”. A história local busca subsídios que ajudem compreender a história das sociedades e sua relação com o

⁶ Observamos que entre pessoas casadas, a mulher falava menos, já viúvos e viúvas pareciam ter maior liberdade ao narrar mesmo na presença de familiares que ouviam e interferiam para completar as informações. No caso das mulheres casadas estas pareciam inibidas se seus maridos estivessem presentes. Durante a entrevista foi comum responderem as perguntas por elas. Para Losandro Antonio Tedeschi (2014, p. 33), “A história oral como ferramenta metodológica tem na memória das mulheres, através do relato, da entrevista, suas lembranças como fonte de múltiplos tempos. A história, como processo cognitivo, recupera pela análise do passado lastros de um tempo não escrito, fazendo das próprias mulheres sujeitos reconhecedores de sua identidade, pela integração com a vida coletiva”.

poder, sendo sua abordagem diferente da tradicional, a qual não permite que o estudante seja mais ativo distanciando-o do processo histórico.

Para que o aluno seja ativo no processo de ensino e aprendizagem se faz necessário que o ensino de história supere a abordagem informativa, conteudista, desinteressante, tradicional e não significativa. Essa superação poderá acontecer quando houver problematização a partir do que for próximo do aluno, sendo familiar a ele. E isso na perspectiva de Circe Bittencourt (2008, p. 121) ainda desde as séries iniciais, “[...] quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento”.

A pluralidade de fontes, a consideração da diferença, as múltiplas culturas precisam ser vistas nas práticas escolares, mesmo a escola tendendo a homogeneidade e tendo dificuldade para trabalhar com a diferença e pluralidade. Para Candau e Moreira (2003, p. 161), a escola, “[...] tende a silenciá-las e neutralizá-las. [...] abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento das culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar”.

Os saberes de pessoas comuns como as aqui entrevistadas não seriam foco de estudo na disciplina de História, se não fossem considerados objeto de estudo. Dessa forma, também parece ser possível ressignificar o olhar dos estudantes sobre o seu entorno construído historicamente, problematizando as vivências, os saberes e o próprio lugar onde vivem e se constroem.

Reflexos diretos da memória coletiva de uma comunidade ou sociedade, em geral, estão guardados na memória dos idosos. Ecléa Bosi (1994, p. 55) afirma a respeito da teoria de Maurice Halbwachs, que: “se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar: o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam”. O sentimento de conforto, pode vir de alguma forma quando crescemos influenciados pelas narrativas do passado. Ao contrário, o desconforto pode aparecer quando as narrativas do passado parecem não possuir sentido para as práticas atuais.⁷

Portanto, ao analisarmos as narrativas das mulheres observamos que toda a narrativa é uma escolha do que se deseja perpetuar, apontar, dar importância e/ou silenciar. Há sempre algumas lembranças dominantes, conforme Henri Bergson (1990, p. 140 *apud* SILVA, 2010), verdadeiros “pontos brilhantes em torno dos quais os outros formam uma vaga nebulosidade”. Estes pontos brilhantes multiplicam-se à medida que se dilata a nossa memória.

⁷ Nas narrativas não pudemos deixar de observar que uma entrevistada apontou com espanto que desaprova o ato de não se rezar mais ajoelhado, mas que adolescentes se deitam no sofá para rezar o terço.

De acordo com Joël Candau (2014), pensar o tempo significa classificá-lo, ordená-lo, denominá-lo e datá-lo. No entanto, a memória ignora a cronologia rigorosa da história e as datas precisas que balizam contextos. A passagem do tempo não tem o mesmo rigor quando acessado pelas teias complexas das lembranças. Nossas entrevistadas relatam lembranças da infância, do casamento, do trabalho e outros acontecimentos que escolhem relatar, sem apresentar uma linearidade ao narrar.

Parafraseando Jaime Pinsky (2008, p. 167), estando atrelada à construção de sua identidade, a memória é essencial a um grupo. Esta resulta de um trabalho que parte do organizar e selecionar o que é importante para o sentimento de unidade, continuidade e certa coerência, ou seja a própria identidade. E pelo fato de a memória ser mutante, se torna possível falar de história das memórias de grupos ou de pessoas. Em torno de memórias que irão prevalecer em um grupo, comunidade, até em uma ação, há disputas. E estas são importantes para que se compreenda o grupo ou a sociedade como um todo.

As futuras gerações⁸ terão um sentimento de pertencimento através dos valores e significados, ainda que através dos velhos por aqueles que por ali passaram e suas marcas e memórias deixaram, sendo na perspectiva individual ou coletiva. As pessoas entrevistadas nasceram de 1940 a 1960, e também comumente aparecem em diferentes estudos como as Baby Boomer⁹ quando se aborda as gerações de pessoas. Nosso foco nas entrevistas limitou-se a essa geração e os relatos de suas práticas desde que nasceram até hoje, onde experiências foram narradas e consideradas para a nossa análise.

Quando a identidade é construída existe o sentimento de haver fronteiras físicas como no caso do corpo de uma pessoa, ou fronteiras de pertencer a algum grupo, no caso de um coletivo. Para Michel Pollack (1992, p. 5), “[...] há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de

⁸ O conceito de gerações nos fala de conjuntos indefinidos de indivíduos que nascem em um período similar de anos (aproximadamente entre dez e trinta anos são tempo suficiente para marcar uma geração) e que compartilham elementos culturais, morais ou de crenças que marcaram suas vidas. Publicado em jun., 2014. Pela equipe Editorial de Conceitos. Disponível em <https://conceitos.com/geracao/>. São Paulo, Brasil. No caso da nossa pesquisa pudemos observar a presença de três gerações na mesma família (netos, noras, genros, filhas, filhos, e idosas e idosos) vivendo juntos na mesma casa, ou muito próximos.

⁹ Geração Baby Boomers: nascidos entre 1940 e 1960 (atualmente com 60 a 80 anos), Geração X: nascidos entre 1960 e 1980 (atualmente com 40 a 60 anos), Geração Y (millennials): nascidos entre 1980 e 1995 (atualmente com 25 a 40 anos), Geração Z: nascidos entre 1995 e 2010 (atualmente com 10 a 25 anos), Geração Alpha: nascidos a partir de 2010 (atualmente com até 10 anos). Casarotto, Camila. Disponível em <https://rockcontent.com/br/blog/dossie-das-geracoes/>. Acesso em: 21 maio 2022. Em geral, dessa divisão se valem as empresas e marketing em função de que buscam saber o comportamento de cada geração e o mercado do consumo. Sendo que a separação por anos de uma para a outra não é estanque e uma geração pode ter comportamento da anterior e daquela que a sucede.

coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados”.

Ainda a identidade é considerada como instância dinâmica e dialógica do desenvolvimento de uma pessoa no sentido das identificações, como abordado em diversos estudos (CAIXETA, 2004). Para Hall (1999, p. 13),

a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

A partir da introdução e dada a justificativa e apontamento de algumas referências, entendemos que a historiografia por muito tempo relegou ao segundo plano ou tornou invisível a participação das mulheres na história. E, esse silenciamento ainda permanece nos materiais didáticos. Uma produção historiográfica das elites econômicas teve predomínio por algum tempo, e o homem aparecia na condição de protagonista na história, principalmente o branco e rico.¹⁰ Esse tipo de produção ajudou silenciando e/ou ocultando as classes populares das narrativas históricas, bem como, marginalizava negros, índios e mulheres, em especial, as não brancas e periféricas.

Dividimos nossa dissertação em três capítulos. O primeiro se intitula: “Local e ensino de história”. Nosso esforço se concentra em apresentar no item 1.1 a Imigração e o ensino de história. No item 1.2 A relação do local com o ensino de história e no 1.3 História das mulheres rurais, gênero, sociabilidades e ensino de história. Procuramos expor mapas e fotos que aproximem o leitor, no sentido de conhecer melhor sobre o local e as sociabilidades no lugar.

No capítulo 2 desta dissertação intitulado “Vozes de mulheres trabalhadoras rurais”, há vários itens e subitens como 2.1 Memórias do dia a dia e do trabalho, 2.2 Práticas de benzimento, Partos e Fotografia e práticas culturais. Como subtítulos: 2.2.1 Dos benzimentos e poder de cura, 2.2.2 dos Partos e maternidade e 2.2.3 Sobre fotografia e práticas culturais.

No terceiro e último capítulo propomos um material didático com foco nas narrativas

¹⁰ Em “ Culturas silenciadas e marginalizadas na escola”, Araújo, Moreira e Morais (2012, p. 03) afirmam que: “Os saberes e conhecimento dos grupos dominantes são legitimados em detrimento de uma prática educativa pluralista que comunga com os interesses das minorias desfavorecidas”. Disponível em <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/As-culturas-silenciadas-e-marginalizadas-na-escola.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021. As mulheres e homens entrevistados para a nossa dissertação não se incluem na categoria brancos e ricos, mas, possuem pele clara e narram a miséria vivida.

das mulheres agricultoras rurais considerando-as nas suas subjetividades, conferindo visibilidade às suas ações e sugerindo novas possibilidades de pesquisa que envolvam a categoria gênero que inclui a história das mulheres.

A troca de saberes e as sociabilidades que pudemos notar ajudam a compreender como se dá o fenômeno dessas trocas. Mostrou-se prática comum na comunidade analisada, uma rede de solidariedade entre as mulheres que se manifesta através da língua falada, e pelo compartilhamento de saberes e vivências tecidas desde antigamente até os dias de hoje.

CAPÍTULO 1 – O LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a vinda de imigrantes ucranianos e poloneses ao Brasil. Teorizar sobre história oral, história local e memória; Reconhecer memórias e sociabilidades das mulheres rurais do lugar focando a História das Mulheres rurais, gênero e ensino de história. As questões a serem respondidas são: quais condições permearam a vinda de imigrantes ucranianos e poloneses para o Brasil, em especial para o estado do Paraná e, mais especificamente em Prudentópolis? A problemática que se persegue permeia os dois capítulos da dissertação, onde se busca responder: Por que estudar os saberes das mulheres agricultoras e por que trazê-los para o ensino de História?

As pessoas entrevistadas do lugar foram se reconhecendo como pertencentes à Comunidade Paraná Anta Gorda a partir da primeira escola construída pelas famílias moradoras das proximidades do Rio Anta Gorda e parte delas do Faxinal.¹¹ Essa composição foi acontecendo na medida em que se identificavam a partir desta escola levando em conta a necessidade que se apresentou nos relatos¹² de Teodózio Nedza¹³ de que “já havia muitas criança ali e era bom ter escola”. Esta teria sido construída em data anterior a 1950, antes disso as crianças frequentaram escolas de outras comunidades, distantes cerca de seis quilômetros do Rio Anta Gorda como Linha Paraná 2ª Secção e Linha Esperança.

Neste capítulo abordamos a trajetória dos imigrantes e seu estabelecimento no município de Prudentópolis (Paraná). No item seguinte teorizamos sobre história oral como método da nossa pesquisa articulada com a história local e as sociabilidades. No último e terceiro item deste capítulo, relacionamos a história das mulheres, gênero e memória com o ensino de história, e por fim apresentamos as pessoas entrevistadas.

¹¹ O faxinal aparece nas definições das pessoas entrevistadas como “Lugar de criação”, em contraponto às terras de plantar que se situam fora desse lugar. Retomamos a definição na parte que abordamos o local de pesquisa. Adotamos a definição na perspectiva de José Adilçom Campigoto e Helio Sochodolak (2008) que defendem o faxinal como “manifestação cultural de povos tradicionais” e Ancelmo Schörner, (2010, p. 12) que os faxinais: “[...] formam um amplo sistema comunal ligado por antigos laços de consangüinidade, vizinhança ou casamento. Neles as pessoas ainda nascem e morrem a poucos quilômetros dos lugares onde seus pais e avós viveram. As rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma da construção das casas e das cercas, e as festas compõem uma estrutura e as representações de um modo de vida que se transforma continuamente, embora existam várias permanências”.

¹² Optamos em manter os nomes reais das pessoas entrevistadas com o consentimento tácito das mesmas. Fazemos referências na dissertação, aos nomes, às vezes ao nome e sobrenome, senhor, senhora, nosso entrevistado ou nossa entrevistada. Todas as transcrições encontram-se no arquivo da pesquisadora.

¹³ Entrevista concedida por Teodózio Nedza. **Entrevista 1** [març./2020]. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

1.1 IMIGRAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA

Emigração,¹⁴ imigração¹⁵ ou diáspora¹⁶ são situações constantes na história humana, cada qual com suas peculiaridades. A título de exemplo de diáspora estão os judeus que passaram por tal situação e consequente criação do Estado de Israel,¹⁷ além das diásporas grega e africana que são outros exemplos.

Para Herbert S. Klein (1999), a imigração pode acontecer quando as pessoas encontram dificuldades de se manterem no local de sua origem, quando não podem se alimentar e nem alimentar seus filhos ou quando são perseguidas por suas crenças ou nacionalidade. Isto nos faz considerar que diversos fatores podem estar relacionados ao fenômeno da imigração, como o acúmulo e escoamento de capitais dentro do capitalismo, bem como, as pressões sentidas internamente pelos camponeses que da Europa na fase final do século XIX, os quais não eram absorvidos como mão de obra nas indústrias que emergiam.

Para resolver o problema do aumento demográfico e da crescente massa de desocupados no continente europeu, algumas estratégias foram adotadas, como o imperialismo no continente africano e o incentivo a camponeses pobres para buscarem sobrevivência em outras partes do mundo, gerando fluxo de imigrantes para a América, já que essa mão de obra não era absorvida pelo sistema capitalista em desenvolvimento com a industrialização crescente.

Por mão de obra barata e menor custo de matérias-primas para baratear a produção e ampliar o lucro, que no capitalismo são fatores primordiais, bem como, expandir seus empreendimentos, os europeus partilharam a África e Ásia no fim do século XIX, corroborada essa prática com o uso de afirmações¹⁸ de que tinham “missão civilizatória”, considerando povos africanos inferiores e apontando o “fardo do homem branco”, e sua “superioridade racial”

¹⁴ Segundo o Dicionário Michaelis (1998a), o termo *emigração* é saída voluntária da pátria, temporária ou não, para se estabelecer em outro país.

¹⁵ Segundo o Dicionário Michaelis (1998b), o termo *imigração* é o movimento pelo qual um indivíduo ou grupo de indivíduos se estabelece em um país ou região diferente de seu local de origem.

¹⁶ Segundo o Dicionário Michaelis (1998c), *Dispersão* de povos, por motivos políticos ou religiosos.2. Dispersão dos judeus no mundo antigo, especialmente após o exílio babilônico.

¹⁷ Na segunda Guerra Mundial as perseguições aos judeus pelos nazistas, deram origem a criação do Estado de Israel que aconteceu em 1948. No entanto, para melhor compreender esse processo, Bernardo Sorj em “Judaísmo pós-moderno e diáspora” (2010, p. 70-89), traz algumas contribuições.

¹⁸ Na autodenominação de brancos, os dominantes construíram mentalmente as normatizações do que seria o ideal de humanidade, de tal maneira que conteria um tipo de cultura, economia, religião e conhecimento que seriam predominantes por justamente manifestarem o ser branco. Assim, a produção epistêmica e política europeia identificaria quem precisava da civilização (branca) para tornar-se humano: “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p. 229-230).

buscaram convencer com as ações naquele primeiro continente, que embora resistindo, teve o povo, suas terras e sua cultura profundamente afetadas pelos interesses imperialistas europeus.

Essas afirmações foram largamente espalhadas e isso ajudou a alterar a permanência de grupos sob a mesma liderança no espaço antes ocupado, pois, traçaram as tais fronteiras artificiais,¹⁹ não levando em conta toda a diversidade cultural existente naquele continente.

Observa-se que até hoje as pessoas migram em busca de oportunidades e isso evidencia questões econômicas que afetam essas populações como na questão do desenvolvimento do capitalismo no século XIX na Europa, nos Estados Unidos (EUA) nas décadas iniciais do século XX que entrou em crise em 1929, ocorrida principalmente devido a superprodução de mercadorias nos EUA que esteve vinculada ao livre mercado numa perspectiva de não haver a interferência do Estado na Economia e a crença de que as forças da oferta e da demanda se equilibrariam, o que não aconteceu. Após essa crise, a interferência estatal na economia nas décadas posteriores foi se tornando prática comum.

Em relação ao trabalho escravo e transição para o trabalho livre, José de Souza Martins (2013), reafirma que este não adquiriu a forma de trabalho assalariado, como aconteceu em outros países. Essa transição se baseou em relações sociais não capitalistas, e essa mudança no modo de produção do capital se fez a partir da imigração de trabalhadores europeus, processo organizado pelas elites brasileiras que consideravam economicamente inviável continuar com a utilização do trabalho escravo. Conforme o autor (2013, p. 37).

[...] O trabalho escravo fora, na verdade, substituído pelo regime de colonato, que combinava várias relações arcaicas de trabalho, como a prestação gratuita de serviços, a renda em trabalho e a produção direta dos meios de vida. Só em pequena parte, essas modalidades de uso da terra foram complementadas pelo pagamento propriamente salarial da colheita de café pela família do colono.

O Brasil pode ser situado num cenário de fins do século XIX, em que elites hegemônicas trazem o discurso positivista, liberal e republicano, apostando no “progresso” (ideologia) no intuito de tornarmos civilizados, inclusive por meio do embranquecimento²⁰ da

¹⁹ A definição das fronteiras africanas tem como pedra fundamental a “Conferência de Berlim sobre a África Ocidental de 1884/85”. Ela é tida como o momento da partilha do Continente, quando as potências europeias teriam rabiscado em um mapa as suas linhas divisoras.

²⁰ Como adverte Andreas Hofbauer (2006), o branqueamento é uma categoria analítica que vem sendo usada com mais de um sentido. Ele ora é visto como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu ethos de matriz africana, ora é definido pelos autores como o processo de “clareamento” da população brasileira, registrado pelos censos oficiais e previsões estatísticas do final do século XIX e início do XX. Para Ricardo Augusto dos Santos, em “Branqueamento” do Brasil, o branqueamento é “Percebida como uma arma capaz de melhorar a raça e o futuro do Brasil, a eugenia encontrou entre educadores e médicos seus mais importantes divulgadores” (2008, p. 222).

população. Nesse sentido, no final do século XIX e início do XX, logo após a abolição da escravidão e início do período republicano em 1889, o país recebeu diferentes etnias, sendo que no Paraná especificamente ucranianos e poloneses, em sua maioria, fixaram-se compondo colônias pelo interior do estado.

Em fins do século XIX, o Brasil já contava com imigrantes de diferentes nacionalidades que viviam no território, mas, não majoritariamente no fronteiroço na região Sul do país, como no Paraná.

O Paraná foi emancipado de São Paulo em 1853, período em que a colonização das terras estava nas mãos do Império²¹ brasileiro. Até 1870, por exemplo, a Província do Paraná não dispunha de terras devolutas demarcadas para serem oferecidas para os imigrantes. Embora, Paulo Renato Guérios (2007, n. p.) aponte que: “As primeiras tentativas de colonização das terras incultas de floresta de araucária do interior paranaense haviam sido feitas décadas antes, e fracassaram devido a seu grande isolamento e às dificuldades de escoamento da produção dos colonos”. A política imigratória era preocupação dos governos no século XIX e está presente nos relatórios de presidentes da província do Paraná. Para Odinei Fabiano Ramos (2017, p. 187), essa política tomou:

[...] proporções significativas a partir da Lei de Terras de 1850, encontrou alguns fatores que facilitaram sua disseminação. Exemplo disso foi a emancipação política do Paraná, que necessitava preencher os vazios demográficos, pois essa foi uma das justificativas para a sua separação da Província de São Paulo. A ocupação deveria ser rápida e efetiva, sendo a criação de colônias de imigrantes europeus a saída que garantiria esse resultado. A criação das colônias de imigrantes se torna política de governos, como informado nos relatórios de presidentes de província a partir de 1853.

O Império se interessava pelas fronteiras e não se pode falar que a recém emancipada província via seus interesses atendidos pela política imigratória. O Paraná contava com 127 mil habitantes, Santa Catarina com 159 mil e Rio Grande do sul com 446 mil, de acordo com o Recenseamento de 1872. Antes disso, em 1853, o referido estado teve experiências dirigidas por estrangeiros, como as citadas por Márcio de Oliveira²² (2009, p. 221) “[...] Colônia Superagui, fundada e dirigida por Ch Henri Perret e a ‘Colônia Teresa’ fundada e dirigida pelo médico francês Jean - Maurice Faivre”.

Após as pressões pelo fim da escravidão negra e conseqüente abolição pela Lei Áurea

²¹ Forma de governo monárquico, cujo soberano tem o título de imperador como no caso do Brasil de 1840-1888 quando Dom Pedro II era o Imperador.

²² O autor se utiliza dos relatórios de presidentes da Província como Zacarias Góes o qual demonstra clara preocupação de garantir a vinda da população “laboriosa” com a necessária ajuda do Império”(RELATÓRIO, 1854, v. 1, p. 53-57 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 221).

e da Proclamação da República, é que o incentivo à imigração promovido pelo Governo Federal passou a ser maior. Com falta de mão de obra para o trabalho e com a pressão pelo fim da escravidão, o Brasil passou a ampliar a propaganda²³ de que aqui era possível prosperar rapidamente. Mas, na verdade, agentes que incentivavam a vinda de imigrantes já o faziam na Europa, antes da abolição de 1888. Fato este observado por Ruy Cristovam Wachovicz que pesquisou arquivos paroquiais, óbitos, nascimentos, casamentos e os relatórios da Província do Paraná relativo aos poloneses. O autor aponta a vinda dos primeiros em 1869 que se estabeleceram em Brusque (Santa Catarina), mas seria um ano depois em 1870, que os mesmos chegariam ao Paraná se estabelecendo em Curitiba, no Pilarzinho,²⁴ porém, também vieram de forma espontânea, mas, acabaram atraindo outros poloneses nos anos seguintes. Wachovicz (1974, p. 12) salienta que:

Manfred Kutyma liga este rápido crescimento populacional da aldeia de Siolkowice ao início da emigração para o Brasil, (1869). As fortes pressões demográficas que sobreviveram sobre a estrutura social e econômica da aldeia na segunda metade do século XIX, teriam motivado o movimento emigratório. A saída pois, desses contingentes para o Brasil, coincidem com a passagem do período pré malthusiano (sem forma alguma de controle direto da natalidade e elevados níveis de mortalidade) para o da revolução demográfica, ou de transição demográfica como também é chamado (diminuição dos óbitos, sem entretanto ocorrer de imediato a diminuição dos nascimentos). Neste interim, surtia efeito uma nova propaganda feita nos territórios poloneses da Prússia ocidental, sobre a imigração para o Brasil. Em 1873 partiu do porto de Hamburgo um grupo de 64 famílias com 258 emigrantes poloneses, com destino ao Paraná. Muitos desses foram atraídos para o Paraná pelos pioneiros que, já localizados em Pilarzinho, procuravam por correspondência atrair seus parentes e conhecidos para Curitiba. Tratava-se de elementos originários preferencialmente dos arredores das cidades de Opole, Gwiew, Palpin e Starograd. Em setembro de 1873, a bordo do vapor-13-Terpsichore desembarcavam no porto de São Francisco, na Província de Sta. Catarina, as primeiras famílias desse grupo. Alguns dias após, o vapor Guttenberg e em novembro, o Zanzibar traziam o restante das famílias componentes do grupo. Elementos ligados aos agentes recrutadores de Hamburgo tentaram despachá-los para os terrenos da projetada Colônia de São Bento, também na vizinha Província de Sta. Catarina.

Nesse sentido, o autor completa que se deslocaram para EUA e Brasil povos que ali no seu território e por motivos diversos não desejavam mais permanecer. Grande parte dos que migraram para aquele primeiro país partiram com seus próprios recursos. Para o Brasil, após pressões e incentivo de presidentes da Província como do Paraná, as viagens após 1889 foram custeadas pelo governo brasileiro, e os imigrantes assentados em diferentes pontos do território,

²³ No pós-abolição 1888, o Brasil buscou compensar a carência de mão de obra e não influenciar negativamente a economia cafeeira em expansão no país, incentivando a vinda de imigrantes para ocupar e lavrar a terra, com propagandas positivas e as possibilidades de sucesso nestas terras.

²⁴ A chegada dos primeiros poloneses data de 1870-72, vindos da região de Joinville (onde eles mantinham tensas relações com os alemães). Foi fruto, contudo, da iniciativa pessoal de Wós Saporski, considerado o pai da imigração polonesa (NIKODEM, 1970 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 1).

principalmente São Paulo e a região Sul compreendendo os três Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Em 1896, passou para os Estados o ofício de arcar com a política imigratória, permanecendo assim até 1906, quando essa responsabilidade voltaria para o Governo Federal. Oliveira (2009, p. 218-237) em artigo sobre “Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914” diz que a imigração para o Brasil teve duas perspectivas, a espontânea e a subvencionada. No caso da espontânea “os fatores de expulsão são mais relevantes que os fatores de atração”. Nessa perspectiva, Fernando Devoto (2004, p. 51-59) tratando da História da imigração na Argentina, aponta que as condições no país de chegada seriam *otimistas* ao atrair os imigrantes que saíam espontaneamente e *pessimistas* quando as condições das regiões de origem pareciam expulsar os emigrantes.

Entre fatores de expulsão alegados por Oliveira (2009) aparece a busca por terras, trabalho, aumento demográfico, imagens do *EL Dourado*, desenvolvimento de linhas marítimas e estradas férreas. Incluem-se nesse processo as proibições de partida, a emancipação da servidão e a invenção de passaporte apontados por Mauro Baltazar Tomacheski (2014).²⁵

Essa vinda de diferentes povos imigrantes foi chamada “febre brasileira” no pós-escravidão negra no país, contexto no qual ocorre o desenvolvimento do capitalismo que provocava transformações na Europa oitocentista. Com a libertação dos povos do regime de servidão naquele continente e a situação de estarem sem terras para o cultivo e trabalho no campo, as pessoas buscaram melhores condições. Aumentava, assim, a migração de forma frequente para as cidades próximas em busca de trabalho.

Dessa forma, grande contingente populacional seguiu para a Europa Ocidental, depois para a América, inicialmente para os EUA e maciçamente para o Brasil em fins do século XIX e início do XX. Jerzy Mazurek (2016, p. 405) assim se refere ao contexto de final do século XIX e início do século XX:

o capitalismo era o catalisador de lentas transformações sociais, a mais importante das quais era a libertação da mão de obra agrícola do sistema da servidão. Isso, no entanto, provocou o surgimento de uma enorme população sem terra. Essa massa não podia ser absorvida pelo vagaroso desenvolvimento das cidades e da indústria. A fome de terra dos camponeses e a pouca capacidade do mercado para absorver a mão de obra em excesso tornaram-se as causas da emigração da população rural em busca de melhores condições de vida. A inicialmente lenta emigração aos países da Europa Ocidental e à América do Norte transformou-se num movimento colonizador maciço especialmente no Brasil [...] muitas vezes definidos como ‘febre brasileira’.

²⁵ Tomacheski (2014, p. 55-61) aponta as motivações ao emigrar, sair da região de origem ao focar nos poloneses que se estabeleceram na Colônia de Baixa Grande no território de Santo Antonio da Patrulha no Rio Grande do Sul. Um dos pontos fecundos do seu trabalho de dissertação é a análise de cartas censuradas de 1890 e 1891 de poloneses que passaram a viver no Sul do Brasil.

A “febre brasileira” conhecida na Polônia em 1890 e 1891 ocorreu quando da vinda de muitos poloneses para a América, principalmente para o Brasil. Tomacheski (2014) lembra que não se pode atribuir esta febre somente como decorrente das propagandas sobre o país, mas que se deve incluir as condições de vida dos aldeões do Reino da Polônia.²⁶ Além da referida população, os ucranianos (rutenos),²⁷ mais tarde, entre 1895-1896 chegam em terras brasileiras e se fixam especialmente no Paraná em condições semelhantes às descritas dos poloneses no Rio Grande do Sul.

Maria Luiza Andreazza e Sérgio Odilon Nadalin (2000, p. 38), apontam que nos anais da comunidade brasileiro-polonesa no volume 1 (um) de 1970 consta que em fins do século XIX circulava pelos campos do Leste Europeu uma lenda e dizia-se que “o Paraná era uma terra que corria leite e mel, até então estivera encoberto por névoas e ninguém sabia de sua existência”. Nesse sentido, a Virgem Maria dispersou este nevoeiro e sensibilizada com o sofrimento dos camponeses, apontou-lhes a nova terra e lhes disse para povoarem. Essa lenda fez tamanho sentido entre os camponeses que muitos aceitavam vir, só se fosse para a referida região. Houve casos, porém, de muitos que chegando no Brasil, e ao descobrirem que seriam levados para o Espírito Santo, impediam o avanço do trem deitando sobre os trilhos, ou até em outras situações, ao saber que não estariam vindo para o Paraná, sendo que nos próprios navios mulheres atiravam-se ao mar.

Não se pode esquecer que esse processo de colonização do século XIX possui características que vão muito além do que está nos livros escritos sobre o mesmo, as diversas fontes como as cartas censuradas analisadas por Tomacheski (2014) na sua dissertação trazem novas possibilidades de revisão de determinados conceitos, como aquele apontado por Antonio Leocádio Cabral Reis e Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira (2009, p. 7) e de que o imigrante tivesse chegado numa colonização que acontecia num “tempo de paz”, visão quase romântica a respeito da história de uma nação.

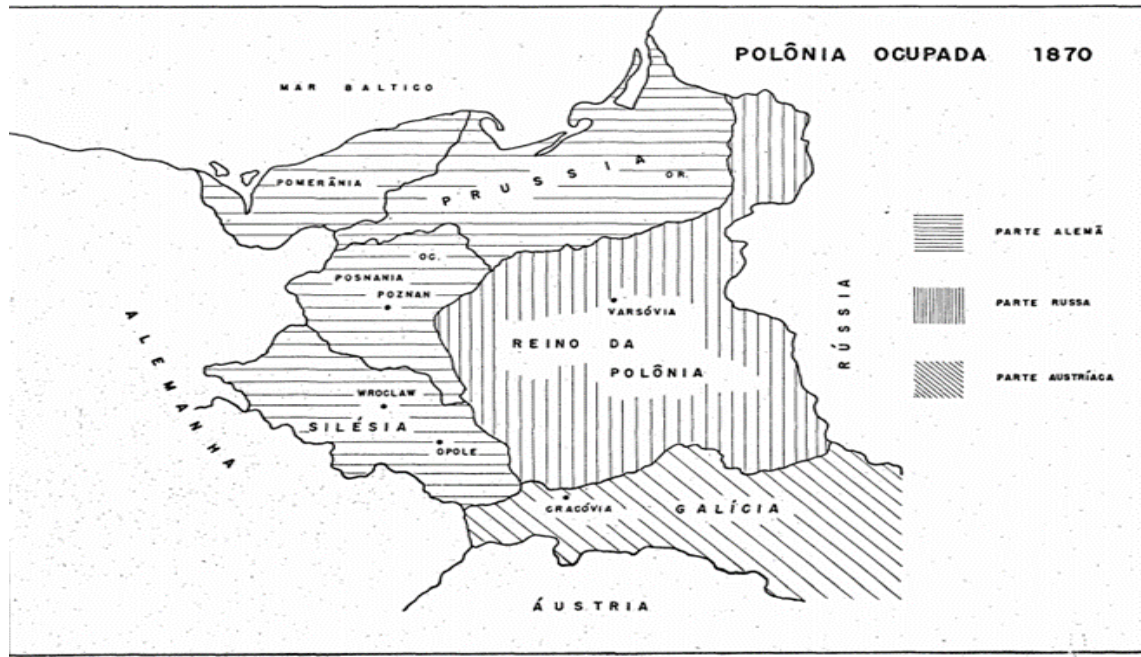
No entanto, vale lembrar que esses acontecimentos se deram em contextos marcados por períodos pós-guerras. É fato histórico a luta dos poloneses para manter sua nação, cultura e cidadania nos locais onde se fixaram. Essa luta iniciou-se na região da

²⁶ Termo usado na dissertação de Tomacheski (2014, p.18), para se referir à origem dos poloneses. Segundo o autor, o nome foi dado aos territórios polacos sob ocupação russa, cuja Capital era a cidade de Varsóvia.

²⁷ Ruteno também pode ser definido como povo eslavo que habita regiões da Galícia, da Hungria, da Ucrânia e da Lituânia conforme consta em dicio.com.br. Para Andreazza (1996, p. 3), “Esta designação étnica, nas primeiras décadas do século XX, foi recorrente para designar os ucranianos, não apenas na comunidade, mas em todo o Paraná. Em Antonio Olyntho, especificamente, a menção a ucranianos só vai aparecer, nas atas dos registros paroquiais, depois da década de 1920. Era tão disseminada a expressão rutenos que um dos principais periódicos da etnia, o Micionar, até 1915 recebia a denominação de Missionário para os Ruthenos do Brasil e a partir de então passou a se chamar Missionário para os Ucranianos no Brasil”.

Polônia prussiana, no séc. XVIII, devido a fenômenos climáticos que prejudicaram a agricultura e as epidemias de tifo, cólera e disenteria. As péssimas condições de vida do povo provocaram a imigração de pequenos grupos para a América. Na década de 1860, as guerras externas travadas pelo exército prussiano, impulsionaram a imigração de aldeões silesianos de Siolkowice para as terras brasileiras, totalizando cerca de 164 pessoas. Posteriormente, a própria participação do Brasil na 1ª e 2ª Guerras Mundiais comprovou a diáspora, que essa nação teve que enfrentar em sua busca por uma terra de paz e justiça.

Mapa 1 – Polônia ocupada em 1870



Fonte: Wachowich (1974, p. 23).

Portanto, tanto a propaganda, quanto as condições de vida das populações que emigram precisam ser consideradas nesse processo de saída e chegada dos diferentes povos, não se limitando aos poloneses que vieram para o Brasil. Para isso, apontamos o local de onde partiram os dois povos que em sua maioria se estabeleceram no Paraná.

Além destes dois povos, ucranianos e poloneses, outros como árabes, alemães, italianos, franceses, também passaram a compor a população paranaense vindos de forma espontânea anteriormente. Hoje, vivem no Paraná diferentes povos com seus costumes, crenças e valores ressignificados neste território multipluriétnico que é o Brasil, e o referido estado em essência faz parte desse todo.

Para Reis e Silveira (2009, p. 4), ao perder a sua independência no século XVIII, a Polônia, dividida e dominada pela Áustria, Prússia e Rússia,²⁸ passou a viver o feudalismo,

²⁸ Para Ulisses Iarochinski (2000, p. 64) “Quando a imigração polaca começou no Brasil, não existia o Estado Polaco, somente a nação. A Polônia, após ter sido um dos maiores países europeus nos séculos XVI e XVII, foi invadida no século dezoito pelos seus três vizinhos, Rússia, Áustria e Prússia”.

contrapondo-se às grandes mudanças que ocorriam na Europa com o desenvolvimento do capitalismo. Destruição de documentos, censura sobre as cartas e o fato de muitos imigrantes aportarem com passaporte da região sob domínio austríaco, alemão ou russo dificultava a precisão do montante dos mesmos terem chegado no país. Segue localização da Polônia.²⁹

Mapa 2 – Polônia na Europa

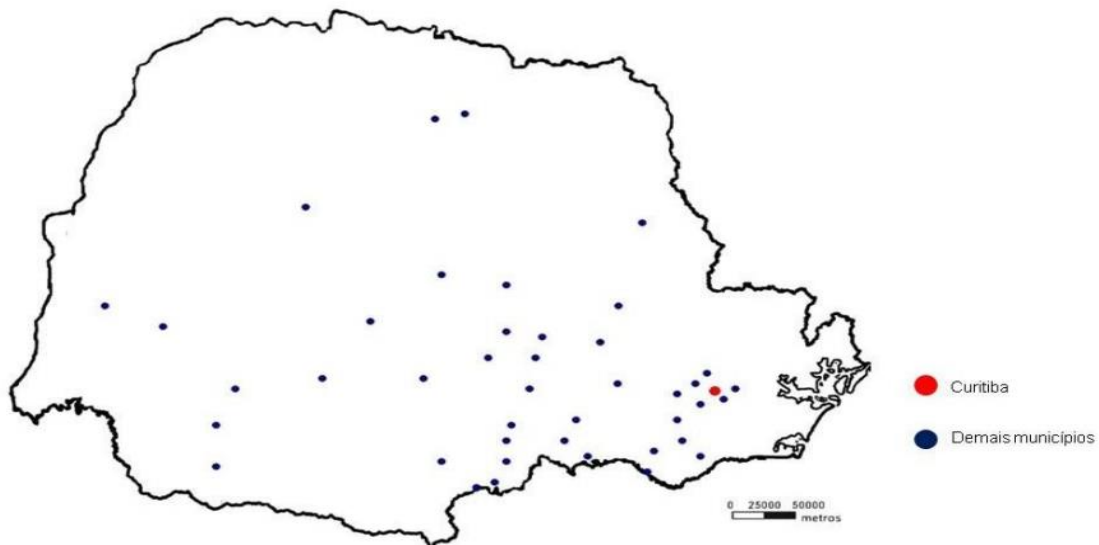


Fonte: Lessa (2021).

Os poloneses se fixaram no Paraná em diferentes locais e no mapa que segue estão assinalados pelo professor Antônio Leocádio Cabral Reis (2009), os municípios de forma geográfica, uma vez que o referido estado recebeu de 1870 em diante a maioria de povos eslavos dessa etnia e hoje os poloneses, entre ucranianos e alemães ainda mantém a cultura e influência maior ou menor sobre o dia a dia dos habitantes de diferentes lugares. No mapa, a seguir, podemos verificar a localização dos poloneses fixados no Paraná.

²⁹ Angelo Priori *et al.* (2012, p. 35-43) argumenta na obra “História do Paraná nos século XIX e XX”, no capítulo três intitulado “A imigração”, que os poloneses chegaram ao Paraná por volta de 1870-1871, transmigrados de Brusque, Santa Catarina. Fixaram-se, principalmente, nas áreas de Mallet, Cruz Machado, Ivaí, Reserva, São Mateus do Sul, Rio Claro e em Curitiba, onde residem, em maioria, nos bairros de Santa Cândida e Abranches. Os ucranianos vieram para o Paraná entre os anos 1895 e 1897, formando suas colônias entre Mallet e Prudentópolis, e poloneses também. Além destas cidades, estão também espalhados por Pato Branco, Roncador e União da Vitória.

Mapa 3 – Distribuição da imigração polonesa no Paraná



Fonte: Reis e Silveira (2009, p. 9).

No trabalho de Reis e Silveira (2009), encontramos essa distribuição espacial e as especificidades de cada uma das colônias instaladas oficialmente no Paraná desde 1870, bem como, constam as quatro fases imigratórias dos poloneses para o Brasil.³⁰

No caso da Comunidade Linha Paraná Anta Gorda, o fato de se instalarem na extremidade das duas colônias, seguindo as linhas demarcadas: a Linha Paraná e Linha Esperança ao mesmo tempo³¹ que os ucranianos, (fim do século XIX) nos leva a entender que as dificuldades de organização eram maiores se comparados com aqueles que se fixaram nas áreas centrais das colônias e/ou próximos à cidade de Prudentópolis. Os ucranianos que foram para a referida cidade se instalaram com dificuldades variadas nas matas com lotes demarcados. Distante da sede de Prudentópolis, a colônia com o maior número de famílias com ascendência polonesa é Linha Jaciaba no norte do município.³²

O que dificulta a precisão dos números de poloneses até 1918, é a destruição de alguns arquivos ou o registro nos arquivos da imigração com denominação austríaca, russa ou alemã,

³⁰ Nas páginas de 7 a 9 constam as 4 Fases da imigração. 1ª fase: 1869-1871 - 32 famílias polonesas para Brusque (SC), sem adaptação por lá se transferem para o Pilarzinho (PR). 2ª fase: 1873-1891: em 1873 chegam em São Francisco (SC) 74 famílias (258 pessoas), pedem autorização ao presidente do Paraná Frederico Abranches e se deslocam até o Bairro Abranches – à seis km de Curitiba (PR), em 1876 havia já ali 3850 pessoas. 3ª fase: 1895-1908: 1895 Porto União (SC) 350 pessoas, 1896, 2500 pessoas para a colônia de Água Amarela hoje Antônio Olinto-PR de procedência polonesa russa e da Galícia. Rio Claro, Malet e Dorizom-PR, cerca de 1000 famílias. 1896 foi assentada a maior colônia polonesa paranaense, em Prudentópolis, com cerca de 10.000 pessoas, onde 70% de seus membros eram provenientes, também, da região de domínio russo. 4ª Fase: 1908-1912. Paraná recebeu 23.406 pessoas só nesse período. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na mesma fase, receberam 1000 e 7000 imigrantes poloneses, respectivamente. Entre 1869 e 1920, estima-se que chegaram 60.000 poloneses, 95% dos quais se estabeleceram no Paraná, vieram para o Brasil.

³¹ Ao mesmo tempo, quer dizer, entre 1895-1897.

³² Para ler sobre o assunto, consultar Costa, Lourenço Resende da. Livro Fragmentos de identidade e cultura no Artigo Identidade e Cultura: O uso da língua Ucraniana em Prudentópolis – PR, (2018, p. 307).

o que era comum pelo histórico de dominação na terra de origem deles. Wachovicz (1974, p. 54) apontou a “fome de terras” dos poloneses que tentavam se deslocar para o interior do Estado para se dedicarem a atividade agrícola, mostrando que para a agricultura é que possuíam inclinação e que a servidão a que eram submetidos e as relações senhoriais da terra de origem, marcaram suas vidas e, por razões como essa, a terra poderia representar a possibilidade de sobrevivência para eles.

Observando que as cartas polonesas de outras regiões, como do Rio Grande do Sul, podiam ser censuradas,³³ talvez as cartas das pessoas das comunidades paranaenses tenham sofrido a mesma perseguição, e diminuído as chances de comunicação com aquelas pessoas que ficaram na Europa. São comuns nas cartas analisadas por Tomacheski (2014), os detalhes das acomodações, da saudade da família, das atividades que desempenhavam e dos ganhos financeiros pelo trabalho.³⁴

No entanto antes de emigrarem para o Brasil, ainda na sua terra de origem, os poloneses foram alertados pelos padres católicos que poderiam ser escravizados, fato observado por Tomacheski (2014, p. 106), e sugerido de que o clero católico tenha realizado leituras da situação de imigrantes dessa religião de outras etnias no país onde não foi possível acesso regular de sacerdotes e religiosos, o que ajudava a terem receio de que o mesmo ocorresse com os católicos poloneses que se dirigiram para terras brasileiras. Os imigrantes ficaram assim acomodados em diferentes pontos do Paraná assim que foram se instalando a partir de 1870.

Nas décadas de 1870 e 1880, os imigrantes se instalavam próximos aos centros urbanos, como a capital, Curitiba, por exemplo, e isso contribuía para que o interior não fosse ainda tão povoado antes de 1895 e 1896 quando poloneses e ucranianos chegaram em Prudentópolis. Quanto aos descendentes de ucranianos, estes tiveram processo de vinda para o Brasil semelhante aos dos poloneses e seu histórico de vida na Europa também possui similaridades, guardando as devidas proporções.

A Ucrânia enfrentou invasões e disputas territoriais no decorrer de sua história, o que acarretou dominações de diferentes povos e nações. Para Boruszenko (1995, p. 3), “Sua área de 603.700 km² teve origem no Principado de Kiev, constituído no século XI da Era Cristã” a partir do século X, a cultura e religião na Ucrânia recebem influência do Império Bizantino, o que se

³³ Tomacheski, (2014, p. 81), faz referência às cartas de poloneses de Baixa Grande (RS) censuradas pelo czar russo.

³⁴ Conforme Carmo (2001, p. 15 *apud* KUBO; GOLVÊA, 2010, p. 540), o trabalho pode ser definido como “toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. E realizando essa atividade, o homem se transforma, se auto-produz e, ao se relacionar com outros homens, estabelece a base para as relações sociais”, bem como, “a palavra trabalho, em si, tem origem do latim *tripalium*, que era um instrumento com três estacas que servia para manter presos bois ou cavalos difíceis de serem ferrados”.

observa no rito, nas práticas religiosas e na arquitetura dos templos religiosos, como lembra Maria Inês Skavronski (2014, p. 26):

Por possuir um território abundante em terras férteis, a Ucrânia sempre foi cobiçada pelos países vizinhos, o que gerou inúmeras invasões que ocasionaram transformações geográficas, ora aumentando seus limites e fronteiras, ora diminuindo. Em consequência dessas dominações, inevitavelmente, as fronteiras identitárias do ucraniano também sofreram reconstruções.

Valdomiro Burko (1963, p. 16) aponta que o território ucraniano é alvo de disputas e dominações nos séculos XVIII e XIX pelos mongóis seguido de poloneses e lituanos, pois, interessava a fertilidade de suas terras. E que “os geógrafos costumam designar o território ucraniano como um dos mais ricos da Europa em vista de seus recursos agrícolas e minerais”. Boruszenko (1995, p. 4) aponta que no século XVII, a divisão da Ucrânia se deu “[...] entre a Rússia, (a leste do Rio Dnieper) e a Polônia (parte Oeste). Com a partilha da Polônia, no final do século XVIII, a Rússia amplia os seus domínios, ao mesmo tempo em que a Áustria se apossa das terras a oeste do país”. No mapa a seguir, podemos observar os limites territoriais da Ucrânia.

Dessa forma, Guérios (2007) aponta que no final do século XIX os esforços dos governantes do Paraná estavam voltados para colonizar as vastas áreas distante das cidades e os ucranianos foram inseridos nessa colonização do interior do Estado. Por desconhecerem o clima, terra, fauna e a flora, careciam de ajuda para o início de sua nova vida. Para Cecília Hauresko (2015), acostumados a vida camponesa, os ucranianos continuaram com atividades ligadas à agricultura, em pequenas propriedades onde a mão de obra era familiar. Costa (2019, p. 20) salienta que:

A concentração de imigrantes ucranianos nas colônias em regiões com acesso mais difícil, quando comparadas àquelas criadas ao redor de Curitiba, facilitou a formação de comunidades com certa homogeneidade. Nesse sentido, havia entre os ucranianos uma configuração que lhes permitia se identificarem enquanto grupo cultural. [...] conforme as interações com brasileiros e outros imigrantes não ucranianos passaram a ocorrer de forma frequente, as fronteiras étnicas foram sendo estabelecidas. Seguindo os pressupostos barthianos, veremos que será justamente nesse contato que a etnicidade será edificada.

Para melhor compreender onde está localizada a Ucrânia, expusemos o mapa a seguir. No entanto, ressaltamos que a Península da Criméia foi anexada pela Rússia em 2014, os

conflitos não cessaram desde a Guerra Fria, e até hoje a influência sobre o país é disputada³⁵ entre democracias liberais europeias e Rússia.

Mapa 4 – Localização da Ucrânia na Europa



Fonte: Página Vermelha (2020).

Em fins do século XIX, sobretudo ucranianos lavradores e pouco alfabetizados, provenientes da Galícia e do Distrito da Galícia, a chamada Bukovina que estavam sob domínio austro-húngaro deixaram suas terras vindo para o Brasil fixar-se majoritariamente no Paraná, inaugurando a primeira etapa de imigração dessa etnia para o país. Em seguida, a segunda etapa ocorreria após a primeira guerra (1914-1918). Nesse âmbito, a Ucrânia conseguiu uma breve independência política (1919-1921), mas, o Tratado de Riga, em 1921, a dividiu entre Polónia, Tchecoslováquia e Roménia e outra parte se transformou em República Socialista Soviética da Ucrânia. “[...] portanto, as motivações da imigração agora eram muito mais devido à instabilidade política da região [...]” (BORUSZENKO, 1995 *apud* ALVES, 2018, p. 57-58).

Boruszenko (1995), uma das pioneiras nos estudos sobre os povos eslavos, escrevendo sobre os ucranianos trouxe importantes contribuições destacadas nas narrativas sobre a trajetória das famílias que vieram se estabelecer no sul do Brasil, dentre elas, aquelas que se estabeleceram no município de Prudentópolis (Paraná). A autora (1995, p. 8) aponta que: “A partir de 1895, teve início uma verdadeira debandada de camponeses da Ucrânia para o Brasil,

³⁵ Carolina Riveira (2022, não paginado) argumenta que: “O território que hoje é a Ucrânia chegou a ser parte do antigo Império Russo. Depois, em 1919, virou uma república da União Soviética (URSS). Com o colapso do bloco, a Ucrânia selou de vez a independência em um acordo de 1994, sendo, portanto, uma democracia ainda muito jovem. Na outra ponta, sem a URSS, a Otan e a União Europeia passaram a agregar nos anos 1990 e 2000 muitos países que eram zona de influência soviética na chamada Europa Central. Assim, países como os Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), República Tcheca, Hungria, Polónia, Eslovênia e Eslováquia se tornaram membros — a contragosto da Rússia. Mas a Ucrânia ficou no meio do caminho. Movimentos de aproximação com a União Europeia e a Otan foram feitos ao longo dos últimos anos, além dos protestos populares de 2013 e também em 2004. Não há, no entanto, uma visão coesa no país sobre esse movimento. Enquanto a porção oeste (onde fica a capital Kiev) anseia obter os padrões europeus, a parte leste ainda se vê mais próxima dos russos”.

às custas do governo Republicano”. E ainda menciona que agentes espalhavam artigos, livretos e comunicados sobre as condições que o Brasil oferecia. Assim, a credulidade do camponês nos países eslavos europeus foi facilmente explorada com lamentável excesso.

No decurso de dois anos, mais de cinco mil famílias abandonaram as suas aldeias e na grande maioria fixaram-se no Paraná; entre 1897 e 1907 mais de mil emigraram às próprias custas. Com a renovação do transporte gratuito em 1907, novas grandes levas de imigrantes dirigiram-se ao Paraná (BORUSHENKO, 1995, p. 8).

Mais adiante, Borushenko (1995, p. 8-11), salienta que os primeiros imigrantes ucranianos no Paraná foram as oito famílias vindas em 1891 que fixaram residência nas localidades de Palmeira e Ponta Grossa. Mas, foram os anos de 1895, 1896 e 1907, que receberam cerca de 20 mil imigrantes nos portos de Paranaguá e Santos. A maioria daqueles que vieram em 1895 seguiu para os arredores de Curitiba e os de 1896 e 1897 seguiram para Prudentópolis e Marechal Mallet.

No país de origem, estes imigrantes trabalhavam nas terras de senhores e no Brasil a oportunidade de ter terras para seu sustento fazia com que muitos ficassem empolgados, outros desconfiados preferiram não se arriscar viajar para a América, seja com subsídio do governo ou paga a viagem por eles próprios.³⁶

Para Nicolas Corrent (2018), é importante não esquecer dos rutenos³⁷ que vieram para o Brasil e passaram a se estabelecer em diferentes colônias do Paraná, e de que cada uma das colônias:

Trouxe um determinado aspecto da região respectiva a qual seus imigrantes trouxeram ao migrar. Assim, se oriundos de determinada região da Ucrânia, ou de uma região limítrofe russa, podemos dizer que o ruteno ou o ucraniano ‘puro’, chegou ao Brasil em completo devir, ou seja, sujeito e propício à mudanças as quais a nova terra poderia de alguma maneira proporcionar (CORRENT, 2018, p. 284).

Desde a época inicial da colonização que a coroa portuguesa considerava relevante que europeus povoassem o território, para difundir a visão europeia de ver o mundo pautada em valores éticos e religiosos daquele continente, mais tarde o sul seria essa terra na qual

³⁶ Para Guérios (2012, p. 33-41), “eles não podiam conceber a existência de um mundo sem senhores no final do século XIX: seus ancestrais ocupavam posições servis há inúmeras gerações, e a concepção da divisão do mundo entre servos e senhores era naturalizada por eles [...]”.

³⁷ Guérios (2007, p. 190) define rutenos como um grupo que partilhava traços culturais distintos, não possuidores de um Estado independente quando imigraram no século XIX, somente no século XX que a Ucrânia conquistou domínio independente de seu território. “Essa designação rutenos deu-se em virtude de como os imigrantes se autonomavam. Esta designação étnica nas primeiras décadas do século XX foi recorrente para designar os ucranianos, não apenas nas comunidades, mas em todo o Paraná. A designação ucranianos passou a ocorrer a partir de 1920” (RUDNYTSKIJ, 1987, p. 315 *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 13).

afluiriam grupos étnicos variados da Europa. O clima propício da região também contribuiu para esse empreendimento. No Brasil, estes imigrantes dedicaram-se à produção agrícola que era semelhante ao trabalho que realizavam na Europa, e buscaram reproduzir aqui.

Para Edward Palmer Thompson (1981, p. 194)

Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘habitus’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria.

Os descendentes de ucranianos e poloneses eram alocados após meses de espera e iam se acomodando, mas, no fim das contas, tiveram de superar antigas divergências do local de origem para viverem em comunidades nas quais passaram a dividir o mesmo espaço e, portanto, os mesmos desafios de clima, de língua nacional, fertilidade da terra, existência de água, entre tantos outros.

Experiência vivida, além de pensada, é também sentida pelos sujeitos na concepção de Thompson (1981, p. 189):

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...] elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.

Nesse sentido, Eulália Zdebski³⁸ (2020) apontando que os “jovens de hoje ficam muito na internet e rezam deitados”, bem como, “pobre não tem as coisa, o que vai de fazê, tem que lutá, trabaíá”, “só Hanhka corta cobrêro e derrama cera”, “nóis todas mulheres e criança ia pras erva no tempo antigo”.

Apontamentos como estes aparecem nos relatos e fornecem subsídios para se pensar como a experiência é articulada à cultura desse grupo. Onde as mulheres idosas observam e participam rememorando as práticas do passado (trabalho na erva) comparando com as práticas atuais (hoje rezam deitados) e trazendo permanências (só há uma mulher na comunidade que “corta cobrêro e derrama cera”). A memória está articulada com as rupturas e permanências do passado vivenciado dessa geração de mulheres de 60 a 80 anos que comumente estranham práticas atuais e balançam a cabeça demonstrando que não concordam.

³⁸ Entrevista concedida por Eulália Zdébski. **Entrevista 2** [fev./2020]. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

A definição e redefinição das práticas e pensamentos de homens e mulheres acontecem pela experiência na concepção de Thompson (1981, p. 17):

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.

Em meio às possibilidades de sobrevivência nas colônias nas quais passaram a viver, como por exemplo, na região de Prudentópolis, há um século, precisaram construir sua vida na terra que lhes fora confiada para prosperar. Nesse meio, onde as estradas estavam sendo recém abertas, quanto mais longe do centro urbano estivesse a colônia, mais difícil seu acesso; e por conta de diversos fatores acabavam criando laços de solidariedade e se fortalecendo para reduzir os impactos que a nova configuração de vida e sobrevivência traziam. Parteiras, benzedeiros e curandeiros que conheciam todo tipo de formas de cura, foram fazendo parte dessas comunidades que se formaram mais longe das igrejas que não viam com bons olhos tais práticas e conhecimento popular.

O mapa que segue mostra, em 1910, a Galícia dentro do território do Império Austro-Húngaro, de onde vieram majoritariamente poloneses e ucranianos para compor a Colônia Prudentópolis e se instalar no seu interior. Estes imigrantes também eram alocados ao trabalho na abertura de estradas e na demarcação dos lotes para serem repassados às famílias para iniciarem seus cultivos no campo. Na maioria, camponeses com perfil agrícola, sem técnicas para grandes transformações, iniciaram um novo ciclo de suas vidas, por vezes separados dos seus familiares e com poucas possibilidades de comunicação.

Dominados por russos, alemães e austríacos, esses povos aqui chegados queriam se livrar da submissão estabelecida e recomeçar suas vidas livres e com acesso à terra; porém, desconheciam os perigos diversos que poderiam existir nas matas. Para visualizarmos a Galícia no início do século XX e as rotas dos ucranianos para o Brasil, dispusemos os mapas que seguem:

Mapa 5 – Império Austro-Húngaro - Galícia na década de 1910



Fonte: Jannuzzi (2019)

Mapa 6 – Rota dos ucranianos para o Brasil



Fonte: Seniuk e Skavronski (2014).

De acordo com Talita Seniuk e Maria Inêz Antonio Skavronski (2014, p. 81-91), as famílias deixavam ou vendiam seus bens depois do contato com os agentes de viagens. Os ucranianos seguiam dessa forma, para as cidades de Lviv e Stryi, na Ucrânia. Ali toda a documentação para a viagem era feita. Após a emissão dos passaportes e outras formalidades cumpridas, faziam o trajeto até o Porto de Gênova, o qual era bastante extenso e nunca levava menos de 3 ou 4 dias. Estes percursos ou rotas foram usadas entre os anos de 1891 a 1914.

Mas, o maior êxodo de ucranianos para o Brasil ocorreu mesmo após a Segunda Guerra (1939-1945), frente às consequências do conflito, pois migrantes operários, prisioneiros de guerra, refugiados políticos e soldados são apontados por Boruszenko nessa terceira leva de imigrantes para o Brasil. Para a autora (1995, p. 12), o Paraná foi a região que mais atraiu ucranianos e calcula-se, atualmente, 400 mil descendentes desse povo, sendo que 81% deles vivem em terras paranaenses.

Roseli Boschila (2004) reafirma que o estado do Paraná recebeu uma significativa leva de imigrantes, formada preferencialmente por camponeses de origens polonesa, italiana e ucraniana. Além destas etnias e dos grupos alemão e português, que já estavam inseridos no contexto urbano, alguns grupos, menos numerosos, como suíços, franceses, austríacos, holandeses e russos também passaram a compor o perfil da sociedade paranaense, o que ajudou a transformar a paisagem e os costumes desse espaço nos séculos XIX e XX.

Costa (2019), lembra que Prudentópolis, mais conhecido como São João do Rio Claro, pertenceu à Guarapuava até 1884 recebendo o nome de São João de Capanema. E em 1886 passou a ser Distrito³⁹. Diante de promessas de progresso, passaria pela região a linha telegráfica, o que contribuiu para que afluíssem para este local onde hoje se situa a cidade cerca de 40 famílias oriundas, principalmente, de São Paulo e da Lapa. a conhecida vilinha, seria 10 anos depois em 1906 denominada Prudentópolis em homenagem ao então Presidente da República Prudente de Moraes.

Se levarmos em conta que a dinâmica econômica no decorrer do século XIX nesta região que tinha por base a produção para a subsistência e a pecuária para Guarapuava – e essas terras pertenceram este município –, enquanto pontos mais dinâmicos para o comércio eram aqueles mais próximos à Curitiba como Castro e Ponta Grossa, por exemplo. De acordo com as informações, podemos inferir que os donos de fazendas paulistas, até a década de 1850 quando ocorreu a emancipação do Paraná, mantinham essas terras para criação e produção agrícola para a subsistência ocupadas de forma esparsa, e não havia interesse em povoá-la completamente, uma vez que estes residiam distante onde uma outra dinâmica fazia parte de seu cotidiano.

Como Prudentópolis data como município desde 1906, é importante ressaltar que no século XIX, mais precisamente na primeira metade do mesmo, quando se fala de Prudentópolis, logo se está falando de Guarapuava situada na fronteira, e isso era de interesse imperial: proteger das investidas espanholas e expandir suas fronteiras agrárias. Dessa forma, fatores

³⁹ A denominação São João de Capanema ocorreria em 1884 em homenagem ao Barão de Capanema, dois anos depois em 1886 transformara-se em Distrito (OGLIARI, 1999, p. 71-73 *apud* COSTA, 2019, p. 19).

como a especificidade de fronteira, segundo Fernando Franco Netto (2007, p. 35):

[...] caracterizaram a evolução de sua população durante boa parte do século. Além disso, sua escravaria sempre foi muito pequena e, não só isso, a própria população escrava foi muito pequena. Ao mesmo tempo, percebem-se fortes movimentos migratórios dos senhores para a localidade, às vezes trazendo parte de seus escravos, e às vezes trazendo apenas os seus escravos, isto é, os proprietários não se instalavam definitivamente na localidade (absenteístas). [...] o processo migratório para a formação de seu povoamento foi fundamental para essa localidade. As características básicas de sua população estavam relacionadas com o tripé grande propriedade de terra, mas, não devemos esquecer que havia as pequenas propriedades também, o senhor e o escravo, e por um determinado tempo, a participação da população indígena local, que não conhecemos tanto quanto seria desejável.

Franco Netto toma por base as listas nominativas de habitantes do período de 1828-1840, onde apontam muitos indivíduos chegando à Guarapuava para se estabelecer. Possivelmente, mesmo após a Lei de Terras de 1850 e a emancipação do Paraná, ainda permaneceram pessoas vivendo no território, mesmo que não possamos precisar onde e quando e se permaneceram ou não com a chegada de imigrantes poloneses e ucranianos em fins do século XIX. O fato é que não podemos afirmar que havia um vazio demográfico e que os imigrantes deveriam se instalar assim que os lotes fossem demarcados.

De forma distinta do que acontecia na Ucrânia, para o Guérios (2012, p. 128), a igreja seria um vetor que agregaria os ucranianos e fortaleceria o pertencimento ao grupo, reforçando a identidade, “[...] no Paraná as possibilidades de contato entre colonos eram menores. Eles viviam distantes entre si, não havia reuniões e organizações não havia a presença de senhores e a presença do Estado era pequena”.

Ao visibilizar cenas relacionadas aos ritos religiosos do seu trabalho de campo, com as análises dos documentos que fez uso, e que já haviam apontado que a igreja se responsabilizara de manter o grupo unido, da identidade deste e estruturação da memória coletiva desde o início da fixação dos imigrantes. Guérios (2012, p. 245) destaca que “os padres continuam atuando como agentes de regulação moral frente aos colonos que era o primeiro papel que tiveram quando chegaram”. Prudentópolis figura como o município que possui a maioria dos descendentes de ucranianos instalados no Paraná que ainda se comunicam e rezam utilizando a língua ucraniana, símbolo da identidade desse povo.

Hauresko (2015) afirma que os primeiros imigrantes ucranianos ajudaram também a abrir estradas e ao se instalarem perceberam que com a existência das florestas densas, havia a necessidade de desbravar as matas também. Foi preciso buscar o necessário, sem técnicas capazes de fazer grandes transformações, os clarões que foram abertos nas florestas serviram para iniciar o cultivo na agricultura.

Figura 1 – Colonos nas demarcações dos lotes



Fonte: Museu do Milênio, Prudentópolis - PR (2021).

Figura 2 – Mulheres no trabalho de abertura de estradas



Fonte: Museu do Milênio, Prudentópolis - PR (2021).

No trabalho de abertura de estradas na demarcação dos lotes, é preciso reconhecer que as mulheres se destacaram também, como aparece na fotografia, assim como os homens estavam engajados em logo ir se instalando na parte que lhes cabia após a medição e distribuição dos lotes para cada família. Talvez essa seja uma das poucas fotografias preservadas que marque a presença das mulheres nesse tipo de trabalho. Mas, infere-se que não tenham sido as

únicas atividades nas quais se envolveram, pois as dificuldades devem ter mobilizado o referido grupo para o trabalho conjunto.

Junto a famílias que vieram para o Brasil e se estabeleceram no Paraná no final do século XIX, a necessidade de se ter sacerdotes foi logo sentida pelos imigrantes. Valdomiro Haneiko (1985, p. 11), em livro sob título “Uma centelha de luz”, assim apresenta a visão de Dom Efraim Krevey:

No ano de 1986 celebramos o 90.º aniversário da vinda da Ucrânia para o Brasil dos três primeiros sacerdotes ucranianos - Pe. Nicolau Michalevitch, Pe. Nikon Rosdolski, e Pe. João Volianski, todos diocesanos. Dos basilianos, o primeiro a vir foi o Pe. Silvestre Kizema, um ano mais tarde [...]. Os sacerdotes que vieram para o Brasil dedicaram-se inteiramente ao serviço missionário, enfrentando todos os obstáculos para poder propiciar o conforto da fé e as práticas religiosas aos seus patrícios. É a eles que devemos atribuir os méritos pela conservação da identidade da etnia ucraniana, da sua religião, do seu rito e de suas tradições.

Para Krevey, conservou-se a identidade da etnia ucraniana, da sua religião, rito e tradições graças ao trabalho dos sacerdotes que para vieram para o Brasil. Encontramos no trabalho de Paulo Renato Guérios (2012, p. 130-134), pedidos de algum bispo da Ucrânia, algum guia, “para que seja para nós um pastor e nos crie na santa fé greco-católica”, ou seja, alguém que os “entenda e indique o caminho que devem seguir”.

Entre os ucranianos, no Município de Prudentópolis, é possível observar que as pessoas tem respeito pelas instituições⁴⁰ como a Igreja Católica, Colégio São José dos Padres Basilianos, Catequistas do Sagrado Coração de Jesus e Irmãs Servas de Maria Imaculada. O Grupo Folclórico Vesselka e a Escola de Ucraniano da Paróquia São Josafat possuem lideranças dessas instituições e uma parcela das pessoas engajadas junto à comunidade ucraniana se dedicando às atividades culturais e religiosas no município. É na escola de ucraniano que podem aprender o artesanato e a arte de bordar, fazer pêsankas e dançar, possibilidades não limitadas a esse local. Nos Festivais de Dança, Festas do Varéneke,⁴¹ realizados anualmente, é comum os acontecimentos tomarem projeção maior no município e ser fonte de realização de reportagens de várias emissoras de Rádio municipais e TV estaduais que se fazem presentes nos eventos que evidenciam as práticas culturais de descendentes de ucranianos já mencionadas. Sugere-se que graças a liderança e esforços das/dos responsáveis, religiosos e

⁴⁰ As instituições citadas possuem a participação dos ucranianos com liderança de leigos e religiosos como padres, catequistas, irmãs de origem ucraniana, que procuram integrar a população reinventando as tradições ucranianas, numa dinâmica onde o esforço é alicerçado na reafirmação da identidade ucraniana. Parte dessa afirmação está alicerçada na tese de doutorado de Sandra Mara Tenchena intitulada “O feminino nos mistérios ucranianos da arte e da fé” (2016).

⁴¹ Pastel de massa cozida com recheio de batata.

religiosas das instituições, bem como, familiares que possuem filhos partícipes de atividades culturais, a identidade deste grupo é tensionada na medida que se constrói com relação aos outros grupos e com laços culturais que ligam essa etnia aos seus antepassados.

No passado, foram vários os motivos da vinda de ucranianos para o Brasil. Andrezza (2005, p. 7) sugere que muitas vezes, os contatos e as informações das viagens podem ser importantes para motivar a decisão individual ou coletiva de emigrar. Crises de diversos tipos levavam a esta intenção de buscar um local para iniciar a vida: “podia ser a miséria, as perseguições políticas, religiosas, étnicas. Migrou-se também para buscar conhecimentos, riquezas ou aventuras”.

Hauresko (2015) afirma que os primeiros imigrantes se depararam com florestas densas e com a necessidade de desbravar as matas. Foi preciso buscar o necessário, sem técnicas capazes de fazer grandes transformações, os clarões que foram abertos nas matas serviram para iniciar a atividade agrícola de subsistência.

Figura 3 – Início da vida dos colonos em Prudentópolis, 1910



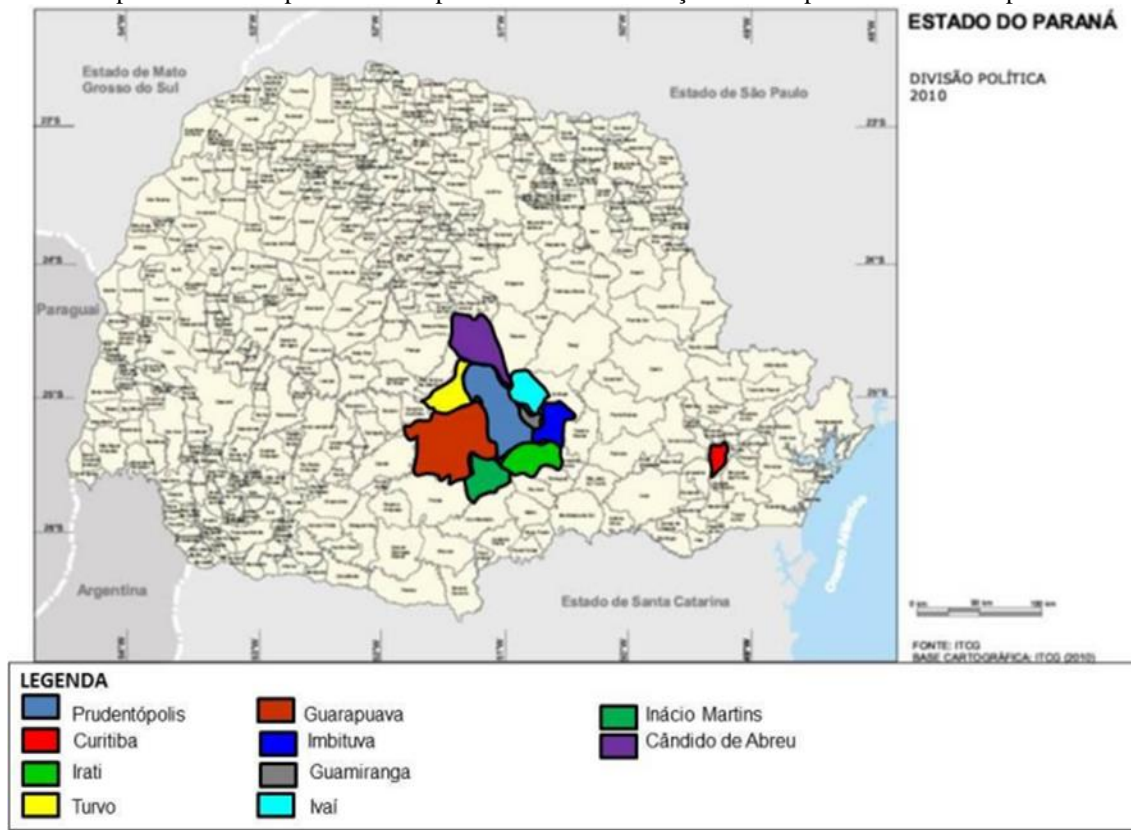
Fonte: Museu do Milênio, Prudentópolis - PR (2021).

As colônias ficavam mal localizadas e longe dos centros consumidores dos produtos agrícolas, o que os impossibilitava de negociarem suas produções. Esses, entre outros fatores, como as péssimas estradas, foram decisivos para o insucesso de seus empreendimentos.

Esse fator também foi mencionado nas narrativas quando as mulheres falavam dos partos realizados na comunidade, pois uma das causas de não se recorrer aos hospitais para isso,

estava também nas condições das estradas e na falta de condução⁴² que funcionavam como empecilho para tudo o que fossem precisar da/na área urbana.

Mapa 7 – Prudentópolis e municípios limítrofes em relação à sua capital Curitiba - adaptado



Fonte: Adaptado por Costa (2013, p. 45).

Ursula Prutsch (2013, p. 4) argumenta que imigrantes e integrantes do grupo Gê como os indígenas Guaranis, Xoklém e Caingangues tiveram enfrentamento regular durante o século XIX no sul do Brasil. Estes grupos se dispersariam e sofreriam acentuado declínio de sua população pelos próprios imigrantes, pelas sociedades de imigração e pelos governos das províncias (a partir de 1889, os “estados”). Sem interesse na cultura indígena, os colonos, passaram a se referir com termos como “bugres” ou botocudos para qualquer índio que correspondesse a sua concepção de “selvagens desalmados”.

Assim, reafirma-se a existência de indígenas na região, bem como, não se exclui a possibilidade de trabalhadores de fazendas que estavam nas terras pertencentes à Guarapuava, e que permaneceram após a emancipação da Província que se concretizou em 1853.⁴³

⁴² Eulália Zdébski (2020) se refere à falta de condução, que seria algo como meio de transporte, um carro que levasse as mulheres até a cidade.

⁴³ Até 1853, não existia o Paraná. O território que hoje conhecemos pertencia a São Paulo. Em 2 de Agosto de 1853, o projeto de emancipação da comarca do Paraná foi aprovado e, em 29 do mesmo mês, sob Lei nº 704 sancionada por D. Pedro II, foi criada a província paranaense. Capítulo I, p. 15-22 (PRIORI *et al.*, 2012).

No entanto, não parece ter sido fácil⁴⁴ essa ação de instalação e início da vida na colônia, e este território não era um lugar vazio. As entrevistadas apontaram que na época de suas infâncias no Faxinal Anta Gorda viviam grupos que eram conhecidos como “bugres”.⁴⁵

O vazio demográfico também não deve ser dimensionado, é uma questão a ser problematizada em pesquisas, pois estudos passados excluíram a população indígena no contexto de povoamento feito pelos imigrantes no segundo e terceiro planaltos paranaenses, como se essa população nunca estivesse existido. Lucio Tadeu Mota (1992) salienta que essa linha de defesa do território como “vazio demográfico” apresenta contradição, e de que a partir dos anos 1960 as preocupações voltavam-se a pensar a identidade paranaense e refletir sobre essa questão.

Entre diversas vezes que apontaram dificuldades de início para aqueles que vieram da Europa, as entrevistadas, como Eulália Zdébski (2020), contam que os mais velhos da sua família diziam que algumas mulheres “enlouqueceram” por não saberem notícias dos filhos menores que deixaram na Europa.

Sem comunicação, tentavam sobreviver com a mão de obra de toda família e ajudar os vizinhos a limparem os terrenos e construírem suas casas⁴⁶ para que pudessem se ver livres dos perigos da mata. Nas narrativas das mulheres de ascendência polonesa há menção das primeiras moradias rudimentares serem feitas com ajuda dos vizinhos. Essa troca parece ter existido desde o início, quando as dificuldades pareciam maiores, mesmo que poloneses e ucranianos demarquem seus espaços em lotes de terras ocupados por eles, em momentos onde as comunidades apresentavam crescimento e grande número de crianças, foi preciso buscar soluções conjuntas como foi o caso na comunidade analisada, onde os dois grupos se uniram para a construção da primeira escola.

Maria Kiec contou que no início da chegada dos imigrantes, os perigos eram muitos.

⁴⁴ Também a respeito das tensões no Estado do Paraná como entre imigrantes e nacionais (Cf. LAMB, 1994).

⁴⁵ Constatamos a existência de um buraco no Faxinal que, segundo nossa entrevistada Eulália, seria do local usado por esse povo não católico, principalmente no inverno. Investigando a arquitetura indígena, Weimer (2018) aponta que “as habitações denominadas de buracos de bugre eram compostas por um buraco cilíndrico maior e uma série de buracos menores próximos a ele. Os maiores apresentavam uma profundidade variável, entre um e dois metros, e um diâmetro entre 10 e 20 metros. Já os buracos menores apresentavam uma profundidade entre 30 centímetros e um metro e diâmetro em torno de três metros, além de apresentarem um formato semelhante a uma calota esférica. O autor considera que o uso da terra como material de construção, por sua capacidade de isolamento térmico e como solução para problemas impostos pelo meio, seria um indicativo de que essa tipologia seria originária de locais frios”.

⁴⁶ A referência para casas não leva em conta aquelas de alvenaria ou madeira comuns na comunidade hoje. Naquele momento, as casas eram feitas de madeira que consistiam em geral de troncos finos cortados, mediante as ferramentas rudimentares que dispunham. Os buracos preenchidos com argila e em geral cobertas com folhas de palmeira até a possibilidade econômica permitir que fossem melhoradas. Teodózio Nedza alega que seu bisavô morava numa casa semelhante a essa, e que “no dia que deu uma enchente do Rio Anta Gorda, tiveram de carregar nas cadêra porque não sabia nadar e se recusava sair dessa que água tava levando”.

A iniciativa de traçar linhas e ao longo delas distribuir as famílias de poloneses e ucranianos aconteceu após a chegada dos mesmos,⁴⁷ como se pode ver na figura onde estão traçadas as referidas linhas.

Essa atividade também contou com os próprios colonos que passaram a trabalhar na abertura das estradas para que pudessem ser assentados e garantissem o início de seus empreendimentos. Antes de serem distribuídos pelas colônias, ficaram acampados na área urbana, esperando até que fosse viabilizada a instalação deles.

Poloneses e ucranianos que se estabeleceram no Paraná, conseqüentemente em Prudentópolis, passaram a viver majoritariamente nas colônias⁴⁸ na tentativa de reproduzir grande parte de práticas agrícolas trazidas na memória. A princípio, a dedicação se concentrou na lavoura principal de trigo, alimento comum na terra natal destes. Embora com técnicas rudimentares e com pouco apoio do governo, puderam também se organizar como cooperados. Na concepção de Paulo Horbatiuk (1989), a primeira moageira do Paraná em 1913 foi organizada pelos ucranianos. Para Anderson Prado (2017, p. 24),

Entre contrariedades e dificuldades, os ucranianos e poloneses se estabeleceram e organizaram-se em colônias, muitas delas deram origem à cidades, como é o caso de Prudentópolis. Nas outras décadas seguintes, chegaram outras levas de imigrantes, os quais, quando chegaram, encontraram as colônias estabelecidas. [...].

Os grupos de ucranianos e poloneses chegados no município de Antônio Olinto estudados por Andrezza, contribuem para pensar a situação quanto à composição da Colônia Prudentópolis. Assim, abordando as fronteiras étnicas dos dois grupos que embora possuam pontos em comum, nas colônias onde se instalaram, havia divergências entre eles, como lembra Lourenço Resende da Costa (2012) de que era motivo de conflito a decisão de qual cúpula escolher ao se construir as igrejas do município. Já Andrezza (2005, p. 80-81) sugere que:

Em outras palavras, estas populações imigrantes usaram seus respectivos acervos culturais para montarem os significados de pertencimento étnico. Tudo indica que foi da comunhão de tradições e idiomas assemelhados com a prática de uma religião comum que se retiraram os marcos de sua contrastividade com os demais. Nessa recriação cultural havia - como foi dito anteriormente - uma matriz de contrastividade trazida da Galícia. E ela foi retomada na colônia, fato que se evidencia pelos atritos havidos entre os dois grupos desde o estabelecimento. Nas demarcações étnico-culturais era expressivo o fato de os rutenos serem de rito grego ou ortodoxo e os

⁴⁷ Guérios (2007) aponta a criação da Colônia de Prudentópolis em 1895. São João de Capanema depois de se emancipar de Guarapuava (PR) em 1906 passou a ser denominada Prudentópolis.

⁴⁸ Para Guérios (2012, p. 11), a definição de “colônia” alicerçada em Seyferth (2003, p. 150) “é mais que um referente territorial e sócio econômico: designa de fato, a comunidade étnica”. De modo semelhante, a categoria “colono” na região é inseparável da imagem de um “camponês pequeno proprietário ‘de origem’”, sendo assim articulada a um qualificador étnico segundo Seyfert, G. (1984, p. 1).

poloneses, de rito latino. Nesse ponto deve-se retornar à algumas questões de fundo, qual seja, esclarecer um pouco a divisão etno-religiosa⁴⁹ da Galícia. [...] tem-se que a população da Galícia era composta por rutenos, católicos de rito grego ou uniatas ou ainda ortodoxos; e poloneses, católicos latinos. Na região passou a haver uma relação muito íntima entre crença religiosa e identificação étnico-cultural.

Uma das maiores comunidades de ucranianos prudentopolitanas está localizada na comunidade de Linha Esperança e foi uma das primeiras de (1895-1897) a se configurar com a presença da igreja construída pelas pessoas. Para Dom Volodemer Koubetch (2010 *apud* HAURESKO, 2015, p. 10), a comunidade “tem uma longa história, que remonta aos primórdios da imigração ucraniana no Brasil. Sua história adquiriu uma sistematização razoável, mas deve ser melhorada”. Parafrazeando Hauresko (2015), a vida das famílias estabelecidas na Linha Esperança tem relação inerente com a igreja e a escola de madeira construída entre 1903-1906. A igreja recebeu o nome de Igreja Nossa Senhora do Patrocínio, mas sua estrutura seria substituída por uma de alvenaria que foi iniciada em 1943 e inaugurada em 1959. Para tais empreendimentos a comunidade contou com a contribuição de sacerdotes como Padre Silvestre Kizema que comprou o lote 21 para a construção da primeira igreja.

A seguir, disponibilizamos a fotografia da igreja em 1959 e nos dias de hoje.

Figura 5 – Igreja de Alvenaria – Linha Esperança inaugurada em 1959



Fonte: Google (2022)

⁴⁹ Andreatza (2005, p. 80-81) se refere a história das divisões da Igreja Católica que remonta à sua própria organização que, até 1054, caracterizava-se pela existência de patriarcados (O nome dos patriarcados corresponde ao de suas sedes: Jerusalém, Antioquia, Alexandria, Roma e Constantinopla), correspondiam, grosso modo, a cinco grandes ritos litúrgicos. Com o Cisma do Oriente, surgiram a Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa. Em termos de rito, a Igreja Católica Romana corresponde o rito latino e a Igreja Ortodoxa, o rito bizantino ou constantinopolitano (Os princípios da fé ortodoxa já haviam surgido desde 842, com o movimento iconoclasta, mas com o Cisma, passaram a ter força de dogma).

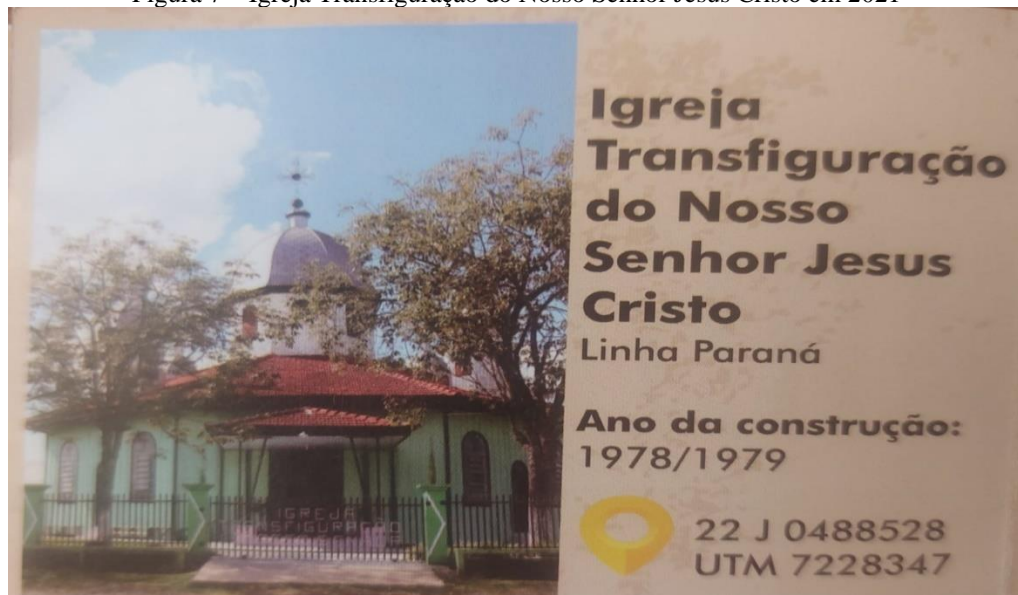
Figura 6 – Igreja Nossa Senhora do Patrocínio em 2021



Fonte: World Orgs (2021).

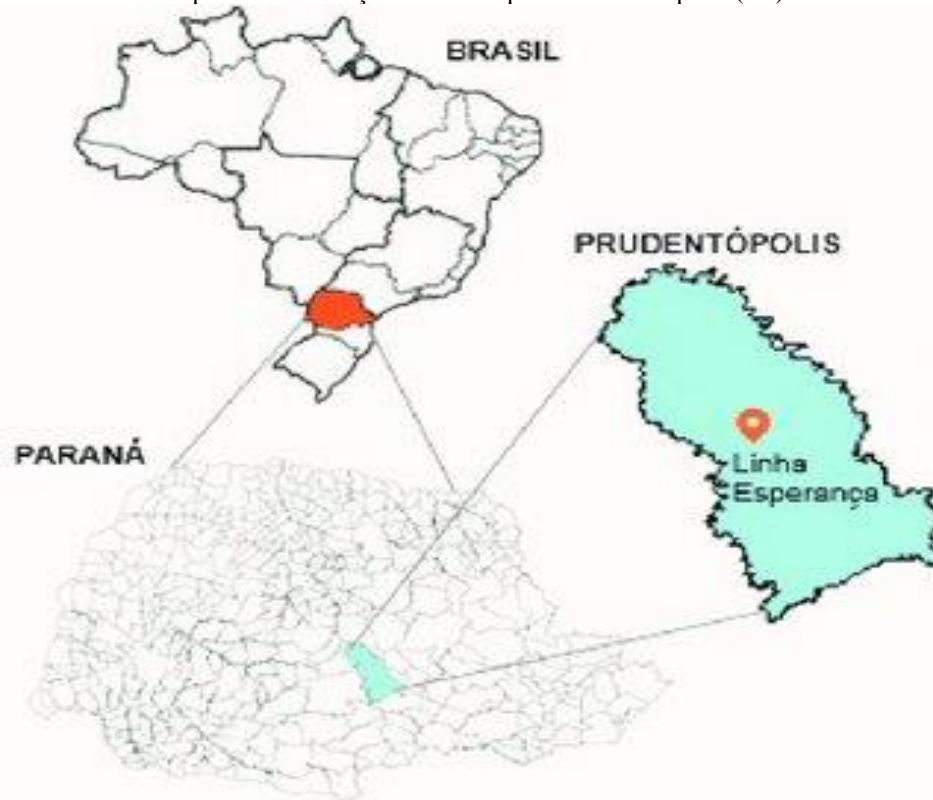
Segue a fotografia da Igreja de Linha Paraná 2ª Secção nos dias de hoje que está no Folder elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo e disponível no Museu do Milênio para os turistas que visitam aquele local de memória.

Figura 7 – Igreja Transfiguração do Nosso Senhor Jesus Cristo em 2021



Fonte: Folder Museu do Milênio (2022).

Mapa 8 – Localização do município de Prudentópolis (PR)



Fonte: Opuchkevitch et al. (2020).

Na comunidade de Linha Esperança⁵⁰ há grande número de pessoas que falam a língua ucraniana e participam da vida comunitária onde acontecem as missas mensalmente e nos dias santos na Igreja Ucraniana Nossa Senhora do Patrocínio, bem como, acontecem outras atividades ligadas à fé católica, sob a liderança das Irmãs Servas de Maria Imaculada as quais vivem numa casa próximo à escola municipal, ao cemitério e à igreja.⁵¹

O Colégio Estadual Padre José Orestes Preima que também se localiza neste local, recebe alunos de diferentes comunidades vizinhas que se comunicam no idioma ucraniano também. Embora nas salas de aula a comunicação seja realizada na língua portuguesa, é comum encontrar alunos conversando em ucraniano, o mesmo não se percebe com o idioma polonês.⁵²

⁵⁰ Segundo dados obtidos no Fórum Eleitoral de Prudentópolis, há duas seções eleitorais na Linha Esperança com 659 eleitores no total. Linha Paraná Sede possui uma seção eleitoral com 302 eleitores no total, e Linha Paraná Anta Gorda 1ª seção possui 178 eleitores no total. Tanto para Linha Esperança, quanto para linha Paraná Anta Gorda 1ª seção há pessoas que votam nesses dois locais e residem no faxinal, se deslocam de acordo com a proximidade do lugar de votação pedido na hora de fazerem o título.

⁵¹ Cf. Hauresko (2015).

⁵² Nossa observação se deu entre 2011 a 2019 no Colégio Estadual Padre José Orestes Preima no qual estudam alunos e alunas das comunidades próximas e fui professora na instituição. Mas, como já observado em estudos feitos por Costa (2019), também a língua falada responde pela identidade de um povo, e são os descendentes de poloneses mais idosos que ainda falam o idioma fluentemente, como observado nas entrevistas deste trabalho. Outro trabalho resultante de formação no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) de autoria da professora Nádia Muzeka e Claércio Ivan Schneider (2010), intitulado “História local e identidades: cultura e tradições ucranianas em Prudentópolis – PR” aponta uma experiência de pesquisa de história local que aborda

Costa (2018) em seu artigo “Identidade e cultura: o uso da língua ucraniana em Prudentópolis – PR”, evidencia na região norte do município de Prudentópolis, que Jaciaba é a maior comunidade polonesa do município e está localizada há alguns quilômetros da Comunidade de Ligação onde está situado o Colégio Imaculada Conceição que atende alunos dos ensinos fundamental e médio do seu entorno. A identidade étnica das famílias de Ligação não é composta por uma minoria ucraniana, e nas comunidades de onde proveem os estudantes, os ucranianos são majoritários, porém, nas estatísticas nacionais estes pertencem a grupos minoritários se comparados com italianos, portugueses e espanhóis, por exemplo, que vieram para o Brasil. Costa (2018, p. 307), argumenta:

Os ucranianos possuíam no velho mundo algumas animosidades com os poloneses. A proximidade entre dois grupos eslavos, mas que possuíam divergências antigas aumentam a complexidade do jogo das identidades, das relações de poder e das estratégias e táticas à maneira Certoniana.

Para Andrezza (1996, p. 16) e Guérios (2007, p. 138), historicamente, os ucranianos foram submissos à nobreza polonesa e após chegarem no Brasil, permaneceram assim ainda por longo período de tempo. Costa (2021, p. 277), lembra:

Os ucranianos que desembarcaram no Brasil a partir da última década do século XIX, vieram de um contexto de dominação estrangeira, seja dos czares da dinastia Romanov ou do Império Austro-Húngaro. Cabe mencionar que naquela época, parte da Ucrânia atual, especialmente a Galícia, de onde vieram muitos imigrantes ao Brasil, era uma região em que os poloneses possuíam uma posição política de superioridade em relação aos ucranianos.

Embora encontremos nas narrativas de nossos entrevistados de que “agora está tudo bem”,⁵³ parece que as pessoas na medida que vão ficando mais idosas, passam a menosprezar as possíveis divergências do passado, não externando conflitos e preferindo silenciar sobre tal assunto.

Parte das mulheres entrevistadas resistem ao desaparecimento da língua polonesa que não faz parte do cotidiano dos membros mais novos da família, e falam fluentemente o idioma. Ana Kuzma,⁵⁴ Eulália Zdébski, Maria Kiec⁵⁵ e Vitória Grutka,⁵⁶ quando se visitam, trocam

os alunos pesquisados do referido colégio.

⁵³ Na frase “agora está tudo bem”, o *agora está* é como se no passado não estivesse. Porém, por relutarem falar sobre possíveis desentendimentos, consideramos esse silenciamento como opção deles, sem no entanto forçá-los a falar sobre o que não queriam.

⁵⁴ Entrevista concedida por Ana Kuzma. **Entrevista 1** [dez./2019]. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

⁵⁵ Entrevista concedida por Maria Kiec. **Entrevista 1** [març./2020]. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

⁵⁶ Entrevista concedida por Vitória Grutka. **Entrevista 1** [jan./2020]. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

experiências e conversam no referido idioma, não notamos se tal situação ocorre entre os homens. Infere-se que sejam os mais idosos que ainda preservem o polonês como língua falada, pois entre os jovens já não se observa nas escolas e nem nas comunidades que estejam usando o idioma para se comunicar.⁵⁷

A comunidade de Linha Paraná Anta Gorda está distante 18 km da cidade de Prudentópolis⁵⁸ e nela vivem famílias de ascendências ucraniana e polonesa, e na parte onde se situa o Faxinal vivem também famílias afrodescendentes. A comunicação dos moradores acontece em português, em polonês (no caso as mulheres dessa origem) e em ucraniano. É comum no interior de suas casas, acontecerem rezas, como os terços e orações, na língua dos antepassados e em geral, a liderança de todo este ritual cabe às mulheres que incentivam a família para participar, embora demonstrem desconforto ao perceber que suas netas⁵⁹ nem sempre ajoelham ou ficam de pé para tais rituais.

As pessoas que têm casas localizadas próximas do mata-burro⁶⁰ participam das atividades na Capela da Comunidade Paraná Anta Gorda. As missas acontecem no rito ucraniano e no rito latino de modo que são duas ao mês, uma de cada rito, como externado na fala das entrevistadas Maria Kiec, Eulália Zdébski e Maria Slociak.

Carlos Alberto Koliski (2009, p. 20) argumenta que quem vive no Faxinal Anta Gorda, pertence à Comunidade de Linha Esperança. Nesta que dista cerca de seis quilômetros da comunidade, está situada também a Capela do rito latino na qual os descendentes de poloneses da Comunidade de Linha Paraná Anta Gorda e Faxinal frequentavam a pé, a cavalo ou nas carroças que serviam também para transportar a produção agrícola, mas podiam servir também de condução para a participação religiosa, conforme aparece na narrativa de Eulália Zdébski

⁵⁷ Ulisses Iarochinski traz as explicações em torno dos termos “polaco” e “polonês” na sua tese de doutorado intitulada “Polaco: Identidade cultural do brasileiro descendente de imigrantes da Polônia” defendida em 2010. Embora o termo seja explorado também na dissertação de Tomacheski (2014, p. 27), optamos em fazer uso do termo polonês, e na comunidade em questão esse termo prevalece na fala de ucranianos e poloneses. Em contrapartida, o termo “tinha que ser polaco” quando referido pelos ucranianos, está vinculado a algo julgado como negativo e feito por alguém dessa ascendência. Da mesma forma, se há algo julgado como negativo que parta dos ucranianos, a referência que os poloneses fazem é “tinha que ser ucrânico”. Situações já mencionadas também pelos moradores da comunidade analisada.

⁵⁸ O Município de Prudentópolis está situado na região centro sul do Paraná, a 207 km da capital, ocupa uma área total de 2.461,58 Km², possuindo uma população de 51.567 habitantes, (Estimativa da população – IBGE/2015). Uma das rotas para conhecer, saltos, cachoeiras e experimentar aventuras oferecidas nesses locais é a própria estrada que perpassa o Faxinal e a comunidade de Paraná Anta Gorda locais estes onde nossa pesquisa aconteceu.

⁵⁹ Eulália Zdébski (2020) queixou-se que quando vai na casa de seu filho que mora logo ao lado da sua para rezarem o terço, não consegue entender porque a sua neta fica deitada no sofá e passa muito tempo no celular. Indignada diz que a reza tá sendo deixada de lado por causa “dessa internet”.

⁶⁰ Passagem aberta para veículos motorizados. Ao lado se localiza portão que fornece passagem sem danos às patas dos animais, quando da passagem das carroças puxadas por eles, ou passagem diversa dessa. É espaço que demarca, que separa, que funciona como fronteira, mas uma fronteira tênue, entre Faxinal e fora dele, não impeditiva para a comunidade.

(2020) “[...] ia de carroça com toda a família e se não, ia a pé, maioria a pé”. A referida capela era mais frequentada no passado pelos descendentes de poloneses da comunidade analisada do que na contemporaneidade.

A igreja que é mais antiga, de Linha Esperança⁶¹ e a outra de Linha Paraná⁶² em outros tempos era mais frequentada por ucranianos do que hoje. Costumeiramente, mulheres da comunidade Paraná Anta Gorda eram convocadas para o trabalho de preparar bolos, doces e pães, que antecedia festas religiosas com o intuito de reformar/manter a Capela do Rito Latino e igrejas do rito ucraniano com o lucro proveniente delas nas comunidades citadas. Homens eram convocados para atividades de reforma e limpeza dos pátios das capelas e igrejas. No passado, reuniam-se para as missas ou festas religiosas, hoje o fazem de forma esporádica, quando há eventos maiores.

Por razões de proximidade com a Capela de Paraná Anta Gorda,⁶³ nos pareceu que frequentam mais esta, nos dias de hoje, porque estão próximos também de seus vizinhos, amigos, parentes que dividem a vida e se reconhecem neste lugar.

Acreditamos que dentre vários fatores, um tenha sido o responsável para a necessidade do surgimento da escola que após a construção pelos membros da comunidade, passou a servir como capela para novenas e cultos do rito latino. O fator “distância” que os moradores deviam percorrer para chegar numa ou noutra igreja que ficam na Comunidade Linha Esperança e outra na Comunidade de Linha Paraná. Dessa forma, tiveram a ideia de construir uma escola pedindo ajuda aos moradores e comprando uma casa de madeira para a devida construção. Assim, as crianças das famílias que viviam próximas ao Rio Anta Gorda passaram a frequentar e aprender a ler e escrever com quem fosse escolhido para a função. Nas lembranças de Nedza (2020),

⁶¹ Consta em Hauresko (2015, p. 1-17) que com a instalação da primeira igreja do rito greco-católico, “[...] a construção da comunidade e do espírito de pertencimento ao mesmo grupo teve início com a vinda dos padres basilianos da Ucrânia, por solicitação dos próprios colonos, e a construção da 1ª igreja ucraniana da localidade”, em 1897, a igreja de nome Nossa Senhora do Patrocínio em seu lugar de 1903-1906 – feita também em madeira, e de 1943 a 1959 em lugar da segunda, a igreja de alvenaria que permanece até hoje. As duas últimas construções contaram com a presença e incentivo de padres. A primeira parece ter sido de iniciativa dos colonos ali instalados de 1895-1897”.

⁶² No relato de Teodózio Nedza consta que esta igreja foi construída “antes tempo mais pra frente onde tá a de hoje”. Mas, no folder do Museu encontramos que a atual Igreja – Transfiguração de Nosso Senhor Jesus Cristo – foi inaugurada entre 1978-1979. Um pouco mais adiante havia outra frequentada por eles e que não conseguimos precisar a data da construção.

⁶³ Segundo consta no Cadastro de Escolas de 1966, o terreno doado por Vitório Grutka e “sua mulher”, foi oficializado em 04 de fevereiro de 1946. Mas, na escritura que tivemos acesso na própria Secretaria de Educação de Prudentópolis, consta também que a Casa Escolar já existia no lugar, o que se comprova pelo relato de Teodózio Nedza de que a Comunidade teve a iniciativa de construir a escola antes, sem conseguirmos precisar a data de sua construção. Essa escola foi utilizada como capela e mais tarde as outras duas escolas que existiram também cederam espaço para as celebrações religiosas por falta de outro espaço. Hoje já existe uma capela para essa finalidade, e o último prédio onde funcionou a escola é usado para reuniões que os moradores da comunidade fazem.

a professora ensinava a ler e escrever, incluindo crianças de famílias do Faxinal e da comunidade do entorno da casa escolar construída e próxima do referido Rio. Convém apontar onde se localiza também o Faxinal e como é configurado esse espaço que possui peculiaridades e olhares distintos de pesquisadores, sejam geógrafos, historiadores, sociólogos, arqueólogos entre outros que analisam esse espaço.

Hauresko (2012, p. 29-32) traz diferentes abordagens sobre o Faxinal e Roberto Martins de Souza (2007) afirma que esse formato de organização já ocupou cerca de um quinto do território paranaense, no entanto, até a década de 1980 não era objeto de estudo na historiografia. São as pesquisas acadêmicas a partir dessa época que irão contribuir para o reconhecimento⁶⁴ dos faxinalenses como povos tradicionais.

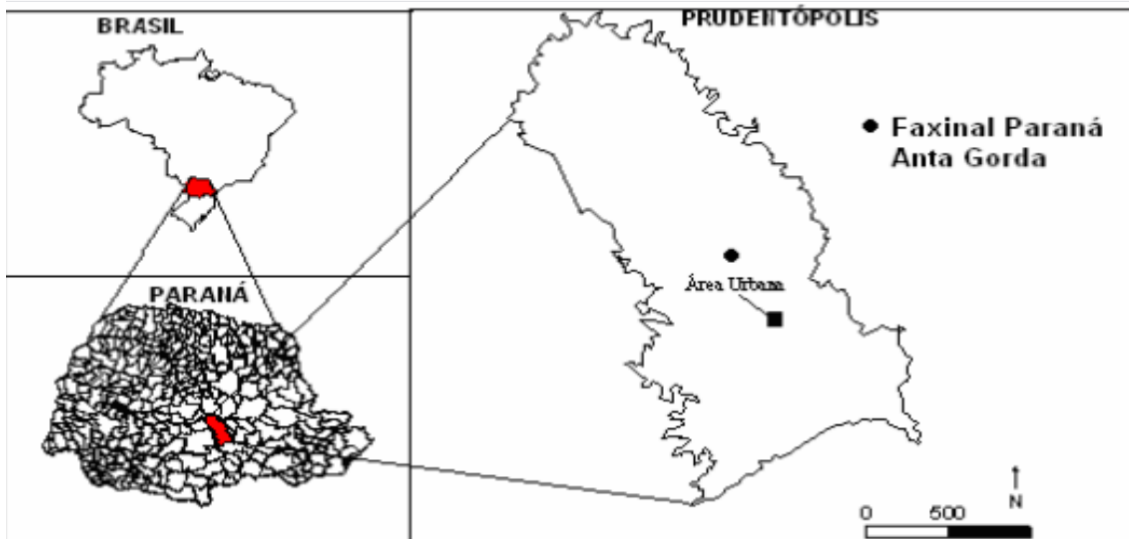
José Adilçom Campigoto e Helio Sochodolak (2008) apontam que o Faxinal é uma manifestação cultural dos povos tradicionais e nele estão as terras de criar – ou área de compáscuo – e área de plantio. Na área comum, onde destinaram para criar animais, as habitações dos moradores são cercadas por pastagens e matas onde criam ovinos, caprinos, equinos, bovinos, suínos e aves domésticas, que se alimentam de grama, pequenos arbustos existentes no cercado e frutos nativos, tais como gabioba, cereja, pitanga e pinhão. Evitando que animais destruam plantações, a área destinada ao criadouro aparece separada por cercas e os mata-burros e portões são construídos para facilitar o trânsito, de modo que estes fiquem impedidos de ultrapassar tal limite, mas as pessoas não. Assim, aparecem também as residências cercadas para que os animais não destruam jardins ou quintais.

A configuração do Faxinal Anta Gorda se aproxima dessa definição feita por esses autores e dialoga com a perspectiva de Ancelmo Shorner (2010) onde os faxinais estão inseridos num modo de vida permanente, sugerindo uma dinâmica de transformação contínua.

[...] formam um amplo sistema comunal ligado por antigos laços de consanguinidade, vizinhança ou casamento. Neles as pessoas ainda nascem e morrem a poucos quilômetros dos lugares onde seus pais e avós viveram. As rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma da construção das casas e das cercas, e as festas compõem uma estrutura e as representações de um modo de vida que se transforma continuamente, embora existam várias permanências (SHORNER, 2010, p. 12).

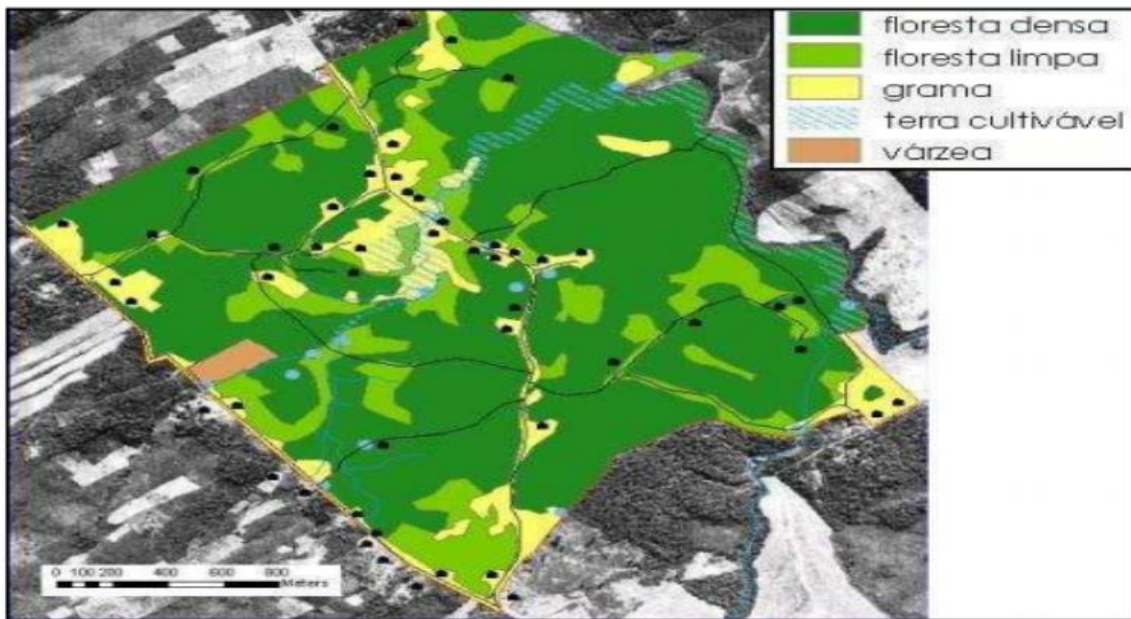
⁶⁴ O reconhecimento como povos tradicionais se deu em 2006 pelo Governo Federal e 2007 pelo Governo Estadual. No Paraná, ainda em 1997, o uso dos faxinais foi regulamentado como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) através de Decreto o nº 3.446/1997. Atualmente, a riqueza desse espaço está vinculada também à existência de últimas reservas de florestas nativas no referido estado.

Mapa 9 – Localização Faxinal Linha Paraná Anta Gorda



Fonte: Koliski (2009, p. 19).

Mapa 10 – Vegetação do Faxinal Paraná Anta Gorda



Fonte: Dykstra (2007 *apud* KOLISKI, 2009).

Para Hauresko (2012, p. 131), foi no contato com o meio ambiente que os faxinalenses construíram esse lugar, ao buscarem dominá-la e se adaptar em meio às matas virgens, onde estabeleceram relações marcadas, onde o trabalho agrícola sofria interferência direta das forças da natureza. Suas ferramentas passaram a ser confeccionadas na medida que dificuldades se faziam presentes. Na opinião da autora, a maior parte destas como foice, cavadeira, machado, são como que extensões do corpo, “o prolongamento dos braços do trabalhador”.

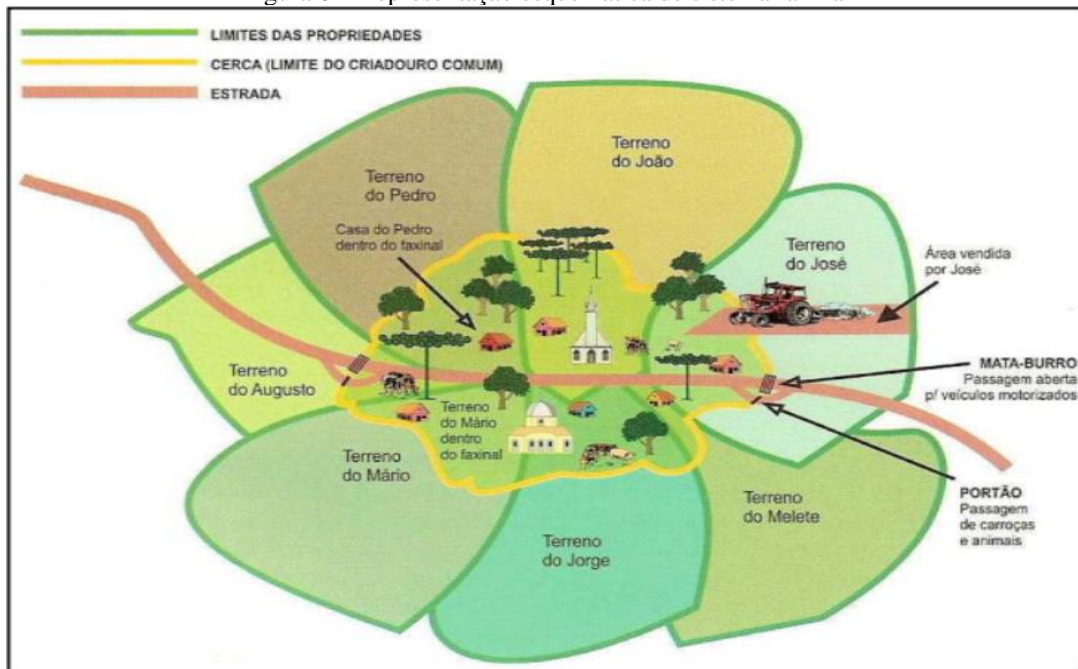
As relações estabelecidas no Faxinal eram mediadas por laços de solidariedade, troca de dias de trabalho, ajuda mútua, entre outras ações que permitiram uma vida comunitária que

sustenta práticas através das gerações até hoje, comuns a povos tradicionais faxinalenses e que foram fundamentais para a sobrevivência no início da colonização e se fazem presentes tanto dentro do Faxinal limitado pelo mata-burro, quanto na comunidade próxima de Linha Paraná Anta Gorda, onde concentramos nossa pesquisa.

As comunidades de Prudentópolis são identificadas também pela religiosidade e pela atuação de lideranças que à igreja estão ligadas como, por exemplo, Teodózio Nedza (1941) que com seus 88 anos de idade, em todas as missas do rito ucraniano da comunidade se faz presente e atuante, assessorando o padre com uso dos objetos como velas, Bíblia, cesto de coleta, nas próprias rezas e cânticos.

As mulheres de ascendência ucraniana participam de reuniões mensais muito incentivadas também pelo padre, onde rezam, leem e refletem sobre diferentes formas de exercer a caridade. Por exemplo, em diferentes situações ouvimos que fazem “junta” para ajudar alguém carente da comunidade que esteja precisando de apoio. Essa junta se refere ao dinheiro que arrecadam para levar às famílias que precisam. Nádia Slociak⁶⁵ chama a atenção para o que em geral se faz nas reuniões: “[...] leem do ‘Micionar’⁶⁶ [...] sabe? E daí rezam ‘bojestvéni cértchie’⁶⁷ e daí rezam nas intenções, rezam bastante assim”. Em seguida, optamos por exemplificar o Faxinal com uma representação feita por Chico Guil *et al.* (2006).

Figura 8 – Representação esquemática de sistema faxinal



Fonte: Guil *et al.* (2006).

⁶⁵ Entrevista concedida por Nádia Slociak. **Entrevista 1** [mar. /2020]. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

⁶⁶ Revista mensal editada semanalmente pelos padres Basilianos de Prudentópolis.

⁶⁷ Significado de *bojestvéni certchie* – *coração divino*. Optamos por não traduzir a fala e manter como ouvimos das pessoas entrevistadas para que os leitores que desconhecem o idioma ucraniano percebam como eles falam.

Como observamos as casas dos moradores do Faxinal são cercadas para que os animais não entrem no quintal, jardim e pátio da casa – apesar de viverem soltos – e a área de pastagem e de criação é separada por cerca de arame. Há também a passagem com um portão para carroças e condução de cavalos quando vão para as roças cultivar a terra, bem como, um mata-burro para passagem de veículos, como exemplificado na figura feita pelo autor.

Nas casas das pessoas entrevistadas constatamos que há jardim, horta, por vezes um pequeno bosque com árvores frutíferas, há galinheiros, fornos à lenha e paióis, para armazenar alimentos, como o milho para a criação.

Também na sua Tese de Doutorado, ao estudar o Faxinal Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros, Hauresko (2012, p. 159-160) aponta essa conexão do faxinalense com a terra de moradia onde sua vida e cultura se desenvolve. “No Faxinal Anta Gorda, as casas de madeira são construídas até hoje, embora em menor quantidade [...] algumas com aproximadamente 80 anos de idade”. Na concepção da autora, são essas casas que se inserem no processo inicial de construção do lugar pelos povos faxinalenses. Encontramos inclusive no relato de Teodózio Nedza de que ali “tinha serraria antes tempo”, e que os “marcenêro é que faziam móveis pras casa da gente”.

A faxinalense Nádia Slociak salienta que: “Faxinal é uma comunidade que tudo mundo sorta criação [...] antigamente não tinha mata-burro, tinha só portão ali. Daí sempre incômodo, porque criação passavam cerca, iam pras roça”. A entrevistada também marca a diferença dos dois espaços que se entrelaçam e se respeitam quando atribui a parte de lá do mata-burro como roça, assim como o fez o Senhor Ladislau Kiec⁶⁸ que disse para a parte onde vive, “aqui a gente faz lavoura e lá eles têm criação”. Assim como diz Maria Slociak (1960): “Só faxinal tem que ser respeitado como faxinal, com criação, já aqui, lavoura”.

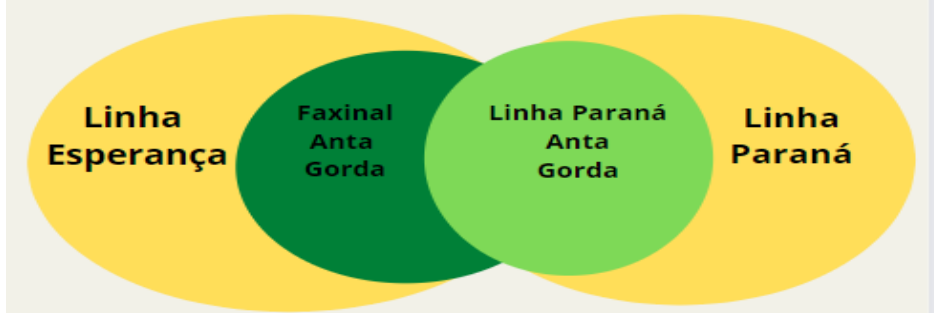
A comunidade de Linha Paraná Anta Gorda, era uma comunidade formada por poucos moradores segunda informam nossos entrevistados, houve um crescente povoamento na medida em que filhas ou filhos formavam famílias entre descendentes de ucranianos e poloneses. Maria Slociak: “Eu vim de fora, lá da Linha Paraná”. A entrevistada reafirma que veio de fora, marcando com a diferença o lugar próximo ao Rio, como Linha Paraná Anta Gorda. Mostra também que as mulheres estavam unidas e liderando as novenas e não perdiam esses passeios, nem os encontros de oração entre os vizinhos: “[...] aqui nós gostava muito de passeiá, de se visitá, de i nas capelinha, i nas novena de natal, nossa! Nós não perdia, com tua mãe, i falecida

⁶⁸ Entrevista concedida por Ladislau Kiec. **Entrevista 1** [mar./2020]. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

Natalhka, nenhuma novena, terço nós fazia na igreja, capelinha nós se reunia assim que, todos vizinhos se reunia”.

Na vizinhança se leva em conta os dois lugares diferentes e concatenados, o faxinal como local dos moradores que ficam mais longe de suas terras de cultivo, e os moradores de fora do faxinal, onde em parte as terras se localizam para cultivo e estão próximas ao Rio que dá o nome à comunidade. Fazendo referência ao Faxinal, Koliski (2009, p. 20) aponta que: “este é um dos nove faxinais do município que ainda mantêm as características originais de formação, que no ano de 1997, através do Decreto Estadual 3477/97, tornou-se uma Área Especial de Uso Regulamentado”.

Figura 9 – Representação do local onde se situa Linha Paraná Anta Gorda e Faxinal Anta Gorda



Fonte: Autora (2021).

Levando em conta esta representação, somente com o intuito de situar o leitor entre as comunidades antes demarcadas: Linha Esperança e Linha Paraná, optou-se por apontar o Faxinal Anta Gorda (verde escuro) e a Paraná Anta Gorda (verde claro) que se situam entre as duas comunidades (amarelo). As pessoas que vivem no Faxinal pertencem a comunidade de Linha Esperança; porém, parte dessas pessoas que vizinham com aquelas que estão fora do Faxinal, portanto próximas da Capela da Comunidade de Linha Paraná Anta Gorda, participam das missas, se visitam, trocam experiências e estão em constante contato umas com as outras.

Linha Esperança, Linha Paraná 2ª secção e Linha Paraná 1ª secção são nomenclaturas utilizadas pelo Fórum Eleitoral de Prudentópolis. Porém, entre os moradores da comunidade “Linha Paraná Anta Gorda”, “Linha Paraná”, “Linha Esperança” e Faxinal Anta Gorda respectivamente, é comum fazerem a seguinte referência: “moro na Anta Gorda”, “fui pra Paraná”, “vim da Esperança”. “vou pro Faxinã”. Nesse sentido na perspectiva de Certeau (2007, p. 202), “espaço é um lugar praticado”. Sendo que espaço e lugar não são antagônicos. Não se opõem, mas, fazem parte de um mesmo objeto de análise.

Na sequência, trataremos sobre história oral e local, memória e ensino de história.

1.2 HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

“Moro aqui há 40 ano. Sou ucraniana casada com polonês.[...] Antes tempo as mulheres eram muito, como diz, mandada, né? Obedeciam muito, as mulheres não tinham liberdade que nem agora” (Informação verbal).⁶⁹

O local onde vivem as pessoas entrevistadas é o local de pertencimento, onde estabelecem vínculos com o espaço, com os demais moradores e se constroem de forma dinâmica, influenciando e sendo influenciadas nessa construção.

As pessoas se conhecem e se mantêm em constante contato seja pelas atividades coletivas festivas em torno da capela, familiares, natalinas onde ainda é de costume grupos de jovens e crianças visitarem as famílias nas festas natalinas e cantarem desejando boa sorte e no ano novo no dia primeiro de janeiro, um ano novo cheio de prosperidade. Bem como se deslocarem em grupos para as atividades pascais onde também jovens, tanto ucranianos, quanto poloneses, se reúnem ao redor das igrejas para cantarem a *Hailka*⁷⁰ na maior parte das vezes com a presença de músicos locais acompanhados de sanfona.

Maria Slociak (2020) aponta que vive há quarenta anos no lugar, desde que casou e que veio de fora, da Linha Paraná. Alega que as mulheres não tinham liberdade no passado de escolher maridos, de sair, de namorar longe dos pais, e que hoje não acontecem tais coisas. Descende de ucranianos, seus avós vieram da Europa e seu marido tem ascendência polonesa, com avós vindos do mesmo continente.

O nosso trabalho parte da história local com o uso da metodologia da história oral enfocando a memória e os saberes das mulheres de ascendências ucraniana e polonesa da comunidade Paraná Anta Gorda. Nossa compreensão sobre a história local gira em torno da possibilidade de despertar nos alunos o sentimento de pertencimento e um novo olhar sobre suas comunidades como lugares de história de sujeitos múltiplos, de grupos diversos, de memória e identidade.

⁶⁹ Entrevista concedida por, Maria Slociak. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 4 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁷⁰ Para Vanessa de Fátima Pianaro (2014, p. 45-46), com a imposição do catolicismo, a *Hailka* passou a ter caráter católico e ganhou um novo significado; a festa passa a fazer parte da comemoração da ressurreição de Cristo, realizada nas segundas-feiras após a Páscoa. Mesmo com um novo significado, não deixou de ter suas características originais: as músicas e as cantigas de roda ainda permanecem. Para Sandra Tenchena (2010, p. 107) “[...] a festa da primavera era um evento alegre no qual se acendia uma grande fogueira no meio da aldeia e todos comemoravam a chegada de Dajbóh no exato momento do solstício de primavera. Ao começar desse dia, o povo já estava em festa oferecendo presentes ao Deus Dajbóh e entre eles estavam as pêsankas. Nelas, estavam gravados os raios de luz que seriam oferecidos à terra”.

Procuramos justificar a escolha pela história local como ponto de partida de uma identidade regional, como é o caso dos ucranianos e poloneses no município, sendo compreendida como “história do lugar” e se pode conhecer o passado desse lugar através da pesquisa. Se formos analisar, é a partir do local que o aluno poderá construir sua identidade e atuar na sociedade de forma ativa buscando que prevaleça seu direito de acesso aos bens culturais, sendo eles materiais ou não materiais.

Há também argumentos que defendem que a história local se liga ao cotidiano, porque pessoas comuns participam de uma história aparentemente desprovidas de importância. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trazem a ideia da história local valorizada também como estudo do meio, ou seja, “como recurso pedagógico privilegiado [...] que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte” (BRASIL, 1998, p. 62).

Na concepção de Pierre Goubert (1998, p. 73), “a volta à história local origina-se de um novo interesse pela História Social – ou seja, a história da sociedade como um todo”. No entanto, a história local não pode ser abordada somente como um conteúdo, mas, como estratégia pedagógica que aborde metodologicamente os conteúdos, e que mobilize saberes partindo da realidade local.

Escrever história partindo das novas fontes como as memórias, mudanças do cotidiano urbano, identificação das edificações antigas, sensibilizando olhares para *observação* das transformações do espaço, articular esse processo às relações externas, a outros lugares, *possibilita* construir uma histórica articulada entre local e global a fim perceber que a história do lugar ganha contornos temporais e espaciais.

A história local contribui para interpretar as maneiras como atores sociais se formam historicamente no seu modo de viver, em espaços socialmente construídos e repensados pelo poderes político e econômico na forma estrutural como no caso do nosso estudo, onde as colônias foram divididas por linhas e as fronteiras destas linhas foram tênues, pois permitiram uniões através de casamentos com pessoas de fora da comunidade, como salienta nossa entrevistada Maria Slociak: “eu vim de fora quando casei e tinha só poucas casas aqui, vim da Linha Paraná”. A entrevistada demarca a comunidade majoritariamente ucraniana da qual é proveniente (vim de fora), para a comunidade de maioria polonesa que a acolhe quando casa com alguém de origem polonesa.

O local é o espaço primeiro da atuação do homem, por isso, o ensino de história local precisa configurar também essa proposição de oportunizar a reflexão permanente acerca das ações dos que ali vivem como sujeitos históricos e cidadãos. Assim sendo, ensino de história

local pode configurar-se como um espaço que o local e o presente são referentes para o processo de construção de identidade. Cada lugar tem suas especificidades e precisa ser entendido por meio da série de elementos e de suas funções. De acordo com o PCNs:

Os estudos da história local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta dos estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais evoluídos ou atrasados (BRASIL, 1998, p. 52).

A História local pode se revelar promissora contemplando não só o indivíduo, mas a coletividade, apresentando as relações sociais que se estabelecem com a realidade mais próxima da vida dos alunos. Assim, o estudante pode compreender o seu entorno e identificar o passado e o presente nos vários espaços de convivência. O professor pode partir das histórias individuais dos entrevistados ou até do grupo, o que contribui na inserção do discente, num contexto mais amplo.

Para José D'Assunção Barros (2013, p. 13), importante é ir aprendendo a ver as experiências do passado local de determinada localidade como não isoladas do mundo, “[...], mas como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito”.

Quanto à metodologia empregada no nosso trabalho que é a história oral, Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (2006) apontam que as fontes podem ser tratadas de diferentes formas. Entre elas, as autoras sugerem que:

A primeira advoga ser a história oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira uma metodologia [...] entendida como metodologia, a história oral remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica. Esta última evidentemente a transcende e concerne à disciplina histórica como um todo (AMADO; FERREIRA, 2006, p. 8-12).

Entre os povos de ascendências ucraniana e polonesa os costumes são transmitidos pela oralidade no dia a dia das ações individuais e coletivas nas comunidades onde constroem suas vidas. As entrevistas realizadas nesta pesquisa, a história oral tomada como metodologia, contribuem para reconhecer saberes de pessoas que vivem na comunidade e também repensar a nossa prática na sala de aula como professores de história considerando a possibilidade de materiais didáticos elaborados para uso com os estudantes.

Lucila de Almeida Neves Delgado (2006, p. 44), considera a história oral “uma metodologia primorosa voltada à produção de fontes de narrativas como fontes do conhecimento”. Verena Alberti (2004, p. 19) aponta que “a entrevista tem valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam”. Já Antonio Torres Montenegro (2007, p. 22) salienta que “o depoimento oral e as fontes documentais escritas se completam”. Mas, o autor lembra que as mesmas requerem tratamento técnico/metodológico específico.

Com a escolha centrada na metodologia da história oral, nas entrevistas com mulheres e homens de 60 a 80 anos que vivem na comunidade, buscou-se analisar com um olhar sensível os saberes e as vivências que marcaram/marcam as vidas das pessoas entrevistadas.

Os relatos das mulheres entrevistadas da comunidade Linha Paraná Anta Gorda, possibilitam entender melhor sobre os sentidos que os sujeitos atribuem às relações e experiências sociais, sugerindo algo que Yara Aun Khoury (2010) aponta como principal contribuição à nossa reflexão, ao falar sobre o percurso de aproximação da historiografia, especificamente com aquela que utiliza fontes orais. A autora sugere que as fontes orais:

Oferecem subsídios importantes na lida com história e memórias como campos de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias, atravessadas por tensões e conflitos; contribuem para o avanço da compreensão da narrativa oral como um gênero específico de discurso, que se constitui mais como um processo do que como um texto acabado, pondo em evidência o movimento da palavra, da memória e da consciência (KHOURY, 2010, p. 11).

A história oral também pode ser considerada instrumento de luta política, pois nas universidades vem ganhando espaço e conseguindo o alcance de objetivos, onde diversos sujeitos e discursos, em geral, pouco considerados nas análises históricas, estão sendo alvo de pesquisas. Como uma alternativa metodológica para estudos sobre sujeitos, memórias, identidades e culturas, se torna também uma alternativa crítica para a análise de questões históricas e sociais que se interpõem no século XXI, como é o caso de mulheres agricultoras e seus saberes.

Alessandro Portelli (2010, p. 20) alerta sobre como discursos pessoais, coletivos e oficiais constroem sob maneira singular interpretações sobre uma dada memória. Nesse sentido, o autor propõe um olhar crítico em relação às entrevistas que realizou, desmistificando discursos e abrindo novas possibilidades interpretativas. No seu primeiro ensaio, “Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral”, analisa como a relação entre história e memória toma forma na narração oral. Argumentando em seguida: “A ‘entre/vista’, afinal, é

uma troca de olhares. E bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo”.

Dessa forma, eleger a história oral como metodologia, é propor a mediação pautada no diálogo entre entrevistador (a) e entrevistado (a), e considerar o “lugar de fala”⁷¹ das pessoas entrevistadas. Este lugar de fala referente às mulheres agricultoras que tiveram suas vidas marcadas pela carência material e ressignificadas pela riqueza cultural dos saberes intercambiados e das sociabilidades construídas. Apesar de que não poderemos extrair informações completas de modo que há espaço para outras análises e interpretações.

Nesse sentido, Verena Alberti (2004, p. 18) lembra a necessidade do pesquisador de evitar relativismos, não levando ao pé da letra esse infinito de possibilidades. Para ela “as entrevistas têm valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam”. A mesma autora (2005, p. 155), vê a História Oral como uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. Essa metodologia surgiu em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A autora defende que a entrevista em história oral faz com que os sujeitos se tornem únicos e singulares, onde conjunturas e estruturas que parecem tão distantes, ganhem vida. A história oral fornece um espaço de diálogo para os estudos, uma vez que os grupos excluídos como as mulheres, em geral na historiografia no passado, encontram a possibilidade de fomentar debates sobre questões que eram pouco discutidas na sociedade. E é pela memória que esse espaço se afirma. Assim, as reflexões de um passado reconfigurado, negociado podem aparecer nas entrevistas.

Ao analisarmos as entrevistas realizadas, observamos que o processo de memórias pressupõe escolhas entre os acontecimentos do passado que o grupo considera importante ser lembrado. Ao realizar escolhas, o grupo também lembra e esquece outros fatos. Mas, pode também silenciar sobre aquilo que escolhe não falar.

Conforme Ulpiano T. Bezerra de Menezes (1992, p. 16), é verdade que, “sem o esquecimento, a memória humana é impossível”. Mas, quando se fala de grupos sociais,

⁷¹ Para Djamilia Taís Ribeiro dos Santos (*apud* SANTOS, 2019) “lugar de fala” pode ser usado para situar as pessoas nos seus contextos discursivos. Do ponto de vista epistemológico, ‘lugar de fala’ é um conceito de origem imprecisa, que, segundo Djamilia, parece estar ancorado no movimento *‘feminist stand point’*, isto é, na compreensão de um ‘ponto de vista feminista’ que articula teoria racial crítica e pensamento decolonial. Ou “Se, por um lado, lugar de fala reconhece os contextos discursivos nos quais as pessoas estão inscritas, por outro, a representatividade significa a possibilidade de pensar criticamente esse lugar reconhecendo nele fronteiras que devem ser respeitadas. Ou seja, representatividade, ao mesmo tempo que delimita fronteiras, possibilita o trânsito entre elas”.

devemos estar cientes de que existem “projetos de esquecimentos”, coisas e fatos que não devem ser lembrados, sob pena de ser ameaçada a unidade do grupo, questionada a sua identidade, fragilizando e/ou colocando em questão o interesse comum.

Concordamos com Portelli quando sugere que a verdadeira contribuição dos pesquisadores da história oral para a comunidade seria: “fazer com que sua voz seja ouvida, levá-la para fora, em pôr fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que o seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades” (PORTELLI, 1997, p. 31).

Para Von Simson (2003), além de “dar voz”,⁷² a história oral possibilita que os grupos possam reinterpretar suas memórias e incorporar a uma luta social. O ato de lembrar ou compartilhar a memória proporciona sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos, porque está alicerçado numa bagagem cultural comum e, talvez por isso, conduz à ação.

Martha Cecília Gutiérrez e Joan Pagés (2018) argumentam na obra “Pensar para intervenir en la solución de las injusticias sociales”, que:

O desenvolvimento do pensamento social crítico é, para a vida, um aprendizado para a vida, que não se limita a ser avaliado por uma disciplina escolar específica, nem ao que se faz ou não na escola, mas fundamentalmente deve ser útil para a vida, para interpretar o que acontece no mundo e intervir conscientemente (GUTIÉRREZ; PAGÉS, 2018, p. 140, tradução nossa).⁷³

Promover a discussão sobre a história das mulheres oportunizando debates que levem em conta a história das agricultoras próximas da realidade dos estudantes, poderá suscitar um debate mais amplo e sensibilizando-os para a criticidade. De forma interdisciplinar, também, é possível buscar na escola essa reflexão, avaliação e o possível intervir como bem argumenta Gutiérrez e Pagés (2018).

As várias representações e identidades se constroem pelos conhecimentos escolares tratados em sala de aula por meio da disciplina de História. Nas diretrizes estaduais (PARANÁ, 2006, p. 83) consta que: A identidade se caracteriza pelas “condições de identificar processos históricos, reconhecer criticamente as relações de poder neles existentes, bem como, intervirem no mundo histórico em que vivem, de modo a se fazerem sujeitos da própria História”.

Márcia Maria Menendes Motta (2001) se refere a pouca participação de historiadores nos debates de temas do universo rural, o que lhe parece uma noção de que tal universo seja

⁷² O termo *mediar a voz* nos parece que no contexto das nossas entrevistas é mais interessante.

⁷³ “El desarrollo del pensamiento social crítico es, para la vida un aprendizaje para la vida, que no se limita a ser evaluado por una disciplina escolar concreta, ni a lo que se hace o se deja de hacer en la escuela, sino que fundamentalmente ha de ser útil para la vida, para interpretar lo que sucede en el mundo e intervenir en conocimiento de causa.” (GUTIÉRREZ; PAGÉS, 2018, p. 140).

terreno quase que exclusivo da sociologia rural.⁷⁴

Parafraseando Motta (2001), a história ao contrário da memória busca uma representação crítica do passado, e segundo Pierre Nora (1993, p. 9) é a “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. Portanto, se deve sempre levar em conta a complexidade da história, por exemplo, sobre os movimentos rurais para se entender melhor a questão da terra e dos estudos desenvolvidos acerca do homem do campo nos quais se trate da docilidade, passividade e até a própria ignorância do mesmo. Motta ainda lembra que estar ciente da dificuldade de construí-la afasta-nos, mas não elimina, o perigo de construirmos apenas memórias.

A memória é um fenômeno socialmente construído e nas palavras de Michael Pollack (1992, p. 207), a memória e a identidade “são valores disputados em conflitos sociais” e sua construção implica em lembranças e esquecimentos.

A memória deve ser entendida sobretudo como um fenômeno coletivo e social, compreendida como fenômeno construído coletivamente e submetido a mudanças constantes.⁷⁵ Ao tratar sobre a memória e refletir sobre a sua utilidade, Portelli (1997) alerta para o fato de que a memória não corresponder a um depósito passivo, antes um processo ativo de criação de significações.

[...] a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (PORTELLI, 1997, p. 33).

História e memória não são sinônimas, a história capta e estuda as memórias construindo-se com elas. E ao estudar memórias sociais abordam-se a história e as temporalidades. A memória liga-se à lembrança das vivências e existe quando laços afetivos criam o pertencimento ao grupo e ainda os mantém no presente. Pollack (1989, p. 3) quando aborda o sentido social presente na memória dos grupos sociais, acaba por reforçar a diferença entre estes, pela consciência de fronteiras sociais e culturais que são estabelecidas por meio do sentimento de pertencimento que cria a identidade.

⁷⁴ A autora aponta a contribuição marcante de trabalhos de sociólogos como Maria Silva de Carvalho Franco e José de Souza Martins, autores de dois marcos historiográficos sobre o século XIX: *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, cuja primeira edição é de 1966, e *O Cativo da Terra*, publicado em 1979. Pelas diversas reedições que estas obras tiveram, lembra o impacto dos estudos na historiografia sobre o tema rural.

⁷⁵ Michael Pollack, em seu artigo *Memória e identidade social*, cita Maurice Halbwachs, sociólogo francês nascido em 1877 e morto em 1945, que dentre outras obras escreveu sobre a vida dos operários e criou o conceito de *memória coletiva*, sendo esse seu mais célebre trabalho.

Estudar memória é falar também de silêncios, dos não ditos, do esquecimento, não apenas de vida, ou perpetuação da vida por meio da história. De forma intermediária, entre o esquecimento e a memória social permanecem as *memórias subterrâneas*. E neste último campo, conforme Loiva Otéro Félix (2004, p. 42), é falar dos excluídos, daqueles que pela fronteira do poder foram lançados à marginalidade da história, a um outro tipo de esquecimento ao retirar-lhes o espaço oficial ou regular da manifestação do direito à fala e ao reconhecimento da presença social.

Pollack (1992, p. 2) sugere que em primeiro lugar os acontecimentos vividos pessoalmente são elementos constitutivos da memória individual e coletiva. Em segundo, são os acontecimentos “vividos por tabela”, acontecimentos estes dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que pelo seu imaginário tomaram tamanho relevo que no final das contas, se torna impossível saber se participou ou não. A esses acontecimentos podem se juntar todos os eventos que não se situam dentro de um espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É possível, por meio da socialização política, ou socialização histórica, que ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Fazer pesquisa que valorize pessoas comuns, como as mulheres agricultoras e seus saberes, poderá aproximar os alunos de suas realidades, que sejam comuns nas comunidades também onde eles vivem. Assim, é possível contribuir para superar a tradicional história elitista, que glorifica heróis e refletir sobre a desconstrução dessa abordagem poderá favorecer a inclusão das mulheres no ensino de história e suas práticas nas comunidades que por vezes são esquecidas e/ou negligenciadas frente a discriminação, seja por sexo, condição social, entre tantas ainda comuns que desconsideraram práticas sociais de convívio entre mulheres, indígenas, negros ou outros grupos marginalizados por muito tempo na historiografia.

Bittencourt (2009) aponta que analisar a sociedade de forma crítica e autônoma é o objetivo do ensino de história na educação básica, por isso mesmo suscitar debates acerca da realidade dos alunos, como os saberes da experiência das mulheres, os aproximará para que possam analisar criticamente o importante papel que elas possuem. Assim, se promoverá um sentido de pertencimento dos estudantes e, por consequência, a necessidade de um olhar crítico para sua realidade. Concordamos com o olhar da autora quando reforça o objetivo da história na educação básica, pois trazer para a sala de aula as experiências que os próprios discentes possuem, poderá favorecer o debate e ajudar a desconstruir conceitos.

A autora aponta a importância da história local, em que é possível estabelecer relações de significado entre o conhecimento histórico e a vivência social. Para Bittencourt (2013, p. 202):

Os estudos do Brasil devem contemplar a história local e regional articulada à nacional, situação que requer uma compreensão sobre a micro-história e seus fundamentos teóricos. A história local deve necessariamente estar incluída nos estudos de História, mas não exatamente na ordenação do mais próximo ao mais distante, mas de forma a ser problematizada a cada momento de estudo.

Já Pierre Bourdieu (1983, p. 21) aponta que o espaço social constitui o “campo” onde se manifestam relações entre agentes. Desta forma, “o campo se particulariza como um espaço em que se manifestam relações de poder”, o que configura disputas entre os agentes sociais pela propriedade do capital específico valorizado em cada campo. A posição ocupada pelo agente dentro do campo dependerá de quanto de capital que ele possui. Nesse caso, aqueles que possuem maior “quantum social” ocuparão posições mais destacadas e deterão maior volume de capital social. Agindo conforme o “habitus” se estabelecerá uma relação continuada de trocas afetivas, simbólicas ou materiais, individuais e coletivas, proporcionando afirmação e reafirmação dos laços de sociabilidade entre os indivíduos pertencentes a rede, no tempo atual e em continuidade no futuro, o que supostamente se traduz em formas de reprodução do capital social.

O autor também afirma (1983, p. 73), que habitus é a “mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, sensatas, razoáveis e objetivamente orquestradas”. Assim, há intenções por trás das práticas coletivas como as rezas, festas, visitas, rituais que buscam se repetir, festas familiares, das ações coletivas, de intercâmbios de saberes dessas mulheres agricultoras e essas intenções precisam ser vistas.

Thaís Regina Pavez Carpim (2005) e Alejandro Portes (2000), analisam que o capital social para Bourdieu possui um caráter instrumental, na medida em que funciona como um recurso individual que permite certos acessos sociais através do estabelecimento de relações com outros atores sociais, formando uma rede de contatos e aproximações com reconhecimento simbólico de prestígio, valores e virtudes, como pudemos observar através da fala de Ana Kuzma (1944) reconhecida parteira e aquela que conseguiu estabelecer relações além da comunidade também pela prática de partejar e benzer.

Para autores como Guacira Lopes Louro (2010), os sujeitos não são meros receptores, participam ativamente da construção desses papéis. Tanto homens quanto mulheres adultas salientam como dados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido “gravados” em suas

histórias pessoais:

[...] para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias. A produção dos sujeitos é um processo plural e permanente (LOURO, 2010, p. 25).

As representações se articulam com certas convenções sociais que são resultantes da ação de diferentes instituições como citadas pela autora, avaliando dessa forma, que os sujeitos passam por um processo plural e permanente de produção. Por isso, não há somente um fator que responde por determinada prática de ser, mas, sim uma multiplicidade de fatores envolvidos que contribuem na formação de certos condicionamentos.

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950, apontado por Jurandyr Pires Ferreira, traz que na época em Prudentópolis havia 89% da população morando no campo, e com apenas um médico, dois farmacêuticos e duas farmácias, dois hospitais que somavam juntos 65 leitos a disposição das mais de 27 mil pessoas no município entre as áreas urbana e rural.

Nos relatos das mulheres, os partos e a procura por curandeiros e benzedeadas aparecem como uma prática bastante comum entre os munícipes, época na qual nossas entrevistadas já são nascidas e narram essa procura, alegando que todos seus irmãos nasceram “de parteira”, e que se recorria às curas tradicionais para dar conta dos problemas de saúde. Só se a pessoa tivesse condição financeira, o que no lugar não era comum, que podia procurar hospital caso se agravasse.

Nota-se que nas narrativas não aparecem partos dos familiares irmãos e irmãs de nossas entrevistadas que tivessem sido feitos nos hospitais. As parteiras leigas eram as mulheres muito requisitadas, pois, por diferentes motivações era preferível “dar à luz” em casa, do que depender de se deslocar até a cidade para essa finalidade. Portanto, a valorização da parteira, das benzedeadas, curandeiros era de extrema importância no interior do município, porque, nas condições descritas que se encontravam as estradas, a falta de profissionais para atendimento e até recursos financeiros para o sustento das famílias era preferível buscar pessoas mais próximas aptas a realizar o que fosse necessário. Aliado a esses fatores, Ana Kuzma expõe que havia mulheres que cobriam o rosto na hora do parto, que sentiam grande vergonha e relutavam ir ao hospital. Quando os partos fossem de risco, ela recomendava que procurassem ajuda de

médico, e quando relutassem sentia-se obrigava a atender, mesmo que depois a culpassem dos natimortos, como em uma ocasião que aconselhou uma senhora, mas de nada adiantou.

História das mulheres, gênero, sociabilidades e ensino de história estão articulados, na medida, em que se analisa e se reconhece os saberes das mulheres, e se insere na perspectiva de gênero onde elas são parte desta categoria. No próximo item, a abordagem será centrada nas sociabilidades que ditam pertencimento e um ensino de história centrado na história local, metodologicamente ligado a oralidade e memória, enfocando “o lugar de fala” dessas mulheres agricultoras que dividem o espaço e as vivências ao se construírem intercambiando saberes.

1.3 HISTÓRIA DAS MULHERES, GÊNERO, SOCIABILIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA

Os sujeitos resultam de experiências pessoais em diferentes eventos e processos de mudança que são contínuos e dinâmicos. Na visão de Josênia Antunes Vieira (2005), na formação da identidade, os sujeitos não são completamente livres e nem submissos na totalidade, pode-se dizer assim que os sujeitos são ativos e que em certos momentos podem estar assujeitados, mas em determinados papéis são responsáveis pela formação de sua própria identidade.

A rede de sociabilidade e ajuda mútua, pode ser vista, em geral, como a capacidade natural do ser humano de viver em sociedade, em contato com outras pessoas, não sozinho. Através da socialização, as pessoas ao nascerem, se integram a um certo grupo, seja familiar, de amigos, incorporando algumas características ao seu modo de vida.

A ajuda mútua característica de grupos como este que estamos analisando perpassa nossa curiosidade, pois em tempos de criança observei que estas práticas existiam em função das dificuldades/desafios variados como a carência de energia elétrica, por exemplo. Portanto, por falta de geladeira para armazenar e conservar a carne, na época da minha infância, como nos dias de hoje, percebo que ainda matam porcos, galinhas, bois e continuam a dividir a carne.

As mulheres entrevistadas não costumam fazer visitas sem dividir o que possuem, igualmente são agraciadas com alimentos que recebem antes do retorno para suas casas, nos simples atos que para estas mulheres parecem comuns tecendo discursos de “que, desenvolvem a cabeça” contam suas vidas, dividem seus problemas e trocam ideias de diversos assuntos e saberes enquanto se visitam. Relatam suas vidas no passado, logo, comparam com a vida no presente, suas relações familiares com respeito aos pais e avós com as cerimônias de pedidos de benção, as narrativas de suas infâncias na área rural e o trabalho conjunto na atividade

ervateira, as dificuldades de estudo, as condições econômicas de sobrevivência, participação nos grupos religiosos, exercício da sexualidade ou silenciamento sobre o assunto, o trabalho das mulheres na roça, na atividade ervateira do faxinal, nas roças de vizinhos próximos por montantes nem sempre considerados suficientes para dar conta de atender às necessidades da família.

Pensando a relação entre história das mulheres e as redes de sociabilidade e ajuda mútua é preciso reconhecer as práticas que as mantêm unidas, bem como, qual é a intenção de nutri-las, e como essas questões estão relacionadas ao ensino de história. A proposição de um debate que contribua pensar formas de reduzir a desigualdade social e as dificuldades que as mulheres encontram em acessar os direitos que possuem e exercer seu livre arbítrio.

Entre os saberes que são intercambiados entre as entrevistadas estão a troca de conhecimentos sobre preparação de chás, pomadas para feridas, cuidados para gestantes no pré e pós parto, cicatrizações, orientações para relações entre filhos e pais, simpatias, benzimentos e curas que são partilhados para que as pessoas que entram neste universo de trocas, tenham a possibilidade de construir vínculos e se sentam pertencentes, pois se uniram a alguém que já está neste universo de sociabilidades. Isso não significa que não haja conflitos nesta construção.

As mulheres entrevistadas possuem pontos em comum entre elas. São agricultoras, aposentadas e se constroem/construíram no lugar, mas, nosso ponto de apoio é temporário de acordo com as posições que ocupam. As mulheres entrevistadas que nasceram nas décadas de 1940 a 1960 não apontam o uso de métodos contraceptivos, haja vista, afirmações como de Eulália Zdébski, enquanto conversando perguntamos como foi sua relação com o marido (falecido), ela falou: “[...] eu só pedia a Deus, rezava, rezava, que tudo tenham saúde”. “Porque home é diferente [...] mulher nem liga”. Notamos que nossa pergunta permitiu interpretação relacionada à sexualidade.

Para Guacira Lopes Louro (2010), no livro “O corpo Educado Pedagogias da sexualidade”, não vivemos nossos corpos universalmente:

[...] da mesma forma podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente ‘natural’ nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. Na perspectiva da autora, a inscrição do feminino e masculino carrega as marcas da cultura, os desejos e prazeres nas possibilidades de sexualidade que também são estabelecidos e codificados na sociedade. Assim sendo as identidades de gênero e as sexuais definidas e compostas por relações sociais, se moldam pelas redes de poder de uma dada sociedade. Para a autora o gênero então é [...] uma invenção social, uma vez que se constitui,

historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’ (LOURO, 2010, p. 5-6).

Já para Judith Butler (2003, p. 20), o termo “mulher” pouco significa na representação das diversidades dos sujeitos, nós somos mulheres, mas não somos apenas isto, ou melhor, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”. Tratadas como subordinadas pela historiografia, dentro de suas famílias passam muitas vezes da autoridade dos pais e dos irmãos mais velhos, para a autoridade dos maridos e dos filhos mais velhos.

A sexualidade das mulheres era vigiada com a exigência dos pais de que as meninas cobrissem seus joelhos e ombros como nos disse Nádia Slociak: “os vestido pras meninas usá era pra baixo dos joelho e com manga que não fosse curta, não podia mostrá as parte do corpo, as vês nem em casa dava pra anda a vontade assim”.

As mulheres, segundo Souza (2010), deveriam subordinar o prazer à procriação e isso se manifesta como resultado de uma política que exclui o feminino. A autora sugere não perder de vista as histórias cotidianas relatadas, pois, elas podem refletir o cotidiano de muitas outras mulheres. Na concepção de Souza (2010, p. 4):

Tem-se percebido, que as lutas enfrentadas pelas mulheres passaram a ser mais reconhecidas, conquistando mais respeito e, assim, muitas reivindicações foram aceitas e concretizadas – como, por exemplo, o reconhecimento do trabalho da mulher na zona rural, o acesso a médicos, a educação dos filhos, entre outros. Com isso, o movimento de mulheres tem conseguido romper a condição de receptoras passivas, levando para o espaço público discussões antes vistas como inferiorizadas e encaradas negativamente como de competência doméstica.

Michele Perrot (2007, p. 17) salienta que: “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas, contadas”. Mais adiante completa:

[...] elas são descritas, representadas, desde o princípio dos tempos, nas grutas da pré-história, onde a descoberta de novos vestígios das mulheres é uma constante, e chegando à atualidade nas revistas e nas peças publicitárias contemporâneas. Os muros e as paredes da cidade estão saturados de imagens de mulheres, mas o que se diz sobre sua vida e seus desejos? (PERROT, 2007, p. 24).

Ainda conforme a autora supracitada (2007, p. 112), a guardiã da memória, por tecer facilmente relações, transmitir histórias vividas, sejam as de família ou de grupos próximos, a mulher “[...] é a mediadora, a que conhece os segredos, transmite as receitas, testemunha de conflitos, tenta conciliações e reconciliações”.

Partindo dessa concepção de Perrot, acreditamos que o estudo sobre as mulheres pode

trazer contribuições para a historiografia. Portanto, se faz necessário ampliar o debate para além do que encontramos no acervo limitado da escola, bem como, dos cursos de professores promovidos pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios.

Mary Del Priore (1988, p. 10) contribui com um novo olhar em relação às mulheres: “a mulher repensar-se, e, suprir uma *lacuna* nos estudos sobre a história de nosso país, onde os buracos são muitos e os historiadores, poucos [...]”. Embora no final do século passado ainda os estudos acerca das mulheres, caminhasse vagarosamente, muito de lá para cá já foi produzido e não pode ser desconsiderado nas leituras e pesquisas acadêmicas.

No entanto, para que as mulheres não se mantivessem somente como coadjuvantes e suas experiências fossem tratadas como adereço nas páginas dos livros de história, tornou-se necessário produzir um tipo de saber historiográfico que visibilizasse sua condição de sujeitos históricos.

Nesse sentido foi necessária no contexto de produção historiográfica uma categoria de análise que questionasse o sujeito universal “mulher”, que seguia invisibilizando determinados grupos marginalizados, como as mulheres negras, pobres, rurais. Isso foi possível com a adoção da categoria *gênero*, que possibilitou reflexões importantes e até polêmicas nos processos de pesquisa.

Carla Bassanezi Pinsky (2011, p. 9) afirma que “não basta acrescentar a mulher nos livros de história é preciso repensar o próprio saber histórico”. E repensar o saber histórico é rever como a historiografia tratou a mulher enquanto objeto de estudo e quais abordagens foram feitas para reconhecê-las na história como autoras ou como foco de estudos e pesquisas acadêmicas.

Conforme propõe Joan Wallash Scott (1995), gênero é um saber sobre as diferenças corporais e o saber se relaciona com o poder, por essa razão é uma construção social que acontece a partir da percepção da diferença sexual. Essa construção estabelece relações hierárquicas e não igualitárias, seja entre homens e mulheres, seja entre mulheres, ou entre homens com acesso diferenciado aos recursos simbólicos e materiais da sociedade. O gênero pensado numa lógica de relações de forma interconectada entre sexo, idade, geração, classe, entre outros.

Os “lugares de fala”, apontados por Djamila Ribeiro (2017), são prova dessa hierarquia. No entanto, relações onde há abuso de poder, injustiças, violência de gênero, entre outros precisam ser foco de abordagem para possíveis mudanças que problematizem as possíveis injustiças.

Por esta razão, situamos a presente pesquisa no campo da história das mulheres, mas,

consideramos o gênero como categoria de análise na perspectiva de Scott (1995), por entendermos que este conceito dá conta de evidenciar as particularidades e especificidades do ser mulher, objeto de estudo em questão.

‘Gênero’ como substituto de mulheres é igualmente utilizado para sugerir que a informação à respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens; que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a qualidade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada, perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1995, p. 75).

Siqueira e Sardenberg (2014, p. 379), quando sugerem:

[...] o empoderamento das mulheres como um processo de mudança individual, conectado com o contexto social e que se relaciona com ações coletivas dentro de um processo político. Ao mesmo tempo, o empoderamento das mulheres é um instrumento/meio de enfrentar a opressão de gênero e um fim em si próprio quando resulta na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas.

Para Sardenberg (2009), o empoderamento das mulheres não é linear, é antes uma espiral. Porque não há empoderamento absoluto, empoderar ou desempoderar acontece em relação aos outros ou a si próprias em momentos anteriores, portanto, se pode falar em empoderamento como processo, enquanto categoria de análise.

Kimberlé Crenshaw (2002, n. p.), sobre o conceito de interseccionalidade, entende que:

[...] essas relações plurais levam a pensar a subordinação, a começar dessa imbricação entre os sexos, entre as classes e entre as gerações. Sexo e gênero não como conceitos intercambiáveis, pois um não substitui o outro, um não desaparece no outro, na realidade eles operam e se imbricam. Percebo como o gênero intersecta-se com outras identidades e como essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade alimentar, trabalhista, educacional, habitacional e da vida privada das mulheres e de seu grupo familiar.

Ou seja, esse conceito de interseccionalidade leva em conta que não podemos analisar o sujeito mulher somente por um viés, pois, há condições diversas na construção das subjetividades e dos lugares sociais como no caso, as mulheres negras, pobres, indígenas, homossexuais, rurais, camponesas, dentre outras. Assim, cada qual com suas especificidades do ser mulher.

Janaina Jaskiu (2017, p. 2) argumenta que “a naturalização das relações de gênero⁷⁶ faz com que muitas situações ocorridas no cotidiano escolar não sejam percebidas e acabem reforçando representações preconceituosas e estereotipadas”. A escola possui importante papel na desconstrução de estereótipos. As mulheres desde o nascimento são moldadas pelo contexto sociocultural do qual fazem parte condicionando a personalidade e as suas características.

Ao enfatizar o campo de análise da história das mulheres sem deixar de relacionar com a categoria gênero na perspectiva de Scoth (1995), entende-se que a mulher não se constrói sozinha, pois está inserida no contexto onde toda relação que se estabelece está permeada de relações de poder. Estudá-las de forma separada é acreditar que o mundo delas não faz parte do mundo dos homens, e este mundo das mulheres é criado pelo e dentro do mundo dos homens como se observa na comunidade e foi comum nas entrevistas, onde as mulheres só puderam falar na presença de familiares, sem atender-nos enquanto estivessem sozinhas. Filhos ou maridos estavam em companhia para complementar as informações ou até em responder as perguntas por elas. Comportamento diferente foi visto quando das viúvas fazerem seus relatos, estas pareciam sentir-se mais livres para falar.

Visto na perspectiva de Teresa de Lauretis (1987, p. 5 *apud* SWAIN, 2009), o gênero constitui um aparelho semiótico e não apenas uma construção sociocultural, mas, “um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição no sistema de parentesco, status na hierarquia social etc.) aos indivíduos no interior da sociedade”. Ou seja, gênero representa uma relação social, um indivíduo por meio de uma classe, e equacionar este com ideologia denota simplificação exagerada.

Helleiet Saffioti e João Carlos Almeida (1995, p. 21) salientam:

A concepção relacional de gênero elaborada por Lauretis encaminha-a para analisar o fenômeno de sua construção simultaneamente enquanto produto e enquanto processo de sua representação. Na qualidade de produto, o gênero resulta da atuação de tecnologias de gênero [...]. Nestas circunstâncias, a construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da autorrepresentação [...]. Neste contexto [...], o gênero também designa contingentes humanos movidos pelas representações do outro e autorrepresentações do masculino e feminino.

Na perspectiva de Andrea Gonçalves Praun (2011, p. 64), a partir do momento em que

⁷⁶ Saffioti (2004) considera o patriarcado caso específico de relações de gênero, dentro da ideia de dominação-exploração da mulher, no qual os dois polos da relação possuem poder. No entanto, a autora sugere que esse poder é experimentado de forma desigual, uma vez que, as relações entre homens e mulheres não são iguais e hierárquicas, cabendo ao sexo feminino uma pequena parcela de poder dentro de uma relação de subordinação. Porém, mesmo pequena, essa parcela de poder possibilita que as mulheres encontrem meios diferenciados de resistência e questionem a supremacia masculina.

se reconhece a categoria gênero, ela se torna fundamental para compreender a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito a direitos políticos, econômicos, sociais, familiares e/ou trabalhistas. Há também o reconhecimento do direito de emancipação da mulher na sociedade.

No entanto, a simples utilização do termo gênero ainda não é suficiente para explicitar as formas como se constrói em sociedade a dominação masculina, nem as razões que legitimam as diferenças entre o papel social de homens e mulheres, nem mesmo é suficiente para explicitar as razões e as formas como as relações são construídas, como funciona e como se alteram. Por outro lado, a categoria sexo também se mostra incapaz de justificar as referidas diferenças, porque a identidade se constrói a partir dos relacionamentos.

Renata Lewandowski Montagnoli e Liane Vizzotto (2021) argumentam que há vários grupos socialmente invisibilizados como as mulheres, os negros, os gays, lésbicas, transexuais, entre outros. Para as autoras, o feminismo também está inserido na luta por visibilidade dos grupos historicamente marginalizados, surgindo enquanto movimento a partir de reivindicações das mulheres por direitos negados e pela aversão ao preconceito ao qual estavam submetidas historicamente.

As teorias feministas trazem à tona esse cenário que ultrapassa fronteiras do privado, onde a mulher esteve por muito tempo reduzida nas disputas de poder e luta por espaços na sociedade, conhecimento e história.

Nesse sentido, Irene Vaquinhas (2018) também defende que a masculinidade e a feminilidade são identificadas através do conceito gênero e convencionadas socialmente, opondo-se ao termo sexo que é usado para a definição das diferenças biológicas e fisiológicas entre homens e mulheres, ou seja, a autora aponta o gênero sendo um dado cultural, sexo, um dado biológico.

Não somente a historiografia brasileira, mas a historiografia portuguesa também observa que a introdução do termo gênero contribuiu na história das mulheres, alargando o seu espectro, ampliando linhas de pesquisa e obrigando a reavaliar “as grandes questões da história”. Como, por exemplo, a diferença de sexos não constitui fenômeno natural, mas foi construída cultural e historicamente. Os questionamentos das diferenças, a articulação entre representações e práticas sociais, bem como, acontecimentos e fenômenos históricos passaram a ser destaque a partir da emergência do termo gênero na historiografia.

Para Martinez (2015), não há papéis sexuais biologicamente inscritos na natureza, antes há formas socialmente variáveis de desempenhar um, ou vários papéis sexuais. Segundo apontado por Vaquinhas (2018, p. 117):

O conteúdo político e os propósitos ideológicos de muitos dos trabalhos realizados nesta área são claros: resgatar memórias, dar visibilidade à participação das mulheres na vida econômica, social, política e cultural, no fundo, integrá-la no espaço público, com vista a ultrapassar discriminações de gênero e a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática, ou seja, estamos perante o que se pode chamar uma memória cidadã.

Nessa perspectiva, Maria Isilda S. Matos (2000, p. 20) argumenta que a categoria gênero “[...] procura destacar as construções dos perfis de comportamento feminino e masculino [...] uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados”. Dessa forma, na nossa análise não podem ser vistos isoladamente, pois define-se um em função do outro, não dá para compreender de forma inteiramente separada, uma vez que existem posições assimétricas e hierárquicas entre homens e mulheres e há a presença de relações de poder entrelaçadas.

Suely Gomes Costa (2003, p. 188) vê como ponto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”.

A historiadora Perrot é considerada uma observadora privilegiada do processo do feminismo francês, pela participação nas lutas acadêmicas e na militância feminista que contribuíram na reflexão das desigualdades setoriais e das possibilidades dos estudos da História das Mulheres e do Gênero. Escritoras brasileiras como Joana Maria Pedro (1994) reconhece e considera sua importância, como no artigo intitulado “*Um diálogo sobre mulheres e história*, Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres”.

Para autoras, como Raquel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 288), a história social, assim como as correntes revisionistas marxistas, se preocupa acerca de estudos sobre identidades coletivas de diversos grupos sociais que por bom tempo foram excluídos do interesse da história, como exemplo os escravos, camponeses, operários e pessoas comuns. As autoras alegam que a história teve preocupação tardia pela forma cautelosa que trata a inclusão de categorias como foi por exemplo “mulher” ou “mulheres”, e isso pode ser explicado pelo caráter universal que foi atribuído ao sujeito histórico, representado pelo homem, mas não qualquer um deste. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco, hétero, cristão e ocidental (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284).

Através do movimento feminista em ascensão nas décadas de 1960 e 1970, outros grupos marginalizados foram ganhando espaço. Para Joana Maria Pedro (1994, p. 35), “[...]”

desde o século XIX, o lugar das mulheres na história dependeu das representações dos homens, os quais foram, por muito tempo, os únicos historiadores”.

Em “A Dominação Masculina”, Pierre Bourdieu (1999, p. 52) assim argumenta:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa ‘feminilidade’ muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser.

Se formos observar que se faz necessário incluir na disciplina de história estudos relacionados à categoria gênero, e se isso for se tornando prática de estudo, debate e pesquisa dentro das escolas, poderemos, efetivamente, estar contribuindo na emancipação da humanidade e na construção democrática de relações sociais, desconstruindo lugares naturalizados na sociedade.

A ideia é reafirmar a necessidade e importância do empoderamento das mulheres, sejam agricultoras, indígenas, faxinalenses, ribeirinhas, quilombolas, entre outras, porque redes de solidariedade são construídas por elas, percebendo a necessidade das mesmas em diversos momentos. Na visão de Chimamanda Ngozi Adichie (2015, p. 57), “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura”. Os estereótipos não desconstruídos excluem as mulheres da participação efetiva na sociedade e da busca de seus direitos, e, a escola é um espaço ideal para se pensar desconstruções de estereótipos, pois, também é na escola que podem ser reafirmados. E situações como essas não podem ser naturalizadas. Se fazem necessárias práticas que desconstruam situações que conduzem à exclusões na sociedade. Nossa proposta de contribuição está disponível no terceiro capítulo deste trabalho onde se sugerem atividades com fontes orais femininas, desde o sexto ano no qual se aborda as fontes históricas.

Conforme Louro (1997), essa realidade se modifica com o movimento feminista nos espaços acadêmicos, onde passou-se a pensar nas mulheres como grupo de estudos das várias ciências. Alzira Nogueira da Silva (2005) aponta que essa questão está imbricada nas construções sociais, e para dar conta da demanda que vai além do sexo biológico se opta pela terminologia gênero. O feminismo vai se integrando e unindo forças com outros movimentos que resistem e lutam contra as estruturas de poder excludentes na sociedade.

Para autores, como Marieta de Moraes Ferreira (2000) e Maria de Fátima da Cunha (2013), nesse ambiente escolar, papéis sociais podem ser perpetuados, tanto pela prática pedagógica, quanto pelo o que os materiais didáticos trazem. Portanto, ocorre a necessidade de se ter à disposição dos alunos tais materiais que levem em conta a realidade e os sujeitos do seu contexto: as mulheres agricultoras.

Para Karolyna Marin Herrera (2016, p. 10), “Geralmente o trabalho realizado pelas agricultoras no âmbito produtivo é visto como ‘ajuda’ ao marido ou à família, mesmo quando cada agricultora trabalha tanto quanto seu marido ou executam as mesmas atividades que eles”.

Reconhecer a mulher como agricultora ou que desempenha outros e vários papéis na vida familiar e social nas comunidades contribui para desmistificar a ideia de que ela somente “ajuda”, na roça e que o trabalho doméstico realizado é leve, mas, que sua atuação nas diversas atividades poderia ser objeto de análise e reflexão.

O protagonismo das mulheres é observado nos diversos papéis que desempenham. Como a de cozinheira nas festas, nos casamentos, a benzedeira, a parteira, a agricultora, a dona de casa, a costureira, a arrumadeira de machucadura, a mulher dos bolos, a mulher das bolachas, a mulher que faz pães, que faz o Korovai.⁷⁷ Enfim, entre os diversos papéis que desempenham, ainda se reconhecem como mães, esposas, orientadoras, conhecedoras de chás, ervas, plantas e administram conflitos nas relações que são construídas nessa comunidade com palavras que confortam e buscam atenuar as dores do corpo e da alma.

Essas mulheres agricultoras são objeto de estudo de Michele Caroline Stolf (2007) que enfatiza o trabalho rural como responsável por abastecer de alimentos provenientes da produção agrícola e que a profissão de agricultora é passada de geração para geração, e de maneira muito precoce é apresentada para filhas (os) de trabalhadoras (es) rurais. As entrevistadas alegam que pelas dificuldades econômicas vividas, elas próprias realizavam todo o trabalho doméstico levantando logo de manhã para pôr a mesa, e para acompanhar o esposo para a roça porque para o sustento da família, era necessário mobilizar mais gente, caso contrário faltaria alimento para a família.

Nossa pesquisa trata dos saberes das mulheres agricultoras de ascendência polonesa e ucraniana, e como a própria maneira que a mulher se constrói no lugar, comunidade Linha Paraná Anta Gorda, onde as vivências e os papéis que assumem são importantes para essa

⁷⁷ Pão doce de tamanho enorme feito para casamentos, utilizado para a dança na qual se almeja que nunca falte alimento ao novo casal. Em geral, o noivo e a noiva são os primeiros a dançar com o pão, em seguida as pessoas vão passando de mão em mão e fazendo coreografias enquanto a música é tocada pelos artistas convidados do lugar.

construção e estão permeadas por relações de poder. Aliás, na nossa visão, os saberes dessas mulheres possibilitam determinado poder a elas ao menos na comunidade na qual vivem e tecem suas vivências intercambiando diversos saberes.⁷⁸

Para que os estudantes se reconheçam como sujeitos da história é fundamental reconhecer as mulheres agricultoras, a partir das memórias, das sociabilidades e dos saberes dessas mulheres rurais. A solidariedade sugere a promoção do bem-estar comum alicerçado no princípio da ajuda mútua. Para isso, também, se torna importante estudar diferentes meios comunitários mais ou menos organizados com o intuito da luta pela igualdade junto dos menos favorecidos socialmente. A solidariedade pode ainda ser definida como a atitude de um grupo construído cujos comportamentos e sentimentos não são influenciados por fatores externos, o que promove um vínculo entre os membros desse grupo.

As redes de sociabilidade e solidariedade entre mulheres idosas entrevistadas poderão favorecer os alunos na reflexão e argumentação que foge das abordagens comumente realizadas em sala de aula. Trazer narrativas construídas pelas mulheres sobre suas práticas poderá despertar nos alunos o interesse da história destas, pela história local por consequência ao enfrentamento de problemas que são vivenciados como a violência, a discriminação, o preconceito de gênero, entre outros.

As mulheres rurais,⁷⁹ por exemplo, passaram a ser foco de estudo no Brasil na década de 1980 como apontado por Elecina de Maria Veras Sales (2007) no artigo e pesquisa desenvolvida sobre mulher rural e relações de gênero intitulado “Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos”.

Conforme Teresa Kleba Lisboa e Mailiz Garibotti Lusa (2010) e Sales (2007), constitui um fato indiscutível a presença das mulheres no trabalho do campo, mas, permanecendo invisibilizadas em muitos contextos, mesmo que plantem, colham, conservem o solo, protejam lavouras de pragas, colem frutos e mantenham o desejo de posse da terra, elas dão conta também concomitantemente, do trabalho de casa, onde cuidam dos filhos, comida, jardim e do quintal.

⁷⁸ As narrativas tecidas pelas mulheres entrevistadas, como Ana Kuzma e Maria Kiec, apontam para as trocas de saberes entre elas, sobre uso de ervas para chás, pomadas, tipos de massagens para cólicas de bebês, derramamento de cera, simpatia para cortar quebranto, posições sexuais para nascer menino ou menina, entre outros saberes.

⁷⁹ A referência é à mulher que vive/trabalha/ ou se aposenta como agricultora, que se identifica como agricultura e do lar nas entrevistas. Mas, estudos comprovam que “O despertar pela luta coletiva do reconhecimento do trabalho das mulheres data da década de 1980. Um conjunto de eventos e de lutas das mulheres no mundo, no Brasil e, particularmente, no Ceará, no período de 1974 a 1985, chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres rurais. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres” (SALES, 2007, p. 437-438).

Maria Ignês Paulilo (2016) lembra que através do Movimento das mulheres agricultoras (MMA), as mulheres rurais foram sendo reconhecidas e conquistaram direitos antes garantidos somente às mulheres urbanas. Com as possibilidades abertas pela Constituição de 1988, “tiveram acesso aos direitos previdenciários como aposentadoria aos 55 anos de idade, salário maternidade e pensão-viuvez” (PAULILO, 2016, p. 239).

Essa implantação demorou acontecer, mesmo porque, segundo a autora, faltavam documentações para as mulheres do campo. Além disso, embora o salário-maternidade fosse estabelecido em 1991, só foi implantado em 1994, apesar do MMA ter feito uma grande mobilização em 1992 em frente ao Congresso Nacional com visibilidade e impressões positivas de Florestan Fernandes, como assinalou a autora.

Para que possamos adentrar no segundo capítulo desta dissertação se faz necessário apresentar as pessoas entrevistadas:

Ana Grutka Kuzma (2020), casada, lavradora e do lar, 75 anos de idade, nascida em 28 de fevereiro de 1944, foi entrevistada em 7 de dezembro de 2019 e fevereiro de 2020. Maria Huptchak Slociak (2020), casada, lavradora, 60 anos de idade, nascida em 2 de abril de 1960, entrevistada em 14 de março de 2020, Maria Iansen Kiec (2020), casada, lavradora, 66 anos de idade, nascida em 14 de julho de 1953, entrevistada em 7 de março de 2020. Nádia Bodnar Slociak (2020), casada, lavradora, 66 anos de idade, nascida em 19 de maio de 1953, entrevistada em 7 de março de 2020. Vitória Grutka (2019), viúva, lavradora, 76 anos de idade, nascida em 26 de março de 1943, entrevistada em 26 de dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Teodózio Nedza (2020), lavrador, viúvo, 78 anos de idade, nascido em 30 de maio de 1941, entrevistado em 14 de março de 2020. Ladislau Kiec (2020), agricultor, 66 anos de idade, nascido em 06 de setembro de 1953, entrevistado em 7 de março de 2020. Eulália Karchevski Zdébski (2020), lavradora, viúva, 70 anos de idade, nascida em 25 de dezembro de 1949, entrevistada em 7 de dezembro de 2019 e fevereiro de 2020. Antonio Slociak (2020) esposo de Nádia Slociak, lavrador, 62 anos de idade, nascido em 15 de janeiro de 1957, e Isabela Sviec Bodnar (2020) lavradora, 71 anos de idade, nascida em 10 de janeiro de 1948, ambos residentes no Faxinal, forneceram entrevista, mas, devido ao fato de ligar o gravador e, a pedido de Isabela, desligar em alguns momentos, porque não queria que gravasse tudo o que falava, essa entrevista ficou comprometida para a transcrição. Já Antonio não respondeu todas as questões e sua esposa Nádia complementava para finalizar, assim seus relatos não parecem completos.

Todas as entrevistas ocorreram desde a abordagem das mulheres numa missa na comunidade em setembro de 2019 e foram concluídas em março de 2020. Dessa forma, na análise das narrativas temos uma mulher de Faxinal Anta Gorda e dois homens e cinco mulheres

da comunidade Linha Paraná Anta Gorda. Esses dois lugares são separados por um mata-burro para que os animais do Faxinal não transitem nas lavouras próximas da comunidade Linha Paraná Anta Gorda.

As entrevistadas da comunidade Paraná Anta Gorda vivem mais próximas do Rio e cinco na Antiga estrada onde ficava situada a primeira escola que serviu de capela também. Hoje, a estrada principal fica acerca de um quilômetro, possui calçamento de pedras desde 2020 e é a rota das quedas d'água que o município dispõe, bem como, é ali que está situada a nova escola que foi cessada definitivamente em 2015, e a capela que fica cerca de 200 metros de distância desta instituição escolar.

Nossas (os) entrevistadas (os) nasceram nas décadas de 1940 e 1950, suas idades estão no intervalo de 60 a 80 anos. Deveríamos ter retornado quando das transcrições que estávamos fazendo, mas, não pudemos fazer isso em função da pandemia do Coronavírus.⁸⁰ Por essa razão, fizemos a escolha das narrativas por termos conseguido transcrever e entender os termos no idioma polonês ou ucraniano utilizados.

Nas outras narrativas das pessoas entrevistadas há a interferência de membros da família em alguns momentos que estão ouvindo, falando, completando a fala, em outros o esposo de uma senhora ligou o rádio e passou a falar mais alto. Assim, a esposa desligou o rádio e ele pareceu não gostar. Remarcamos a entrevista e não voltamos mais, porque as aulas foram suspensas e percebemos que nossa presença incomodava o referido homem. Quando nos levou ao portão, a senhora pediu perdão pelo comportamento do marido.

Segue quadro elaborado pela autora no qual constam alguns dos aspectos de identificação para nossa pesquisa. Abaixo da tabela constam as fotos das pessoas entrevistadas, todas de autoria da pesquisadora.

⁸⁰ Em 20 de março de 2020 as aulas presenciais no Estado do Paraná foram suspensas com retorno gradual de julho de 2021 em diante. Dessa forma, pelo perigo da exposição ao vírus, não retornamos às casas das pessoas entrevistadas.

Quadro 1 – Dados de pessoas entrevistadas

Relação das (os) entrevistadas (os)									
Nome	Idade	Mãe	Pai	Estado Civil	Escolaridade	Religião	Filhos	Irmãos	Profissão
Ana Grutka Kuzma (75)	28/02/1944	Catarina Ketz Grutka	Estanislau Grutka	Casada	2ª série	Católica	6 (F) 1(M)	4(F) 1(M)	Lavradora ⁸¹ e do lar
Maria Huptchak Slociak (59)	02/04/1960	Paraskévia Terlhuk Huptchak	João Huptchak	Casada	4ª série	Católica	1 (F) 4(M)	1(F) 1(M)	Agricultora/lavradora
Maria Iansen Kiec (66)	14/07/1953	Eufrosina Zdébski Iansen	João Iansen	Casada	4ª série	Católica Latina	1(F) 4(M)	4(F) 2(M)	Lavradora
Nádia Bodnar Slociak(66)	19/05/1953	Ana Kosechen Bodnar	Elias Bodnar	Casada	4ª série	Católica Ucrâniana	1(F) 1(M)	5(F) 5(M)	Lavradora
Vitória Grutka (76)	26/03/1943	Catarina Ketz Grutka	Estanislau Grutka	Casada na igreja	3ª série	Católica latina	3(F) 4(M)	4(F) 1(M)	Lavradora
Teodózio Nedza (78)	30/05/1941	Maria Terlhuk Nedza	Nicolau Nedza	Casado	4ª série	Católica Ucrâniana	6(F) 3(M)	3(F) 3(M)	Lavrador
Ladislau Kiec (66)	06/09/1953	Ana Grudeski Kiec	Carlos Kiec	Casado	4ª série	Católica Latina	1(F) 3(M)	1(F) 1(M)	Lavrador
Eulália Karchevski Grutka (70)	25/12/1949	Natália Karchevski Grutka	Vítório Grutka	Casada	4ª série	Católica Latina	3(F) 7(M)	2(F) 5(M)	Lavradora

Fonte: Elaboração da autora.

⁸¹ Segundo o Dicionário Informal (2022), lavrador é a pessoa que lava, que cultiva a terra, já o agricultor é a pessoa que trabalha com o cultivo de alguma plantação, que trabalha com a terra. Nos relatos apareceu a identificação de lavrador/lavradora, somente uma pessoa a senhora Maria Slociak salientou que era agricultora, mas, em seguida afirmou que era lavradora como as demais pessoas entrevistadas.

Figura 10 – Fotografias das pessoas entrevistadas

**Teodózio Nedza****Ladislau Kiec****Maria Kiec****Eulália Zdébski****Ana Kuzma****Maria Slociak****Nádia Slociak****Vitória Grutka**

Daiane Cris Silva (2020) na perspectiva do pioneiro dos estudos geracionais Karl Mannheim, entende como geração, diversos grupos de pessoas, com vivências plurais, que estão conectadas por uma posição e atuação comum no tempo histórico do processo social. E é nesse sentido que desenvolvemos nossa pesquisa, a geração como dinâmica em processo contínuo de mudanças e transições.

Como pudemos observar não há nada de estático observado no comportamento das pessoas entrevistadas. Os vínculos construídos socialmente e as experiências em comum relatadas dão conta de aproximar essas pessoas de uma forma de agir específica fruto das situações sociais vivenciadas em comum (a miséria narrada), a condição de gênero (mulheres), religião (católica), cor de pele (branca), lugar (terras improdutivas) etnia (descendentes de poloneses e ucranianos), onde são condicionadas suas vivências e lutas pela sobrevivência. Por parte das mulheres os relatos dão conta de mostrar que eram elas as envolvidas no trabalho que completasse o sustento da família seja na erva, no ganho das diárias e/ou na própria lavoura não tão próxima das suas casas onde seus maridos comumente passavam semanas inteiras.

Classificamos as mulheres e homens entrevistados de acordo com as datas de nascimento em duas gerações.⁸² Nascidos nos períodos de 1941-1950 e 1951-1960. Sendo que não tendemos a diferenciá-los, com exceção de quando apontamos o menor número de filhos entre as nascidas entre 1951-1960 e a procura de hospitais para a realização de partos, ao contrário das nascidas de 1941-1950, que tiveram mais filhos e todos nascidos de parteira.

A metodologia da história oral que escolhemos, contribuiu para reconstruir, a partir da memória dos entrevistados, aspectos de sua cultura e experiências cotidianas, esquecidas ou pouco pesquisadas, como o caso da primeira escola apontada por Teodózio Nedza e a mobilização dos habitantes do lugar em torno dessa viabilização. O processo de rememoração trouxe à tona elementos que tornaram possível a (re) construção de memórias pertinentes às pessoas deste intervalo de idades de 60 a 80 anos.

Cada relato que as entrevistadas fizeram esteve permeado de significado para cada uma delas, visto também pela ênfase dada ao alterarem sua voz enquanto narravam. Pelos relatos observamos que as trajetórias femininas não as reduzem ao espaço doméstico. Pelo contrário, se movem pelos dois espaços: o público e o privado. Essas mulheres assumem a

⁸² Ao se referir ao fluxo geracional, Mannheim destaca cinco fenômenos básicos relacionados a investigação sociológica: a) novos participantes do processo cultural estão surgindo, enquanto b) antigos participantes daquele processo estão continuamente desaparecendo; c) os membros de qualquer uma das gerações apenas podem participar de uma seção temporalmente limitada do processo histórico, e d) é necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada; e) a transição de uma para outra geração é um processo contínuo (MANNHEIM, 1982, p. 74).

criação dos filhos e dos netos após a morte de seus maridos, e isso ocorre com certa frequência, não se limitando essa tarefa a viúvas, como é o caso de Vitória Grutka que mora com a filha na cidade e a sua casa na comunidade é utilizada pelo filho mais novo. Dessa maneira, suas lembranças são permeadas pelas imagens dos dois espaços. No entanto, ao entrevistar os homens, a memória masculina se concentrou mais no espaço público. Importante evidenciar, porque embora as mulheres tenham lembranças que se movem nos dois espaços, não ocorre o mesmo com as lembranças masculinas, onde se fixam no mundo do trabalho, além do espaço doméstico.

Todas e todos os (as) entrevistados (as) gostaram de falar, somente uma das entrevistadas apresentou muita timidez, mas não deixou de conversar. Elas falaram sobre suas vidas, mesmo que não respondesse todas as perguntas, contando seus feitos, suas histórias, a vida e o modo simples de viver, tratando de saberes localizados e então de subjetividades que legitimam um discurso na construção histórica.

As mulheres que entrevistamos ocupam diversos lugares em sua vida cotidiana, movem-se em papéis de mãe, avó, benzedeira, rezadeira, parteira, lavradora, lavadeira, cozinheira, costureira, conselheira espiritual, entre tantos outros que não conseguimos precisar.

Aquela que enfatiza a superação, a liberdade, o sentimento, o trabalho,⁸³ a força, a fraqueza, a luta, a persistência, a fome, a saudade, a amizade, a confiança, a esperança, a empatia, a fofoca, a injustiça, a miséria, a saudade, a vida e a morte. Fala o que desperta seus sentimentos e a mantém unida ao passado enquanto novas possibilidades germinam. Não cansa de comparar o hoje com o ontem como se tivesse vivenciado este último neste momento, tal a lucidez que a amarra ao acontecimento permitindo rememorar os detalhes que acredita serem imprescindíveis para a narrativa que se propôs fazer no momento da conversa com a pesquisadora.

As mulheres entrevistadas fazem parte da 3ª e 4ª gerações de imigrantes que vieram para o Paraná, suas mães ou pais eram netas ou netos, filhas ou filhos de europeus que vieram com seus familiares tentar a sorte no Brasil em busca da terra e aqui se estabeleceram.

No capítulo seguinte intitulado “Vozes de mulheres trabalhadoras rurais”, analisaremos as memórias do dia a dia e trabalho, das curas, benzimentos, partos, casamento e maternidade.

⁸³ Este termo foi utilizado no sentido de fazer uma atividade: saber-fazer, saber criar, sem o peso de labor, trabalho penoso.

CAPÍTULO 2 – VOZES DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

O objetivo deste capítulo é analisar os saberes de mulheres agricultoras de Linha Paraná Anta Gorda, reconhecer as memórias e sociabilidades das mulheres rurais do lugar e elencar vários saberes como os de benzer e partejar das mulheres entrevistadas, apontar fotografias e teorizar sobre práticas culturais. Para tanto, dividimos este em três subtítulos: No 2.1 trataremos sobre Memórias do dia a dia e do trabalho. No item 2.2 sobre Práticas de Benzimento, partos, maternidade, fotografia e práticas culturais. Nos subitens 2.2.1 analisaremos benzimentos e poder de cura. No 2.2.2 os partos e maternidade. E, por fim, no 2.2.3 analisaremos as fotografias e práticas culturais.

Dividindo dessa forma, acreditamos dar conta de responder as questões em cada um dos capítulos. Quais condições permearam a vinda de imigrantes ucranianos e poloneses para o Brasil, em especial para o estado do Paraná e, mais especificamente em Prudentópolis? no primeiro capítulo; Quais saberes são narrados pelas mulheres entrevistadas? Quais lembranças são marcadas ao narrarem suas vidas? A rede de solidariedade construída está ameaçada no contexto atual? no segundo capítulo; Como saberes femininos podem ser utilizados no ensino de História? no terceiro capítulo. São essas questões que serão levadas a responder a problemática nesta dissertação: Por que estudar os saberes das mulheres agricultoras e por que trazê-los para o ensino de História?

Nossas entrevistas tiveram questões norteadoras como a primeira delas com a identificação escrita em fichas que não foram preenchidas por elas, pois, preferiram responder oralmente o nome completo, identificação, data de nascimento, nome da mãe, pai, estado civil, escolaridade, religião, filhos, quantidade quanto ao gênero, irmãos, irmãs e profissão. Essa primeira parte encerrada, procedemos a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido, para ciência e assinatura caso concordassem, através da qual todas as pessoas concordaram e pareceram felizes em serem consideradas importantes para a pesquisa e porque alguém poderia parar para ouvi-las.

Teodózio Nedza disse saber vários “causos que todos já gostam muito e dão muita risada”, quando eles se reúnem “em roda pra jogar conversa fora”. Partilhou que as pessoas o consideram “pessoa que sabe muitas coisa por ser mais velho e ainda vivo”. Dissemos que gostaríamos muito de registrar os causos, mas, ele poderia sentir-se à vontade para partilhar além do que fôssemos perguntando. Dissemos que voltaríamos após o término desta pesquisa para ouvir seus causos pois seria muito bom até registrá-los para que mais pessoas possam ter acesso ao que ele poderia partilhar.

Deixamos o termo de consentimento para leitura e ciência, mesmo tendo lido alto e esperado responderem, mas, acabamos por resolver deixar e horas depois, passar para recolher, pois, percebemos que alguns familiares demonstraram interesse em ler sem a presença da pesquisadora.

Quando retornamos para a entrevista já estava assinado. Conforme combinado com antecedência, iniciamos a entrevista intitulada “Saberes da experiência” com o chamamento por senhor ou senhora com as seguintes questões que eram feitas não necessariamente nesta ordem.

1. Mora há quanto tempo nesta comunidade?
2. Como era a vida neste lugar no passado?
3. Como era a vida do senhor ou da senhora antes e depois do casamento?
4. Todos trabalhavam juntos, ou havia divisão de trabalho na família?
5. Como acontecia a divisão e o pagamento pelo trabalho?
6. Há diferenças entre quem vive próximo ao rio Anta Gorda e quem vive no faxinal?
7. Por que Anta Gorda?
8. O que é faxinal?
8. Quais atividades o senhor ou a senhora desempenhava na infância, na juventude, quando casou e quais faz agora?
9. Participava de atividades grupais?
10. Quais? Pode descrever?
11. A quem se pedia ajuda quando era necessário?
12. Curas, partos e benzimentos por quem poderiam ser feitos?
13. O que o senhor ou a senhora dividem com os vizinhos e conhecidos e como isso acontece?
14. Pode falar sobre o seu casamento e a experiência de se ter filhos e filhas?
15. Como era o namoro, casamento e a vida nesta comunidade no passado e como é hoje?

Estas questões se relacionam à vida no lugar, às diferenças entre os dois espaços fora e dentro do faxinal, à vida das mulheres, memórias sobre trabalho, saberes na infância, casamento, maternidade, vida conjugal e história do lugar onde vivem. Perguntas que não eram realizadas nessa ordem, mas se buscava colher as informações enquanto a conversa transcorria.

Por vezes, as pessoas ficavam tão empolgadas que respondiam uma ou mais perguntas de uma vez, sem necessidade de fazermos a pergunta seguinte. Por vezes, se emocionavam e nos faziam chorar muito quando rememoravam fatos vividos com os meus pais, o que dificultou a transcrição posterior e também contribuiu para o que prazo de finalização desta dissertação

fosse estendido, pois, ao processo de luto cada qual responde de maneira diversa. No meu caso, foi um dos momentos mais dolorosos e sensíveis da vida. Mas, a ajuda de amigos e familiares me fez prosseguir para que fosse possível finalizar o trabalho.

Para iniciarmos o capítulo II, intitulado “Vozes de mulheres trabalhadoras rurais”, é preciso salientar que este traz a partir das narrativas das entrevistadas e entrevistados, as memórias do dia a dia e do trabalho, das curas, benzimentos, partos, casamento e maternidade, distribuídos em três itens a serem tratados a seguir. No item 2.1 – Memórias do dia a dia e do trabalho – é possível observar em torno das lembranças narradas, que a pobreza material se fazia presente e que mesmo vivenciando tal carência, essas pessoas mostraram disposição, tanto coletiva quanto individual, para o trabalho na lavoura que lhes garantisse o mínimo para o sustento.

2.1 MEMÓRIAS DO DIA A DIA E DO TRABALHO

[...] meu Deus do céu, quando era, quando assim, chegando natal, né, si arebentava fazê nosso serviço, ligero, ligero, pra i impreitada, carpi impreitada, compra alguma coisa com isso. (Informação verbal).⁸⁴

[...] depois veio a luz, foi em 97 que eu peguei. Água nós puxava de baixo, agora com luiz ajuda muito. (Informação verbal).⁸⁵

Marcamos as entrevistas com questões semiestruturadas ainda em setembro de 2019. No entanto, a morte de meus pais no intervalo de 13 dias em outubro do mesmo ano, e consequente período de luto, alterou o percurso antes estabelecido. Conseguimos entrevistar Nádia Slociak⁸⁶ e seu esposo Antonio Slociak, e Isabel Bodnar.⁸⁷ Fora do Faxinal,

⁸⁴ Entrevista concedida por Maria Kiec. **Entrevista 1** [fev./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis. 2020. 3 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁸⁵ Entrevista concedida por Teodózio Nedza. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 5 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁸⁶ Entrevista concedida por Nádia Slociak e Antonio Slociak. **Entrevista 1** [março/2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 4 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁸⁷ Entrevista concedida por Isabel Bodnar. **Entrevista 1** Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis. 2020. 3 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em jul. 2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

entrevistamos Teodózio Nedza,⁸⁸ Eulália Zdébski,⁸⁹ Ana Kuzma, Vitória Grutka,⁹⁰ Maria Slociak,⁹¹ Maria Kiec⁹² e seu esposo Ladislau Kiec.

A comunidade de Linha Paraná Anta Gorda abrangeu, assim, pessoas que antes pertenciam às comunidades próximas: Linha Paraná e Linha Esperança, como já discurremos no capítulo I desta dissertação e, que possuíam uma dinâmica própria de acordo com as vivências narradas deste/neste lugar.

As memórias evidenciam épocas difíceis vividas pelas nossas entrevistadas antes da chegada da energia elétrica na comunidade e a produtividade baixa nas lavouras que forçava complementar a renda para passar as festas de Natal, por exemplo, de uma forma na qual pudessem comprar algum agrado para os familiares, e nem sempre podiam agradar. Maria Kiec lembrou que quando perdiam a safra por “falhas nas bainhas de feijão ou milho nas espiga, por clima, doença na família, tinha de se passar assim, quaje sem nada”, [...] “emprestava dos outros, se endividava pra outro ano, pagá isso”.

Também parece ter sido necessário contar com quem tinha produção maior ou poder aquisitivo superior porque morava onde não geava, Eulália Zdébski afirmou: “nós emprestava uma quarta de feijão e, (K. R)⁹³ cobrava duas de nós, era ruim aquela muié, ficou viúva, podia cobrar menos, mas não tinha dó, morreu e nem os filho queriam cuidá, ela era tão curú, que meu deus du céu”. Mais adiante, ela destaca a atividade ervateira que mobilizava crianças e mulheres:

[...] na erva não tinha diária, era pago pra cada família no fim de tudo feito, [...] tinha que ganha ainda, pra fora de casa, trabalhá por dia, até pro D. A. [...], com cavadêra plantava, com as mãos, arrancava [...] comé que é de agora, e como que isso era antes, que a gente não tinha dieta nem nada e tá vivendo até dia de hoje.

⁸⁸ Entrevista concedida por Teodózio Nedza. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 5 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁸⁹ Entrevista concedida por Eulália Zdébski. **Entrevista 1** [fev./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 3 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁹⁰ Entrevista concedida por Vitoria Grutka. **Entrevista 1** [dez./2019] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 3 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁹¹ Entrevista concedida por Maria Slociak. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 4 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁹² Entrevista concedida por Ladislau Kiec e Maria Kiec. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 6 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

⁹³ Preferimos colocar as iniciais K. R, da senhora que Eulália se refere.

Eulália Zdébski completa sua fala depois de uma pausa curta: “[...] ía fazê as erva, tinha que i com as criança pequena [...] i onde pagavam, era tudo junto, igual. Fazia nos sapeco e daí pagava tudo junto, daí.⁹⁴ [...] pra mulheres não pagavam, pois, só uma vêis pagavam um, i já isso”.⁹⁵ Narra que ela, seus filhos e outras mulheres da comunidade, passavam bom tempo nos barbacuás⁹⁶ do Faxinal. Assim, como as mulheres alegam que seus esposos trabalhavam nos paiós distantes da casa, igualmente alegam que elas trabalhavam nos barbacuás, portanto espaços respectivos onde se armazena a produção da roça, e onde as ervas são fumegadas para secar. Parece que atribuem importância ao objeto concreto em si, aquele que é mais característico da atividade realizada. O paiól onde passa a armazenar e o barbacuá onde a partir dele quem fará o armazenamento em algum lugar é o dono, pois o fim do trabalho das mulheres e crianças conclui-se no barbacuá. Dali em diante não conseguem ver o que acontece, ao passo que do paiól conseguem.

Essa fala da atividade ervateira permite observar que o pagamento do trabalho das mulheres poderia ter sido feito à alguém que dividiria entre as famílias trabalhadoras ao final da atividade realizada que podia levar vários dias, a depender da quantidade de pessoas mobilizadas para isso

No passado rememorado pelas mulheres entrevistadas, a atividade ervateira envolvia tanto as famílias do Faxinal, quanto quem vivia fora dele, uma vez que, majoritariamente, mulheres e crianças faziam o trabalho enquanto seus maridos estavam nas roças distantes de casa preparando terreno para plantio, pois a colheita mobilizava toda a família. Através do trabalho na atividade sazonal ervateira e as diárias relatadas que eram as únicas estratégias para as mulheres pobres deste lugar, além da roça já mencionada, davam conta de suprir as necessidades imediatas perto de suas casas.

Eulália, assim como Maria Kiec, argumenta que quando faltava feijão para comer, precisava recorrer às pessoas que possuíam maior produção pois estas moravam no alto da estrada principal onde não geava. É possível observar relações de poder entre mulheres onde K. R viúva, com mais recursos, cobrava o dobro do que era emprestado no ano seguinte, e Eulália não aprovava tal prática, mostrando-se indignada pelo comportamento da senhora mencionada, e dando a entender que deveria ser mais solidária com outras pelo fato de ter se tornado viúva.

⁹⁴ Tadó platêle, tá vchó razom. Idnáko. Tradução: Onde pagavam, pois, tudo junto. Igual. Fazia no sapeco e daí pagava tudo junto, daí.

⁹⁵ Tá babám né platêle, [...] Tradução: pois, pra mulheres não pagavam, só uma vez pagavam um, e já isso.

⁹⁶ Barbacué é a armação feita de taquaras para fumegar as folhas verdes da erva-mate no intuito de secá-las (DICIONÁRIO INFORMAL, 2021b)

Acostumadas a dividir tudo entre elas, as mulheres entrevistadas, vivendo na carência material narrada quase que extrema, buscavam ajuda quando era preciso, mas, isso não quer dizer que deixavam de tecer críticas às cobranças que consideravam indevidas. São justificativas como estas, a partir do ponto de vista do lugar de fala das mulheres entrevistadas que correspondiam ao outro extremo: o da pobreza, miséria a qual lembram que vivenciaram, enquanto K. R. dispunha de situação econômica melhor se comparada com aquelas que viviam próximas ao rio, onde eram comuns as geadas, pois, sempre tinha no estoque para poder emprestar. No entanto, não possuía comportamento semelhante ao das mulheres menos favorecidas da comunidade que costumavam socializar o que tinham.

Para Ania Pupo Vega (2021), em tese intitulada “Vozes das Pobrezas desde o Leste Rural de Cuba”:

O trabalho doméstico não remunerado é principalmente realizado por mulheres e constitui um dos focos de análise da perspectiva de gênero. Um ponto de partida importante para valorizá-lo e torná-lo visível é o próprio fato de considerá-lo um trabalho. Outro seria quantificar o tempo dedicado à sua realização (dentro do volume da carga de trabalho) e igualá-lo em termos de dinheiro, levando em conta as atividades de manutenção e reprodução da vida (VEGA, 2021, p.118).

Sobre as experiências sociais múltiplas e singulares dos agentes sociais que as vivenciam concretamente, no seu trabalho de comunicação, Silva (2020, n. p.) aponta que:

[...] as mulheres vivenciam boa parte dessas multiplicidades, demarcada pela situação de gênero, que é produto de processos políticos determinados por vários atores e várias significações que estão em constante conflito para delimitar as instâncias de poder (SCOOT, Joan, 1990), é possível visualizar nos relatos de vida delas, os trânsitos desses diferentes atores e significações, que agregam as suas trajetórias uma multiplicidade de fatores que possibilitam um melhor manuseio dessa concepção teórica.

Eulália se admira fazendo referências às mulheres mais novas⁹⁷ que estão casadas hoje na comunidade e que vieram de outras comunidades vizinhas, e preferem comprar do que realizar o trabalho e usufruir de uma alimentação livre de agrotóxicos, “sem veneno” como ela já fazia no passado e o faz atualmente. Argumentos semelhantes como o trabalho realizado por elas também estão presentes na fala das outras mulheres como Maria Slociak, que além de citar essas atividades, também aponta que assim que casavam,⁹⁸ os maridos:

⁹⁷ Sobre esse grupo geracional de entrevistadas é possível verificar diferentes visões relatadas como a infância, juventude e a velhice. Elementos conflitivos e novas demandas entre as gerações vão se fazendo presentes enquanto rememoram.

[...] Eles ficavam lá pras Bara, trabaiano nas lavôra, semana inteira ficavam na Bara. Eu plantava mandioca, aroiz nessas baxadas, em vorta da casa, eu ia, um dia ia, um dia ficava por perto de casa, trabaiano no quintal, nos mandiocá assim, nas batata doce. [...] alface, couve flor, repolho, cenora, pepino, de tudo eu pranto no quintal até hoje. Eu tenho dois quintal, i pranto de tudo. (Informação verbal, 2020).⁹⁹

Na fala de Maria Slociak é apontado um certo controle dos maridos do lucro da produção no campo no passado, mesmo que tenham tido e ainda possuam conta conjunta, a aposentadoria lhes conferiu certa liberdade na aquisição do que desejam. Ela alega que no passado antes de se aposentar:

Dependia do marido, me dê dinheiro pra isso, eu preciso compra ropa de cama, eu preciso compra ropa pra criança ou é pra mi, agora não, eu vo lá, já tenho meu salário, eu compro o que eu preciso ou loça, ou ropa, ou de cama, ou presente pros neto, pro filho, já tenho meu dinheirinho. [...] conta conjunta, temo até hoje, mas a gente já ficava pensando no dia de amanhã, não dava pra gasta hoje, exagerado, pra amanhã ou depois faltá. Preveni pra doença, primera coisa.[...] (Informação verbal).¹⁰⁰

Nossa percepção é de que a condição de aposentadas lhes conferiu liberdade muito maior de uso do dinheiro do que na situação anterior que viviam. Pareceu-nos que tratam a aposentadoria como conquista que lhes permitiu investir naquilo que desejam, como exposto por Maria Slociak. “já tenho meu dinheirinho”, e que antes disso, ela e seu esposo tinham conta conjunta, e até hoje possuem. Antes, era da safra anual que provinha o recurso para ser diluído nos investimentos do ano todo e para prevenção de doenças como lembrou, agora o referido benefício é mensal e ela parece possuir maior liberdade, pois administra tal recurso, não mais os maridos que podem vir a controlar o dinheiro. O fato é que veem o benefício como algo que foi muito desejado e sentem que permitiu certa melhoria nas suas vidas, se comparada com a vida anterior.

As narrativas evidenciam práticas de troca de saberes, de ajuda mútua e de uma parceria entre mulheres que buscaram garantir o sustento dos filhos. E estas sempre estão cercadas pelas crianças, seus netos/netas ou filhos/filhas, parece-nos que ser mãe, como aponta Perrot (2007, p. 68) “[...] é uma fonte de identidade”, pois, orgulham-se em mostrar as fotografias dos filhos e filhas que estão distantes e contar a vida deles e as vivências com eles.

⁹⁹ Entrevista concedida por Maria Slociak. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 4 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em jul./2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por Maria Slociak. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 4 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em jul./2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

As pessoas têm nesse lugar onde vivem uma ligação muito forte, lembram do trabalho, das festas, das atividades presentes no espaço da Comunidade de Anta Gorda. Na parte do Faxinal, jovens ainda se encontram para torneios de futebol, para a festa da Hailka da Páscoa, e namoros na frente das casas de seus pais.

As mulheres relatam que no passado os namoros aconteciam sob vigilância constante dos familiares buscando assegurar certo controle na escolha de parceiros e parceiras que tivessem ligação preferencialmente com a fé religiosa. Maria Kiec afirmou que: “[...] antes tempo não podia namorar longe dos pais, era pegar na mão e olha lá, se o namorado fosse assim de igreja, então não tinha problema, mas caso algum assim não fosse, não podia casá, não”. Para Ramos (2012) entre imigrantes e seus descendentes a endogamia foi significativa, o que pode ter contribuído na manutenção de certas práticas culturais que ainda hoje se fazem presentes, e são responsáveis pela construção da identidade dos descendentes de ucranianos e poloneses do lugar. No caso dessa comunidade, os casamentos ocorriam entre descendentes dessas duas etnias, considerando-se pelos habitantes do lugar, brasileiros os que não pertencessem a uma delas.

Esses e outros relatos asseguram que as manifestações do passado no lugar no qual viveram seus pais, e hoje vivem as pessoas entrevistadas, passou por mudanças, mas, as lembranças permanecem vivas e significativas de um passado rememorado com emoção. Assim, embora existam diversos estímulos como a internet, os celulares, ainda está presente nas práticas cotidianas muito do que foi vivido no passado, porém nos dias de hoje, ressignificado.

Um dos fatores apontados é a questão econômica hoje melhor do que no passado,¹⁰¹ o que traz certo conforto em não precisar produzir e adquirir pronto, mas, esse conforto é proveniente de atividades realizadas tanto pelo homem quanto mulher que trabalham juntos na produção econômica familiar.¹⁰² Não podemos deixar de mencionar este fato observado na época de safra do fumo, onde as mulheres¹⁰³ mais novas acompanham seus esposos na colheita

¹⁰¹ Um dos fatores que pode contribuir pra compreender a melhoria de vida a qual se referem é quando percebem que aposentadas podem ter um valor todo mês na sua conta para suas necessidades, do contrário, no passado era necessário aguardar a finalização da safra pra ver o que se teria durante um certo período para fazer uso. Por serem idosos e idosas aposentadas, afirmam constantemente que hoje está melhor porque possuem o seu “dinheirinho” para ter o que quiserem como diz Maria Slociak, por outro lado, justificam que “gastam muito com remédios e exames” como diz Eulália Zdébski. Mas mesmo assim, ainda veem a condição atual como melhor que a do passado vivenciado quando foram crianças, jovens e recém casados quando tinham seus filhos e filhas ainda pequenos.

¹⁰² A produção a que fazemos referência é a cultura do fumo majoritariamente presente na comunidade analisada e que casais novos com filhos ainda pequenos, estão envolvidos na produtividade, enquanto, como já mencionamos, idosas e idosos cuidam dos seus netos e netas.

¹⁰³ Ver artigo intitulado “trabalho na safra, uma atividade feminina? modos de subjetivação e relações de gênero

e classificação do produto, enquanto as crianças maiores cuidam dos irmãos menores sob vigilância dos mais idosos e idosas.

Não podemos tratar os saberes femininos como estáticos, mas na dinâmica social e local, são ressignificados e colocados em prática evidenciando que o que as mulheres idosas possuem de conhecimentos e memórias do passado, não são simplesmente transferidos e utilizados tal qual falamos. E nem são repetidos tal qual foram repassados. Antes, cada pessoa ou grupo que assimila, ressignifica a sua maneira.

Eulália Zdébski menciona: “[...] hoje os tempos são outros, não é igual antigamente que era uma miséria, meu deus do céu, como era”.¹⁰⁴ Mas, as mulheres, como Eulália, embora mencionem também que “os tempos são outros”, continuam com as práticas transmitidas vividas como ter quintal, jardim, galinhas, ovos, preparam sua comida, e atribuem importância para as atividades do passado¹⁰⁵ vivenciado e sugerem que se dê continuidade.

Essa dinâmica parece fazer parte das culturas tradicionais ou cultura popular no mundo em transformação, mas, observa-se que os espantos, os estranhamentos também funcionam como uma pressão para que não se perca o que essas pessoas consideram significativo presente nas suas narrativas como “rezar de joelhos”, “dar atenção aos idosos”, “fazer comida e não comprar pronta”, “ter quintal para saladas”, “ter jardim com diversas flores”, “ter galinhas e ovos caipiras”. Enfim, uma série de reivindicações das idosas que apareceram nas suas falas e de que veem com desaprovação a não presença dessas práticas nas famílias nos tempos de hoje.

na indústria fumageira.” de autoria de, Renata da Silveira Borstmann e Karine Vanessa Perez é possível conferir que atividades que exigem menor ou nenhuma qualificação, repetitivas, manuais e delicadas como manusear as folhas de fumo, cabem às mulheres, aos homens cabem atividades de chefia e as consideradas mais pesadas. bem como, essa prática aparece naturalizada quando tecem comentários.

¹⁰⁴ Desde a década de 1870, o governo brasileiro se preocupava em fixar imigrantes em terras de melhor qualidade, prestar-lhes assistência e garantir o escoamento do excedente dos núcleos coloniais para os centros urbanos. mas, a província do paraná não possuia recursos para seus propósitos, aliado a isso enfrentava oposi o da elite econômica que era contrária   ocupa o das terras de pastagens dos campos gerais pelos imigrantes. foi em torno das cidades litorâneas e do primeiro planalto que a pequena propriedade imigrante foi se instalando. a partir de 1890 avançou o interior estabelecendo imigrantes no sudoeste, acompanhando vales do rio negro e igua . dessa forma, de 1829   1911, já havia mais de 100 núcleos e cerca de 100 mil imigrantes. parte destes foram se envolvendo com a coleta, preparo e transporte na atividade ervateira. outros, como, em antonio olinto em 1896, os ucranianos tiveram de aguardar a medi o dos lotes por sete meses, e o traçado das linhas coloniais ao gerar povoamento disperso permitiu uma sociabilidade específica entre os colonos, “[...] o isolamento étnico que favorecia a permanência do idioma e das tradi es[...].” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 54-55). Para compreender melhor esse processo, ver Trindade e Andrezza (2001).

¹⁰⁵ Para compreender melhor esse passado, recorreremos   leitura de artigo de Ren  Wagner Ramos intitulado “A Implanta o das Col nias no Paraná no governo Bento Munhoz da Rocha – 1951-55” nas páginas 642-654, onde   apresentado um estudo de colônias como Witmarsum, Entre Rios e Castrolanda como aquelas que receberam investimentos de financiamentos para que pudessem se desenvolver. No entanto, no fim do século XIX e início do XX, os primeiros imigrantes não tiveram o mesmo tratamento ou preocupa o. Foi no período pós-segunda guerra que holandeses e alemães tiveram possibilidades como essas de desenvolvimento no Paraná, como apontados pelo autor.

No entanto, não entrevistamos as mulheres mais novas da comunidade para abranger tais itens apontados por suas mães ou sogras, quando se casam e passam a viver nessa comunidade. Mas, sugerimos que outros afazeres dos quais se ocupem hoje, contribuam para que nem sempre atribuam o mesmo valor conferido para atividades mencionadas.

Observa-se, então, que a produção no campo nessa comunidade sofreu modificações se comparada com outros tempos onde atividades para a subsistência eram praticadas com instrumentos rudimentares. Cultivava-se variedades de produtos e hoje se cultiva principalmente o fumo que oferece suporte para financiar os insumos e o maquinário necessário para pagamento parcelado ou posterior à safra.

Borstmann e Perez (2018 *apud* FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014, n. p.) apontam que:

No setor produtivo, geralmente, as profissões que exigem força física e trabalhos pesados, em ambiente sujos ou insalubres, geralmente são associados a estereótipos masculinos, pois necessitam de coragem e força. Já o trabalho feminino é associado a algo que seja leve e fácil, que exija paciência e minuciosidade, caracterizando assim, a divisão sexual do trabalho.

Semelhante ao modo de vida do (a) agricultor/agricultora tradicional da região onde se vive em faxinais e comunidades como a analisada, observamos certa semelhança com ponderações feitas por Renê Wagner Ramos (2017, p. 653), que ao tratar do olhar da burguesia regional e estadual, em relação à população cabocla, considera o caboclo rebelde nas suas relações econômicas. Segundo afirma Thompson (1998, p. 19):

Uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os ‘livres’ mercados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/ social neutro e sem normas (modernização e racionalização), mas sim a inovação do processo capitalista é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso e costumes.

Ramos (2017, p. 652) tece críticas ao governo brasileiro que não subsidia os “pequenos agricultores brasileiros, que poderiam com investimentos educacionais e técnicos exercerem o mesmo papel realizado pelos colonos imigrantes”. No caso, estes¹⁰⁶ que receberam

¹⁰⁶ Nesse mesmo artigo de Ramos (2017) há entre diversos fatores à religião protestante, experiência da região de origem e prioridade dadas à educação dos grupos de Witsmarsum, Castrolanda e Entre Rios. No caso de ucranianos e poloneses, estes majoritariamente se dedicaram à agricultura de subsistência na região de Prudentópolis e por razões diversas não se desenvolveram em cooperativas que lhes garantissem retornos como o foi possível aos demais grupos de imigrantes que se instalaram nos Campos Gerais, Castro e Guarapuava. Como disse nossa entrevistada, a “miséria era muita” então a questão econômica orientou, de forma geral, esse grupo de poloneses e ucranianos que ali viveram/vivem para buscarem seu sustento de forma que lhes garantisse

possibilidades de se organizar em cooperativas e obtiveram sucesso, mesmo que com dificuldades de início.

Esse fenômeno acabou contribuindo regionalmente para o aumento do preconceito contra o pequeno agricultor, caboclo faxinalense, o posseiro e os assentados da reforma agrária, que vivem de uma agricultura de subsistência com pouco acesso a financiamentos, maquinário, educação de baixa qualidade e além da falta de qualificação e orientação técnica que são invariavelmente comparados de maneira imprópria com os colonos imigrantes, sem que a população conheça a história envolvida neste processo da formação das colônias (RAMOS, 2017, p. 652-653).

De acordo com Luiz Sérgio Pires Guimarães (2016),¹⁰⁷ o espaço rural brasileiro sofreu uma evolução. E apresentando estudo sobre essa evolução, o autor aborda a introdução da atividade monocultora da cana de açúcar no século XVI, que passa posteriormente pela pecuária, mineração, algodão, cacau, tabaco e café. Mas, acaba por demonstrar no estudo de 1940 a 2006, que: “[...] após a Segunda Guerra Mundial, o Estado se redefine como principal agente de fomento da acumulação capitalista no campo e passa a atender, de modo definitivo e sistemático, demandas específicas do setor, até os dias atuais [...]” (GUIMARÃES, 2016, p. 21). Já a produção para a agricultura familiar não possui o mesmo tratamento, excetuando-se o PRONAF¹⁰⁸ que é um pequeno estímulo para que se possa empreender de acordo com a quantidade de terra produtiva que se possui e se possa comprovar para obter o recurso.

Hoje, mulheres e homens¹⁰⁹ enfrentam desafios juntos na área produtiva que lhes

o básico para sobreviver. Para isso, as mulheres estiveram em destaque, mas não foram reconhecidas nos papéis que ali desempenharam, Bortsmann e Perez (2018 *apud* HIRATA, 2002) lembram que “aos homens há uma associação de execução de trabalhos nobres, já às mulheres, o desempenho de trabalhos periféricos”.

¹⁰⁷ Luiz Sérgio Pires Guimarães em artigo “Evolução do Espaço Rural brasileiro”, utilizou dados dos censos e chegou à conclusão de “[...] que a série histórica da informação censitária, entre 1940 e 2006, revela que a agropecuária brasileira vem se modernizando a partir de diferentes modelos produtivos que, em comum, têm o fato de privilegiar a grande produção monocultora de alto valor comercial, destinada à exportação, enquanto a pequena produção de fraca inserção no mercado e/ou voltada à comercialização continua a ter papel relevante na produção alimentar para mercado interno. Se, em princípio, adotou-se um modelo de “substituições de importações”, a partir de meados dos anos 1960, o setor rural passa a ser reconfigurado no padrão clássico da modernização conservadora, cujos princípios e estratégias locais definem, em grande parte, a geografia do espaço rural brasileiro na contemporaneidade”.

¹⁰⁸ Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar. Para saber mais: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>.

¹⁰⁹ Para Bortsmann e Perez (2018 *apud* MACEDO *et al.*, 2012, p. 220), homens e mulheres se relacionam com base na subjetividade, cada qual atribui significado a esse processo de acordo com suas experiências vividas. E mesmo que transformações iniciassem no século XX, quanto à emancipação do sexo feminino, ainda não há igualdade de gênero por completo, os acontecimentos ainda estão centrados no público masculino. “Assim, o avanço das mulheres no mundo do trabalho é gradual, não conseguindo romper em absoluto com o modelo patriarcal”. Bem como a vivência e experiência das relações de gênero acontecem de maneiras distintas em que ambos conferem diferentes significações à sua atividade laborativa. Para Bortsmann e Perez (2018, p. 8). “Há uma cultura instaurada de que os trabalhos que exigem um maior cuidado e paciência são destinados à mulher e os trabalhos que exigem uma força maior, para os homens” No entanto, ao compararmos com o nosso estudo,

garante sustento e alguns deles com uso de tratores que aparecem nas suas casas e instrumentos mais sofisticados do que no passado. Talvez isso iniba nas famílias mais jovens certas atividades apontadas pelas entrevistadas com espanto e estranhamento e, assim, optem por comprar certos produtos ao invés de produzi-los no quintal, no espaço doméstico como se fazia muito no passado e ainda as idosas têm realizado.

Embora estejam no trabalho conjunto, ainda não é possível afirmar que as mulheres possuam condições de igualdade. Hennigen e Guareschi (2008 *apud* BORSTMANN; PEREZ, 2018) afirmam que, “Dentro de uma perspectiva das relações de gênero, as desigualdades construídas social e culturalmente, definiram quais os espaços a serem ocupados pelos sexos, implicando em diferenciações e hierarquizações sociais”.

Com baixa ou nenhuma qualificação, as mulheres têm a oportunidade de se socializarem em trabalho como o da safra de fumo onde várias atividades são desempenhadas. Desde escolher sementes, semear em bandejas, quebrar as folhas de fumo, carregar, descarregar, secar, classificar e enfardar para acompanhar a venda. Diferente do que as autoras Borstmann e Perez (2018) apresentam do estudo de Santa Cruz do Sul, considerada a “a capital do fumo”, as mulheres no estudo delas aparecem como a maioria na atividade fumericulora.

As autoras apontam a divisão sexual do trabalho na safra do fumo sugerindo que homens ocupem cargos de maior qualificação e responsabilidade. O que permite verificar que no âmbito do trabalho a questão do gênero se relaciona na maior parte com a valorização dos homens em detrimento das mulheres e, conseqüentemente, distribuem-se oportunidades desiguais de poder, autoridade e prestígio entre pessoas conforme o sexo.

Nessa perspectiva Goiacira Nascimento Segurado Macêdo e Kátia Barbosa Macedo (2004 *apud* BORSTMANN; PEREZ, 2004) afirmam que ao longo da história, essas relações se constroem “em que a ideologia dominante reforça e reproduz a subalternidade da mulher, passando a se apoiar nela para a sobrevivência de suas) estruturas hierárquicas, patriarcais e conservadoras”. No nosso trabalho, constatamos nas falas das mulheres casadas que por vezes silenciavam, já as viúvas falavam com mais naturalidade, embora, próximas dos filhos do sexo masculino, e em alguns momentos da conversa falavam mais baixo do que antes, perguntavam aos filhos e indicavam outras pessoas para responder algumas perguntas, ou simplesmente forneciam respostas curtas.

Na comunidade de Paraná Anta Gorda, mulheres e homens trocam dias de trabalho

percebemos que discursos e práticas sexistas como estas tem sofrido modificações, as mulheres tem percebido que nem tudo o que se faz no espaço doméstico devem ser atribuídas apenas à elas, fato esse observado quando da visita na casa de Nádia Slociak onde o marido afirma: “home traz a comida e muié prepara”.

com familiares que se envolvem com a mesma atividade, para que possam estar realizando as colheitas, carregamento e descarregamento das folhas de fumo após a secagem, demonstrando certo equilíbrio de divisão de tarefas. Isto, porém, não quer dizer que carregar, descarregar ou classificar o produto sejam atividades realizadas somente por homens ou somente por mulheres.

Visto como atividade central por Dejours (2008 *apud* BORSTMANN; PEREZ, 2018), o trabalho na fumicultura coloca “à prova a subjetividade, da qual sempre sai acrescentada, enaltecida, ou por outro lado, diminuída, mortificada”. E essa divisão do trabalho, vista por Marilena Chauí (1980, p. 61), não é:

uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica, a existência de diferentes formas de propriedade, isto é, a divisão entre as condições e instrumentos ou meios de trabalho e do próprio trabalho, incidindo por sua vez na desigual distribuição do produto de trabalho. Numa palavra: a divisão social do trabalho engendra e é engendrada pela desigualdade social ou pela forma de propriedade.

Montserrat Moreno (1999, p. 23) observa o androcentrismo¹¹⁰ como um preconceito que “consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, [...] o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo”. O termo pode estar se relacionando à extensa Formação Ideológica que abriga inúmeros discursos (o do homem, o da mulher, o do pai, o da mãe, o da criança, etc.) e Formações Discursivas que veem como centro o masculino.

O fato de ser filha de uma das mulheres da comunidade analisada e observar que se movimentam desde a infância ali vivida, não foi possível estar muito distanciada na escrita deste trabalho, e essa aproximação e conhecimento das entrevistadas, Roger Chartier (1993 *apud* FERREIRA, 2000, p. 10) defende que “pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história”.

Por outro lado, pode representar um perigo porque a vontade de abordar no estudo as mulheres e seus saberes na comunidade partiu da experiência como filha de pequenos agricultores e a própria teoria acadêmica que instiga a necessidade de reconhecimento às

¹¹⁰ Androcentrismo é um termo criado pelo sociólogo norte-americano Lester F. Ward em 1903. Está intimamente ligado à noção de patriarcado. No dicionário Priberam: Visão do mundo centrada no ponto de vista masculino (PRIBERAM, 2022).

mulheres agricultoras, como defende Paulilo,¹¹¹ desde a década de 1970, centrando os estudos na figura da mulher rural e indicando o lugar ocupado nas pequenas propriedades rurais, o que contribui para desconstrução de estereótipos.

Segundo Bourdieu (1999, p. 14, tradução nossa), “ser membro de um grupo proporciona a cada um de seus membros todo o suporte do capital possuído coletivamente”.¹¹² Por isso, se a extensão das redes de relações importa para a produção do capital social, a participação nesta rede de relações sociais daria ao indivíduo acesso a um conjunto de recursos possuídos pelos demais membros dela.

A produção para a subsistência prevalece na narrativa delas porque desprovidas de grandes quantidades de terras para o cultivo, se dedicavam a vários outros trabalhos como o da roça, para a sobrevivência de suas famílias lavrando a terra alheia com ferramentas rudimentares para suprir de alimentos as suas famílias. Como nos diz Eulália Zdébski “[...] trabalhei pros alheio assim, pros outro, de camarada, [...] pois pobre que não tem as coisa né. E como a gente faz pra ter um pouquinho? Trabalha, luta. [...] pra fora de casa, trabalhá por dia, plantava roça com cavadêra, carpia com enxada”.

Conforme Paulilo (2016), a maioria das mulheres trabalha na agricultura ou atividades agrícolas produzindo quase a metade dos alimentos do mundo, compondo três quartos delas no mundo, vivendo em áreas rurais. Nas últimas décadas parece que tem se acentuado a preocupação em evidenciar a participação das mulheres camponesas, e isso se deve principalmente aos movimentos feministas, o que contribui para as reivindicações trabalhistas por parte das mulheres. A influência dos movimentos feministas trouxe pelo menos duas contribuições importantes para Paulilo (2016, p. 170):

Uma delas é questionar a pressuposição de que a família rural se comporta como se fosse uma única pessoa, tal a identidade de valores e práticas entre seus membros, embora consideramos importante manter a ideia de ‘família produtiva’, para diferenciar essa forma de trabalho, da forma assalariada, em que o trabalhador está individualizado. A outra [...] é questionar a associação quase automática que se faz entre o que é ‘moderno’, incluindo a modernização agrícola e a independência feminina.

¹¹¹ Essa preocupação de Maria Ignês Paulilo está também no segundo texto da obra “Mulheres Rurais: quatro décadas de Diálogo” que trata de uma pesquisa realizada entre setembro de 1978 a fevereiro de 1979, no Brejo Paraibano, estado da Paraíba, objetivando “[...] levantar as condições de trabalho das mulheres de parceiros, arrendatários e assalariados, e das mulheres volantes [...] e, ao mesmo tempo, desvendar a forma de apropriação, pelo capital, do excedente por elas produzido” (2016, p. 57).

¹¹² “Ser miembro de un grupo proporciona a cada uno de sus miembros todo el soporte del capital poseído colectivamente.” (BOURDIEU, 1999, p. 14).

Há de se considerar, no entanto, que o uso de novas máquinas e tecnologias no trabalho agrícola não traz alterações substanciais nas relações de poder entre o casal. O que se percebe é que ao realizar essa associação, tem-se a visão de que as mulheres sejam em primeiro lugar donas de casa e trabalhem na terra apenas auxiliando seus maridos. Isso pode ser percebido nas narrativas das mulheres, como Ana Kuzma: “Eu vou na roça ainda, ajudo na roça, subo no trator com o piá e vou, porque mesmo aposentada a gente gosta e ainda tem força pra ir”.

A entrevistada vê sua atividade descrita como ajuda, e como trabalho quando realizado fora do ambiente doméstico. Demais relatos se referem ao serviço quando acontece na casa ou em torno da mesma e ao trabalho quando relacionado à lavoura. O que se observa é que aquilo que oferece lucro, que resulta em montante de dinheiro que é pago pela safra, por exemplo, é visto como trabalho, e é majoritariamente associado ao universo masculino. Já aquilo que se repete diariamente, semanalmente, trabalho realizado próximo à casa recebe a denominação de serviço,¹¹³ e é majoritariamente desempenhado pelas mulheres.

Essa relação de justificativas em torno desse uso reiterado de serviço e trabalho como dois conceitos diferentes, leva a pensar que as relações ainda podem estar vinculadas à ideologia do patriarcado que foi sendo absorvida do passado e ainda persiste no presente.

Para Carmen Silvia Andriolli (2006), um dos reflexos do conteúdo da ideologia do patriarcado, extensivo ao espaço do trabalho na roça onde a figura do pai patrão se confundia com a dos feitores das fazendas e empresas, é a submissão à figura do pai autoritário por meio de lembranças recorrentes de violência física. A título de exemplo, as lembranças das entrevistadas sobre atitudes de seus pais e avós no passado, quando referem às suas infâncias e adolescências.

Maria Slociak e Nádia Slociak argumentam que aos meninos era dispensado tratamento diferente e às meninas eram vigiadas constantemente. Maria Slociak, antes de casar alega que o pai conversou com o seu namorado para ver se seria bom pra casar, pois ele era “polaco” e ela ucraniana, então tinha de ver a intenção que tinha. Já Nádia Slociak disse que aprendeu muito com a irmã mais velha porque a mãe morreu cedo, e, que os meninos podiam sair, as meninas tinham sempre de voltar mais cedo por medo de apanhar do pai, e, que usar

¹¹³ Em economia um serviço é um produto da atividade humana que satisfaz a uma necessidade, sem assumir a forma de um bem material. Já o trabalho é o fator de produção mais importante, e, os economistas medem o trabalho em termos de horas dedicadas, salário ou eficiência, visto como essência do homem. O que distingue o homem dos animais é a sua consciência e a intencionalidade para o trabalho. Para as mulheres entrevistadas tudo o que se faz na casa e em torno dela é chamado de serviço e o que se faz na lavoura que se permanece mais tempo numa atividade como carpir, plantar ou colher é caracterizado como trabalho. Além disso, quando são elas que desempenham esse trabalho na lavoura, alegam que é ajuda, pois, parece que essa noção está naturalizada por ser reiterada nas narrativas das pessoas que entrevistamos, sejam homens ou mulheres.

vestido acima do joelho era proibido pelos pais e avós. Alega que a vigilância maior era em relação às meninas, já os meninos podiam voltar das festas que frequentavam sempre mais tarde. Já na lavoura, era comum que todos trabalhassem, sejam homens ou mulheres de forma conjunta. Na época de safra do fumo, feijão, milho, se mobilizava e se mobiliza ainda hoje, toda a família.

Pensando nesse sentido, também os professores de história precisam traçar estratégias para pensar a superação de uma história elitista, e da classe dominante, considerando a diversidade e as fontes variadas e sensibilizar os alunos para a importância de pesquisas sobre a história das mulheres e/ou gênero, pois numa situação privilegiada e que passou pela academia, os docentes podem envolver os estudantes na desconstrução de estereótipos, por exemplo, e tratar das mulheres agricultoras e sua importância seja quais papéis assumirem e em quais práticas estiverem envolvidas na sociedade.

Um grande Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso do Sul foi trazido à tona pela pesquisadora Elisa de Oliveira Kuhn (2001), no qual aponta que este atuou como movimento social autônomo de 1986 a 1994, com objetivo da garantia do acesso à cidadania plena das mulheres, bem como luta por direitos específicos.

Construíram, nesse sentido, muitas lutas importantes como reivindicação do salário maternidade extensivo às trabalhadoras rurais, emissão de nota produtora conjunta e aposentadoria aos 55 anos de idade. Esse período engloba várias transformações importantes na sociedade brasileira, como os movimentos das Diretas Já e o movimento Constituinte, surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e pode ser avaliado como um momento em que os movimentos sociais experimentavam um período de ascensão, especialmente aqueles ligados ao projeto da Reforma Agrária (KUHN, 2001, p. 6).

Trabalhos como de Paul L. Singer e Felícia R. Madeira (1973, p. 37) possuem referências específicas à mulher rural. Fazendo uso de dados de censos agrícolas de 1920 a 1970, concluem que a maior parte da mão de obra das mulheres é empregada à agricultura de subsistência, na qual acontece a conjugação de atividades domésticas e produtivas. Portanto, estudar as mulheres rurais por meio da metodologia da história oral contribui, na nossa concepção, na valorização da participação econômica das mesmas e expõe a necessidade de serem representadas politicamente também.

Cláudia Delboni (2008, p. 18), na sua Dissertação de Mestrado sobre as mulheres da Terra, especificamente as assentadas de Sumaré II desde 1985, trabalhou com a metodologia da história oral e analisou as trajetórias destas, e para dar densidade à pesquisa abrangeu também homens no seu estudo. A autora traz informações de que o movimento das mulheres

no campo avança na década de 1980, uma luta pelo reconhecimento das trabalhadoras rurais, e outra via MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra), onde as mulheres vão ter acesso ao salário, aposentadoria, licença saúde, maternidade que acaba por representar uma superação da nomenclatura de profissionais “do lar” atribuída até então às mulheres agricultoras. E a via do MST que se utilizou naquele momento da estratégia de ocupação para busca da concretização da reforma agrária no país.

A visibilidade das mulheres na luta é que vai trazer impactos com consequências na mudança da própria legislação como, por exemplo, na titulação da terra. Pelo Estatuto da Terra de 1964, era o homem considerado chefe da família, e, portanto, o único beneficiário da reforma agrária. A possibilidade de a mulher ser beneficiária da terra se fará presente na Constituição de 1988 no artigo 189 (BRASIL, 1988), no qual assim está escrito:

Parágrafo único: O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou à ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Embora na América Latina isso represente certo pioneirismo, o fato de não ter caráter obrigatório ainda não se via como uma grande vantagem versar na lei brasileira, tal possibilidade. Na concepção de Delboni (2008, p. 18), “mudar a tradição patriarcal, implicava por alterações na cultura que ainda privilegiava o homem no acesso à propriedade da terra”. Foi através da Portaria nº 121 em maio de 2001, mediante o Ministério da Agricultura/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (MDA/INCRA) é que a partir do Programa de Ações afirmativas, se determinou que 30% dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) deveriam ser destinados às mulheres no projeto Pronaf-M. Por força das mobilizações e pressões do movimento das mulheres, no ano seguinte em 2002 ocorreram alterações no Código Civil também, pois a chefia compartilhada na família acabou versando neste documento.

Dessa forma, altera a possibilidade de só o homem ser considerado o provedor do lar como versava no código de 1916, e agora a mulher pode se inscrever na aquisição de lotes na reforma agrária. Ela é reconhecida como agricultora e jamais fora somente ajudante, ou deveria ser vista como secundária, não comprometida, ou realizando trabalho invisível da reprodução da família. O fato é que o avanço da luta das mulheres também possibilitou que em outubro de 2003, o INCRA aprovasse a Portaria nº 981, que tirou a titulação opcional prevista na Constituição de 1988, e tornou obrigatória essa titulação tanto no nome do homem, quanto no nome da mulher.

Art. 3º A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á:

- I - Ao homem na ausência de cônjuge ou companheira;
 - II - À Mulher na ausência de cônjuge ou companheiro;
 - III – ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de:
 - a) Casamento;
 - b) União estável;
- (BRASIL, 1988)

Embora se considere certos avanços para as mulheres, a realidade mostra que os papéis sociais entre homens e mulheres estão permeados pelas relações de poder marcadas pela desigualdade. Para Delboni (2008), os projetos que foram feitos atendendo as reivindicações das mulheres foram fragmentários e sem compromisso orçamentário. Incorporar gênero exige políticas públicas que representam um desafio à estrutura social vigente. Situações diversas levadas em conta sob a perspectiva educacional, como o fato de nem todas mulheres disporem de documentos pessoais ou soubessem assinar, podem ter gerado o descompromisso da garantia de seus direitos.

No que diz respeito à ampliação e manutenção da agricultura de subsistência, Martins (1975) e Duarte e Queda (1974) fazem uma análise da “agricultura tradicional” do ponto de vista da acumulação do capital. Consideram que esta forma de exploração agrícola não representa um entrave para o capitalismo se desenvolver como almejam os defensores da modernização da agricultura, mas sim um suporte para acumulação no setor dinâmico da economia que é o industrial. Ou seja, a necessidade de acumular capital na indústria implica reprimir salários dos operários urbanos, e em consequência surge a necessidade de baixar preços dos alimentos, rebaixando o rendimento do capital investido na agricultura, o que resulta nas unidades de produção não capitalistas.

Para Paulilo (2016, p. 31), a introdução maciça da mulher no mercado de trabalho não pode redefinir os papéis sexuais e a organização familiar, ao menos em curto prazo. Valores tradicionais exercem influência ao mesmo tempo que a nova situação se apresenta desafiando a antiga. Ao invés dos papéis conjugais se reformularem pelas mudanças nas relações de trabalho e padrões ocupacionais, é a própria definição tradicional destes papéis “[...] que estabelece barreiras a plena proletarização das mulheres, pois, seu trabalho continua sendo visto como subsidiário ao do homem”.

Foi o que pudemos constatar na fala do entrevistado Teodózio Nedza (2020): “Pois eu não trabalho, meu serviço eu faço bóia, lavo louça, [...], o trabalho na roça vamo dizê, é mais pesado não é como agora. Já em casa, do começo até eu plantava alguma coisa no quintal, agora

ele (filho) planta, já cuida, planta”.

Na conversa, o entrevistado argumenta que se encontra morando com seu filho mais novo que se dedica às atividades no quintal e na roça e que após a viuvez não foi mais para este último espaço, teve mais tempo para conversar com os vizinhos, visitar, ir à igreja sem considerar trabalho o que faz em casa nos dias de hoje. Ou seja, quando se aposentou deixou de plantar no quintal e, o contrário é percebido entre as mulheres aposentadas, elas continuam com seus quintais cheios de verduras e legumes e ainda quando podem se deslocam para a roça com seus filhos ou esposos. Dessa forma, observamos que persiste a noção naturalizada de que o que for feito no espaço doméstico é secundário, serviço, ajuda, não trabalho que oferece resultado financeiro, levando-nos a ver que não há valorização do trabalho comumente feito pelas mulheres, este permanece invisibilizado e visto assim, seja por homens, quanto pelas mulheres, como serviço e ajuda quando a mesma trabalha na roça. Elas passam mais horas desempenhando diferentes atividades, tanto na casa quanto na lavoura; mas, ainda não acontece o reconhecimento de valor de todas as atividades realizadas por elas.

Para Saffioti (1976, p. 33), abordando as sociedades pré capitalistas, onde havia o predomínio do trabalho familiar, acrescenta que: “[não se pode] falar de independência econômica da mulher [...], pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e, para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher”. Contribuí acrescentando a noção de que é com o capitalismo que surge o trabalho individual. Dividido o trabalho da mulher em “doméstico, produtivo no lar, e produtivo fora do lar”, estão incluídas as atividades de lavar, passar roupas, lavar louça, cozinhar, cuidar das crianças e arrumar a casa, costurar como trabalho doméstico. E é nesse trabalho que consideramos hoje o nosso entrevistado Teodózio que está envolvido mesmo que não o considere como tal. Sua visão sugere que o trabalho de casa e de seu entorno seja leve. Cuidar da horta e dos animais domésticos se enquadra no trabalho produtivo realizado no lar. E, por último, as atividades realizadas nos campos, fora do ambiente da casa e de seu entorno, seria então considerado trabalho produtivo fora do lar. As mulheres se envolvem com todas situações de trabalho descritas, já os homens se concentram no trabalho produtivo fora do lar e costumam atribuir maior valor ao mesmo, em detrimento do trabalho que envolve as mulheres seja onde for que elas se concentrem.

Annah Arendt (2008 *apud* KUBO; GOUVÊA, 2010, p. 541) observa as três atividades humanas como:

[...] fundamentais, que são o labor, o trabalho e a ação. O labor seria o metabolismo e o desenvolvimento do ser humano do nascimento até o declínio ao final da vida, com todo o processo biológico que faz parte da vida. O trabalho, por sua vez, seria

a parte artificial da existência humana, produzindo um mundo não natural que extrapola a existência individual, sobrevivendo e transcendendo às vidas individuais. A ação, por fim, seria a atividade do relacionamento entre os homens, estes de natureza plural, isto é, são todos humanos, porém diferentes entre si. A ação tem a conotação de atividade política, condição humana da pluralidade, que é especificamente a condição para a existência de toda vida política. O labor e a ação necessitam do auxílio do trabalho para minorar seus sofrimentos para subsistência e construir um lar na terra, mas dentro de um equilíbrio entre essas atividades, em que não se privilegia uma ou outra atividade.

Para Kubo e Gouvêa (2010, p. 541), o termo trabalho, em si, se origina do latim *tripalium*, um instrumento com três estacas que servia para manter presos bois ou cavalos difíceis de serem ferrados. O trabalho era o centro nas comunidades imigrantes de Prudentópolis, o trabalho¹¹⁴ era o que poderia fornecer a sobrevivência da família ou não.

Nos tempos remotos, talvez antes dos imigrantes terem começado a povoar esse local no fim do XIX e início do século XX, essas terras também serviram para pastagens, pois aparece em várias narrativas que Faxinal já foi aberto e que agora tem o mata-burro que impede que a criação avance nas lavouras. Segundo Ana Kuzma: “o faxiná aberto só dava prejuízo, porque porco, gado ia e fazia estrago nas lavôra, antes tempo era difícil, mais que hoje [...] faziam desafôro pra gente os que mais tinham, parece que não queriam que gente tivesse alguma coisinha”.

A lavoura na comunidade compreende pequenas porções de terra que cada família dispõe e produzindo primeiramente fumo, e complementando com feijão, milho, batata, mandioca, amendoim, frutas, legumes e verduras. A maior extensão do terreno da Comunidade de Anta Gorda pertence ao Grupo Rikli,¹¹⁵ do próprio município de Prudentópolis, e que produz soja, trigo e milho. Já tinha sido de um determinado proprietário, o mesmo que seu Teodózio se refere como mentor da primeira escola construída pelos moradores, Matias Grudeski. Seu filho Casimiro que herdara as terras, vendeu-as posteriormente. Fato que contribuiu para a mudança da família e conseqüente sobrevivência nas terras que sua esposa herdará na

¹¹⁴ Para Pocock, Skimer e Williams (2008, p. 23 *apud* KUBO; GOUVÊA, 2010, p. 541), a definição de trabalho é o mesmo que trabalho pago, e a vida fora do trabalho: “as atividades fora do trabalho pago, incluindo - se as atividades domésticas e as atividades com a família, amigos e comunidade, inclusive atividades beneficentes e voluntárias”. Tanto o trabalho pago quanto o não pago, ou seja, ambos são produtivos como já abordado por Saffioti e Paulilo.

¹¹⁵ Este grupo, de sobrenome Rikli, possui terras nas Comunidades não tão distantes como a de Barra vermelha, Barra Bonita, Linha Esperança e Anta Gorda. Grande porção das terras da comunidade de Anta Gorda já pertenceu à Família Grudeski que as vendeu à família Fisher que era conhecida por gaúchos ainda na década de 1980, anos depois o Grupo Rikli adquiriu estas terras porque os “gaúchos” migraram para o Mato Grosso, e o cultivo é voltado ao milho, trigo e soja.

comunidade de Linha Paraná 2ª secção.¹¹⁶

Mulheres e homens são vistos de maneiras distintas, e essa visão corroborada pela concepção cristã religiosa de que a mulher deve ser um exemplo de mãe, de esposa e responsável pela boa educação dos filhos, permeia os discursos religiosos ainda hoje, embora menos do que no passado. Essa concepção religiosa persiste na retórica de que a mulher casada siga o exemplo de Maria e se reconheça na maternidade desempenhando o papel de boa esposa e boa mãe permanecendo também submissa ao homem, enquanto ele seja o chefe da família, “cabeça” da casa.

São variadas as lembranças do passado, do dia a dia, da lida no campo, mas uma coisa prevaleceu entre todos e todas as entrevistadas, não se limitavam a lavrar a terra próximo a casa no passado rememorado.

Teodózio Nedza a chamou de “terra fraca”, e por essa razão as famílias estavam envolvidas nas roças de milho ou feijão, fora do lugar e distantes sete a dez quilômetros de onde viviam quando seus filhos eram pequenos. Trabalhavam alugando terrenos, entregando a terça parte da produção e empreitavam para o sustento da família, em geral numerosa. Eulália Zdébki, assim como suas colegas de faixa etária de 70 a 80 anos, oferece pistas nesse sentido: “[...] o que que ia de fazer, pro home é diferente já a muié não é tanto, se assim deus quis que todos venham com saúde, a gente rezava assim”. Alega que as mulheres tinham tantos filhos quanto Deus lhes deu. Entre as mulheres na faixa de 60 anos, aparecem menos filhos e elas não oferecem pistas se usavam ou não contraceptivos, o que pode ter ocorrido ou não. Teodózio Nedza, Vitória Grutka, Ana Kuzma e Eulália Zdébki possuem mais filhos, Maria Slociak, Nádia Slociak e Maria Kiec aparecem com número inferior de filhos, estas últimas se situam na faixa de 60 a 70 anos, enquanto os primeiros de 75 a 80 anos.

As mulheres observadas na comunidade estão unidas como se estivessem formando um grupo de apoio nos variados desafios que encontram no seu cotidiano, sejam eles de ordem econômica, moral, sexual, religiosa ou outra qualquer. Tal observação pode ser reiterada nas conversas enquanto se visitam pois trocam saberes sobre diferentes assuntos apontados durante esta dissertação.

João Carlos Almeida (2007) sugere que a solidariedade no senso comum se relaciona com o campo das emoções. Partindo dessa ideia, é possível afirmar que a solidariedade é algo

¹¹⁶ As nomenclaturas Linha Paraná Sede, Linha Paraná 2ª secção, ou Linha Paraná cabem para a mesma comunidade próxima da que estamos analisando, os moradores da Comunidade de Anta Gorda, chamam de “Paraná” quando se deslocam para a mesma, demarcando verbalmente essa nomenclatura, diferenciando o lugar de quem mora aqui e de quem mora lá.

intrínseco que tem origem na natureza e identidade humana. Desta forma, se compreende que a solidariedade pouco tem de individualista, uma vez que, o ser humano solidário se sente realizado quando interage a favor do bem comum, e é o que se observa entre as mulheres que entrevistamos da faixa etária de 60 a 80 anos, portanto nascidas entre 1940 a 1960.

Como lavradoras, do lar, cozinheiras, cuidadoras dos netos e netas e assumindo diferentes papéis também como mães, se utilizaram de serviços de parteiras do local ou de comunidades vizinhas, pois estas já eram conhecidas e embora idosas ainda estavam atuando como parteiras. As mulheres possuíam responsabilidade maior em relação aos filhos, como está presente na narrativa a seguir.

[...] a mãe tem que dá banho no filho, mandá pra escola, se preocupá se feiztarefa, se feiz isso, porque comigo era anssim, ele trabalhava pras Bara e eu ficava em casa, responsável dos filho, eu tinha que vê se eles fizeram tarefa, se eles foram pra escola, como se comportaram, como vortô, mas era tudo assim, responsabilidade das mães, eu acho, no interior. (Informação verbal).¹¹⁷

As entrevistadas exerceram e algumas ainda exercem esses três tipos de trabalho, o doméstico, produtivo fora do lar e produtivo no lar. Narram que somente após a aposentadoria está melhor para elas e que na roça ainda fazem questão de trabalhar, como é o caso de Ana Kuzma que já mencionamos. No entanto, continuam com todos os afazeres domésticos concentrados nas mãos delas.

Nadia Slociak salienta: “Eu aprontava armoço nas costas i ia até pra Bara, ele trabalhava tamém lá na Bara, sete quilômetro, eu ia lá [...], daí ajudava aranca feijão i daí de tarde vinha, porque tinha criação”. Após a aposentadoria, tanto sua, quanto de seu esposo, e os dois filhos morando e trabalhando em Curitiba, evidencia as atividades que se ocupa hoje: “[...], lavá ropa, é limpa casa, fazê pão, comida, é esse que agora posso fazê, porque carpi eu já não posso mais por causa da minha coluna”.

A entrevistada afirmou que faz tratamento para diabetes e convive com fortes dores na coluna, enquanto seu esposo sofreu um acidente e teve auxílio financeiro até atingir a idade de se aposentar. Hoje, ele cultiva milho para a criação e feijão para o próprio consumo, enquanto ela faz muitas ações em casa e no entorno, mas, só não trabalha na lavoura porque se encontra em tratamento médico.

Já a entrevistada Maria Kiec salienta que antes de se aposentar: “[...] fazia tudo, o que

¹¹⁷ Entrevista concedida por Maria Slociak. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 4 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

ele fazia, eu fazia igual. Ele ficava até mais tarde daí. A eu sempre tinha que vim antes, pra tratar, fazer tudo”. Esclarece-nos que esse de tudo, era o trabalho de tratar os animais de criação, regar as plantas do quintal e jardim e preparar a janta, assim como outras entrevistadas também afirmam que voltavam mais cedo para dar conta de fazer o trabalho em casa. Inferimos que só obtiveram alguma melhoria quando se aposentaram, como já dissemos, puderam administrar sozinhas seu dinheiro da aposentadoria.

A entrevistada Maria Slociak percebeu na sua vida algumas mudanças que vê como positivas. No entanto, continua com todas as atividades que fazia antes de se aposentar, embora na roça hoje, trabalhe menos. Demonstra certo conforto (rindo com brilho no olhar) quando fala do que faz com seu dinheiro, proveniente da aposentadoria.

[...] dinheiro da gente é outra coisa. Porque eu não tinha dinheiro, eu não era empregada, só doméstica, lavradora. [...] Eu levanto, trato, galinha, porco, tiro leite da vaca, limpo casa, faço café. Ele ajuda às vez. Vai lá, corta lenha, trata também, às vez porco. Ele gosta muito de roça, eu também vou. (Informação verbal).¹¹⁸

Menciona que tanto ela quanto seu esposo hoje estão aposentados, portanto, desobrigados de depender tanto da lavoura para sobreviver. Mas, ainda produzem na mesma, porque possuem criação de animais para consumo e gostam de cultivar o feijão, milho, entre outros, que não dependam de extensões maiores de terras como o que cultivam no quintal e próximo da própria casa.

Com seus filhos crescidos e casados, a condição de aposentada permitiu a liberdade de controlar o próprio dinheiro, o recurso que antes era proveniente das safras da lavoura ficava sob controle do marido, mesmo que tivessem conta conjunta. Quando diz “dinheiro da gente”, este recurso vem em nome dela mensalmente e a ela pertence a decisão de usar no que bem entender, como já mencionou, e o que aponta fazer com certa liberdade de escolha.

Paulilo (2016, p. 84) também aponta que “a gravidez não é empecilho para as mulheres trabalharem” e os relatos sugerem que os maridos ficavam na roça, enquanto as esposas cuidavam dos filhos e das filhas, às vezes até de sogro e sogra, e de todo o trabalho da casa, como salienta Nedza “[...] parava nos paió,¹¹⁹ as vês parava semana inteira. Mulher ficava com as criança em casa, ainda tava vivo pai e mãe. E nós ia segunda e voltava sábado pra casa”.

¹¹⁸ Entrevista concedida por Maria Slociak. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 4 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

¹¹⁹ Paió: Tipo de casa onde se recolhem gêneros ou produtos agrícolas. No caso deste paió citado, este servia além de armazenar também para pernoitar na Barra, servindo como pequena habitação rústica para o dono, um abrigo, portanto. Barra é o lugar de terra para trabalho longe de casa.

Slociak (2020) Complementa:

[..] Eles ficavam lá pras bara, trabaiano nas lavora. Semana inteira ficavam na Bara. Eu plantava mandioca, aroiz nessas baxadas, em volta da casa. [...] Eu ainda ía pra Bara, assim cá tua mãe ia, eu ia um dia ia, um dia ficava por perto de casa, trabaiano no quintal, nos mandiocá assim, nas batata doce, nesses tereno perto de casa, batata, mandioca, aroiz. [...] Por causo que os home vão trabaiaí dia intero [...]. (Informação verbal).¹²⁰

Uma pluralidade de papéis foi assumida pelas mulheres agricultoras e constam nas pesquisas de Paulilo, ainda na década de 1970, e ainda continuam sendo assumidos, porém, não tiveram reconhecimento, como já mencionamos. Portanto, nem os saberes que dominam, nem seus esforços na casa e no entorno, nem na lavoura considerados predominantes no lugar, parecem ser valorizados e/ou reconhecidos. Trazer suas narrativas para o espaço escolar pode começar a desconstruir certas ideias preconcebidas de que o trabalho que a mulher faz na casa e no seu entorno é mais leve do que o trabalho feito na lavoura pelo homem quase sempre com a participação efetiva da mulher.

As mulheres relatam as atividades na lavoura como as principais nas quais se envolveram, seguidas das atividades delas e dos filhos e filhas na erva-mate no Faxinal, por diárias durante a safra de feijão, milho, arroz e fumo próximo às suas casas, e outras que no passado eram comuns na vida econômica do lugar. Hoje, parte das lavouras está mecanizada, no entanto, a lida no campo na qual se envolvem/envolveram é muito presente nas narrativas. Ana Kuzma assim descreve a situação dela onde descreve certa organização e preparo que se envolvia daquilo que a mesma cultivava próximo à casa e transformava em alimento para o consumo.

[...] como antigamente, ele parava pros paió longe, eu cás criança por causa da scola tinha que ficar por aqui né, e longe, trazê as coisa de lá né, daí eu plantava mandioca, um puquinho de mandioca vendia, e assim tava vivendo, plantava arroz, [...] eu trabaiei dia intêro na roça sabe, cortando arroiz, batendo arroiz, na tábua antigamente socava arrois só no pilomzinho sabe [...] já deixava arroiz pronto, feijão pronto, quando vinha da roça já fazia [...] (Informação verbal).¹²¹

A presença das mulheres no campo é fato. No entanto, as lavradoras ainda permanecem invisíveis em muitos contextos, mesmo que plantem, colham, conservem o solo, protejam

¹²⁰ Entrevista concedida por Maria Slociak. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 4 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

¹²¹ Entrevista concedida por Ana Kuzma. **Entrevista 1** [mar./2020] Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk. Prudentópolis, 2020. 5 arquivos. Gravação de celular. A entrevista foi transcrita em 07/2021 e encontra-se no arquivo da pesquisadora.

lavouras de pragas, coletem frutos e mantenham o desejo da posse da terra, e dão conta ao mesmo tempo, do trabalho de casa, onde tratam e cuidam dos filhos, preparam a comida, fazem o jardim e o quintal, entre tantas outras atividades que se envolvem e na maior parte protagonizam ações na comunidade que envolvam preocupações de inibição da fome, da miséria, da exclusão social.

No relato de Maria Slociak consta que “[...] nós tentamos ajudá, mas tem muita pessoa que não qué ajuda ás veiz fazemo junta, em dinhêro ou alguma rifa, alguma coisa, [...]”. Nessa narrativa aparece que as mulheres possuem essa preocupação com os demais, já no discurso de Eulália Zdébski parece que essa preocupação é das mulheres mais idosas e que vivem já há muito tempo no lugar, se conhecem melhor e possuem vínculos renovados também nas reuniões instigadas pelas lideranças do Apostolado da Oração¹²² do qual fazem parte, quanto de que essa já fora uma prática também muito comum no passado quando viviam em maiores dificuldades econômicas, apontada por ela e partilhada pela maioria delas.

As narrativas de Eulália Zdébski, Ana Kuzma e Maria Kiec são semelhantes quanto às ocupações das mulheres e seus filhos na roça e na atividade ervateira, e nos variados trabalhos por diárias. Já as mulheres mais novas, como Maria Slociak e Adélia Gardasz (falecida mãe da entrevistadora), além de se ocuparem com atividades próximas da casa, também caminhavam semanalmente distante oito quilômetros de casa para trabalharem na roça com os seus maridos. Maria Kiec disse que trabalhou em terra alugada também acerca de seis quilômetros da casa dela, e que voltava antes, para fazer o trato dos animais e preparar a comida para quando os outros chegassem da roça.

Levando em conta que o sincretismo é parte importante na vida das populações, é necessário lembrar que não vemos as pessoas entrevistadas como que num tempo estático. Assim, antes na dinamicidade de suas ações percebemos mudanças e permanências¹²³ que se

¹²² Apostolado quer dizer “Ação de propagar e defender uma doutrina. Grupo dos apóstolos”. No caso, as mulheres leem textos do Papa para refletir e colocam em prática aquilo que veem ser necessário na comunidade, ou seja, ajudar quem mais precisa. Nem sempre as pessoas que precisam, demonstram precisar e aceitam. O Apostolado da Oração (Rede Mundial de Orações do Papa) completou 150 anos no Brasil no dia 1º de outubro de 2021. Como a fundação se deu em Itu (São Paulo), pelas mãos do padre Bartolomeu Taddei (1837-1913), todas as celebrações se concentraram na Igreja do Bom Jesus, onde tudo começou. Disponível em: <http://jornalperiscopio.com.br/site/aniversario-de-150-anos-do-apostolado-da-oracao-tera-programacao-em-itu/>. Acesso em: 22 out. 2021.

¹²³ Maria Kiec e Eulalia Zdebski (2020) alegam que essas trocas entre elas são comuns, e que as mulheres mais novas já “nem todas têm esse costume”. Tais trocas parecem construir uma rede de solidariedade, principalmente quando há doentes nas famílias, aí elas tendem a se ampliar. Quando uma pessoa morre na comunidade, é como se a família em luto, fosse vigiada para que não lhes falte fé e que possam prosseguir como que contando com as pessoas do lugar para visitar, conversar, se aconselhar sem romper os laços construídos anteriormente. É o que a pesquisadora sentiu ao observar o processo de luto que toda sua família vivenciou/vivencia.

configuram nas suas narrativas como que se este tempo no qual estavam recém-casadas, fosse o tempo melhor de se viver, mesmo que lhes faltassem recursos materiais, porque na forma desenvolvida pelas mulheres, baseada nas trocas e ajuda mútua, ninguém podia passar fome, dava-se um jeito, mesmo que emprestasse e se pagasse o dobro no próximo ano de trabalho, como foi expresso na fala delas.

A vida comunitária foi sendo construída levando em conta práticas variadas: os passeios, as visitas, as novenas de Natal, as orações nas casas dos vizinhos quando as capelinhas transitavam nas casas de cada família, as festas na Comunidade, as surpresas assim chamadas quando terminavam a safra do fumo (que eram momentos de descontração onde os jovens se reuniam e faziam um churrasco ao som de uma sanfona), festas familiares de batizado e toda uma série de momentos que marcaram suas vidas.

Enfim, uma forma de viver como que conectados numa rede de solidariedade, proteção e certo controle das ações e práticas na própria comunidade. O ato de benzer e recorrer aos santos é tão necessário entre as pessoas na comunidade, quanto todo o saber técnico apontado por Ellen Wortmann (1997, p. 15), onde: “[...] o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura”. Dessa forma, a autora (1997, p. 10) ainda salienta que “a relação entre homem e natureza na produção agrícola [...] é construída já antes na mente de quem executa, permitindo a antecipação do resultado esperado”.

Algumas das filhas¹²⁴ foram estudar e morar na cidade e/ou casaram-se e influenciaram seus pais na modificação de suas casas, e os jovens que passaram a viver na cidade também passaram a influenciá-los na agricultura. Hauresko (2012, p. 166) argumenta que “o banheiro no interior da casa é reflexo e resultado da vivência das filhas nas cidades, enquanto, os filhos moradores da cidade, estimulam e incentivam os pais a modernizarem as suas práticas agrícolas”.

Assim como no início da imigração para suprir as lavouras paulistas com a mão de obra imigrante, no sul do Brasil, observamos que o trabalho da mulher de ascendência ucraniana ou polonesa não diferia tanto assim das experiências de italianas na província de São Paulo. Nas narrativas, o trabalho doméstico feminino é sempre conjugado com a lavoura para que fosse adquirido o sustento familiar.

¹²⁴ A pesquisadora, sua irmã e outras meninas saíram na década de 1990 para buscar outras alternativas de vida na cidade, passando a estudar em colégios católicos ou empregando-se como domésticas e estudando à noite para ajudar os pais financeiramente.

Nas entrevistas não há menção de que o interrompessem quando seus filhos nasciam. Mas que uma vez nascidos eram levados em cestos (balaio) para ficar nas sombras das árvores enquanto elas capinavam, plantavam, colhiam alimentos na lavoura. Eulália Zdébski diz: “Era uma miséria que meu deus do céu, nós ia sempre até ganha nenê, não tinha dieta nenhuma, levava no balaio as criança pequena, porque o que ia de fazê, precisava luta tudo nós junto”. Nádia Slociak, alega que: “do pai nós tinha medo, ele olhava sem precisar fala, nós já sabia que ele tava brabo e precisava fazê as coisa pra não embirá”.

Esse tipo de comunicação demonstra que o domínio e o poder dos homens em relação aos filhos e mulheres era reforçado mediante normas e valores que persistiam no homem/pai como figura central na família:

Conforme Maria Aparecida Moraes Silva (2000, p. 466) “[...], os cerceamentos impostos pelos homens às mulheres resultam da existência de uma organização social diferenciadora, na qual também se acham inseridas as relações familiares do colono”.¹²⁵

Na composição das famílias imigrantes foi acontecendo a junção dos familiares no trabalho, porém, os instrumentos novos de boa qualidade como, por exemplo, a foice, mais nova, maior ou de melhor qualidade era de uso do pai que aparece como chefe da família e da produção como está exposto no trabalho de Wortman, os já gastos pelo uso passavam para a mulher e para os filhos menores. De maneira semelhante, tal prática na comunidade ainda persiste nas famílias das nossas entrevistadas e quando ficam viúvas há um filho do sexo masculino que acaba por assumir esse papel que antes fora do pai. Homens viúvos, também contam com um filho homem, em geral, o mais novo que herda a propriedade na qual sua família permaneceu ao longo da vida, não sem conflito com os demais.¹²⁶

Ao tratar do sistema de colonato e o importante papel das mulheres entre fim dos séculos XIX e início do XX, Silva (2000, p. 465) salienta que o sucesso desse sistema:

dependia da capacidade das mulheres de aproveitarem ao máximo as vantagens desse regime de trabalho, que lhes permitia conjugar o trabalho da casa com o da roça e do cafezal. Mas, apesar de desempenharem tarefas dentro de casa, na roça de subsistência e no cafezal, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas, porque seus trabalhos eram englobados no trabalho familiar controlado diretamente pelo pai-marido.

¹²⁵ Ao comparar a situação das boias-frias com a das mulheres no sistema de colonato, Maria Aparecida Moraes Silva (2000, p. 466) se é fonte, é preciso findar o ano), aponta que a economia familiar foi ficando comprometida pelas sucessivas plantações prejudicando o nível de produtividade, contrastando com as culturas alimentares e a indústria doméstica que oferecia certa “fatura” de início. Nossas entrevistadas narram a miserabilidade na qual estavam inseridas, marcando que foi a aposentadoria que lhes permitiu certo conforto.

¹²⁶ Teodózio Nedza (2020) afirmou que três de suas filhas não costumam visitá-lo por causa do inventário feito, não aprofundamos tal assunto, mas sentimos que ele gostaria de ver os filhos e filhas com frequência, seus olhos lacrimejaram quando falou sobre isso.

Mulheres assim, como jovens de 12 a 16 anos, eram considerados *meia enxada*, como se produzissem a metade do que um homem adulto produzia, embora pudessem produzir tanto ou mais do que este. Para *enxada*¹²⁷ considerava-se trabalhadores adultos.

Nossas entrevistadas apresentam problemas diversos de saúde como diabetes, “problemas de coração”, “problema nos rins e bexiga”, “dores na coluna”, “nos pés”, entre outras, cada uma delas alegando realizarem exames médicos e consultas constantes. Assim, diz Zdebski (2020) “Recebo duas aposentadorias, e deixo quaje tudo na Lorena”. Esclarece-nos que faz tratamento com a médica de nome Lorena, em Ponta Grossa a 100 quilômetros da cidade de Prudentópolis, e que exames, consulta e medicamentos saem muito caros, mas “é preciso se tratar” segundo a nossa entrevistada, “o SUS tem muitos esperando, já anos na fila”.

O tratamento apontado é feito de forma particular e não conta com planos de saúde. Além de recorrerem ao Sistema Único de Saúde (SUS)¹²⁸ do município, as mulheres entrevistadas recorrem a tratamentos em cidades próximas, pois não são disponibilizados no município especialidades para todo tipo de demanda. Viagens para tratamento de saúde como consultas, exames, tratamentos de câncer como quimioterapias, radioterapias são, em geral, feitas em cidades paranaenses próximas, como Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba e Campo Largo.

As pessoas entrevistadas apontam que são acessadas essas possibilidades, quando não se dispõe no município. Em geral, são encaminhadas pelo SUS em ambulâncias, ônibus e carros da Secretaria Municipal de Saúde para essa finalidade.

A partir do momento que a agricultura foi se modernizando, propriedades de terras se concentravam, o êxodo rural aumentava, relações de trabalho foram sendo modificadas e novos produtos agrícolas foram sendo inseridos, bem como o uso de agrotóxicos foi se ampliando, e a comunidade foi acompanhando essas mudanças. Aos poucos até os hábitos possivelmente foram sofrendo modificações, pois hoje com mudanças na lavoura e a inserção da cultura do

¹²⁷ *Enxada* era o trabalhador adulto do sexo masculino, acima dos 17 anos de idade, com plena capacidade física e dedicado integralmente ao trabalho no cafezal e na roça. (DEL PRIORE, 2000; SILVA, 2010).

¹²⁸ Foi instituído pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, como forma de efetivar o mandamento constitucional do direito à saúde como um “direito de todos” e “dever do Estado” e está regulado pela Lei nº. 8.080/1990, a qual operacionaliza o atendimento público da saúde. Com o advento do SUS, toda a população brasileira passou a ter direito à saúde universal e gratuita, financiada com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme rege o artigo 195 da Constituição. Fazem parte do Sistema Único de Saúde, os centros e postos de saúde, os hospitais públicos - incluindo os universitários, os laboratórios e hemocentros (bancos de sangue), os serviços de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, além de fundações e institutos de pesquisa acadêmica e científica, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Vital Brazil (WIKIPÉDIA, 2021).

fumo, como aquela que lhes garante sustento, famílias inteiras se empenham em dar conta dessa prática, mesmo que não leve o ano todo, em outros momentos também cultivam milho, feijão, soja, trigo e arroz, e em menor proporção alegando que é para o “próprio gasto” tomate, batata, batata doce, cebola, alho, pimenta, amendoim e mandioca, como mencionam nos relatos.

Já não é o ano todo que o quintal está cheio e o jardim bem cuidado, pois não há tempo para dar conta de todos os afazeres, como é observado pelas mulheres que entrevistamos. As mesmas não deixam de tecer críticas às mais novas, comparando como está exposto na fala de Maria Kiec (2020): “como era antes tempo, nossa, nós se virava e tinha tudo, e hoje elas preferem comprá”.

As mulheres que entrevistamos eram sempre acompanhadas pelo marido, ou filhos no momento da entrevista e perguntavam para eles sobre o que não estavam conseguindo lembrar. Parece que não se sentiam autorizadas a falar sem contar com a presença deles. O mesmo foi observado com as entrevistadas da pesquisadora Claudete Maria Petriw (2019, p. 76):

A partir do primeiro contato que fizemos para consultar as pessoas se aceitariam conceder a entrevista e agendar o horário para sua realização, a maioria das mulheres idosas solicitaram que a gravação fosse feita na presença de filhos para que os mesmos as ajudassem a lembrar dos fatos, conforme elas, parecendo indicar que não se sentiam autorizadas a falar desacompanhadas.

Não pudemos entrevistar as mulheres mais novas, mas nossa intenção era poder ter acesso às suas falas, pois com as entrevistas, vai se abrindo um leque que nos instiga a procurar saber sempre mais sobre o que é ou não apontado. Quando perguntamos quem elas sugeriam na comunidade que pudesse falar sobre a mesma, apontavam o homem mais idoso da comunidade: Teodózio Nedza. E quando fizemos a mesma pergunta para ele, respondeu: “a gente conhece mais” e embora havendo mulheres idosas com idade próxima a dele, não foram indicadas. Tanto entre idosas e mais novas, quanto entre mulheres idosas e homens idosos há relações de poder¹²⁹ imbricadas nas relações de gênero.

Para o trabalho na casa e no seu entorno ouvimos do esposo de Nádia, fala que é: “serviço de mulher”, já o homem precisa trazê da roça para preparo, completa: sem lavoura, sem comida”. Apontando que a mulher faz a comida na casa e o homem produz para comer, mas, na fala dos homens não é apontada a presença feminina na lavoura, embora elas falem que

¹²⁹ Com base em Foucault (2003), o poder não é uma substância, é algo que se exerce e que produz efeitos. O exercício do poder caminha em várias direções, em diferentes níveis todos os dias. Somos vítimas o tempo todo e ao mesmo tempo exercemos o poder controlando a conduta das pessoas. As relações na sociedade estão permeadas por relações de poder como, por exemplo, na escola, família, igreja, enfim em diferentes espaços. As relações entre as pessoas são relações de poder.

sempre executaram as diversas atividades em casa e na lavoura, dando conta das tarefas domésticas e se desdobravam para o sustento da família.

Silva (2000, p. 554-577), ao tratar das mudanças após 1950 e da mulher bóia-fria em São Paulo, mostra que a individualização do trabalho não provocou a igualdade entre homens e mulheres e nem inverteu a estrutura de poder. Mesmo que a mulher se sentisse independente economicamente, porque tivesse uma remuneração salarial, isso não acabou com as desigualdades pois estas não são apenas econômicas e materiais, elas se fazem presentes nas ideias, símbolos, linguagem, imaginário e cultura, formando um conjunto de representações sociais que estão impregnadas nas relações.

Nesse sentido, mesmo que com certa independência, continuaram discriminadas: com salários menores, maior frequência do não registro em carteira e sofrendo assédios sexuais por parte de diferentes agentes do controle do trabalho (SILVA, 1992, p. 147-168).

O serviço por diárias em comunidades próximas também feito pelas mulheres ao arrancarem feijão, quebrarem milho, capinarem o mato entre o feijão e milho, roçarem, plantarem sementes na terra, não garantia grande valor da diária que era inferior ao valor pago aos homens, mesmo que todos comessem e parassem de trabalhar no mesmo horário.

Semelhantemente aos tempos do período industrial iniciado na Inglaterra, as mulheres recebiam menor remuneração aos dos homens. E Maria Kiec se referiu ao trabalho das diárias dessa forma: “não sei porque as muié sempre ganharam menos que os home e mesmo que faziam a mesma coisa na lavoura, isso que não era bom, hoje trocam dia tudo igual”. A nossa entrevistada se refere às trocas de dias do plantio e colheita do fumo, cultura predominante na comunidade. A classificação do produto não demanda troca de dias, pois, acontece na época de janeiro a março e toda a família se mobiliza para tal finalidade, no entanto, nesta atividade, muito mais, se destacam as mulheres.

Foi pelo esforço no trabalho de tantas e dessas mulheres que entrevistamos que pudemos perceber como era a vida delas no passado. Os direitos à independência financeira, profissão e construção da própria história das mulheres que vivem no lugar não se constituem sem esforço.

Se hoje as mulheres exercem diferentes papéis que parecem igualar as condições na sociedade, ainda não se pode afirmar que a autonomia feminina é plena, pois as marcas das diferenças de gênero aparecem na força do poder masculino, como observado nesta pesquisa. Embora as mulheres continuem nos dois espaços doméstico e do trabalho na lavoura, seja qual for a cultura, elas continuam com todas as tarefas domésticas concentradas nas mãos, não foi

notada a divisão de responsabilidade com os homens, por exemplo, na cozinha, e/ou limpeza da casa.

As mulheres trabalham na lavoura e na manutenção dos animais, bem como, nos trabalhos domésticos, quando ainda novas meninas, exerciam predominantemente o trabalho doméstico e suas mães saíam para trabalhar na roça. Ou seja, o trabalho feminino predominantemente doméstico aconteceu na infância e adolescência perpassando a fase adulta e continua ultrapassando limites corporais.

Mas, na fase adulta, além de darem conta de exercer o trabalho doméstico, ainda estão enfrentando a lavoura. Já os homens desde meninos concentram seus esforços no trabalho que acontece fora do ambiente doméstico, como se fosse naturalizada a condição de que o doméstico é trabalho da mulher.

No entanto, a situação da mulher ainda menina estar inserida no trabalho doméstico, não constitui uma regra, pois, há situações onde muito cedo acompanham os pais na lida da lavoura. O que é comum observar na região de Prudentópolis, na época de safra do feijão ou do fumo, alunos e alunas das séries finais dos ensinos fundamental e ensino médio faltarem a aula das escolas situadas nas comunidades porque precisam estar naquele momento nas atividades presentes como alternativas de renda nas suas famílias.

O trabalho desempenhado pelas mulheres sempre ultrapassou o espaço doméstico nas áreas rurais, constatado através das nossas leituras e considerações para esta dissertação, quanto também nas conversas com as nossas entrevistadas.

As mulheres entrevistadas relataram que encaminharam suas filhas para que fossem estudar ou trabalhar na cidade e alguns dos filhos na ausência de disponibilidade de terras, também puderam seguir esse caminho. No entanto, a maior parte das filhas se tornaram professoras, outras comerciantes, domésticas, diaristas, e os filhos na sua maioria retornaram para a comunidade e se casaram, decidindo morar perto da casa de seus pais. São estes que moram próximos e que estavam presentes nos momentos das entrevistas, notávamos por vezes que permaneciam perto do jardim parados, ouvindo-nos. Em nenhuma ocasião entrevistamos as pessoas sozinhas, estavam sempre acompanhadas, enquanto estávamos realizando o registro dos relatos gravando-os ou escrevendo no nosso caderno de anotações.

Realizar este trabalho de memória de saberes femininos, de mulheres agricultoras foi dificultoso de início. Pois, quando abordamos uma a uma para marcarmos as entrevistas, demonstraram que poderiam não ter muito a dizer, pois não consideravam importante dar entrevistas. Algumas não nos atenderam quando chegamos, mesmo estando com a casa aberta,

outras disseram simplesmente que não teriam nada de importante para dizer, e não concederam a entrevista.

Embora não tenhamos conseguido entrevistar todas as pessoas que havíamos selecionado antes, a situação mencionada não foi impeditiva para prosseguirmos com a pesquisa e análise do material. Nos relatos transcritos tivemos a dimensão da riqueza das lembranças das pessoas de suas vidas neste lugar onde ainda persistem os benzimentos, curas e bênçãos que dão sentido para suas vivências e identidades construídas.

Dessa forma no próximo item 2.2 serão abordadas as práticas de benzimento, partos e curas referentes às saúdes física e espiritual das pessoas, por meio de rituais, rezas, chás, ervas e benzimentos, maternidade, fotografia e práticas culturais as quais pudemos ter acesso por meio dos relatos carregados de emoção e de lembranças de saberes e fazeres femininos.

2.2 PRÁTICAS DE BENZIMENTO, PARTOS, CURAS, MATERNIDADE, FOTOGRAFIA E PRÁTICAS CULTURAIS

Ao tratar dos saberes é importante definir o termo sobre o qual construímos nossa narrativa acerca do que ouvimos das nossas entrevistadas e entrevistados. Os saberes tradicionais pressupõem um conjunto de informações, maneiras e modos de fazer, criar e saber que pela oralidade podem ser transmitidos entre as pessoas de um determinado grupo como o da comunidade Anta Gorda e que ultrapassam gerações e são ligados à biodiversidade.¹³⁰

Estes saberes podem ser tomados como representantes do trabalho nas comunidades, formando parte da sua cultura, práticas e costumes. Tais saberes são responsáveis também pela identidade do grupo a partir de um processo de autodenominação, e sua importância científico-cultural precisa ser visibilizada. Comuns a povos tradicionais, esses conhecimentos ou saberes transmitidos de geração a geração persistem e têm sido foco de interesse de diversas pesquisas.

Dessa forma, associados à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais se faz necessário conferir proteção, ampliar os estudos e as pesquisas evitando que os beneficiários de tais conhecimentos sejam, como salientado por Carvalho e Lelis (2014 p. 4) “violentados em sua particular forma de viver e organizar-se”.

¹³⁰ Carvalho e Lelis (2014) definem a biodiversidade como “o ambiente no qual se desenvolvem as habilidades de muitos povos tradicionais, bem como, elemento definidor da conduta de perenizar os recursos naturais. Muito embora parta a ciência do pressuposto da incompletude dos saberes ditos tradicionais, utiliza-se deles de forma indiscriminada e predatória com intuito comercial, muitas vezes sem sequer obter o consentimento dos povos detentores ou mesmo não os dotando do devido reconhecimento por meio da necessária partilha de benefícios”.

Os benzimentos são práticas nas quais aparecem os símbolos como a cruz, o terço, a vela, flores e galhos de plantas acompanhados por orações como Pai nosso, Ave maria, Creio em Deus e invocação aos santos populares. Ligado ao catolicismo, o ritual da benzeção não tem anuência do padre católico. Mas como Ana Kuzma relata: “o padre disse que melhor pra fazer reza na porta da casa, onde a pessoa fica virada para fora, para a saída, o jardim, e é ali que a gente derrama cera, reza e corta cobrêro”.

Oferecer conforto para quem se apresenta com necessidade de ajuda tem sido uma prática realizada com seriedade pela nossa entrevistada, pois acrescenta depois de relatar: “ele disse que melhorê, pra ela parou os corrimento, sumiu a viúva do ôio, mal olhado acabô, dente parou de doê, e tirei susto da criança, mas precisa fé que daí resolve”.

Como se fosse uma conselheira dos cuidados para as mães e seus bebês, Ana Kuzma é apontada como aquela mulher que os moradores da comunidade e do entorno recorrem antes mesmo da procura médica, quando os familiares ficam acometidos de doenças não tão graves ou dores de menor intensidade.

Mesmo que aparentemente, hoje, práticas como as benzeções e/ou orações feitas por leigos como Ana Kuzma pareçam ser toleradas pela igreja e até representantes da mesma estabeleçam certo diálogo com as mulheres, como nossa entrevista fez referência, não se pode negligenciar estudos como de Jules Michelet e já apontado nos diferentes trabalhos no decorrer do século XX e XXI.

Para Pamela Louise Camargo (2017, p. 55), na obra “*La Sorcière de Jules Michelet*”, é possível ver a figura da feiticeira surgida da lenda e do imaginário popular. Essa representação da feiticeira, ganhou força durante o período medieval até a modernidade, ligada à figura de satã e à natureza demonizada. A mulher feiticeira realiza pacto com a natureza, que representa um ideal de progresso e ciência, como curandeira, sábia atende o povo e a mulher, renegados pela estrutura cristã medieval. É perseguida e morta por conta de seu empoderamento e conhecimento da medicina, pelas forças inquisitoriais que começavam a ganhar força. Marcando o início da segunda parte da obra, que referência a ascensão da perseguição das bruxas¹³¹ na Europa.

Já Paola Basso Menna Barreto Gomes Zordan (2005) fez considerações a partir das leituras que realizou de documentos como do:

¹³¹ Sobre *Malleus Maleficarum* (Martelo das bruxas), este foi escrito pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger e foi incansavelmente consultado nos tribunais eclesiásticos dos séculos precedentes nos processos de bruxaria (SPRENGER; KRAMER, 1991 *apud* ZORDAN, 2005, p. 331).

manual de inquisidores, datado do século XIV, chamado *Malleus Maleficarum*, o ‘Martelo das Feiticeiras’, e no livro *La Sorcière (A Feiticeira)*, do historiador Jules Michelet. Enquanto o *Malleus Maleficarum* descreve a bruxa coadunada com o Mal (colocado na figura do demônio) e a execra, o romantismo de Michelet a transforma em mártir, enaltecendo suas qualidades silvestres e sua ligação com os gênios da natureza. Ambos os discursos permitem vislumbrar as paisagens paradoxais sobre as quais a imagem da mulher independente, dona de seu corpo e de seu destino, se cria (ZORDAN, 2005, p. 331).

De acordo com Barstow (1991), naquele momento histórico, as chamadas “bruxas” pela Igreja eram as parteiras e benzedeadas pertencentes a uma sociedade que as necessitava. Era assim considerado natural recorrer a elas para se livrar de problemas físicos, mentais, espirituais e emocionais afugentando o azar e atraindo prosperidade, abençoando a sementeira para boas colheitas ou para resolver a energia nos casos de amor.

A benzedeadora¹³² desde a antiguidade traz conhecimentos que mobilizam as pessoas em torno dos benefícios que desejam obter. Considerada como remanescente das “bruxas medievais” com seu conhecimento aprofundado no medieval, as mulheres tornaram-se uma ameaça social ao formarem confrarias e colocarem em risco o incipiente saber médico masculino, sexista e patriarcal, que estava sendo gestado em paralelo com a ascensão do Cristianismo, que naquele momento, legitimava-se como a religião oficial do mundo civilizado (CÂMARA; MINGO; CÂMARA, 2016).

Para Zordan (2005, p. 339-340), a suposta “bruxa” tinha “o poder das Grandes Deusas, a divinização da Natureza e a terra-corpo como sagrados”. Com o poder de curar, poderia levar também ao poder de matar. Esse poder sem explicação e sobrenatural só poderia vir do próprio Satanás com quem ela tivesse feito pacto de sangue e/ou copulado anteriormente (CÂMARA; MINGO; CÂMARA, 2016).

Para Paradiso (2011 *apud* CÂMARA; MINGO; CÂMARA, 2016, p. 223), elas foram “declaradas inimigas dotadas de malícia, lascívia e corrupção, posteriormente perseguidas com o apoio do clero e da nobreza e, finalmente, emudecidas à custa de sangue. [...] o silêncio passou a ser o destino das mulheres”.

Assim, o discurso coube ao homem construído num arcabouço autoritário e focado no masculino, e as mulheres nas práticas de magia,¹³³ benzimentos e todo tipo de cura continuaram

¹³² Câmara, Mingo e Câmara (2016, p. 222) veem as benzedeadas atuais como o resultado do continuum de práticas mágicas que nos remontam às bruxas do Medieval, às mulheres sábias que utilizavam a fitoterapia em seus rituais de cura, herdados de sua ancestralidade que nos transportam a culturas ainda muito mais antigas e que chegaram até nós por meio dos colonizadores ibéricos, cujos resquícios seguem permeando nossa cultura popular e periférica.

¹³³ Arte tida como capaz de produzir, por meio de certas práticas ocultas, efeitos ou fenômenos extraordinários que contrariam as leis naturais, geralmente através de rituais, fórmulas; feitiçaria, bruxaria. Magia (DICIO, 2022).

a benzer, rezar e parturiar, mesmo que perseguidas e discriminadas, estereotipadas, pelas suas práticas representarem certo empoderamento não admitido às mulheres.

No interior da comunidade rural analisada, como em tantas outras estudadas, ainda os saberes e fazeres encontram sentido na vida das pessoas e quando eram chamadas de bruxas e/ou feiticeiras se equivaleria a estereotipá-las, pois, essas palavras carregam significados construídos de negatividade provenientes do período medieval no qual os inquisidores perseguiram, julgavam e condenavam à fogueira as “bruxas e/ou feiticeiras”.

Embora possam persistir no imaginário social de que práticas de feitiçaria e bruxaria possam existir ligadas ao mal, não aparecem associadas à parteira entrevistada, pois seu relato dá conta de nos informar que seu propósito é ajudar as pessoas para que possam resolver problemas sem prejudicar as outras, bem como outros relatos que apontam nos resultados obtidos após as práticas de benzer/curar e partejar de Ana Kuzma.

Taxar as mulheres de endemoniadas fora uma desculpa encontrada para impor o silêncio sobre seus discursos e posturas, o que também favoreceu o repúdio à imagem de bruxa que habita a visão ocidental. Nos contos de fadas cristianizados e ressignificados, elas devem morrer para que o bem triunfe no fim da trama. Essas e outras caracterizações conferem às bruxas posturas de mulheres más, e elas poderiam tanto usar seus conhecimentos para uma ou outra coisa. Para Osório (2004 *apud* CÂMARA; MINGO; CÂMARA, 2016, p. 223), a bruxa fora caracterizada:

como uma mulher velha, feia e pobre; enrugada e com uma grande verruga pendendo da ponta do nariz aquilino; o cabelo maltratado, longo e grisalho; a voz rouca; totalmente vestida de negro e curvada sobre seu imenso caldeiro, onde um menino cristão está sendo cozido, a fogo lento, para servir de base para o preparo de poções mágicas. Ao seu redor, além do caldeiro, símbolo ancestral que representa o grande útero da Deusa Mãe, onde vida e morte estão conectadas pela reencarnação, repousam também outros objetos igualmente mágicos como a varinha e a vassoura, além da companhia inevitável de corvos e gatos pretos.

Antes respeitadas pela sua cultura hereditária e milenar, passam a simbolizar na concepção de Carneiro (2006 *apud* OSÓRIO, 2016), a ligação feminina com o oculto e o simbólico. Já o termo bruxaria¹³⁴ teria aparecido pela primeira vez em 589 d. C., defendendo que a bruxa era a concubina do diabo representando o irreal pelas suas ações maléficas e o real

¹³⁴ Câmara, Mingo e Câmara (2016, p. 222-224) questionam: Mas bruxaria é sinônimo de feitiçaria? Uma bruxa pode ser classificada como feiticeira? Evans-Pritchard, autor da obra *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande* (1976), fez a clássica distinção entre feitiçaria e bruxaria. Para ele, a bruxa é uma benfeitora inofensiva; contrariamente, a feiticeira causa dano através de seus atos maléficos que, segundo Bechtel (2001), alcançam a materialidade em seus resultados.

como quem se devia torturar, matar ou exilar de acordo com o autor.

Para Paradiso (2011) e Zordan (2005), a imagem da bruxa era construída com a apresentação das mulheres metaforicamente como seres autônomos e emancipados sexualmente opondo-se diretamente ao sistema de controle patriarcal hegemônico: “a personificação da rebeldia, da autossuficiência dos instintos mais primitivos e de uma sexualidade selvagem. Em vista dessas características, fez-se necessário moldá-las ao discurso falocêntrico: emudecê-las e ceifá-las” (CÂMARA; MINGO; CÂMARA, 2016, p. 224).

Apesar das perseguições impostas às bruxas¹³⁵ ou feiticeiras, reduzidas em número, elas resistiram, ressignificando sua missão e redimensionando sua atuação e seguem existindo sob a configuração de benzedeadas. Para Conceição (2008, n. p.) “Contrariando o que comumente fez-se crer, a bruxa ancestral nunca foi sumariamente erradicada como se pretendia. Ela seguiu existindo repaginada e camuflada sob outros nomes; no Brasil, foi rebatizada como curandeira, rezadeira, benzedeadas e parteira”.

Cada vez mais se tem menos parteiras e benzedeadas nas comunidades rurais, isso também aliado ao desinteresse dos familiares em prosseguir com tais práticas. Ana Kuzma diz: “Minhas filhas dizem que não tem dom e acho que só eu que aqui vou fazer até morrer decerto, (ri baixinho)”. No entanto essa redução se deve também a um maior acesso das gerações de hoje às possibilidades oferecidas pelo poder público através das práticas de medicina.

Para Michel Foucault (2005, p. 8), na Conferência I, é importante mostrar “como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento”. A prática de partejar é tão antiga quanto à humanidade, e as construções históricas são diferentes em diferentes lugares, onde cada povo e cada época tem seu espaço de saber, mesmo que haja distintas temporalidades históricas. De acordo com Esthert Diaz (2012, p. 7):

Também podem ser encontradas conexões entre uma e outra época. Não obstante, nada autoriza supor que as camadas de uma época sejam ‘progresso’ ou ‘aperfeiçoamento’ das anteriores. A partir de elementos reais, de práticas discursivas e não discursivas, são compostas figuras ou estratos que a arqueologia pode chegar em sua pluralidade multifacetada.

As mulheres foram tomadas como detentoras de um conhecimento antigo ligado à deuses e espíritos pagãos e responsáveis pela permanência do paganismo como bruxaria com

¹³⁵ Bruxa é a mulher que se crê ser capaz de fazer bruxarias, feitiços ou profecias. FEITICEIRA (PRIBERAM, 2022).

culto organizado e rebelde, opondo-se ao Cristianismo como religião dominante.¹³⁶

Assis Felipe Menin (2017), também abordou as práticas de benzimento de três mulheres) no interior do município de Campos Novos (Santa Catarina). Para o autor, a benzedeira se tornou o “médico” dos pobres, e com isso angariou um enorme prestígio social, mesmo porque pequenos acometimentos sem necessidade de consulta médica eram por ela atendidos onde a população carente do interior, do universo rural apresentava essas demandas.

O fato de não se encontrar na comunidade de estudo homens que se ocupem da benzeção, não quer dizer que eles não existam. Concordamos com Menin quando diz que é uma das práticas antigas do catolicismo popular brasileiro e, predominantemente, exercidas por mulheres que conhecem os gestos, as rezas, para benzer e afastar o mal.¹³⁷ De acordo com Joana Bahia (2011, p. 273 *apud* MENIN, 2017, p. 300):

As benzedeadas são consideradas um misto de médicas e sacerdotisas. Não cobram dinheiro pelo que fazem, em geral recebem em troca produtos e alimentos, que significam uma forma de retribuição a uma dádiva. A benção que protege e cura os males da sociedade é uma dádiva que assegura os laços e a unidade do grupo.

A única mulher envolvida na comunidade com atos de benzer e receber as pessoas para essa finalidade na sua casa é Ana Kuzma, mas indica Eleonora Bodnar como alguém que pode benzer também, entre elas se reinventam os saberes e fazeres femininos. Aponta que Eleonora mora no Faxinal e é pertencente para a comunidade de Linha Esperança, mas os contatos entre as mulheres ultrapassam o Rio Anta Gorda e o mata-burro do Faxinal, elas parecem unidas na busca do alívio do corpo e da alma. Gostam de conversar e contar suas vidas, se visitam constantemente e quando estão impossibilitadas de se deslocar a pé, são levadas pelos filhos ou filhas para fazerem as visitas, ou recebem as amigas nas suas casas com mais frequência.

Nesse sentido, nossa entrevistada se define como católica com afeição à figura de santos, repete as orações do Pai nosso, Ave Maria e Creio em Deus, como a mesma assegura: “gente reza as oração que sabe, assim e quando muié tá grávida, gente pede pra nossa senhora do bom parto pra assim também cuidá de dar tudo certo”, apontando a reza como caridade.

¹³⁶ Camargo (2017, p. 55-56) destaca que realmente cria uma espécie de culto antigo de rebeldes pagãos e camponeses que o utilizam como forma de resistência. A ideia da obra foi a de estabelecer um início da figura da feiticeira surgida da lenda e do imaginário popular. Essa representação da feiticeira, havia ganhado força durante o decorrer da Idade Média até a Moderna, ligada à figura de satã e à natureza demonizada. A mulher feiticeira estabelece um pacto com essa natureza - que representa também um ideal de progresso e ciência - e torna-se uma curandeira e sábia, atendendo o povo e a mulher, renegados pela estrutura cristã medieval.

¹³⁷ Segundo Menin (2017, p. 297-314), as três mulheres entrevistadas lhe deram detalhes das benzeções como se processa cada ritual e a finalidade de cada, detalhando as ferramentas utilizadas por elas, bem como, destacaram a seriedade da prática e o dom que possuem.

Nossa entrevistada exerce certo poder ao atender as pessoas que assim a procuram. Nessa relação de poder procura não fazer distinção por classe, cor de pele, idade ou gênero, e até nos questiona?: “atendê, atendo tudo igual que uns precisam dos outros, seja criança, muié, home, jovem, preto, branco, pobre, rico, não importa, se procurô a gente, é porque dá pra ajudá, porque negá então?”. Questionamos se gostaria de transmitir seus saberes de benzimentos para a pesquisadora e sua amiga, ao que respondeu: “Pra você ensino um dia, mas não dá pra passar pra muitos, que podem não me procurá mais”. Observamos que nossa entrevistada gosta de ser procurada e das práticas que ainda realiza, bem como, pela criação dos vínculos que renova e constrói, e se incomoda com a possibilidade de rompê-los.

Embora desprovidas de riquezas materiais, tanto Ana Kuzma nossa entrevistada, quanto Eleonora que não entrevistamos, quanto outras mulheres indicadas por elas como benzedoiras, possuem trajetórias semelhantes não sendo provenientes de famílias abastadas; porém, conhecedoras de ervas, chás, como parte dos costumes praticados no espaço rural, ganham importância na medida que criam e fortalecem laços, conhecem suas histórias e confortam as pessoas.

Para Michelet (2003, p. 13 *apud* GOMES, 2020, p. 59-60), “[...] o único médico do povo, durante mil anos foi a feiticeira”. Cabendo às camponesas do período medieval os processos de cura a partir do conhecimento da natureza, pois rituais sagrados com o manejo de ervas, muitas vezes estavam ligados ao cristianismo pagão, destinados para a cura de doenças do corpo e da alma de pessoas que as procuravam. Será a partir do período medieval que a cura via benzimento ganha espaço. Para Michelet (2003 *apud* GOMES, 2020, p. 13), “Imperadores, reis, papas e os mais ricos barões tinham alguns médicos de Salerno, mouros, judeus, mas a massa de qualquer estado, e pode-se dizer da maioria das pessoas, só consultava a Parteira ou Saga”. Conhecimentos naturais e sobrenaturais das mulheres passaram a ser alternativas para a maioria dos camponeses, justamente, onde ciência e medicina pareciam ausentes.

Dessa forma, tendo o dom do uso dos recursos da natureza a favor da cura de doenças do corpo e alma, as benzedoiras eram muito procuradas. Michelet (2003 *apud* GOMES, 2020, p. 13) completa: “Se ela não curasse, injuriavam-na, chamavam-lhe de bruxa. Em geral, contudo, por respeito (a que se misturava a receio) chamavam-lhe Boa dama ou Bela dama (*bella donna*), o mesmo nome que davam às fadas”.

Como pudemos analisar, as mulheres camponesas dotadas dos dons de cura a partir do uso do que a natureza oferecia, usando práticas cristãs primitivas na visão de Gomes (2020) herdaram o conhecimento de suas antecessoras e já foram bastante perseguidas pelas suas ações. E mesmo na modernidade e no ressurgimento da ciência, suas práticas sobrevivem como parte

da cultura popular e cotidiano das pessoas. Assim, colher relatos de benzedeadas de diversas regiões como alguns e algumas pesquisadoras tem se debruçado, e desse modo, requer salientar que suas práticas e saberes não são exclusividade das mulheres benzedeadas católicas.¹³⁸ Segundo Silva (2009 *apud* GOMES, 2020, p. 61):

no Brasil, os benzimentos começaram a se fortalecer a partir do período colonial, com o sincretismo das crenças indígenas, africanas e europeias, por isso é uma atividade considerada híbrida no país. Essa prática acontecia pelas mãos das mulheres que, historicamente, estavam mais envolvidas com a magia e com a assistência ao outro.

As mulheres que são benzedeadas em geral conhecem melhor a realidade do espaço no qual estão, uma vez que, observamos nos relatos que as informações sobre a vida das pessoas, em especial das mulheres na comunidade, era muito melhor discriminadas por Ana Kuzma do que pelas demais.

Por essa razão, seus relatos aparecem porque apresentam essa característica. Sem esquecer de mencionar de que a entrevistada apresentou um dos relatos mais longos e tratou de diversos assuntos quando se propôs a falar, ao fazermos pausas para não cansar, ela retornava como que para dar continuidade para aquilo que escolheu relatar.

Desta forma, realizada uma introdução neste item 2.2, trataremos dos saberes elencados e separados em três itens relacionados ao benzimento e poder de cura no primeiro. No segundo sobre partos e maternidade e no terceiro, fotografias e práticas culturais. Os benzimentos são realizados pela senhora Ana Kuzma, mas saberes sobre uso de ervas, chás, pomadas e confecção das mesmas é transmitido oralmente entre elas com certa frequência. Optamos em manter trechos falados pelas entrevistadas nos idiomas ucraniano e polonês mantendo as características fonéticas, por isso deixamos escrito da forma como se lê.

2.2.1 Dos benzimentos e poder de cura

[...] Venzo, corto nervo do dente, faço massagem, pois pessoal sabeme daonde agora que tem telefone, até da Pedra Branca ligavam pra eu venzê dente. E pra cortá o nervo do dente eu risco no jornal o pé sabe, e daí pego, tenho um cepo já próprio guardado ali e eu vou perguntando: o que corto? Nervo do dente. O que corto? Nervo do dente. Depois eu faço oração e tenho o santo que eu peço pra ajudá, sabe.[...] E como adianta! Cera derramo pras criança, até pra adulto derramo né, as garrafada faço [...]

¹³⁸ França e Santos (2016, p. 257 *apud* CÂMARA; MINGO; CÂMARA 2016, p. 229) afirmam que embora muitos estudos apontem que a benzedura tenha surgido entre pessoas católicas, ela não é exclusivamente realizada no catolicismo. Ao contrário, há uma forte ligação com rituais da Umbanda, do Candomblé e de indígenas. Também é real a vivência de evangélicas praticando a benção, reforçando a existência de um universo heterogêneo tanto no que diz respeito à religiosidade, quanto ao uso das técnicas de cura.

(Informação verbal, 2019).¹³⁹

Era três folha de confrei, três de tanssage, essa do quintal, três de tanssage e tinha que ser uma concha de banha fosse sem sal. E daí¹⁴⁰ tinha que comprá aquele azeite de oliva, uma colher pnhava cera de abelha pra dá consistência na pomada. Era só isso. Uma vez¹⁴¹ Otilia Safatova, ela tinha essas buba pros pé, com nada não curava, daí eu falei, dava pra fazê aquela pomada, só que eu não tenho cera de abelha, tem que se cera assim pura e não alguma outra i pnhava um poquinho dessa cera, ia mexendo, mexendo, depois coava aquilo e dava uma pomada que, aquelas ferida dela sarô. Foi bom. (Informação verbal).¹⁴²

Constatamos através da metodologia da história oral com as pessoas entrevistadas que a prática dos benzimentos, das curas com ervas, persistem no aspecto cultural religioso referente aos antepassados, que continuam vivas ou ressignificadas. Não se pode dizer a mesma coisa sobre a língua polonesa, que aos poucos foi sendo utilizada na comunidade mais para o espaço doméstico do que para o social e a língua ucraniana prevaleceu e parece ter sido assimilada pela maioria.

Lembro que minha mãe, sua irmã e suas amigas falavam o polonês para que nós as crianças não soubéssemos quais assuntos abordavam. No entanto, pela alternância das vozes e vez por outra, a emissão dos nomes os gestos feitos com as mãos, era possível deduzir sobre o que tratavam.

As mulheres na comunidade narram que as ervas, chás e pomadas são para pequenos males essenciais e que esses saberes precisam ser reproduzidos, porque às vezes podem salvar as crianças de algo pior. No relato de Eulália Zdébski (2019) encontramos que as crianças precisam ter atenção especial: “dar chá de camomila pra cólica, quando tom maiorzinha, hortelã pra bicha ajuda também, mas, tudo bem puquinho porque tudo muito, pode fazer mal”.

César Candiotta (2013) ao fazer referência sobre a prática de curar, evidencia o pajé e as relações estabelecidas em torno dele:

O pajé se relaciona primeiro com a natureza; depois com os objetos que faz e que retira dela; e se a partir das plantas alcança a cura, é porque de algum modo se vê como a própria natureza que determina que ele recorra a ela. E para que o pajé se aproxime do doente, na intenção de curá-lo, é preciso que a comunidade tenha convencionado e, portanto, garantido o reconhecimento de um poder/saber tido como verdade. Porém, ‘a verdade não está no homem, mas na relação exterior entre aquelas determinações. Seu pensamento é por elas condicionado’ (CANDIOTTO, 2013, p. 33).

¹³⁹ Entrevista concedida por Ana Kuzma (dez./2019) na qual ela relata o que fez e ainda faz e como atende pessoas da comunidade, bem como quem a procura também de diferentes localidades, e isso ocorre até via ligação telefônica.

¹⁴⁰ I todê.

¹⁴¹ Rás.

¹⁴² Entrevista concedida por Maria Kiec em mar./2020. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

Nessa perspectiva, é possível dizer que a parteira, a benzedeira em última instância, não se relaciona diretamente com a parturiente. As relações entre mulheres¹⁴³ se deram e se dão nas outras atividades que desempenham como, por exemplo, na roça com o plantio, colheita, na capela ou igreja nas festas, celebrações e nas casas nas reuniões de mulheres. Sendo que há relação exterior, com o nascimento, o parto, a vida. Assim sendo, são as condições que condicionam a verdade que a parteira traz consigo e que não está propriamente nela.

Nem sempre o tempo antigo é datado, ao se analisar as lembranças de Ana Kuzma. Mas, logo é possível notar ao transcrever as entrevistas, de que se referem ao tempo que aprenderam fazer partos. Atendia nas comunidades onde era requisitada, ia de carroça, a cavalo ou a pé para atender, levando suas coisas para o trabalho de parto. A carência de assistência médica é um fator que está presente na fala das nossas entrevistadas na comunidade Linha Paraná Anta Gorda. Para Rodrigo Barros Gewehr *et al.* (2017, p. 35):

Pode-se dizer que o retrato das práticas tradicionais de cura que permanecem através das gerações, apesar do avanço da medicina científica, é um pequeno reflexo (adaptado à realidade atual) das práticas de outrora, pois compartilham princípios semelhantes: o empirismo na produção de remédios fabricados com matéria-prima natural; rituais específicos; e a intermediação de forças e/ou energias consideradas de diferentes maneiras, de acordo com o tipo de prática e o contexto histórico, para a realização das curas.

Na concepção destes autores, as práticas tradicionais de curar e benzer, não fazendo parte da medicina científica, eram enquadradas “no subdesenvolvimento econômico e foram classificadas como insuficientes, escassas e charlatãs pelos cientistas.” (2017, p. 35). No entanto, as dificuldades econômicas faziam com que as pessoas acabassem recorrendo aos “curadores, benzedeiros, parteiras” tendo ou não estabelecido uma relação de confiança. A partir do resultado que obtinham, logo, indicavam aos outros.

Amarilis Maria Farias da Silva (2009) pesquisou em sua dissertação de mestrado em 2009 em Cametá, no Estado do Pará, os saberes cotidianos e o azeite de Andiroba, constatando que as mulheres tem uma preocupação maior em que as florestas fiquem em pé, se preocupam em guardar, reservar plantas que estão no mato, no intuito de que gerações futuras possam fazer uso e sobreviver. Silva (2009, p. 345) sugere que estas mulheres possuem um papel simbólico de guardiãs, pois percebem que a extração do óleo de andiroba está sob ameaça, pela “retirada indiscriminada dessa espécie vegetal”.

¹⁴³ Apesar de haver certa consciência que se diz solidária, prestativa e que faz o bem sem olhar a quem.

Na comunidade Linha Paraná Anta Gorda nos tempos remotos, os idosos eram os mais requisitados, caso ocorresse algum desastre, como o caso relatado do raio que atingiu a casa da mãe de Eulália. Embora fosse comum negar que eram curadores, benzedeiros, como o faz a senhora Eulália Zdébski quando pergunto se conhece benzedeiros no local: “Benzedêra não, só Hánhka corta os cobrêro, corta nervo de dente, faz costura pra machucadura”. Não se referem a elas e eles como benzedeiros, curandeiros, curandeiras, entre outros adjetivos que possivelmente possam estar sendo atribuídos.

Observa-se que chamam por nomes, ou sobrenomes, ou os dois: finado Vêio Slominski, Hanhka Kujmeha, Leonora Bódnarka, finada Veinha Slótchatchka, e assim por diante, aqueles que tiveram/têm potencial de grande procura tanto na comunidade, quanto fora dela, seja para fazerem rezas, sugerirem ervas, arrumarem membros destroncados, aconselharem nas ações que demandem maior experiência ou conhecimento.

Para Cristiane Maria Pimentel Sales (2007, p. 278):

Fugindo à fácil crítica acerca da sobrevivência de tais práticas, e da eficácia ou não de seus gestos, é importante percebermos a rezadeira não como sombra de atraso científico, mas como uma espécie de psicóloga, que, pelo menos, ameniza o sofrimento espiritual ou psicológico de pessoas doentes. As rezadeiras também são fortes líderes em suas comunidades, por isso não deveríamos combatê-las, mas aliarmos a força de lideranças que essas pessoas exercem junto aos programas governamentais de saúde preventiva, pois fé e medicina sempre estiveram muito próximas na cultura popular.

Quando ouvimos nossa entrevistada, é comum a mesma repetir “é certo que com fé resolve i como resolve”, quando fala da constante procura por seus serviços e da efetividade dos mesmos. E para Montenegro, (2004, p. 55) a cultura popular seria a afirmação, nesse campo permanente de tensões – onde se encontram e se confrontam diferentes modos de vida, travam-se disputas pela conquista de espaços, materializadas em estratégias de sobrevivência dos sujeitos – “das formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas”.

Ana Kuzma compara sua forma de atuar com a de outra senhora a qual não pudemos entrevistar, como que se mostrasse que sua forma é mais efetiva: “eu faço de um jeito, ela faz de outro, às veis as pessoas vão lá e não adianta, daí vem aqui pra eu fazê e resolve daí”. Outra senhora que vivia na comunidade e era sempre requisitada quando da precisão das pessoas, era uma idosa que viera da Europa. Certo dia quando um raio atingiu a casa da mãe de Eulália e fez sua mãe e sua amiga desmaiarem, esta senhora foi logo chamada. Note-se no relato de nossa entrevistada que aponta a origem e atribui importância à idosa “veinha”, que com sua sabedoria

“sabia muito”, socorreu sua mãe e sua amiga. A entrevistada justifica que os danos provocados pelo raio em sua mãe eram maiores do que tivera sua amiga Nástia.

[...] a veíinha slotchachtka era da Galícia (Ucrânia), e ela mandô fazê duas cova grande na terra, e enterrar elas duas na terra até aqui, (toca o seu pescoço com as suas mãos). Enterraram na terra, pai nem tava na casa, o meu pai, e daí, a falecida Nástia até tarde ela passou estrada e foi pra casa, levaram ela. E a mãe, não levantava. Deitada, deitada, não podia proziá, não podia sentá, e tava meio boba, sabe. [...] E a Nástia ficou boa, a terra tirou o raio, e da mãe não, pois ela bateu boca caindo no fogão machucou e quebrou dente na chapa do fogão, a mãe tava sentada perto do fogão tomando chimarrão quando raio bateu perto da mãe ela caiu e quebrou os dente. Nástia é irmã da sogra minha dos Sved, A veíinha slotchatchka sabia muito, ela era da Europa [...] (Informação verbal).¹⁴⁴

Quando nos propomos a pesquisar sobre a temática *saberes das mulheres agricultoras da comunidade*, encontramos também que o ofício das benzedeiças carece também de entendimento e reconhecimento no meio social. Para Lidiane Alves da Cunha e Luiz Carvalho Assunção (2017, p. 193), as benzedeiças:

Ritualisticamente, durante o benzimento, envolvem sua própria energia e poesia em um complexo processo de cura vivenciado junto ao seu grupo social, o que envolve as memórias deste. A força mágica, ritualística e social é a da voz. Como tradutoras, nomeiam a doença e os males de sua comunidade, na medida em que dialogam com o mundo das memórias e tradições com os aspectos da contemporaneidade, marcando sua resistência e sobrevivência em contradição com a aparente invisibilidade que as cercam.

Na medida que o tempo prossegue, as benzedeiças vão se tornando vulneráveis e sua importância antes tida como predominante na comunidade vai sendo esquecida. Como Montenegro salienta (2003, p. 152):

O trabalho de resgate da memória se desenvolve muitas vezes sob a representação de que todas as pessoas idosas são narradoras ou mesmo contadoras de histórias exemplares. Descobre-se, entretanto, que esta é uma capacidade que alguns têm bastante desenvolvida e outros não. Nesse sentido é necessário a um velho ou uma velha terem vivido um grande número de acontecimentos para serem narradores.

Pelo efeito da fé, benzedeiças, curandeiras ou costureiras de machucaduras, como também são conhecidos em alguns lugares, são ainda procuradas pela falta de atendimento médico em localidades remotas, e sua importância cresce na medida que laços de solidariedade são estabelecidos e renovados, como é o caso na comunidade Anta Gorda. No entanto, até mesmo nas menores cidades sobrevive tal prática e, assim, há quem prefira procurar uma

¹⁴⁴ Entrevista concedida por Eulália Zdebski (fev./2019) Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

benzedeira para casos em que a cultura popular reafirma como sendo de trato da mesma.

Como sujeitos da história a ser contada, as benzedeadas possuem memórias e muitas vezes essas memórias são de repressão, de medo, que as estigmatizam, criam estereótipos, preconceitos e até discriminações. Talvez por essa razão prefiram não identificar estas pessoas por termos que possam estigmatizá-las e preferem se referir por nome, mesmo acrescentado anteriormente por velhinho, velhinha ou simplesmente o nome apenas.

A afirmação do programa do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010, p. 11).¹⁴⁵ se dá com o intuito de sensibilizar profissionais e a comunidade reconhecendo as parteiras como parceiras na atenção à saúde. Com vistas a resgatar e valorizar saberes tradicionais “[...], articulando-os aos científicos, considerando a riqueza cultural e da biodiversidade como elementos importantes para a produção de saúde, de novos conhecimentos e de tecnologias”

Aliado a isso, a prática de curas por ervas, benzimentos que muitas parteiras exercem, é necessário ser pesquisada a legitimação dessa prática, para que não haja discriminação, preconceitos, que prejudiquem os saberes da experiência das pessoas envolvidas.

No artigo “Pra curar tem que ter fé: Curandeiros, Benzedeadas e Rezadores – memórias de indivíduos numa perspectiva Histórica”, ao falar de curandeiros e práticas de cura pela metodologia da história oral e pelas entrevistas de pessoas envolvidas com tais práticas, Ronald Felipe Barreto de Souza (2014, p. 13), destaca que:

As rezadeiras e os curandeiros tiveram e tem papel fundamental na formação das comunidades rurais, pois no período em que não existiam postos de saúde, hospitais ou mesmo o saber médico institucional, eram o único meio pelo qual a população poderia sanar problemas que advinham no corpo.

Sendo lavradora, como se reconhece, Ana Kuzma se ocupou por muito tempo de papéis diversos como o de parteira, costureira, cozinheira, babá, além de cortar lenha para a casa, e prestar serviços para algumas famílias em troca de diárias para o sustento dos filhos, enquanto seu esposo passava dias longe de casa em terrenos por ele alugados. E isso de desempenhar diversos papéis não fora exclusividade dela, como já mencionamos anteriormente.

¹⁴⁵ Conferir dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde na publicação “Evolução da mortalidade na infância nos últimos 10 anos (2007 a 2016)”. Disponível em <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/13/Oficina-mortalidade-materna-e-infantil-CIT-MESA-Ana-Nogales.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020. Ocorreu significativa diminuição no Brasil da mortalidade infantil nos anos que seguem: De 1990 a 2007, “a taxa de mortalidade infantil passou de 48,0 mortes por 1000 nascidos vivos, em 1990, para 19,3 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2007” (BRASIL, 2010, p. 13). Apesar dos avanços, em países desenvolvidos as taxas são bem menores do que no Brasil, média de 4 mortes por 1000 nascidos vivos (p. 14).

Nesse leque de atividades que as mulheres entrevistadas se concentram, parecem ser respeitadas e, em geral, ouvidas quando aconselham as mais novas. Ana Kuzma assim se refere ao caso de um moço que a procurou:

muié melhorou disse o Clemente que veio aqui, porque muié dele andava fraca dessas dor na boca, depois que fiz oração pra ela, derramei cêra e abençoei, ele disse muito melhorô, e os dois tão indo muito bem. As dor de dente dela acabaram, alguns não tem fé, mas como adianta pra quem tem. (Informação verbal).¹⁴⁶

Em outra ocasião na qual atendeu uma mulher, Ana Kuzma assim diz: “outro dia chegou L., mas, ela tratou muito mal essa veinha que morava com ela que já morreu, e quando tô vortando da igreja ela não oferece carona, tava com hemorragia, daí pensei disse, vou na casa dela e se alembro o que é bom e levo pra ela”. Assim fez, no outro dia foi até a casa da L. e lhe disse que “chá de picão é bom, ela tomou e melhorô”. Embora, nem sempre aprove as atitudes de vizinhas e conhecidas, alega jamais negar ajuda: “ajudo sempre, e faço o que posso, mas parto já não dá mais, por que enxergo pouco e minha força não é tanta”.

O que chamou nossa atenção na pesquisa é que se chamavam de comadre ou compadre ao invés de referir-se aos nomes das pessoas, fora muito comum essa referência que era tomada repetidas vezes.

Ingrid Taylana Machado (2020, p. 109-110) fez estudo de Dissertação sob o título “Mulheres do destino: o parto domiciliar no sudeste do Paraná (1940-1970)”, trazendo importantes contribuições na visão das parteiras e das parturientes sobre a práticas de parto, bem como amadrinhamento no período delimitado. A autora aponta que “no laço de comadrio e no cuidado exercido durante o período de gestação, resultava em muitos afilhados para as parteiras”. Na concepção da autora da pesquisa, compreende-se que se trata de “[...] gesto de honra levar como madrinha, já que, nas palavras de nossas parteiras, madrinha era como fosse a segunda mãe da criança, seguindo as concepções de religiosidade, algo marcado pelo cuidado e eternidade” (MACHADO, 2020, p. 109-110).

Esse lugar ao qual as pessoas entrevistadas pertencem é um local de sociabilidades, onde acontecimentos variados ocorrem, entre nascimentos, casamentos, velórios, benzimentos e trocas significativas de saberes da vida, marcas vão se fazendo presentes e rememoradas constantemente como foi um tempo “antes tempo muito difícil” “e era uma miséria” “que não tinha nada, o que tinha de fazê”. É possível ver que embora a pobreza material do passado seja afirmada e reafirmada nos relatos, o que prevaleceu foi a ajuda mútua, a solidariedade e a busca

¹⁴⁶ Entrevista concedida por Ana Kuzma em dez./2019). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

que é contínua do fortalecimento das relações nesta comunidade através do cuidado entre as mulheres e e destas com as demais pessoas.

Entre visitas e trocas de alimentos, elas tecem considerações uma da vida da outra, contribuindo como diz Eulália Zdébski, para “desenvolver a cabeça”, “dizer que não se bate em criança” ou como diz Maria Kiec, “ajudar uma e outra a vencer os problema”, “que na falta de fé, não se vai pra frente, e nas palavras de Ana Kuzma que “chá de picão é bom pra parar a hemorragia”, e “que hoje em dia tá melhor de vivê, de resolvê problema, antes tempo tinha de corrê a pé pra tudo lado”.

As visitas entre as mulheres acontecem toda semana de modo que as idosas fazem mais visitas se comparadas com as mais novas,¹⁴⁷ pois estas junto com os maridos enfrentam o trabalho da lavoura e, ainda, continuam a executar os afazeres do lar de forma que dão conta da lavoura e das atividades domésticas, ao redor da mesma, dos pátios, quintais e jardins. A presença masculina continua concentrada predominantemente no trabalho fora do lar, da lavoura.

As experiências de maternidade, casamento, a violência externada ou omitida, as práticas de fé, a ajuda mútua e essa rede de sociabilidade precisam ser abordados para contribuir na visibilidade desses temas relacionados à história das mulheres.

Se faz necessário trazer para o debate no processo de ensino na educação básica, temáticas como estas, com o intuito de contribuir na busca de soluções para a violência de gênero e redução das injustiças sociais. Oportunizar o debate sobre a história das mulheres casadas, agricultoras, pobres, brancas com papéis dos mais variados desempenhados pode aproximar da realidade dos alunos, e poderá suscitar um debate mais amplo com o intuito de desenvolver a criticidade deles.

Com vistas a ampliar o nosso estudo, abordaremos a seguir os partos, maternidade e casamento relatados pelas pessoas entrevistadas, bem como, de outras mulheres que elas conheceram no decorrer das suas vidas até os dias de hoje.

2.2.2 Partos, maternidade e casamento

[...] nunca guardáva dieta, sempre teu pai ia de caroça buscá a babunha, a Mantina, ela mais que fazia parto, falecida Mantina Maletska, que era partera, da Linha Ivaí.

¹⁴⁷ Todas as mulheres da Comunidade Anta Gorda que acompanham seus esposos possuem escolaridade e concluíram o ensino fundamental até a oitava série ou completaram o ensino médio. Diferentemente das mulheres idosas que fazem mais visitas e estudaram até aprenderem a ler e escrever e tiveram de deixar a escola para ajudar no sustento das famílias como relataram nas entrevistas.

(Informação verbal).¹⁴⁸

[...] daí perguntei da minha irmã que faz parto suzinha pra si: ‘você vem se eu te chamá?’ – ‘Vô’!. Combinei com ela e fui busquei suzinha ela, i vortei i meu marido perguntô quando que precisa, e eu já trouxe pra mim, partera.¹⁴⁹

[...] não tinha quem trabaiá, eu mais véia, tudo pequeno, e daí não studei [...] mãe não deixô eu ii. Eu tenho muito dó, não sei lê [...] scuite, casei eu não sabia assina meu nome. (Informação verbal, 2020).

[...] eu aprendi muito com a minha irmã mais véia, não é tanto com mãe como com minha irmã. (Informação verbal).¹⁵⁰

Nos relatos de Maria, Vitória e Nádia, as mulheres aparecem como que parceiras no acompanhamento das outras, principalmente quando tivessem prestes a “dar à luz”. As parteiras e suas irmãs auxiliavam no que fosse preciso nesses momentos e quando órfãs de mãe, como apontado por Nádia, a irmã mais velha transmitia conhecimentos. Em outros, a parteira Ana Kuzma afirmou fazer seu próprio parto sem contar com ajuda nem de sua irmã, nem de seu esposo, e pareceu não querer atrapalhar seus afazeres.

Rememorações de várias mulheres como Ana Kuzma, apontam que seu esposo passava semanas inteiras distante de casa e ela se incumbia das atividades domésticas e do cuidado dos filhos, garantindo que frequentassem a escola. Além disso, tudo que fosse próximo da casa para ser feito, era de sua responsabilidade. Seu esposo voltou para casa, por estar com caxumba e ela com filho prestes a nascer, havia dado conta da casa e de si mesma, fez o seu próprio parto, preparando com antecedência o que era necessário para tal acontecimento.

[...] marido tava tão doente, tão doente que caxumba recolheu pra ele fui dormir penso: vou rezar terço, quando começou a dor, pensa que eu terminei aquele terço?, eu não terminei aquele terço. Eu aprontei tudo a par de mim, sabe, levantei, cutuquei o fogo pra não apagar, pra dá banho no nenê, né. Daí peguei aprontei tudo a par de mim, plástico, truxe pano, calcinha, atendi meu parto i dei banho, i daí, não conseguia dormir, que o nenê só chorava dei banho né, levei placenta na coberta, pra interá noutro dia, pra fora, e marido nem levanto me vê, atendi meu parto, cortei o cordão e tudo, e dei banho e fui na cama [...] (Informação verbal).¹⁵¹

Percebemos que preparava as refeições com antecedência, para quando chegasse da lida da roça, pudesse concluir. Não havia descanso, nem antes e nem depois do parto, e numa outra situação na qual também fez seu parto, Ana diz: “[...] gemendo na cama, mal deesde cedo. I

¹⁴⁸ Entrevista concedida por Maria Slociak onde se emociona ao falar de sua amiga e de sua mãe em (março/2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk

¹⁴⁹ Entrevista concedida por Vitória Grutka quando fala sobre seus partos em (jan/2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁵⁰ Entrevista concedida por Maria Slociak em mar./2020, na qual relata suas atividades cotidianas, após a aposentadoria. No entanto, também ressalta o trabalho longe de sua casa combinado com o trabalho de casa que administrava, na época que seus filhos eram pequenos e frequentavam a escola. Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁵¹ Entrevista de Ana Kuzma (fev./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

ele brigou comigo, porque não mandou arguém chamar. [...], mas parece que ela sperô ele chegá, não demoro meia hora ela nasceu, a Terezinha”.

Quando falou de seu esposo, na maior parte da narrativa usou o pronome “ele” só de vez em quando se referiu ao nome Ambrósio, e afirmou: “Não tinha dieta anssim depois que ganhava, nunca, já levantava, trabaiá [...] ia cortá lenha [...], fui pra roça, quebrei dois saco de milho e trouxe pra casa, duas sacada, arrastava quase nos carcanha, que, era preciso”.

Ela aponta o controle do tempo dos seus partos e de tudo que envolve a preparação do antes, durante e depois que conclui tal fato. Narra inclusive como fez toda essa preparação para um de seus próprios partos. Sabe a posição correta do bebê nascer, conhece técnicas de esterilização, teve sempre a sua própria tesoura e remédios para cortar umbigo, muito aprendido com a “Veinha Glubischka” (idosa de sobrenome Glubich), como gosta de lembrar.

Para Ana, assumir a atividade na comunidade, essa tarefa foi repassada pela idosa mencionada que já não se sentia em condições de se deslocar para o atendimento dos partos. Ao ter apenas a sua primeira filha, com receio, acabou começando. Mas, como afirmou, fora obrigada¹⁵² pelo marido, e atendeu o parto da primeira vizinha, a mais próxima da casa dela. A partir daí foi sendo chamada para assistir quem precisasse de atendimento tanto na comunidade ou nas proximidades.

Alega que após aprender o ofício dos partos, fez mais de cinquenta deles, afirma e repete várias vezes, que até a diplomação na década de 1980 havia inclusive atendido em duas ocasiões, os gêmeos que nasceram e que por nascerem com saúde se orgulha muito desse feito.¹⁵³

Como a própria Ana alega, na década de 1980 ela foi fazer o curso que lhe fora indicado pelas irmãs do Colégio Santa Sofia. Antes disso, fazia todos os partos aos quais era requisitada. Mas, ao atender um parto considerado por ela “difícil”, e orientar que a família levasse a mulher ao hospital, toda uma situação infeliz foi enfrentada. E mesmo tendo recomendado para que a mulher fosse levada e atendida no Hospital, esta não quis ir, e quando passou a noite, logo de manhã, a criança morreu a caminho do hospital enquanto nascia “pelos pé”, como afirmado por

¹⁵² Teria o marido de Ana, obrigado que fosse assistir o parto da primeira vizinha Dona Ana Boico, pois, caso precisasse de alguma coisa desta vizinha, ele diria que fosse ela solicitar, mediante à ameaça, e prontamente atendeu o primeiro parto após ter feito o seu e todos da comunidade já terem tomado conhecimento deste fato. No entanto, afirmou também que sua avó havia sido parteira e ela gostava muito da mesma.

¹⁵³ Ana Kuzma, entrevistada em setembro de 2019 e depois março de 2020, nos diz que fez mais de 50 partos e inclusive nos dá escrito num papel todos os que lembra ter feito. No entanto, na década de 1990, após ter tido a experiência com natimorto e ter sido culpabilizada pelo fato, fez menos partos e indicava os hospitais, quando a procuravam e mesmo ao fazer o curso de parteira, não teve mais tanta procura. Credita-se essa mudança às melhorias das estradas e o acesso aos hospitais na última década do século XX.

Ana. Após ter sido considerada culpabilizada pelo natimorto,¹⁵⁴ sentiu receio em continuar, então optou em recorrer ao referido curso pelo qual menciona que recebeu diploma na década de 1980.

Afirma-nos que após adquirir diploma, ganhou o kit necessário para utilizar nos partos que fizesse. Na sua opinião, os conhecimentos desse curso reforçaram o que já sabia, mas, apontou a higiene na hora do parto como uma das cobranças maiores e foi o que passou a recomendar sempre que era requisitada.

Ao entrevistarmos Ana, entre 2019 e 2020, mencionamos a possibilidade de institucionalização do seu trabalho junto ao poder público municipal, por exemplo, e ela diz que, “hoje não adianta mais, tudo tá mais fácil, se fosse antes tempo, pode ser que ia ser bom ter, mas tenho diploma que prova que fiz curso também, quer ver?”. Não lembra quando foi o último parto que fez, mas calcula, usando os dedos das mãos, que 20 anos atrás, depois de 1990.

As décadas de 1940 e 1950, nas quais nossas entrevistadas nasceram, as políticas públicas para a maternidade e infância no Brasil eram formuladas. Mesmo que houvesse essa preocupação, ainda as mães das nossas entrevistadas tinham seus filhos e filhas pelas mãos de parteiras e ainda até os anos 1990 eram procuradas para fazerem os partos nas comunidades prudentopolitanas, como é constatado nos relatos das mulheres na Comunidade de Linha Paraná Anta Gorda e, principalmente, no relato de Ana Kuzma.

As mulheres dão a entender que não frequentavam consultórios médicos para exames de pré-natal, dificilmente levavam seus filhos ao pediatra e não pareceram fazer uso de métodos contraceptivos seguros. Essas mulheres nascidas entre 1940 e 1950, entraram na fase reprodutiva entre as décadas de 1960 e 1970.

Para Ana Paula Vosne Martins (2005), para “as experiências da maternidade” um conjunto diferenciado de agentes sociais, práticas e representações estão ligadas à palavra, que condicionam a qualidade de ser mãe, mas também fazem referência à instituição hospitalar, bem como, um imaginário no qual se articulam as ideologias de gênero. Nas suas investigações sobre a temática da maternidade e produção do conhecimento médico a respeito do corpo feminino, chegou a apontar a formação da obstetrícia e ginecologia, duas especialidades médicas, e o determinismo naturalista e a normatização médica que com suas metodologias e teorias construíram um modelo de mulher fundado na anatomia e fisiologia, trazendo

¹⁵⁴ Ana Kuzma (2019) conta que o marido de uma senhora para a qual ela foi chamada para fazer um parto, ao perceber que “o bebê não estava encaixado” disse que não poderia fazer e indicou que levassem para o Hospital, mas o referido marido tinha procurado antes, um senhor. O Senhor Slominski que morava na comunidade para “lá da cidade”. “sabe, que inda ele foi nesse Slominski que tava vivo, ele falou: você procure levá pro hospital, porque o parto não vai ser face”.

desdobramentos políticos e morais para estas, como o de encerrá-las nos estreitos limites da esfera doméstica e da maternidade.

Já Noélia Alves de Souza (2007, p. 37), argumenta que “desde a Antiguidade, a assistência ao parto foi uma tarefa primordialmente deixada a cargo das mulheres”. Entre os vários e diferentes saberes das mulheres e as ações de combate por parte de religiosos e do próprio Estado no período especificado, Araújo (2019, p. 20) assim apontou:

Interessante notar o ponto comum entre a Igreja e o Estado no combate à parteira, sua prática, seu saber, sobretudo no período de 1563 a 1727, aproximadamente. Do lado da Igreja fomentava-se a moral cristã; do lado do Estado, a ciência. As mulheres eram autoridades em matéria de sexo, tinham controle de fertilidade, seguiam os passos que acreditavam de uma gravidez segura e, conseqüentemente, tinham o controle de um parto seguro, curavam a infertilidade feminina e a impotência masculina, faziam aborto. Desse modo, tinham vantagem sobre o clero, e isto era inadmissível. Entretanto, se a mulher fosse católica e defensora dos bons costumes, sem antecedentes que a prejudicassem etc., ela estava autorizada a exercer o ofício, ou seja, suas condições morais básicas a credenciavam para tal atividade. [...] Ora, o saber sempre proporciona motivos para disputa de poder, e, como tal, pode levar à guerra. Portanto, se a briga da Igreja era contra a bruxa ou o bruxo, a parteira ou o parteiro é o que menos importa, o que está em jogo é que havia uma guerra contra determinado saber.

Na visão de Lúcia Helena Rodrigues Costa (2000, p. 41), desde tempos imemoriais, o ato de cuidar das pessoas, incluindo o ato de cuidar das mulheres durante os partos, é inerente ao saber feminino. Esta autora encontra as bases da intolerância à mulher e aos seus saberes no período histórico medieval onde a dita “caça às bruxas”, desde o século XVI, era uma prática comum da inquisição, como que se estas detendo conhecimentos, passariam a ser ameaçadoras.

O discurso da Igreja Católica dá ênfase à dignidade do corpo humano, e o sexo legitimado apenas dentro do casamento, deixando de ser pecado desde que seja praticado dentro dos laços do matrimônio. Para a Igreja Católica, a única forma sexual permitida era para procriação. Na doutrina cristã se expõe a dignidade do corpo humano como um exemplo máximo da obra de Deus, tornando expressa toda a legitimidade do casamento e união sexual como valorização da procriação, o que está sugerido na citação de Paul-Eugène Charbonneau “Cultivavam uma atitude negativa que condenava o sexo ou apenas tolerava-o como uma vergonha inevitável. Tanto mais que, paralelamente, a virgindade era exaltada como a expressão da mais alta qualidade espiritual” (CHARBONNEAU, 1979, p. 13). Evidenciando o estigma da Igreja em torno do sexo, mostrando que para a procriação o sexo ainda era tolerado, mas, enaltecendo a virgindade, ou seja, a pureza.

Em relação ao trabalho relacionado aos partos, há a menção na bíblia no livro de Gênesis, (35:17), do trabalho de parteiras que encorajam e motivam as mulheres: “[...], mas,

aconteceu que, enquanto estava tendo dificuldade no parto, a parteira lhe disse: ‘Não tenhas medo, pois terás também este filho’.

O fato da mãe do filósofo grego Sócrates ter sido parteira, a própria maiêutica socrática teria servido como inspiração desse fato. Hans Joachim Störig (2008, p. 124 *apud* ARAÚJO, 2019, p. 19) lembra que:

[...] o que Sócrates aplicava era uma forma particular de conversa e ensinamento. A situação normal, em que o discípulo pergunta e o mestre responde, é nele invertida. É ele quem pergunta. Frequentes vezes comparava sua tarefa à arte da parteira, profissão de sua mãe, dizendo que ele mesmo não tinha que dar à luz sabedoria, mas apenas ajudar os outros a parir suas ideias.

Mônica Pimenta Veloso (2004, p. 1100), aponta que o corpo feminino é o objeto de investigação na história, onde contribui:

[...] mostrando que é sobre ele que se articula o discurso médico destinado a referendar a diferença. Pensa, portanto, o corpo na sua historicidade, o que significa analisá-lo não apenas como lugar da definição sexual, mas sobretudo da demonstração das distinções e das diferenças que o estigmatizam e o excluem. O corpo é focalizado na sua multiplicidade e complexidade, definindo-se como constructo cultural incessantemente reinventado (RODHEN 2001 *apud* VELOSO, 2004, p. 1100).

Para Martins (2005, p. 210-211).

[...] com uma maior disponibilidade e variedade de produtos das indústrias farmacêutica, de higiene e de alimentos, além do fato importante de que entre elas estão as primeiras mulheres a integrar um movimento contínuo e crescente em busca de formação universitária e de profissionalização, bem como viveram experiências novas como o divórcio e o uso da pílula anticoncepcional.

Como observamos, nem todas as mulheres puderam ser contempladas com todas essas inovações. Nas áreas rurais prevaleceram métodos tradicionais, até muito mais tarde, e ainda estão presentes. Mas, não só isso, tiveram seus filhos e filhas sem ter nenhum atendimento hospitalar ou médico e, por vezes, até foram prejudicadas por não ter conseguido recorrer ao atendimento como aconteceu com uma das mulheres que Ana recomendou ajuda médica.

O processo de naturalização de masculino e feminino é uma das preocupações de Martins (2004) em sua pesquisa, a construção humana histórica e social sobre oposição e assimetria, onde os dois sexos estariam separados vem ainda do discurso médico-científico do século XVIII onde a medicina e a Ciência:

[...] reconheciam as diferenças sexuais, mas atribuíram à mulher a predominância do sexo, não só na materialidade física do corpo, mas como um verdadeiro estigma que marcava sua total existência. Era como se a mulher fosse um ser prisioneiro de seu próprio corpo; portanto, limitada em comparação ao seu companheiro de espécie, para quem o sexo e seus ditames só eram determinantes em alguns momentos de sua vida, especialmente quando era premente a reprodução, como acreditavam Rousseau e os médicos contemporâneos ao filósofo. Entende-se, assim, porque a palavra sexo foi, pelo menos até o final do século XIX, usada como sinônimo de mulher, uma associação que trouxe muitas conseqüências para as mulheres do passado e do presente (MARTINS, 2004, p. 111).

Conforme a autora, instituições europeias e norte-americanas possuem grande arquivo de documentos e informações a partir das novas instituições de ensino e atendimento hospitalar surgidos do final do século XIX até o início do XX. Provenientes da América, muitos foram estudar nas Universidades europeias e formados trouxeram esse conhecimento e técnicas para a ginecologia e obstetrícia no Brasil, bem como, as representações sobre a mulher produzidas pelos discursos médico e científico.

Na pesquisa intitulada “História da Parturição no Brasil, Século XIX” (1991), Anayansi Correa Brenes destaca que se utilizou de 83 teses médicas obstétricas produzidas na Bahia e Rio de Janeiro no século XIX, onde observou que: tradicionalmente mulheres denominadas “aparadeiras” ou “comadres”, é que assistiam as mulheres, seja no trabalho de parto ou nos cuidados pré e pós-parto, quanto em outras circunstâncias, tais como, doenças venéreas e abortos. A entrada dos médicos-parteiros nesta prática inaugurou, não só o esquadrinhamento do corpo feminino, como a produção de um saber anatômico e fisiológico da mulher, a partir do olhar masculino. Brenes (1991, p. 135), se referindo às “aparadeiras” argumenta:

[...] eram mulatas ou brancas e portuguesas e pertenciam aos setores populares. A medicina, enquanto instituição, incorporou esta prática (Tosi, 1988) como uma das suas atribuições, intitulando-a Arte Obstétrica e denominou de parteiro ou médico-parteiro os profissionais por ela formados. Historicamente, este processo se deu primeiro na Europa (nos séculos XVII e XVIII) se estendendo ao Brasil, ao se inaugurar as escolas de medicina e cirurgia na Bahia e Rio de Janeiro, em 1808. A introdução da medicina neste espaço inaugurou não só a experimentação clínica articulada com o discurso anátomo-patológico, quanto produz um discurso a partir da penetração da figura masculina no saber e prática obstétrica.

Para Maria Lúcia Mott (2005, p. 118),

‘nas primeiras décadas do século XIX, os partos normais e complicados eram realizados quase que exclusivamente no domicílio da parturiente’. Somente em casos extremos para dar a luz é que a parturiente recorria às enfermarias das Santas Casas, caso assim não fosse eram acolhidas por parentes e amigas vizinhas. A parteira era chamada de ‘comadre’ como sinônimo de afeto, respeito e confiança, onde se

demonstrava laço forte entre quem assiste e quem é assistida (p. 119). Parteiras ocasionais eram aquelas que realizavam menos partos na vida, e as de ofício embora leigas, eram mais experientes e podiam atender casos que hoje possam ser considerados mais difíceis.

Martins (2004, p. 108-110) alega que:

Até meados do século XIX [...] geralmente, era o médico da família ou aquele que havia realizado o parto que tratava dos outros problemas das mulheres, como as doenças ginecológicas. [...] predominava uma prática um tanto quanto indefinida em relação às mulheres, mesmo porque até então não havia ainda o que hoje conhecemos como especialidades, a não ser a obstetrícia e a medicina legal e mesmo assim só em algumas faculdades europeias. [...] Ainda hoje prevalece a representação corpórea e sexualizada da mulher em oposição à representação cerebral e racionalizada do homem. Apesar de esta dicotomia não ser restrita aos espaços de produção do conhecimento científico, as dicotomias de gênero, fundadas na diferença sexual, têm uma história que se enraíza no processo de constituição dos saberes médico e científico sobre estas diferenças.

Para Noélia Alves de Souza (2007, p. 57), embora na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1832, tenha sido criado um curso no qual profissionais médicos fariam treinamento para formar parteiras, a procura pelas inscrições no curso foram poucas, e apesar de iniciativa como essa, predominavam as parteiras leigas.¹⁵⁵

A moral religiosa e a ciência via medicina buscavam ambas exercer o controle do ofício da mulher parteira. Esses suportes historiográficos encontrados na pesquisa de Araújo (2019), contribuem para pensarmos a nossa investigação em torno dos saberes de mulheres presentes nos relatos e nas observações, como também da parteira entrevistada na comunidade onde a pesquisa se desenvolve.

O autor salienta que desde tempos coloniais ou até bem antes, já existiam curandeiras, curandeiros, parteiras e parteiros em todo o Brasil, que “invariavelmente dominavam um saber outro em relação ao saber médico” (ARAÚJO, 2019, p. 30). Em nome da prática médica e discurso higienista e de forma progressiva, as parteiras foram sendo retiradas do cenário público brasileiro. Discursos como esse positivista e modernizador, fazem parte da formação de um contexto de ideias sobre o corpo da mulher.

De acordo com Iraci de Carvalho Barroso (2009, p. 5), as mulheres parteiras veem suas práticas sendo substituídas, “o parto se institucionaliza e o saber médico é legitimado em

¹⁵⁵ Embora houvesse preocupação em “formar parteiras” desde o início do século XIX no Brasil, percebe-se que esta preocupação, talvez pelo fato da colonização ter sido tardia e por ser uma pequena cidade, Prudentópolis teria o primeiro curso de formação de parteiras muito mais tarde. Ana Kuzma disse que foi para a cidade fazer o curso e ser diplomada em 1985, após a morte de um recém nascido de uma senhora que ela havia atendido. Esse episódio trágico é narrado com muita tristeza e sentimento de ter sido apontada como culpada do acontecimento. Sobre as possíveis diferenças entre a parteira “comadre” e a parteira “diplomada”. Ver Araújo (2019).

detrimento do saber da parteira, que se tornou nos centros urbanos, práticas do passado”. A autora aponta que as parteiras nunca deixaram de existir e que nos centros urbanos o conhecimento obstétrico e institucionalização do parto aparece sobreposto ao conhecimento destas e nas políticas públicas essas mulheres “são tratadas como invisíveis ou inexistentes” (BARROSO, 2009, p. 13). Embora até os dias de hoje sejam requisitadas, seja no campo ou nas cidades, onde possam estar.

Como um dado singular da história, as narrativas das mulheres entrevistadas por Barroso, ajudaram-na na observação sobre a situação social e política de luta pra oficializar o ofício e, por fim, apontou que esse reconhecimento e oficialização depende da vontade política dos governantes. Na Tese de Araújo (2019, p. 75), o autor também destaca que:

[...] foi neste cenário que elas se constituíram como pessoa e aprenderam a fazer o que sabem. Pode-se dizer que o seu saber de parteiras veio, em parte, da necessidade e, em parte, do acompanhamento de outras parteiras, da tradição. Mas, temos motivos para acreditar que, em algum momento, direta ou indiretamente, tiveram contato com o saber da medicina moderna. Para algumas delas, as mais novas, o contato foi possível por meio dos cursos de parteiras, num período recente. Já para as mais velhas, independentemente se fizeram cursos ou não, embora não seja possível precisar quando e como foi esse contato, temos outros recursos que nos fazem continuar certos que de fato tiveram esse contato.

Para Araújo (2019, p. 76), em geral, entre mulheres que possuíam o maior número de filhos é que se dava a escolha da parteira, pelo fato de que se supunha “[...] que quem teve mais crianças deve ter mais experiência, e quem tem mais experiência transmite maior confiança”.

Através do Ministério da Saúde (MS) foi publicado o relatório “Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais: o programa trabalhando com parteiras tradicionais e experiências exemplares” evidenciando um histórico do Programa de 2000 até julho de 2010. Algumas constatações trazidas neste relatório de (BRASIL, 2010, p. 9), são:

[...] a de que a assistência ao parto e nascimento no Brasil não é homogênea e mesmo que a maioria dos partos ocorram em hospitais, há no país muitos casos de partos e nascimentos assistidos por parteiras tradicionais, sobretudo em áreas rurais, ribeirinhas, de floresta, de difícil acesso e em populações quilombolas e indígenas. Evidenciam-se os Estados das regiões Norte e Nordeste; b) a de que a diversidade socioeconômica, cultural e geográfica brasileira requer a adoção de medidas diferentes de atenção à saúde integral da mulher e da criança e a implementação de políticas públicas conforme as necessidades locais; c) a de que os índices de mortalidade materna e neonatal ainda assustam o País, evidenciando verdadeira violação aos direitos humanos.

Na dissertação de mestrado intitulada “Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Amapá: Histórias e Memórias”, Barroso (2001, p. 1) afirma que o saber e o ofício de partejar

é visto hoje como uma alternativa de saúde da mulher em áreas rurais, onde as mulheres criam e recriam o espaço culturalmente construído através dos tempos, e para isso foi usada a metodologia da história oral na região amazônica do Amapá com um grupo de cinco mulheres entrevistadas pela autora.

Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 1994), apresentam que no Brasil cerca de 20% dos partos, cerca de 240 mil, são realizados com ajuda de parteiras. Só no Amapá, conforme Patrícia Laczynski (1999 *apud* BARROSO, 2001), o censo de parteiras tradicionais de 1995 apontava a existência de seiscentas e noventa e oito em todo o Estado.

Ao analisar as narrativas das mulheres concentradas nas décadas de 1960 e 1970 na qual tiveram seus filhos, a recusa em procurar hospitais não se deve ao fato apenas de estarem situadas longe destes e por precariedade de estradas que deixassem de recorrer ao parto hospitalar. Outros fatores como evitar que o próprio corpo fosse tocado por médicos, preferindo assim o trabalho de outras mulheres é o que também pesava nas decisões. Ana Kuzma ressalta que uma das mulheres cobria seu rosto quando fazia o parto demonstrando “porque tinha tanta vergonha de eu fazer o parto dela”. Medo, vergonha ou sensação semelhante acompanhavam aquelas que também se recusavam ir ao hospital para que os partos fossem feitos.

Para Araújo (2019, p. 105), a mulher:

[...] enfrenta todos os problemas de comunidades isoladas nos altos rios amazônicos. Mas se a chamam ela pode ser benzedeira, curandeira, orientadora espiritual católica ou evangélica. E na hora de atender uma gestante que sofre com as dores do parto, a parteira usa toda a sua experiência para se concentrar única e exclusivamente no parto, na nova vida que vai nascer. Sua viagem é para o interior de si própria: reza, ora, faz simpatia, magia. Em algum momento de sua vida ela aprendeu técnicas básicas profiláticas ou higiênicas utilizadas pela medicina moderna. Isso parece pouco, mas faz diferença.

Sabrina Lins Seiberth *et al.* (2005) apontam que a história do parto e nascimento vem sendo transformada de maneira progressiva ao longo da história. Desde a época em que as parteiras realizavam os partos nos ambientes domiciliares, muita coisa se modificou com o desenvolvimento e a incorporação de novas tecnologias no campo da medicina. Assim, o referido ato foi adquirindo outro significado e passou a ser considerado um procedimento cirúrgico, que deve ser realizado por médicos, em ambiente hospitalar.

Paolla Amorin Malheiros *et al.* (2012, p. 330), aponta a Agência Nacional de Saúde Suplementar, onde o modelo de atenção obstétrica no setor de saúde suplementar no Brasil: cenários e perspectivas traz nas páginas 17-18 a seguinte consideração: “considera-se doente a mulher grávida [...] os médicos se opuseram à intervenção das parteiras, alegando ser a gravidez

uma doença que requer o tratamento de um verdadeiro médico” (BRASIL, 2008). E para Maria Lucia Mott *et al.* (2007), a literatura médica, desde início do século XX, desqualifica as parteiras nomeando-as como mulheres populares, ignorantes e sem conhecimento dos princípios de higiene. A historiografia sobre imigração ou sobre mulheres rurais não se detém sobre elas ou não as cita nos estudos realizados.

Conforme afirma Tomaz Tadeu da Silva (2005, p. 85), sobre partos, embora “tais práticas tenham sua eficácia reconhecida pelas comunidades tradicionais, sofrem recorrente desqualificação no âmbito dos discursos e das práticas médicas”.

Sobre casamento, Gorä Therborn (2006, p. 199) argumenta que, no início do século XX, o casamento era, em essência, um importante arranjo de procriação. Dessa forma, era por meio deste que se legitimavam os frutos da sexualidade. Ao tratar da importância do casamento ao longo do século, o mesmo autor (2006, p. 197-204), argumenta que “o casamento humano é uma instituição sociossexual e, dessa forma, é parte central de um complexo institucional amplo, classificado como família”.

Embora não atenda mais partos, Ana atende as pessoas que a procuram, derrama “cêra para derrubar susto das crianças e adultos”, corta “cobreiro, nervo de dente”, entre outros, faz “garrafadas” e recebe visitas, e faz visita às grávidas, tirando as dúvidas sobre a gestação ou da recém mãe após o parto realizado no hospital. Demonstra disposição de atender a comunidade e até quem a procura fora dela e lembra-nos que recebeu “encomenda de garrafada para Curitiba” e que gosta de ajudar quem precisa. No entanto, salienta que embora não cobrando nada, nos diz que: “quem reconhece, esse gratifica”, mesmo que, não cobre o trabalho realizado.

Para Isolda Pereira da Silveira e Gloria da Conceição Mesquita Leitão (2003, p. 280), “partejar é dar à luz, é parir. O termo empregado designa quem serve de parteira. Quem de costume já realiza os partos fica incumbido também dos cuidados e atende as necessidades da parturiente”. Ana Kuzma (2020) ainda faz toda a orientação das parturientes, antes e após o parto, mesmo que não realize este, exerce influência na vida das parturientes. Assim, ela explica: “Vô, visito, explico e se precisarem sempre tô de porta aberta, porque sei alguma coisa, o certo é ajudar pra resolver o que dé pra resolver, o que não dé digo pra procurá hospital”.

Credita-se essa redução da procura por parteiras, como Ana Kuzma, ao fato das pessoas procurarem mais os hospitais pelas próprias possibilidades de melhoria das estradas, do número maior de profissionais médicos, farmácias, a chegada da energia elétrica, rádio, televisão que permitia maior acesso às informações e, por conseguinte, condições melhores do que as anteriores de se deslocar para procurar acesso médico.

Aliado a isso, não se deve desconsiderar o fato de que acontecimentos como o caso de

natimortos, por exemplo, facilmente não fossem comentados e espalhados na comunidade, porque nas narrativas detalhadas nos pareceu muito comum as mulheres lembrarem mais das tragédias e sofrimentos vivenciados do que de outros acontecimentos, não tão trágicos que já tiveram na vida.

Quando falamos das parteiras que as mulheres conheciam ou se utilizavam de seus trabalhos, Maria Slociak, além de apontar Ana Kuzma da comunidade, aponta uma senhora mais idosa que vivia na comunidade vizinha de Linha Ivaí e alega que muitos a procuravam, como era já idosa, vinha de carroça, e que seu nome era Mantina Maleski, parteira conhecida e também muito procurada porque umas falavam para as outras sobre o atendimento o saber de partejar que ela dominava.

Ana Kuzma relata certo desconforto e medo, e foi como que forçada pelo seu marido para iniciar o ofício de parteira na comunidade, após ter feito o próprio parto de sua segunda filha no seu quarto e sem ajuda alguma, pois ao assumir o trabalho de parteira a partir da indicação da “Veinha Glubichka”, que fez seu primeiro parto, não teve como não fazer o trabalho para aquelas que precisavam. Ao perguntar sobre quando teria resolvido ser parteira, nos respondeu expondo o receio que tinha em dar início à atividade:

[...] pois eu não resolvi, é que o marido me obrigo, né. Que eu não quis i no vizinho, ele disse que se eu não for, quando precisar alguma coisa, ele vai mandar eu, daí eu fui no primêro vizinho ali que atendi parto, depois já todo mundo me chamava né, já sabiam que eu atendi um parto, todo mundo comentava [...] (Informação verbal).¹⁵⁶

Dessa forma, Ana Kuzma herdou o ofício de uma senhora já bem idosa e que tinha dificuldades de locomoção que lhe pediu que aprendesse as técnicas do parto e continuasse o trabalho. Quando passou mal, antes de sua primeira filha nascer, alega que seu esposo:

Ana Kuzma (1944): [...] Ambrósio foi chamou uma babunha, essa Maria Glubichka (falecida - antiga parteira do faxinal de Anta Gorda), daí veio atender o parto. Daí ela disse assim: Hanho! Já vjjé starénhka, iá mu htíla be tê tak vó, tak vó sprobuvála móje be tê moiu robotu be vjála.¹⁵⁷ E ela passou o serviço dela pra mim né [...] (Informação verbal, 2020).

Ana Kuzma, embora respondesse dessa maneira, alega que sua vó – Ana Kiec – também era parteira no passado e isso chamava sua atenção desde cedo para saber como é que bebês nasciam. Narra que seu único filho foi o sétimo de um total de dez filhos, onde teve três “fora

¹⁵⁶ Entrevista concedida por Ana Kuzma (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁵⁷ Tradução: Ana! Eu já sou velhinha, eu queria que assim, que você experimentasse talvez, para você pegar o meu trabalho.

do tempo”, reforçando que sofreu três abortos no intervalo destes nascimentos e de que sua filha sentiu muita vergonha de vir para casa e ver o menino recém-nascido, seu último filho que acabara de nascer.

[...] sétimo veio piá, mas como Marlene tava com dezessete ano quando eu ganhei Antonio, duas semana não pareceu pra casa de vergonha [...]. Como tinha vergonha quando ganhei o piá, meu deus do céu [...] Não é como tem as criança ficam contente, ela tava com uma vergonha que ficou no paió cuidando e não veio pra casa. (Informação verbal).¹⁵⁸

A entrevista com Ana Kuzma traz detalhes importantes sobre a vida das mulheres na comunidade, é uma das mais longas que fizemos. Acredita-se que pelo fato de ter feito atendimento de partos, também de gêmeos: “[...] atendi dois parto, duas vezes gêmeas que vieram das minhas mãos, sabe [...]” e inclusive os seus partos. Tais acontecimentos contribuíram na criação de laços de parceria e confiança entre as mulheres, pois umas dependiam das outras enquanto seus esposos passavam semanas, quase que inteiras, trabalhando mais longe de casa, nos ditos paióis.

Observa-se no relato de Ana Kuzma que preferiu não acordar seu esposo, por estar com problemas de caxumba. Em outra ocasião que fez outro dos seus partos relatados, ele esteve com dor de coluna e já havia sido atendido na localidade vizinha pelo “Curadô Slominski”. Assim, fez os preparativos para o seu parto e preferiu não acordá-lo. “Slominski era um veíno curadô pra lá da cidade” que orientava as pessoas e além de oferecer ervas para tomar para aliviar dores variadas, arrumava a coluna para quem o procurasse para essa finalidade. Relatou que seu esposo recorreu a esse senhor por causa de sua dor na coluna e que hoje eles sabem esse ofício, e o fazem: “arrumamo as costa, assim destroncadura tamém nas pessoas que procuram a gente”.

São situações várias que descreve com detalhes e observamos que o fato dessa situação (parto) ocorrer à noite, preferiu fazê-lo sozinha para não incomodar ninguém, nem mesmo a sua irmã, que lhe perguntou no outro dia, segundo o que nos narrou: “[...] porque não chamou?. Ao que respondeu: que chamar a noite o que?”. Demonstra muita emoção quando fala do nascimento do último filho.

Ana Kuzma alega não exercer mais o ofício; mas diz que ainda é procurada para realizar partos em casa, aos quais diz não, porque sabe também que “hoje é proibido”. Evidencia que na hora de tal situação conversava e:

¹⁵⁸ Entrevista concedida por Ana Kuzma (mar. /2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

[...] Daí sei que recomendava como tem que se aprontá, mas, como no curso explicaram, muita gente do interior, ah tem roupa suja, dá pra colocar roupa suja?, estendê?, não pode, porque tem micróbio. Mas muita gente era assim sabe, antes de eu atendê o parto. [...] eu, quando Antonio tava com um ano e dois mês quando fui fazer curso eu ia dá de mamar pra ele teeeempo, coitado tinha que apartá sem pensá. (Informação verbal).¹⁵⁹

Ana Kuzma demonstra que o seu objetivo era fazer o curso e “[...] Sei que, ah, não era tempo que eu tava contando do dia doze, do dia oito até dia doze o prazo meu era do Antônio, e ele nasceu dia primeiro, de novembro, com quilo e meio, sabe”. Possuía certo controle da data aproximada do nascimento de seus filhos, mesmo sem consultas médicas, e ao fazer o curso de parteira dedicou-se muito; mesmo que isso lhe custasse a interrupção de amamentar seu último filho.

Nádia Slociak relaciona casamento ao nascimento de filhos na comunidade quando a parteira sentia que não daria conta, nem sempre havia jeito, era forçada a ajudar: “as muié imbirava i, que eu saiba, não queriom i pro spitál, daí a parteira não ia deixá de atender né”.

Na fala de Maria Slociak (2020), com 60 anos, nascida em 1960, consta que: “Meus nasceram no spitál, não procurei parteira”. E se ela se casou com 20 anos, como narrou, seus filhos nasceram nas décadas de 1980 e 1990, diferente das outras entrevistadas mais idosas que tiveram filhos nas décadas de 1960 e 1970. Embora houvesse maior disponibilidade e variedade de produtos, quase todas entrevistadas antes da década de 1980 recorriam muito às parteiras, fato observado nas narrativas é que as dificuldades de acesso eram muitas e sensações de medo e vergonha eram frequentes.

Portanto, embora já estivesse em andamento certa preocupação com a mulher, a criança e o atendimento a ambos, o acesso aos hospitais não se fazia presente uniformemente em todos os locais. Prudentópolis, com uma extensão rural enorme e a área urbana em processo de desenvolvimento, ainda não contava com atendimentos para todas as mulheres. Essa possibilidade começa a se fazer presente nas décadas de 1980 e 1990, como externado na fala de Maria Slociak e Nádia Slociak, ambas com filhos e filhas nascidos no hospital nesse período.

Eulália Zdébski quando fala de parteiras que conhecia das comunidades próximas na época que precisou delas, diz: “[...] que diploma que nada, sabiam assim fazê parto sem diploma, aprendiam e faziam”. Já na década de 1990, a procura continuou e ela se sentiu mais segura de realizar partos. Portanto, as experiências da maternidade são muito importantes para compreendermos as memórias das entrevistadas. Além disso, elas estão ligadas às práticas de

¹⁵⁹ Entrevista concedida por Ana Kuzma (mar. /2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

benzer, partejar, entre outros saberes intercambiados que permitiram criar laços de pertença ao grupo de mulheres que partilhavam além dos saberes de sofrimento semelhante, como por exemplo o fato de alguns maridos usarem parte da renda para o consumo de bebida alcoólica¹⁶⁰ já externado na fala de Vitória Grutka (2020): “prometia pará de bebê e vortava de novo”.

Eulália Zdébski evidencia uma situação semelhante na narrativa quando falamos sobre relação com o seu falecido esposo:

[...], Iák ne piddálache, tó zlé zrobêla, iák peddálache¹⁶¹, bom daí, diferente o marido ficava bravo, muié não, muié nunca liga. Só que o home que o pior. [...] tinha o que de fazê, mas eu já pra não engravidá, só rezava pra ser tudo bem, nenhum não tinham nenhum defeito, nada, nada, nada. Procela bóha¹⁶²(Informação verbal).¹⁶³

Quando fala sobre prática sexual, está presente na sua narrativa a ausência de métodos contraceptivos e, assim, pedia a Deus que os filhos viessem com saúde. Relatou também que o marido ligava para a prática sexual e se recebesse a negativa ficaria bravo, e quando diz a “muié não liga”, talvez esteja apontando a ausência de prazer ou negação do sexo praticado por prazer e, prioritariamente, para a procriação, pois, aponta a relação entre sexo e filhos. Para aprofundar esses saberes, talvez tivéssemos de retornar até a entrevistada e reformular algumas questões.

No trabalho de Maria Aparecida Moraes Silva (2010, p. 28), encontramos que: “as trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais pressupõem uma vida modelada por uma rede cheia de buracos que são as zonas de silêncio”. A interpretação das zonas de silêncio pela autora se deu com auxílio de fotografias, onde situações que nem sempre foram ditas acabaram por ser reveladas. Tivemos acesso a poucas fotografias que pudessem servir de ajuda para nossa análise, necessária tanto para complementar os relatos, afirmar ou comparar.

Nas narrativas das nossas entrevistadas encontramos que havia discriminação na escolha dos noivos e noivas, promessas de morte como a narrada pela Vitória Grutka (2019), e brigas para solucionar conflitos. A mesma diz que: “[...] pai prometia otros matá quando vê si matô”. Sua fala é relacionada à fala de sua irmã parteira – Ana Kuzma – que narra a trágica morte do pai dizendo: “caiu na ponte, em cima da faca que furou o lenço e o pescoço, ele vinha da festa picando fumo pra cigarro”, com toda a riqueza de detalhes do acontecido.

O casamento na comunidade era outro fator que era considerado como algo muito

¹⁶⁰ Na comunidade de Anta Gorda constam hoje dois alambiques de aguardente feita de cana de açúcar, pertencentes à famílias como a de Reitor e Pehouski e um alambique da família Sluzouski na comunidade de Linha Paraná 2ª seção.

¹⁶¹ Se não se entregasse, então mal fazia, se se entregasse...

¹⁶² Pedia à Deus.

¹⁶³ Entrevista concedida por Eulália Zdebski (fev./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

valorizado e a preparação para o mesmo ocorria em poucos meses – até um ano e meio no máximo – após a primeira visita do namorado à casa dos pais da namorada. Maria Slociak aponta que casou após nove meses de namoro com um polonês. Maria Slociak diz sobre sua mãe na escolha do seu marido: “[...] ela falava que não é da nossa origem, porque eu não sei o quê, tinha tipo racismo, né? Eu acho assim, na minha opinião que é, mas agora não!”.

[...] o meu marido namorei poco tempo, só nove meses, nós casemo. [...] namoro, antes, era bem simples. O namorado vinha só uma vez por semana, só conversava, se algum tomava chimarão, tomava, se não, só conversava. Ficava sentado longe um do otro. Muito difícil dá um abraço, beijo nem se falava antes do casamento (Informação verbal).¹⁶⁴

Essas visitas, na fala da nossa entrevistada, aconteciam aos domingos, pois durante a semana estavam todos envolvidos no trabalho da lavoura.

Vitória Grutka, viúva, assim lamenta e narra a situação que viveu com os filhos Antonio, Maria e Celia, antes e depois da morte de seu marido:

[...] depois quando meu marido moreu, eu queria dá Celha ou Maria pra uns otro que não vivesse uma vida que eu vivi, Antonio dizia, mãe, não faça isso porque eu te ajudei quando pai bebia i te ajudei, não dê, só si dá gato i cachoro, filho não si dá. Você ficou mais bem i vai dá os fio, pensei, eu sofri, e sabe que tamém Celha casô coitada, casô no civil, na igreja, já nun conseguiu se aposenta porque eu sempre tinha, tinha na igreja i Celha casô com dezessete ano. (Informação verbal).¹⁶⁵

A nossa entrevistada fala do sofrimento descrito no casamento, onde o seu filho mais velho – Antonio – ajudava no sustento, enquanto o marido de Vitória “bebia”, e que após a morte do seu esposo, queria dar suas filhas para que não vivenciassem o que ela vivenciou e foi impedida pelo filho de proceder da maneira que julgava melhor. Por fim, lamenta que embora tivesse educado sua filha nos preceitos da igreja, sua filha casou com 17 anos e foi morar na cidade e não conseguiu se aposentar, hoje Vitória vive com essa filha e a ajuda com a sua própria aposentadoria. A sua casa, na Comunidade Paraná Anta Gorda, está sendo utilizada pelo filho mais novo, onde ela estava visitando na ocasião da entrevista. Sua outra filha – Maria – foi mãe sem ter casado, e deixou o filho sob os cuidados de Vitória também, assim como os filhos da Celia que se separou. A experiência narrada é marcada pela dor, angústia e tristeza, sentimentos externados, lamentando que não deixou/deixa de cuidar de vários netos das suas filhas e filhos:

¹⁶⁴ Entrevista concedida por Maria Slociak (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁶⁵ Entrevista concedida por Vitoria Grutka (jan./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

E a Maria saiu de casa foi pros emprego i assim tava soltera, quando dexô, ela me ajudava, mandava dinhêro i tudo, do começo o pai num queria dele, depois quando conheceram, começaram vim, o pai dos meus netos, esses que eu falei que criei i assim vinham mi visita, [...] Depois que esse da Celha largô Celha sem casa i ficô como diz sozinha, nas férias eu cuidava cinco netos, porque creche não funcionava, dois da Terezinha e Antonio, dois da Célia e o Fernando da Maria, deu cinco, sabe. ‘então iá’ falo às vez, qui às vez dava raiva i às vez dava alegria essas [...] (Informação verbal).¹⁶⁶

Sobre o seu marido, assim diz:

[...] quando mais novo era, não bebia, mas, meio ano quando nós casemo, depois quando começô bebê, era assim que até na strada durmia, comprava, fazia compra, muitos que tinham dó, vinham me avisa pra eu mandá as criança, até mãe dele, coitada, trazia as coisa pra não perdê. (Informação verbal).¹⁶⁷

Em outro momento da fala, Vitória assim descreve a situação com os filhos mais velhos – Antonio e Lucia – que passou a enfrentar quando seu esposo não pôde mais trabalhar por conta de ter se acidentado:

[...] Caiu da caroça, quebro essa clavícula, [...] jurô que não ia bebê, vortô de novo [...] daí ele num podia mais trabaíá, eu até andava roçá capoêra. [...] o mais véio caminhava, a menina, a Lucia eu dexava num saco sentada, eu ia carpindo, pra trabaia [...] na minha tera i depois mais tamém trabalhava prus otro. (Informação verbal).¹⁶⁸

Sobre o que lamenta da sua vida, quando era pequena e seu pai havia “si matado: [...] não tinha quem trabaíá, eu mais véia, tudo pequeno, e daí não studei [...] mãe não deixô eu ii. Eu tenho muito dó, não sei lê [...] scuíte, casei eu não sabia assina meu nome”. As experiências da maternidade relacionadas ao casamento, das funções que surgiam e para ajudar seus filhos, acabaram também assumindo o cuidado dos netos e, por fim, lamenta não saber ler e escrever.

Ana Kuzma, sua irmã, narra com detalhes a trajetória de sua vida e da sua família após a morte de seu pai e a criação dos seus irmãos, inclusive com a mãe viúva e grávida de cinco meses do quinto irmão: “[...] Nós era quatro menina quando o pai faleceu e com cinco meses o irmão veio e era então cinco filho. E a mãe também tinha muitas perca né [...]”.

Ao lembrar dos abortos de sua mãe, não soube precisar ao certo se foram três ou quatro. Mas, mencionou que ela também teve “percas”, seu trabalho ocorria entre a roça e os afazeres domésticos como pintar a casa, entre outras tarefas, quando estava grávida, demonstrando que

¹⁶⁶ Entrevista concedida por Vitória Grutka (jan./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁶⁷ Entrevista concedida por Vitória Grutka (jan./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁶⁸ Entrevista concedida por Vitória Grutka (jan./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

não deixava de fazer o que entendia como responsabilidade da mulher dentro de sua casa, uma vez que seu esposo passava semanas fora de casa. Quanto à infância, após a morte de seu pai, relata:

Ihh era triste, pense fiquemo sem pai desde oito ano, a mãe me tirou da escola, de oito, de nove ano, fui de babá cuidá do Ládio Kiec. Ládio eu pagiei dois ano. [...] Vim pra casa, não fiquei uma semana já o S. me procurou, mãe mandou. Fiquei três meses não me pagaram, e daí eu trabalhava no tio, o tio dava o mantimento pra mãe, porque pra mãe, pense, ficou grávida, trabalhá não podia né, daí eu fiquei pageando o Ládio Slociak, o tio dava mantimento pra mãe. (Informação verbal).¹⁶⁹

Para Ana Kuzma, a trajetória narrada é cheia de detalhes, narra que ainda criança cuidou de dois meninos, um por dois anos, e outro filho de seu tio, em troca de alimentos. Embora interrompêssemos em alguns momentos, ouvimos e gravamos tudo, porque ela se submeteria a uma cirurgia e ficamos com receio de posteriormente atrapalhar sua recuperação. Vitória Grutka e Eulália Zdébski apresentam esforços semelhantes de sobrevivência no contexto narrado, ao falar sobre a vida delas, tanto quando eram crianças e adolescentes quanto após seus casamentos, assim, Eulália afirma: “Trabalhei, trabalhei pros alheio assim, pros outro, de camarada, ih, por dia trabalhando. Tá tó bidá Joana, bula”.¹⁷⁰ Foram narrando trajetórias semelhantes, uma vez que aprendendo a ler, escrever e fazer contas, disseram que deixaram de frequentar a escola e passavam a ajudar no sustento da família. Essa condição de trabalho se prolongou no período da maternidade e anos iniciais do casamento, e se estende até hoje.

Nesse caso, seu estudo dialoga com a nossa pesquisa, ao levarmos em conta que cada qual elabora sua narrativa conforme sentem que pertencem ao delimitado grupo social. Ou seja, o contexto social no qual está inserido condiciona seu discurso e lhe fornece elementos para as lembranças e suas escolhas para atribuir significado e narrar, enfatizar, silenciar mediante algum assunto que faça parte da entrevista. No chamado Faxinal de Anta Gorda e Linha Paraná Anta Gorda, de onde nossas (os) entrevistadas (os) falam, todas (os) possuem ascendência ucraniana ou polonesa. Eulália Zdébski, assim que casou, seguiu acompanhando a religião do marido: “sou polonesa, quando casei, passei pra ucraniana, daí”.

Para exemplificar as fronteiras, encontramos na narrativa dos entrevistados as seguintes respostas para a questão de como viviam no passado na comunidade de Anta Gorda, os ucranianos e poloneses.

¹⁶⁹ Entrevista concedida por Ana Kuzma (dez./2019). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁷⁰ Tradução: pois era um sofrimento Joana, era.

[...], sou ucraniana, casada com polonês, vivi bem, sempre bem, ele é meu legítimo¹⁷¹ esposo. O pai era mestiço polonês, a mãe era ucraniana legítima. minha vó por parte da mãe veio da Ucrânia, e o vô já era brasileiro, os outros já eram brasileiros já. Eu vim de fora, lá da Linha Paraná. (Informação verbal).¹⁷²

Quando falamos acerca de namoros e casamentos entre descendentes de poloneses e ucranianos, complementa:

[...], agora, nós não tinha diferença nenhuma, mas antes tempo, por exemplo, os pais, né?[...] Até a minha mãe, falecida, que Deus tenha ela, ela não queria que eu namorasse um polonês. Porque ela falava que não é da nossa origem, porque eu não sei o quê, tinha tipo racismo, né? Eu acho assim, na minha opinião que é, mas agora não! (Informação verbal).¹⁷³

Quando se refere ao relacionamento entre os descendentes na comunidade diz:

[...] do começo era pra dizê era meio separado os polonês com os ucraino. E agora já se uniram. Aqui as pessoa não vai nessa de ficar se separando, se unem se for preciso, um ajuda o outro. Vamo dizê o que é uma verdade [...], nós somos pra dizê um corpo humano, tudo somos igual. Como diz, não tem rico, não tem pobre, tudo é vai pra um, a morte pega todos. (Informação verbal).¹⁷⁴

Eulália Zdébski, apontando a união dos dois grupos, complementa: “uns polacos outros ucraino, mas toda vida eram tudo junto”. Mostrando o prazer de ter uma vida em comum que pode ser traduzida por sociabilidades, pois entre trocas de saberes de homens e mulheres aparecem relações construídas na comunidade para o bem comum externado pelas pessoas idosas entrevistadas. Nos relatos dos dois entrevistados, Maria e Teodózio aparece situação conflituosa antes do casamento como menciona Maria quando seus pais almejam casamento para a filha com alguém da mesma ascendência ucraniana. E Teodózio afirma que “de começo eram meio separado os polonês com os ucraino”, mas, essa separação antecede a construção da escola que o mesmo faz referência mais adiante. E que havia sido construída por todos os moradores do lugar e que mais tarde serviu também de primeira Capela para as orações e rezas. O que demonstra que o entrevistado traz memórias de sua infância e que podem ser evidenciadas no item que segue.

Neste último item 2.2.3 sob o título “Fotografias e práticas culturais”, trazemos fotos colhidas em diferentes instituições e acervos de pessoas que relataram suas vivências e memórias do seu passado até o presente, respondendo questões que estruturamos para

¹⁷¹ Legítimo: corresponde ao fato de ter tido o casamento civil e abençoado na igreja e pelos pais.

¹⁷² Entrevista concedida por Maria Slociak (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁷³ Entrevista concedida por Maria Slociak (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁷⁴ Entrevista concedida por Teodózio Nedza (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

atingirmos nossos objetivos e respondermos nossa problemática. Pretendeu-se complementar as falas das pessoas através das contribuições delas nesta dissertação.

2.2.3 Fotografia e Memórias de práticas culturais

Na comunidade Linha Paraná Anta Gorda mulheres de ascendências ucraniana e polonesa usam os idiomas correspondentes a cada grupo, no seu dia a dia quando se visitam e se aconselham. Porém, nas nossas observações pudemos constatar a prática do idioma polonês mais falado entre polonesas do que o idioma ucraniano entre as de ascendência ucraniana. Para Pollack (1989, p. 12-13):

Ao contarmos nossa vida, em geral, tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços-lógicos entre acontecimentos-chaves, [...] e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.

O sentimento de pertença ao grupo das mulheres¹⁷⁵ parece ocorrer pelo idioma que usam ao se comunicarem. Falam sobre vários assuntos, casamento, comportamento dos jovens, de fatos atuais da comunidade, injustiças que percebem, notícias da televisão e do rádio, clima, da produção da roça, receitas, flores do jardim, sua saúde e dos demais, reza e práticas que reprovam como, por exemplo, a de meninas hoje usarem demais o celular, deixando de dar importância às rezas, orações e que na visão de Eulália Zdébski “[...] não querem nada de nada, só se diverti e olhá a internet”. Relatam e rememoram práticas do passado em visitas que fazem umas às outras lamentando mudanças, comovendo-se frente ao que viveram no passado e questionando as práticas de jovens e adolescentes nos dias de hoje.

No entanto, embora reiteradas vezes as mulheres relatem a miséria vivida pelos seus familiares e por elas no passado, a riqueza cultural presente nos idiomas polonês e ucraniano, as práticas de ajuda mútua naturalizadas por elas permanecem quase que inalteradas. Enquanto na economia local houve mudança, se comparada ao passado relatado onde tudo o que falam sugere grande dificuldade, na língua falada, nos costumes e valores nesta comunidade como, por exemplo, no ato de benzer, socorrer uma criança, estagnar as dores de dente, dores de

¹⁷⁵ De acordo com Conceição Evaristo (2005, p.06) a experiência feminina é formada por determinações sociais e históricas que não podem definir uma identidade única para as mulheres, ao olharmos sob essa perspectiva, isso pode contribuir para “entender diferentes femininos”. E para Avtar Brah, (2006, p.341), dentro de relações de poder que ocorrem levando em conta os processos econômicos, políticos e ideológicos, não existimos apenas como mulheres e nossas relações sociais são permeadas pela intersecção de categorias diferenciadas, tais como, “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”.

cabeça, fraqueza do corpo, derramar cêra para espantar bicha ou tirar susto, arrumar a coluna, cortar cobreiro, ainda se recorre primeiramente à Ana Kuzma. Chamada por nome pois evitam chamá-la benzedeira, parteira, curandeira, rezadeira ou arrumadeira. Não há menção nas suas falas de como reconhecem a pessoa responsável por tantas atribuições de benzimentos, destroncaduras, dores entre outros.

Buscar ou dar conselhos, emprestar objetos e trocar receitas também faz parte do cotidiano das mulheres desta comunidade. No entanto, por ter exercido a função de parteira e hoje na função de benzer/orientar/recomendar chás e entre outros, Ana Kuzma ainda é vista como aquela a quem se deve primeiramente recorrer, quando há dores possíveis de tratar, abrangendo os recém nascidos até pessoas idosas. Maria Kiec assim fala: “por ter sido partêra e benzer, ajuda e ensina muitas que procuram ela”.

A assim chamada riqueza cultural¹⁷⁶ persiste nesta comunidade e há uma rede de solidariedade entre elas, pois além de estarem em contato se visitando, há antenas de internet instaladas que permitem a comunicação mais rápida entre quem possui essa condição, de modo que isso permite se comunicar mais rapidamente e ter acesso ao mundo por meio dessa ferramenta, que é feita pelos netos, filhos, filhas e noras.

Além disso, percebendo que alguém necessite, se prontificam em ajudar com roupas, agasalhos, alimentos e em casos que a pessoa aceite até fazem as mencionadas “juntas” de dinheiro. As mulheres entrevistadas, já aposentadas, estão em constante acompanhamento das mais novas que adentram nas famílias delas; além de cuidar de seus netos e netas, são visitadas constantemente e, ora elogiando, ora criticando, vão construindo relações amistosas ou nem tanto.

Entre diversas práticas,¹⁷⁷ a prática de partejar é tão antiga quanto à humanidade, e as construções históricas são diferentes em diferentes lugares, onde cada povo e cada época tem seu espaço de saber, mesmo que haja distintas temporalidades históricas.

De acordo com Esther Díaz (2012, p. 7):

Também podem ser encontradas conexões entre uma e outra época. Não obstante, nada autoriza supor que as camadas de uma época sejam ‘progresso’ ou ‘aperfeiçoamento’ das anteriores. A partir de elementos reais, de práticas discursivas e não discursivas, são compostas figuras ou estratos que a arqueologia pode chegar em sua pluralidade multifacetada.

¹⁷⁶ A riqueza cultural integra a história de uma sociedade. Trata-se das diferentes manifestações que se realizam ao longo dos anos e que, pelo valor que lhes é atribuído, são consideradas de grande relevo pelas pessoas.

¹⁷⁷ Para Michel Foucault (2005, p. 8 *apud* ARAÚJO, 2019, p. 91), é importante mostrar “como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento”.

Quanto às diversas práticas comuns na comunidade Linha Paraná Anta Gorda, além da prática de partear do passado, destacam-se no presente os benzimentos e as curas, a fé sempre apontada como necessária, casamentos e a relação com a maternidade entre outros já mencionados. Para que o leitor possa conhecer melhor o lugar onde tais práticas ocorreram/ocorrem, optamos por utilizar fotografias intencionando ilustrar e sugerir a devida importância nas conexões estabelecidas do passado ao presente rememorado pelas pessoas entrevistadas.

Seguem tais fotografias que nos foram disponibilizadas para esta pesquisa pelas famílias envolvidas e instituições, como o Museu do Milênio e a Secretaria de Educação do Município de Prudentópolis.

Figura 11 – Quadro com fotografias da década de 1950 -1960



Fonte: Acervo da Família de Eulália Zdébski (2020).

Nas casas das famílias onde há idosos, há fotografias enquadradas. Referem-se aos acontecimentos, como casamentos que reuniam todos os que viviam na comunidade e as pessoas de comunidades vizinhas, o ritual da primeira comunhão, o aniversário de um ano¹⁷⁸

¹⁷⁸ Lembro que toda vez que meus irmãos faziam um ano de idade, nossa mãe costumava estender uma colcha colocar o aniversariante sobre ela, e entre o martelo, livro, concha, e outros objetos tentava descobrir qual seria a profissão seguida pela criança. Em seguida, enchia o/a aniversariante de beijos.

de idade das crianças eram os momentos registrados¹⁷⁹ com mais frequência.

No entanto, quando morrem os pais, nem sempre quem herda a casa costuma preservar as fotografias. Ao entrar em contato com uma família que lembrávamos que possuía muitas fotografias na parede da sua sala, nos deparamos com a resposta do filho e nora do casal falecido, de que eles não costumam ostentar fotos, uma vez que haviam reformado a casa e colocado outros objetos na parede. Mas, disseram que iriam procurar onde haviam colocado e nos avisar. Logo à tarde, quando combinamos de retornar, a nora trouxe um quadro que estava com as fotos comprometidas, no entanto, fomos até a casa de Eulália Zdébski e constatamos fotos semelhantes bem preservadas. Assim, emprestamos o quadro e pudemos fazer as fotos para utilizar nesta dissertação.

Figura 12 – Casamento de Casimiro, irmão de Eulália



Fonte: Acervo da Família de Pedro Grutka - Casamento dos seus pais (2020).

Nesta fotografia da figura 12, da década de 1960, aparecem todas as famílias do local com suas melhores roupas, lenços sobre as cabeças das mulheres ou chapéus sobre as cabeças

¹⁷⁹ Neste quadro estão fotografias de filhos e filhas de Eulália Zdébski em momentos como o casamento do irmão da entrevistada, uma filha e afilhada juntas na primeira comunhão, um filho com rosário na frente do altar no dia da primeira comunhão, Foto de sua única irmã com o seu primeiro filho, professora/catequista, e amigos na primeira comunhão. Um dos filhos fazendo aniversário de um ano em cima de uma pano, uma de suas filhas e seu sobrinho sentados na grama do pátio de sua casa no aniversário de um ano e, por último, uma de suas filhas e afilhada com amigas e professora/catequista posando pra registro na primeira comunhão.

dos homens, pois a festa de casamento se tratava de grande acontecimento e era de costume usar a melhor vestimenta e acessórios que a pessoa tivesse. Os adultos colocavam seus calçados que quase sempre eram os mesmos que usaram nos seus casamentos. Jovens e adolescentes que tivessem realizado a primeira comunhão, podiam ter calçados nos pés se ainda assim servissem, mas as crianças, todas elas, aparecem descalças. Eulália Zdébski lembra que nesta festa foram convidadas as famílias que residiam ali e nas comunidades próximas. Relata “faltou pão, e assaram mandioca pro final quando os noivo foram embora”. Em dias muito frios, acrescenta que “era a palha de milho que esquentava os pé”.

Observando as vestimentas nesta fotografia, o casamento deveria ter sido celebrado em dia de temperatura agradável. A entrevistada lembra que fotografias da época eram tiradas em geral pelo padre que celebrava o casamento na escola que servia de capela também, e trazia a máquina para registrar as fotos e depois vendê-las para os noivos e seus familiares. Os pais de Eulália Zdébski, Casimiro e sua noiva possuíam as únicas duas fotos deste momento do casamento quando foram reunidos todos os familiares e convidados na frente da casa do noivo, onde a fotografia foi tirada.

Segundo Eulália, o padre que tirou a foto chamava-se André Kaminski. Procuramos tanto o referido nome do padre quanto datar esta fotografia que foi tirada aproximadamente entre 1960 a 1965, procurando no livro Tomo número II do Santuário Nossa Senhora das Graças de Prudentópolis. E de fato, o referido padre teve atuação junto à paróquia do rito latino nessa época, deixando-a em 1977.¹⁸⁰

Desta imagem, é possível concluir que embora a pobreza material fosse parte da vida deles, a riqueza cultural se renovava pelas celebrações do casamento. Em torno de celebrações como esta, todos se mobilizavam para que preparassem tudo o que fosse necessário para a festa. Caso faltasse pão, recorria-se às raízes, como a da mandioca apontada por Eulália, que assada alimentou todos que ainda aguardavam a última refeição do dia da Festa de casamento.

Nas duas fotografias, que seguem de 1950, encontradas num álbum sem autoria, presente no Museu do Milênio, encontramos duas imagens das duas comunidades próximas das quais moradores do entorno do Rio Anta-Gorda participavam também. Isso antes de serem atendidos por padres nas missas da escola construída por eles, a qual também serviu de capela para as pessoas do lugar.

¹⁸⁰ O livro de Tombo – Tomo II – Par. São João Batista de Prudentópolis consultado em 6 jan. 2021.

Figura 13 – Fotografia de 1950 - Linha Paraná



Fonte: Acervo do Museu do Milênio – de um álbum de Fotografias - sem autoria – 2021.

Esta fotografia na figura 14 retrata a primeira comunhão na frente da escola de Linha Paraná, e a maioria das crianças estão de roupas brancas que eram e, até hoje, são preferidas para tal rito de passagem na igreja católica. Além disso, parece que há um automóvel ao lado, muito provavelmente, de quem fotografa.

Figura 14 – Fotografia de 1950 – Linha Esperança



Fonte: Acervo do Museu do Milênio – de um álbum de Fotografias - sem autoria – (2021).

Este acontecimento é da primeira comunhão das 53 crianças e em se tratando de um rito de passagem importante na vida dos cristãos católicos, esta imagem contribui para pensarmos as condições econômicas das famílias que nem puderam calçar seus filhos para tal finalidade. Ao fundo, a antiga escola da comunidade de Linha Esperança e elas estão acompanhadas pela Irmã que provavelmente estava envolvida com a formação catequética.

Sem podermos precisar a autoria, inferimos que esta fotografia tenha sido feita por alguém que dispusesse de condições melhores para realizá-la, como o padre que registrou o casamento de Eulália, por exemplo, pois neste álbum constam diversas imagens semelhantes, como crianças reunidas na frente da escola, parecendo se tratar de intenção de registro das mesmas para recordar/reafirmar a ação de religiosos e religiosas na manutenção das práticas e ritos da Igreja Católica. Nosso entendimento parte do que observamos no álbum, pois ali constam fotografias preservadas de primeiras comunhões nas comunidades, parecendo colecionadas, embora não descritas, apenas fotos dispostas uma próxima da outra.

Pelo fato de terem sido tiradas na frente de escolas ou igrejas nas comunidades onde a maioria de ucranianos está inserida; assim, entende-se que havia intenção de registrar para perpetuar a memória de alguma forma. Parte destas crianças que vivia próximo ao Rio Anta Gorda em 1950 onde a comunidade se situa possivelmente aparece nas fotografias das figuras 13 e 14, pois a participação relatada nas duas igrejas pelos moradores da comunidade de Paraná Anta Gorda era bastante intensa.

Crianças de ascendência polonesa eram preparados para a primeira comunhão pelas professoras, como a professora que aparece de noiva na fotografia da figura 12. Inclusive, é o casamento da referida docente que ali aparece que possibilitará atendimento maior para as pessoas do lugar, segundo relatam as pessoas entrevistadas. Ela atendia como professora, catequista, enfermeira, costureira, e na infância da pesquisadora (início da década de 1980), também acolhia crianças de todas as idades na escola para que as mães tivessem tempo maior para se dedicarem às outras atividades.

Na concepção de Maud (1996, p. 5 *apud* CAIXETA, 2006, p. 48): “apreciamos fotografias, as colecionamos, organizamos álbuns fotográficos, onde narrativas engendram memórias”. As imagens sempre foram e fizeram parte da vida humana e, por meio delas, são transmitidos valores, crenças, práticas culturais, conhecimentos sobre si, seu grupo, e sua época.

Caixeta (2006, p. 49-50), aponta que a imagem: “nas culturas de tradição oral antiga [...] frequentemente estava relacionada à representação da natureza num contexto místico”. Já na Idade Média, com diversas cenas bíblicas e santos tendendo à representação da perfeição, as

imagens: “foram usadas para catequisar a grande população de analfabetos”. No período do Renascimento, as imagens “revelam o espírito da época de (re) valorização do humano e das ciências”. Quando do aparecimento da fotografia, a partir do século XIX, as imagens adquirem dupla função: “Se de um lado, a imagem produzida mecanicamente tem a função de copiar fielmente a realidade; de outro, nas artes, ela ganha um novo significado”.

De acordo com Toledo (2003 *apud* CAIXETA, 2006, p. 49-50): “a fotografia liberta os artistas da missão de representar a realidade tal qual ela é, a função da imagem artística passa a ser mostrar como os artistas interpretam a realidade”. Cada fotografia possui um enquadramento e forma de produção.

Maud (1996) e Toledo (2003) sugerem que “a forma de se fotografar apresenta a forma de se representar o mundo numa época. Nesse sentido, pretendeu-se utilizar as imagens que compreendem a imagem por si mesma e a imagem acompanhada da linguagem oral/escrita” (*apud* CAIXETA, 2006, p. 53). A fotografia não retrata uma única realidade, mas, os significados se constroem socialmente e pelo fotógrafo que a faz.

Sobre significado das imagens, para Peter Burke (2004 *apud* SANCHEZ FILHO, p. 233).

A questão fundamental que Burke acrescenta e da qual pouco tem se falado é: significado para quem? Ele argumenta em sua obra, tanto contra iconógrafos clássicos quanto contra pós-estruturalistas, que o significado das imagens depende do seu contexto social de forma ampla, considerando aí os contextos geral, cultural e político, bem como circunstâncias nas quais uma imagem tenha sido encomendada ou seu contexto material – o lugar físico onde se pretendia originalmente exibi-la. [...] fazer distinções cuidadosas evitando alternativas simples e fórmulas, conforme o que ele tenta realizar ao longo do estudo.

É preciso observar que a visão daquele mundo pode ser expressa na imagem, pois o testemunho sobre esta leva em conta contextos plurais, culturais, políticos, artísticos, bem como, a função original da mesma.

Ao pensar a fotografia, nela há ausência de som e movimento, mas o uso do sentido da visão é marcante, sendo que para Caixeta (2006, p. 53) “é capaz de presentificar o passado e fazê-lo especial, na medida que foi escolhido e enfatizado pelo enquadramento do fotógrafo” [...], “tirar fotos já é repleto de significados para aquele que detém o instrumento. [...] não cabe falar de objetividade da imagem fotográfica”.

Para o padre que fotografou talvez fosse importante tal ação para marcar o casamento religioso, para a aquisição dos noivos e familiares para perpetuar a lembrança de acontecimentos considerado importante e testemunhado pelas pessoas convidadas, ou seja, todas pessoas da comunidade convidadas e presentes ali estendendo-se às comunidades vizinhas.

Para os partícipes da festa as lembranças dos preparativos, da festa, do alimento, da limpeza, observações diversas, da alegria e música feita com animações dos moradores do lugar, que com ou sem recursos instrumentais animavam-se cantando¹⁸¹ e dançando para comemorar. Estas também são lembranças dos casamentos que aparecem nos relatos.

Se pudéssemos encontrar mais fotografias de casamentos desta comunidade, poderíamos ampliar nossa análise. Mas, esta foi a única fotografia desta cerimônia da época, que foi realizado numa casa reunindo tantas pessoas ali, e a análise da mesma se vale também do que nossas entrevistadas narram.

A fotografia é complementada das narrativas das mulheres e homens, conferindo à imagem, status de documento, pois tal fato – o casamento – parece ter tido importância, não somente para os noivos e seus pais que enquadraram e expuseram na parede junto aos quadros de santos e santas católicas, mas, para os entrevistados que relatam com riqueza de detalhes o que se passava nas festas como esta, e que o ritual que envolvia os preparativos levava três ou quatro dias, iniciando em geral na quinta-feira e terminando no domingo. Era sábado o dia da festa, mas, no domingo era realizada toda a limpeza da casa e dos arredores para deixar tudo bem visto, como lembra Teodózio Nedza: “Era sempre tudo mundo unido pros casamento e tudo”, quanto aos preparativos da comida no casamento aponta Maria Kiec “sopa de galinha, pão, macarrão feito em casa e arroz, nada de carne e bebida comprada como hoje em dia”. Ladislau Kiec, esposo de Maria Kiec, lembra do seu casamento com a esposa e relata que o marido de Eulália Zdébski foi motivo de riso dos demais, pois solidarizou-se com a mulher que havia consumido bebida¹⁸² e a levado para a casa dela, o que “foi uma farra Ambrózio levá, i ela não conseguia ficar de pé, era viúva, ela”.¹⁸³

¹⁸¹ A referência ao fato de cantarem, remonta à infância da pesquisadora, que assistia nos casamentos de descendentes de poloneses da comunidade, a sua avó que iniciava cantos no idioma polonês para animar, aos quais as pessoas acompanhavam cantando e movimentando seus corpos, sentados ao redor das mesas e algumas delas até saíam dançando.

¹⁸² Referência feita pelo entrevistado para bebida que contém álcool, e na comunidade o consumo de pinga feita de cana é comum desde o passado relatado por ele, e até hoje existem três alambiques da bebida, e os produtores a vendem para outras comunidades.

¹⁸³ Teodózio Nedza (2020) forneceu uma fotografia dessa senhora que foi uma das professoras da escola construída pelos moradores da comunidade, e na infância da pesquisadora ouvia-se uma imagem distorcida dela. Era uma senhora muito simpática, e por ser viúva em condições polêmicas (seu esposo morreu acidentalmente manuseando uma arma) era reiteradamente culpada pela morte de seu marido e ser apontada por ser uma mulher “conversadêra” com os homens que passavam na frente do portão da sua casa. Algumas pessoas até falavam para nós, as crianças, que nas noites de lua cheia podiam as viúvas aparecer nos objetos como peneiras dançantes e se fosse possível pegar uma e pendurar num prego, após amanhecer poderia encontrar pendurada com a boca aberta. Esse tipo de comentário era feito também de uma outra viúva que tinha marido militar, moradora da comunidade de condição financeira bem melhor que a professora. Então, nota-se que prevaleceram no nosso imaginário, enquanto crianças ouvintes e observadoras, estes comentários preconceituosos que poderiam de fato discriminar essas pessoas, mas, não parecia para nós que elas sabiam do que se falava delas, pois, interagiam da mesma forma que as demais, se visitando, conversando e participando da vida social.

A seguir, a fotografia muito comum nas casas das pessoas entrevistadas casadas exposta na parede da sala ou nos álbuns de família. Esta, encontramos na parede do quarto da entrevistada junto com o quadro da coroa e véu de seu casamento e a imagem de Jesus no colo de sua mãe.

Figura 15 – Fotografia de casamento de Eulália Zdébski



Fonte: Acervo da família de Eulália Zdébski (2020).

Esta fotografia retrata o casal – Eulália e Ambrósio – na igreja e sem a presença dos convidados nela. Era na casa da família que se reuniam as pessoas para esperar os noivos que estavam chegando da igreja para iniciar a festa com o almoço tão aguardado, como lembrou Eulália do seu próprio casamento¹⁸⁴ que aconteceu na década de 1950. Em geral, as fotografias aparecem nas salas de estar das famílias. Na casa dos viúvos/viúvas constatamos que continuam nas salas, com exceção da fotografia, como a da figura 15 do casamento, onde aparece o casal. Esta, por exemplo, foi encontrada na parede do quarto onde dorme nossa referida entrevistada. Outra imagem de santo enfeitada com o véu que Eulália usara no casamento, também estava em seu quarto ao lado da fotografia do casal.

A fotografia do casal que seria colocada também num quadro não acontecia na comunidade, se ocorria, era no dia da festa do casamento na presença do padre que fotografava. Era nessa época comum, também, que o jovem casal vestisse as roupas como o vestido da noiva e o terno do noivo quando passasse na comunidade algum fotógrafo que oferecesse esse serviço, e em seguida após este registro ou não, o vestido poderia ser cortado e transformado em saia, blusa, avental, o terno usado até acabar/desgastar também como relatou Maria Kiec: “costurei

¹⁸⁴ Eulália Zdébski relatou que se casou aos 17 anos.

do vestido outras roupas como blusa, saia e usei até não prestar mais”. Para que fosse utilizado e aproveitado até o fim, já que para conseguir comprar e pagar a costura para o casamento, não havia sido uma tarefa fácil, nossa referida entrevistada completou: “trabalhei uns par de dia na roça pra fazer o traje de casamento”.

No entanto, havia grande preocupação com o véu e a coroa, que não poderia ser danificada. Com delicadeza, as mulheres assim que casavam cuidavam do véu até que o quadro ficasse pronto. Com a imagem ao fundo e o véu entorno dessa imagem, atrás do vidro, segundo Maria Kiec, a mulher sentia-se “abençoada para ser mãe” como o foi “Maria Mãe de Jesus” na concepção cristã católica.

Seguem dois exemplos desse tipo de quadro ao qual fizemos referência:

Figura 16 – Imagens com o véu da noiva – Quadros I e II



Fonte: Acervo da Família Zdébski (Quadro I) e Família Gardasz (Quadro II) (2020).

Segundo Henry Giroux e Roger Simon (1994, p. 99), são abordagens desse tipo que apresentam um ganho pedagógico para os estudantes ao tornar disponíveis “aquelas narrativas, histórias locais e memórias que foram excluídas e marginalizadas nas interpretações dominantes da história”.

Dessa forma, pretende-se contribuir na formação dos estudantes voltados ao reconhecimento de realidades diversas das rurais que são múltiplas para que possam refletir, pensar e propor valorização das pessoas de diferentes condições sociais, gênero, culturas, no intuito de desenvolver práticas de respeito, reconhecimento de valor instigando à pesquisa e ao conhecimento para ser socializado.

Valendo-se das reflexões de Del Priore (2001), Georgiane Garabelli Vazquez (2020), em seu trabalho sobre a escolha ou não de se ter filhos, argumenta que é necessário o estudo de mulheres cujos papéis sociais continuem a contrariar o ideal feminino que lhes é cobrado pela sociedade em que viveram, ou seja, uma história de sujeitos não adequados. O próprio quadro com a imagem exposta relaciona o casamento (véu) com a maternidade (imagem) sugerindo Maria como modelo de mãe para a mulher recém-casada. Caso não tivessem filhos após o casamento,¹⁸⁵ eram apontadas como estéreis (chamadas de falhadas) e/ou não abençoadas para a maternidade. Caso da irmã de Nádia Slociak que se casou aos 17 anos com um alfaiate de quase 60 anos, não tiveram filhos e, por essa razão, na comunidade surgiram comentários de que eles quisessem esconder suas verdadeiras sexualidades. Como conhecemos as considerações que já foram relatadas sobre eles, percebemos o quanto se faz urgente realizar trabalhos com a memória e gênero em História, contribuindo para reconhecer os diversos discursos e as memórias do lugar que conferem sentido para as vivências das pessoas.

Na nossa pesquisa, as mulheres entrevistadas demonstraram possuir domínio de muitos saberes que intercambiam com as suas amigas as quais possuem trajetórias semelhantes às delas na área rural. Na comunidade, nas festas da capela da comunidade, sentem-se empoderadas em grupo, tecem relações que criam laços de pertencimento ao grupo de mulheres que assam pães, bolos, recheiam galinhas, fazem bolachas de mel, viajam em grupo de mulheres para Aparecida do Norte, e para conhecer determinados lugares como os dois museus¹⁸⁶ de Prudentópolis, mesmo que essas viagens ocorram de vez em quando ou anualmente. Essas mulheres deixam seus afazeres para sair da comunidade e participarem de viagens onde as mesmas se organizam em grupo e essa ação envolve diversas comunidades.

Há práticas que se tornam tradições permitindo que a pessoa se sinta inserida no contexto sociocultural, podendo construir e reelaborar as suas identidades sociais que são reafirmadas pela memória. Para Eliane Crestiane Lupepsa Costenaro (2013, p. 16-17) “A tradição tem um sentido simbólico e está fora do seu espaço de procedência, seja ele físico ou

¹⁸⁵ A irmã de Nádia Slociak chamava-se Maria e foi com ela que Nádia relata ter aprendido tudo o que precisava enquanto foi solteira. Quando Teodózio Nedza relata sobre a madeira usada para a primeira escola, aponta o reconhecido alfaiate que além de costurar ainda trabalhava na Olaria fazendo tijolos e na madeireira que existia no mesmo lugar onde hoje se situa a casa da irmã de Nádia. Quando questiono se este alfaiate teve filhos, Teodózio, responde, “não, ele já era de idade e ela muito nova caiu e machucou bacia, assim não conseguia ter filhos”.

¹⁸⁶ O Museu Histórico das Irmãs Servas de Maria Imaculada foi fundado em 2010, em Prudentópolis-PR, em comemoração ao centenário da Congregação no Brasil, mas a abertura para visitação do público só ocorreu em 2014. Fonte: <https://irmasmi.com.br/museu>. Museu do Milênio. Inaugurado em 1989, é marco representativo da chegada dos emigrantes ucranianos no Brasil no final do século XIX início do século XX. Seu acervo foi construído com esforços de líderes da Paróquia São Josafat (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS, 2022).

temporal. A transmissão de saberes culinários de uma geração à outra permite que [...], possam ligar presente e passado”.

É o que ocorre quando questionamos as entrevistadas sobre a preparação para os seus casamentos, no que salientam que borstch,¹⁸⁷ rossil,¹⁸⁸ galinha caipira recheada não faltava nos casamentos, “não é que nem hoje”. Segundo o que narram, estas mulheres, hoje preparam nos domingos os alimentos citados dos casamentos no passado, quando seus filhos vêm visitá-las. As mudanças na vida ou na rede social, mínimas que sejam, não estão desvinculadas do contexto histórico específico, podendo considerar que as tradições são conservadoras, mas ao mesmo tempo dinâmicas.

Costenaro (2013), em seu trabalho intitulado: “Para a dona de casa: comida e identidade entre descendentes de ucranianos em Prudentópolis/Pr, 1963-1976”, fez importante uso das memórias de mulheres pela metodologia da história oral e receitas culinárias publicadas no jornal *Prácia* entre 1963 e 1976, sugerindo que as práticas culinárias também são inerentes “às relações de poder e ao processo dinâmico de configuração de identidades e por isso podem ser compreendidas também como elementos de fronteiras identitárias” (p. 8). Entendemos que as práticas são permeadas pelas relações e disputas de poder o tempo todo nas vivências e ações comunitárias e sociais, acontecendo de forma dinâmica dentro de um determinado espaço, podendo ultrapassá-lo.

Como observado por Eulália Zdébski que compara o ato de rezar hoje sendo diferente. Antigamente, “[...] nós rezava tudo junto, não é um sozinho, era assim nós rezava tudo junto, a sogra, a tia, ele, eu e as criança ajoelhado. Hoje em dia?”. As narrativas da entrevistada se relacionam com a memória coletiva do grupo polonês/ucraniano no seio familiar e com dados conceituais, que recebeu influência de várias pessoas¹⁸⁹ e instituições, como a Igreja Católica do rito latino e ucraniano, a qual estabeleceram pertença.

Saberes de preparar alimentos característicos de festas eram repassados, não somente na mesma comunidade como nas comunidades vizinhas. Maria Kiec que se unia a outras mulheres para “fazer bolachas de mel” para as festas realizadas na Capela do rito latino de Linha Esperança, repassava a receita para as envolvidas na atividade. Pelas limitações impostas da doença crônica que enfrentava e que lhe “cansavam demais os pés”, ela então já havia dito

¹⁸⁷ Sopa azeda é o chamado Borsh com repolho, carne suína e beterraba.

¹⁸⁸ Sopa feita com pedaços de galinha caipira, água, sal e cheiro verde, podendo colocar pequena quantidade de arroz e macarrão na sopa após o cozimento da carne.

¹⁸⁹ Nossa entrevistada se refere à tia e a sogra que moravam com ela logo após ter casado com o seu marido aos 17 anos, e que rezavam diariamente o terço de forma que todos se mantinham ajoelhados neste ritual, Salienta que um castigo de Deus pode vir para quem não respeita a fé. O desrespeito na concepção dela está em não ajoelhar e nem prestar atenção à reza.

para a comissão da igreja da comunidade vizinha que não poderia continuar com essa prática de ajuda e, estando em tratamento, achava que seria melhor que as mais novas se incumbissem de tal tarefa.

No caso de Slauka Slociak, citada pelo senhor Teodózio Nedza e Ladislau Kiec, exerceu o ofício de professora na época, dando aulas onde as crianças “faziam contas e ela lia para as crianças” até o poder público municipal possibilitar uma escola e docente para as séries multisseriadas, o que aconteceu somente na década de 1960.

Teodózio Nedza fala de cada professora que passou pelas três escolas que já fizeram parte dessa comunidade, e inclusive detalha como era a prática de ensinar por elas. Além disso, dos intervalos da merenda nas quais ele e os colegas corriam para a mata em busca de ninhos de passarinhos para procurar ovinhos ou ver os filhotes dos mesmos e eram castigados por ter demorado retornar.

Figura 17 – Fotografia de Slauca Slociak - uma professora



Fonte: Acervo de Teodózio Nedza (2020).

Para que a comunidade tivesse uma escola,¹⁹⁰ antes de qualquer outra coisa, era necessário ter muitas crianças. As primeiras professoras desta primeira escola que nosso entrevistado faz referência não tinham formação adequada e a comunidade ajudava no funcionamento, fornecendo alimentos e ajudando na organização da horta para que fosse feita a merenda.

A primeira escola foi construída no terreno doado por Vitório Grutka e Natália Grutka que oficializaram a doação à Prefeitura em 04 de fevereiro de 1946, na gestão do Prefeito Dr. Geraldo Ribeiro de Carvalho. Mas, a escola já estava construída neste terreno antes da doação, sem conseguirmos precisar há quanto tempo. Consta na escritura¹⁹¹ antes desta data, que uma Casa Escolar já existia no lugar.

[...] já tinha muitas criança, alí onde o Rafaié Grutka (filho de Casimiro Grutka irmão de Eulália) morava, que morava o André Volothen (antigo habitante do lugar que não deixou herdeiros). O Tio Martin Kotula (Tio de Teodózio Nedza) morava ali onde o Vôitchio Slociak (Filho de Slauka Slociak que foi uma das professoras sem formação formal na comunidade, e, a fotografia foi fornecida e exposta na figura 17, este seu filho Vôitcho morreu analfabeto) morava, e Grudeski veio, Matias, (Matias Grudeski era um senhor que perdeu quantidade enorme das terras férteis que tinha para um comprador chamado Valdir Ficher que as vendeu posteriormente ao Grupo Rikli que atualmente é proprietário) e disse nós tamo com tantas criança ali e não tem scola, e o Katchanovski tinha dado pinheiro, ali, dois pinheiro, (perguntei sobre o Katchanovski, e respondeu que a terra do faxiná dele era ali onde o Slociak mora).[...], era Pinhá copa arta que tava scuro, e, naquele tempo não existia quaje cerraria, só na cidade. Disse eu dô, cês derrubem os pinheiro e fazem as tora, e foi construída a scola. Um dia ia um, outro dia outro, fizeram as tora e ficou assim, ficou. E daí o véio Stochinski (Sogro de Vitória Grutka) tava alí no Carlos Gomes, tava vendendo uma casa, daí o pai, (de seu Teodózio) o Adão, o Martin, o Kiec, (três amigos) e daí foram lá e compraram essa casa, e puxaram tudo com as carroça ali, e fizeram essa scola pra baixo do Ládio Kiec, (esposo de Maria Kiec e nosso entrevistado) nessa terra que era de João Grutka (vô de Eulália que veio da Europa) pai de Vitor Grutka. (Pai de Eulália). Daí fizeram essa escola, eu estudei aqui, Natálhka (Filha mais velha de Teodózio Nedza) terminou a escola aqui. A primeira professora era a Isabela Malko. Depois tava a Milhka (Emília) Porujeha, (Porujak) tava a Slauka Slotchatchka (Slociak), depois tava a Garbachevska (Garbachevski), depois veio a muíé do Sergio Ternovski, a Marlene, a outra casada com Luis Ternovski a Bernadete veio por último de todas até a irmã Joana chegá, antes era a Natália do Casimiro até se aposentá. Daí inventaram de fazê escola em outro lugar, essa foi desmanchada e daí o falecido Casimiro Grutka deu o terreno e fizeram essa escola pra cima ali onde Pedro (filho do Casimiro) mora (próximo a antiga casa de Casimiro casado com a professora Natália), quando depois inventaram de fazer essa escola de material do tempo do Gilberto

¹⁹⁰ A primeira escola foi instalada no dia 22 de fevereiro de 1946, 21 km distante da sede, com sala de capacidade para 25 alunos, com a instalação de Associação de Pais e Mestres no dia 04 de abril de 1965, contendo no documento uma fotografia de novembro de 1969. Na descrição deste cadastro aparecem 12 carteiras em condições regulares, 2 quadros em condições regulares, 2 mesas e 2 cadeiras em condições boas, 1 mapa em condições boas, possui cerca, fogão e bacia para asseio. Não possui sanitários, poço, baldes, panelas e bandeira. Estado de conservação do prédio bom e situação geral da escola regular. Há campos sem preenchimento na ficha de cadastro realizada pela Prefeitura Municipal de Prudentópolis em 1966. Esta ficha estava na pasta junto aos documentos disponibilizados para leitura e pesquisa no dia 27 de janeiro de 2022.

¹⁹¹ [...] Lote de 15x15 sito a Linha Paraná deste Município. Registro número 5.849, doado por Vitório Grutka e sua mulher Natália Grutka.

(Prefeito de Prudentópolis na época), que foi feito. Daí já aquela (que estava situada há cerca de 50 metros da casa de Casimiro Grutka possivelmente para a esposa dar conta dos afazeres escolares e da casa com seus filhos) desmancharam e essa ficou no terreno do João Kiec, que fecharam quando irmã Joana tava e foi dar aula na Esperança. (informação verbal).¹⁹²

Essa última escola,¹⁹³ a qual Teodózio Nedza (2020) se refere, funcionou no alto da estrada da Anta Gorda em terreno cedido pelo senhor João Kiec e depois foi cessada e os alunos conduzidos para a escola de Linha Esperança em função da nuclearização e da pouca demanda como consta nos documentos oficiais da Secretaria da Educação do Município. Isso foi ocorrendo em várias comunidades, aos poucos, foram deixando de funcionar, alegando custo alto para manter, segundo relataram os entrevistados, hoje quase todas as instituições que possuíam poucos alunos nas comunidades próximas estão cessadas e os mesmos conduzidos via ônibus para a escola que os concentra na Linha Esperança. Teodózio Nedza salienta que fecharam esta última escola da comunidade, porque “decerto não queriam pagá as professôra”.

Diversos autores abordam a presença da igreja e dos regramentos na vida cotidiana dos colonos nos primeiros tempos. Observa-se que nesse lugar onde vivem os entrevistados, a primeira e maior necessidade pelo número de crianças que já havia na comunidade, foi a necessidade de construção de uma escola, e ali se estabeleceu o mesmo local como capela do rito latino.

No caso da primeira escola construída pela comunidade e a segunda reconstruída pelo poder público municipal e, posteriormente, construída uma terceira de alvenaria distante a poucos metros desta, foi cessada quando uma irmã de ascendência ucraniana foi a última professora da mesma, que passou a atender os mesmos alunos na Comunidade Linha Esperança, situada ao lado da casa das irmãs, onde morava.

No entanto, a primeira escola começou seu funcionamento em 1946 via convênio com a Secretaria de Estado da Educação que fornecia material de alfabetização para o município. Esta instituição se localizava a poucos metros do Rio Anta Gorda, a comunidade sofria pelos constantes alagamentos e a mesma ficava distante cerca de um quilômetro da estrada principal. Dessa forma, era mais difícil o acesso para quem morava mais distante.

Seguem fotografias da primeira à última escola da comunidade analisada com considerações sobre cada uma delas.

¹⁹² Entrevista concedida por Teodózio Nedza (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

¹⁹³ De acordo com a Resolução 1124/2016 - SEED, documento constante na Secretaria de Educação do Município de Prudentópolis, disponibilizado para leitura e pesquisa no dia 27 de janeiro de 2022, na data de 31 de dezembro de 2010 foram cessadas as atividades nesta escola em função da nuclearização das escolas e pela pouca demanda, e a extinção ocorreu em 1 de janeiro de 2015.

Figura 18 – Fachada da 1ª escola da comunidade



Fonte: Secretaria da Educação de Prudentópolis – 2022.

A segunda escola quando foi reconstruída próxima a casa da professora Natália Vozivoda Grutka,¹⁹⁴ a qual aparece na fotografia na Figura 19, tornou-se mais acessível, por conta da estrada que já estava recebendo melhoria com cascalho que impedia atolamentos frequentes. Esta foi municipalizada pela Lei nº 168/1964 de 16 de novembro de 1964, não possuindo nenhum ato oficial de autorização de funcionamento.¹⁹⁵

A partir do levantamento de 1980 de caracterização da localidade da 2ª escola neste período, encontrou-se no mesmo que cultivavam feijão, trigo, milho, soja e arroz. Criavam bovinos, caprinos, suínos e equinos. Como recursos comunitários que podiam concorrer para integrar comunidade e escola, estava a Paróquia Latina São João Batista situada na cidade de Prudentópolis e a sigla App sem estar por extenso, portanto, (acredita-se que Associação de pais e professores), com a contribuição de frente de trabalho com pintura, cercas, etc. Auxílio financeiro através de festas, bazares, bailes, orientação da horta escolar, orientação religiosa e

¹⁹⁴ A referida professora, tinha formação de 1º grau completo como consta em documento de 1980, contratada pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), era regente de classe, tinha a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série e se encontrava cursando o Projeto Logos II.

¹⁹⁵ Como nome da Escola consta Linha Paraná – 1ª Secção, meio de comunicação ônibus, aspecto físico descrito como mau, com quadro e giz, contendo farmácia escolar e material de merenda escolar incompleto, água e poço, horta e jardim, descrita a situação sanitária como má. Terreno; 14x12=168m², área construída 7x5=35m², área coberta 45,49m², área total= 84,40. Dados obtidos na Secretaria de Educação do Município em histórico da escola, consultado em 27 de janeiro de 2022.

transporte de material firmados em 1980. Como parte sanitária na referida escola, consta que havia poço, água potável e fossa negra. Consta uma mesa, 18 (dezoito) carteiras duplas, 1 (uma) cadeira, 1 (um) armário, 2 (dois) quadros de giz e 1 (um) mapa. Neste levantamento, aparece a fotografia da segunda escola que disponibilizamos a seguir.

Figura 19 – Fachada da 2ª escola da comunidade



Fonte: Secretaria da Educação de Prudentópolis – 2022.

O terceiro prédio a ser construído surgiu em 1986, com a denominação de Escola Rural Municipal de Linha Paraná 1ª Secção. Quando foi inaugurada a pesquisadora possuía a idade de 6 (seis) anos e na ocasião houve ensaios de apresentação de poemas como forma de agradecimento às autoridades presentes pela instituição construída.¹⁹⁶

¹⁹⁶ Lembro que embora eu decorasse o poema dado pela professora que iniciava: “Senhor prefeito, você é fabuloso...”, foi escolhida outra colega que possuía sandália nos pés para declamar tal poema, pois eu não dispunha de calçado e não seria bom me apresentar na data da inauguração por conta disso. Lembro que chorei tanto que minha avó materna Natália achou por bem costurar um colar de alho e pendurar no meu pescoço para me acalmar.

Figura 20 – Fachada da 3ª escola da comunidade



Fonte: Secretaria da Educação de Prudentópolis – 2022.

Encontram-se na Secretaria de Educação do Município de Prudentópolis, algumas informações sobre as escolas construídas. Dessa forma, as fotos que encontramos podem contribuir para reafirmar o que falam nossos entrevistados e entrevistadas. Nessas aparecem pessoas que ainda estão vivas ou não.

Hoje muitos alunos do entorno da escola de Linha Esperança frequentam a mesma, pelo fato de ter ocorrido a nuclearização e cessação das escolas menores das comunidades do interior de Prudentópolis. Cessando, assim, um grande número de escolas pelo poder público municipal, mesmo que alguns moradores das comunidades resistissem alegando que a instituição próxima da casa é necessária para seus filhos, o número reduzido de alunos, pelo número reduzido de nascimentos por família, isso tudo fez com que o poder público conseguisse transferir os poucos estudantes via ônibus até a escola que reunia muitas salas disponíveis para concentrá-los, uma vez que, aqueles do ensino fundamental II e ensino médio do Colégio Estadual Padre José Orestes Preima, passaram para a nova escola que havia sido construída com recursos do Governo do Estado do Paraná e a anterior, assim, foi desocupada para o município fazer uso.

O município de Prudentópolis é caracterizado pela grande extensão rural e forte presença de trabalhadores/trabalhadoras na agricultura familiar. Nesse ambiente rural, o entrelaçamento de laços afetivos por conta de relações de parentesco ou comunitárias é frequente como o é na comunidade analisada. Ou seja, as relações humanas ali estão imbricadas entre si, as relações de comadres e compadres também aparecem com frequência, estabelecendo

como que uma rede de confiança e ajuda mútua entre comadres e compadres, que assim gostam de ser chamados quando se visitam e participam de ações religiosas ou não na comunidade.

O trabalho das entrevistadas, além do espaço doméstico, precisa ser levado em conta junto ao contexto no qual estavam inseridas. Recém casadas, logo com filhos pequenos, vivendo num pequeno pedaço de terra que nem sempre continha registro em seus nomes. Foi externado por Teodózio Nedza que sempre viveu ali, como “terra fraca”, as mulheres e seus maridos acabavam enfrentando a lida do campo em terras que alugavam longe desse lugar. Alegam que entregavam a terça parte ao dono da terra, e quando a atividade ervateira do Faxinal assim o exigia, também ali as mulheres se envolviam no trabalho com as suas crianças. Por diárias, nas propriedades próximas de dois senhores da comunidade, elas acabavam aceitando os valores pagos porque assim conseguiam alimentar as crianças e pouco sobrava se quisessem incrementar ou ornamentar as casas, sem energia elétrica, e feitas com madeira de pinheiro abundante na região.¹⁹⁷

Figura 21 – Atividade ervateira



Fonte: Museu do Milênio – 2021.

Tanto mulheres de ascendência polonesa, quanto ucraniana, se dedicavam a mais esta

¹⁹⁷ Eulália Zdébski (2019) lembrou que pagavam pouco no trabalho da erva, acontecendo o mesmo com as diárias que recebia. Já os senhores que precisavam do trabalho de mulheres e crianças no passado, nas suas terras, hoje usam as máquinas agrícolas próprias, e não se utilizam de mão de obra do lugar. Aparece nos relatos de Eulália e das demais pessoas que suas primeiras casas assim que melhoravam as condições, eram feitas de pinheiro, aliás quando casavam, era o desejo “conseguir fazer uma casa de pinheiro, quentinha e segura pra família”.

atividade ervateira que envolvia colher, transportar e secar nos barbacuás para proceder, após o processo finalizado, ao pagamento pelo trabalho.

Figura 22 – Fotografia de um barbacuá



Fonte: Museu do Milênio – 2021.

Para Bourdieu (2009, p. 18), cultura e identidade para fazerem sentido, precisam ser significadas, não existem em si mesmo. Só se um grupo reconhecer que uma característica poderá ser considerada cultural; no entanto, pode ocorrer muito de um aspecto cultural ser naturalizado e passar despercebido.

Para Clifford Geertz (1989, p. 09) “a cultura é pública porque o significado o é”. As ações praticadas por grupos étnicos por exemplo são carregadas de significado para estes grupos e mesmo que pareçam semelhantes ao olhar de um estrangeiro, por exemplo, que passa a ter o primeiro contato, seja superficial ou não, pode-se correr o risco de assemelhar mesmo. No entanto, poloneses e ucranianos possuem diferenças e embora pareçam naturalizadas sem a percepção de que isso faz parte de seu repertório cultural, não se pode incorrer em equívocos, considerando que, por exemplo, ocorrem as missas que seguem o rito bizantino oriental pelos descendentes de ucranianos e o rito latino nos cultos onde descendentes de poloneses estão presentes. Mas, na comunidade analisada, tanto as missas, quanto os cultos reúnem as pessoas do lugar independente de origem étnica, o que parece lhes valer mais é a participação em si, onde se unem com intuito comum da vida comunitária continuar.¹⁹⁸

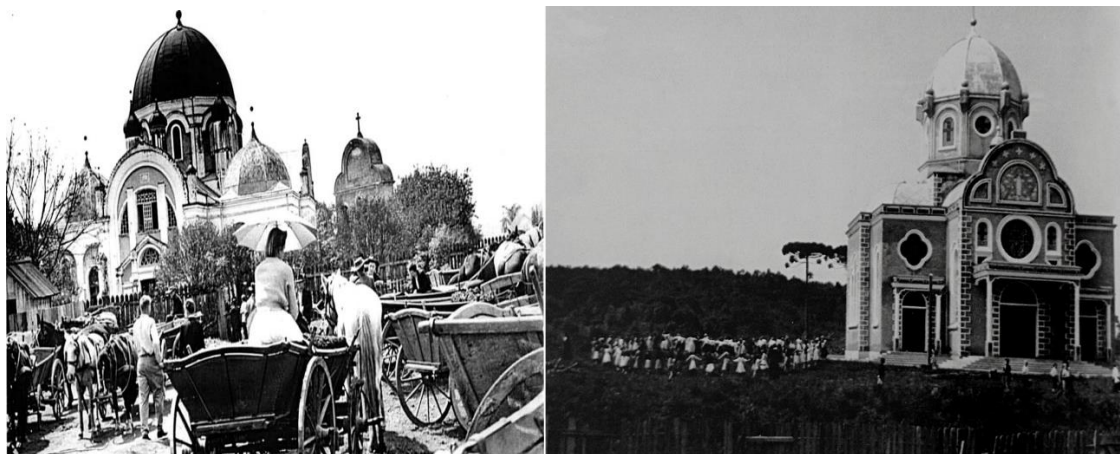
Costa (2018, p. 311), lembra que “o modelo arquitetônico das igrejas construídas por esses dois grupos assinala uma diferença importante”.

Para Guérios (2007, p. 173), onde havia esses dois grupos eslavos, problemas de construção das igrejas, começava na planta, os poloneses queriam torres no estilo gótico e os

¹⁹⁸ Observando que de 2018 até 2022 na comunidade analisada e no seu entorno, mais de 15 pessoas faleceram, na maioria por conta de tumores entre idosos, idosas e duas pessoas na faixa etária de 30 anos. Tem-se a impressão de que se sensibilizam cada vez mais nesta comunidade para se apoiarem no sofrimento da perda nas famílias que ali vivem.

ucranianos cúpulas bizantinas.

Figura 23 – Igrejas com cúpulas bizantinas



Fonte: Museu do Milênio – 2021.

Estas duas fotos de igrejas com cúpulas no estilo bizantino são do lado direito da Igreja São Josafat que se situa na área urbana, onde aparecem também carroças estacionadas por conta das missas nos domingos quando da população usar este meio de transporte para locomoção. Do lado esquerdo a fotografia da Igreja Nossa Senhora do Patrocínio de Linha Esperança ao lado da qual jovens costumam brincar e cantar a tradicional *Hailka* de Páscoa nos pátios das igrejas ucranianas do rito bizantino, seja na área urbana, seja na rural até os dias.

Figura 24 – Igrejas com torres no estilo gótico



Fonte: Duarte (2021)

Estas igrejas são do rito latino, a primeira é do Santuário Nossa Senhora das Graças e a segunda São João Batista, ambas situadas na área urbana do Município de Prudentópolis.

Estudos, como os de Ramos (2006), abordam as fronteiras étnicas e identitárias existentes entre poloneses e ucranianos, e a problematização das mesmas nos fez pensar nas

possibilidades dessas fronteiras serem hoje mais tênues, ao menos na comunidade onde pesquisamos. Focamos nosso trabalho nos saberes das mulheres ucranianas e polonesas que trocam experiências, se ajudam, se visitam e dividem seus desafios do cotidiano. Mulheres casadas com homens de etnias também diferentes da sua. Assim, voltamos nosso olhar também para essa rede de sociabilidade construída e permanentemente renovada entre elas.

Para podermos desenvolver um trabalho com os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II elaboramos um material didático pedagógico focando os saberes das mulheres e homens sujeitos e sujeitos da história partindo do local, memória, saberes e sociabilidades construídas e renovadas na comunidade estudada.

CAPÍTULO 3 – MATERIAL DIDÁTICO

Figura 25 - Capa do material didático



ENSINO DE HISTÓRIA: SABERES FEMININOS E SOCIABILIDADES

Joana Gardasz Serconhuk

Fonte: a autora.

Figura 26 - Sumário do material didático.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

3.1 GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA

3.2 MEMÓRIAS DO TRABALHO

3.3 MEMÓRIAS DE CURAS E BENZIMENTOS

3.4 CASAMENTO E MATERNIDADE



Fonte: a autora.

3.1 INTRODUÇÃO

Uma história que permita reconhecer mulheres rurais como protagonistas nas relações construídas e saberes intercambiados na área rural desde fins do século XIX e início do XX constitui um desafio cada vez maior se não recorrermos à memória e a história oral. A memória feminina, como fonte, permite novos olhares ao passado para a problematização de questões voltadas a diferentes conteúdos da disciplina de História. No sexto ano é possível expandir um olhar rico às fontes orais, memória e história, ao se trabalhar com a diversidade de fontes e considerar as mulheres e suas memórias.

Como metodologia, a história oral permite que possamos coletar por meio de entrevistas as lembranças e rememorações que sugerem um diálogo do passado com o presente. Carla Bassanezi Pinsky (2009, p.161) lembra em ensaio sobre “Estudos de gênero e História

Social” que o saber histórico precisa ser repensado, e para isso “não basta acrescentar a mulher aos livros de história”.

É importante observar como as mulheres foram tratadas enquanto objeto de estudo e quais abordagens foram realizadas para reconhecê-las como autoras ou como foco de estudos e pesquisas acadêmicas. Elas não podem ser reduzidas a meras coadjuvantes e nem suas experiências tratadas como adereço no fazer historiográfico. E trabalhar com as memórias femininas instiga ao olhar problematizador para as ações e saberes femininos que nem sempre são alvo de estudos e nem aparecem nos livros didáticos.

Circe Bittencourt (2009) aponta que analisar a sociedade de forma crítica e autônoma é o objetivo do ensino de história na educação básica, por isso mesmo suscitar debates sobre a realidade, como os saberes da experiência das mulheres, pode aproximar estudantes para que possam analisar criticamente as práticas femininas nas comunidades reforçando o objetivo da história na educação básica, pois, trazer para a sala de aula as experiências femininas poderá favorecer o debate e desconstruir conceitos, já que no sexto a diversidade de fontes históricas já faz parte dos conteúdos ensinados na disciplina. Nada impede que o trabalho a ser realizado possa ser feito de forma interdisciplinar, a depender do diálogo com professores de outras disciplinas.

Abordando os elementos que formam a memória individual e coletiva na concepção de Pollack (1992, p. 2), a individual são aqueles fatos vividos pessoalmente. Da memória coletiva, o autor chama de acontecimentos vividos “por tabela”, ou seja, vividos pelo grupo ao qual a pessoa julga pertencer. Esses acontecimentos, assim chamados de “por tabela”, a pessoa nem sempre participou, mas pelo fato de terem sido tão importantes no seu imaginário, esta não consegue distinguir se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos *por tabela* vêm se juntar todos aqueles que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada como bem apontado pelo autor.

As lembranças, as rememorações, as narrativas, os silenciamentos, os gestos, as nuances corporais, o tom da voz à ênfase dada conforme a fala transcorre, tudo importa quando abordamos a memória feminina através da metodologia da história oral. Além disso, é importante compreender a memória individual. E a memória coletiva na qual se recordam acontecimentos de grupos, de coletividades e podem ter sido acontecimentos “vividos por tabela”, na visão de Polack como já mencionamos.

Para Janaina Jaskiu (2017, p. 2), “a naturalização das relações de gênero faz com que muitas situações ocorridas no cotidiano escolar não sejam percebidas e acabem reforçando representações preconceituosas e estereotipadas”. A escola possui importante papel na desconstrução de estereótipos. As mulheres, desde o nascimento, são moldadas pelo contexto sociocultural do qual fazem parte, condicionando a personalidade e as suas características.

Conforme Paulilo (2016), a maioria das mulheres trabalha na agricultura ou atividades agrícolas produzindo quase a metade dos alimentos do mundo. São três quartos delas no mundo, vivendo em áreas rurais. Nas últimas décadas parece que tem se acentuado a preocupação em evidenciar a participação das mulheres camponesas, e isso se deve principalmente aos movimentos feministas, o que contribui para as reivindicações trabalhistas por parte delas. A influência dos movimentos feministas trouxe pelo menos duas contribuições importantes, segundo Paulilo (2016, p. 170):

Uma delas é questionar a pressuposição de que a família rural se comporta como se fosse uma única pessoa, tal a identidade de valores e práticas entre seus membros, embora consideramos importante manter a ideia de ‘família produtiva’, para diferenciar essa forma de trabalho, da forma assalariada, em que o trabalhador está individualizado. A outra [...] é questionar a associação quase automática que se faz entre o que é ‘moderno’, incluindo a modernização agrícola e a independência feminina.

Figura 27 – Capa de livro mulheres rurais



Fonte: Obra de Maria Inês Paulilo (2016).

É possível através de exemplo como este selecionar uma foto e descrevê-la, despertar uma memória pessoal ou coletiva. Nem sempre é possível precisar se a lembrança é sua, ou lembrança de ter ouvido alguém falar sobre o episódio narrado na descrição que se faz da foto, se prevalecer a última pode-se falar de uma memória quase que herdada na concepção de Polack (1992).

Estudos realizados na perspectiva de gênero acontecem desde a década de 1980 e a história das mulheres teve maior desenvolvimento a partir de 1960 com o feminismo. É por

meio desses estudos que podemos ver uma inserção de temas na história que serão relacionados às mulheres, e mais, serão escritos pelas mulheres, mesmo que não majoritariamente sobre mulheres agricultoras. No entanto, apresentamos na nossa pesquisa e sugerimos este material para ampliar as possibilidades nas aulas de história. Utilizamos neste material também, alguns fragmentos de textos selecionados dos dois capítulos anteriores, por essa razão, não se trata de repetição, mas, por tratarmos como necessários para a leitura e possível problematização por parte dos professores nas suas práticas na sala de aula.

Atividades:

Exercício – Questione-se:

- 1) Pegue uma fotografia do passado e pergunte-se: Lembro que já vivi isso ou alguém falou sobre tal fato ocorrido? Questione sobre memória de acontecimentos passados ou projeção como fato memorável buscando teorizar identificando o que é “vivido por tabela”.
- 2) Como podemos estudar/conhecer a vida das mulheres nos dias de hoje? Cite exemplos de como isso pode acontecer. Após conversa, propor entrevistar mulheres idosas do bairro/comunidade.

3.2 GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA

O fato de as mulheres conseguirem acesso à educação muito mais tarde se comparadas aos homens, e terem sido objetos e sujeitos da história também mais tarde, colabora com a influência do feminismo e das lutas para conquistar direitos negados como o voto, o trabalho fora do lar, melhoria nos salários, titulação da terra, entre outros.

A mulher não se constrói sozinha pois está inserida no contexto onde toda relação que se estabelece está permeada de relações de poder. Estudar as mulheres de forma separada é acreditar que o mundo delas não faz parte do mundo dos homens, e este mundo das primeiras é criado pelo e dentro do mundo dos segundos. Assim, se deve relacionar este estudo ao gênero porque este conceito dá conta de evidenciar as particularidades e especificidades do ser mulher, objeto de estudo em questão. Na perspectiva de Joan Scott (1989, p. 75):

‘Gênero’ como substituto de mulheres é igualmente utilizado para sugerir que a informação à respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens; que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a qualidade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que

estudar as mulheres de forma separada, perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos.

Para autores, como Marieta de Moraes Ferreira (2005) e Maria de Fátima da Cunha (2013), no ambiente escolar papéis sociais podem ser perpetuados, tanto pela prática pedagógica, quanto pelo que os materiais didáticos trazem. Portanto, ocorre a necessidade de se ter a disposição dos alunos materiais didáticos que levem em conta a realidade e os sujeitos do seu contexto: as mulheres agricultoras. Estas foram objeto de estudo de Michele Caroline Stolf (2007) que apontou que a profissão de agricultora é passada de geração para geração, e de maneira muito precoce é apresentada para filhas (os), de trabalhadoras (es) rurais.

Para Karolyna Marin Herrera (2016, p. 10), “Geralmente o trabalho realizado pelas agricultoras no âmbito produtivo é visto como “ajuda” ao marido ou à família, mesmo quando cada agricultora trabalha tanto quanto seu marido ou executam as mesmas atividades que eles”:

Como desconstruir essa visão de ajuda? Propor questões específicas sobre o trabalho da mulher com ênfase no da mulher agricultora:

A ideia é reafirmar a necessidade e importância do empoderamento das mulheres, sejam agricultoras, indígenas, faxinalenses, ribeirinhas, quilombolas, entre outras, para as redes de solidariedade que são construídas por elas, percebendo a necessidade em diversos momentos. Na visão de Chimamanda Ngozi Adichie (2015, p. 57), “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura”. Os estereótipos não desconstruídos excluem as mulheres da participação efetiva na sociedade e da busca de seus direitos. E a escola é um espaço ideal para se pensar tais desconstruções como aponta a professora JASKIU (2017).

Pensar com os alunos e alunas que através do movimento feminista em ascensão nas décadas de 1960 e 1970, outros grupos marginalizados foram ganhando espaço. Para Joana Maria Pedro (1994, p. 35), “[...] desde o século XIX, o lugar das mulheres na história dependeu das representações dos homens, os quais foram, por muito tempo, os únicos historiadores”.

Como despertar o interesse pela história das mulheres ou relações de gênero, quando por muito tempo elas não eram foco de estudos? Qual é o papel da escola?

Promover estudos e reflexões sobre as mulheres e as condições nas quais vivem favorecerá a desconstrução de conceitos como do trabalho que realizam visto como ajuda, desmistificando-o para contribuir na redução das desigualdades social, econômica, financeira, política, entre outras que ainda possam impedir que elas participem ativamente na sociedade. Aliado a isso é preciso abordar a reiterada “ideologia de gênero”, e os preconceitos em relação à mulher. Essa abordagem se faz necessária porque não se pode naturalizar concepções impeditivas da redução das injustiças sociais. O diálogo constante, e a construção de uma sociedade mais justa e democrática passa necessariamente pelas instituições escolares, pois, é nas escolas públicas que estão representantes de diversas classes sociais, o que pode contribuir para todo e qualquer debate que promova a democratização das relações sociais. Também há a necessidade de se ter a disposição dos alunos materiais didáticos que levem em conta a realidade e os sujeitos do seu contexto, como por exemplo: as mulheres agricultoras.

Com foco nos saberes femininos, este material pretende ser um suporte para professores pensarem propostas de atividades que não se limitem às sugeridas e possam oportunizar momentos de pesquisa, análise e reflexão de fontes variadas, contemplando as orais como as que propomos no presente trabalho.

O conteúdo relacionado à República Velha, também, pode ser o centro para pensar o debate feminista e as lutas das mulheres nos movimentos do período da 1ª República, que nem sempre são abordados nas nossas aulas. Para isso, podemos contar com os alunos e as tecnologias tão presentes. Instigar e elaborar pesquisas individuais e em grupos, além disso, entrevistar mulheres, e problematizar suas narrativas pode favorecer a criticidade, aliando na construção do conhecimento na produção historiográfica e a abordagem da mulher até o fim do século XX com base nos movimentos feministas a partir dos anos 1960. Entende-se que os movimentos feministas são múltiplos e de acordo com Alcileide Cabral (2018):

O movimento feminista mais exitoso, o liberal, é mesmo feito por mulheres de famílias ricas, brancas, privilegiadas, com diploma e recursos. Assim, esse sujeito de direito feminino que vai sendo construído na luta é também ‘universal’, encobrindo a

diversidade e as diferentes injustiças que pesavam sobre as mulheres pobres, de cor, índias, negras, enfim.

Figura 28 – Alcileide Cabral em entrevista



Fonte: Veiga (2018)

Ao ler a entrevista concedida por Alcileide Cabral (2018), é possível considerar nas aulas que é muito importante desconstruir olhares através de pesquisas e não negligenciar os marginalizados na história, como o foram na historiografia por muito tempo, também, os negros, indígenas e as mulheres. Há discursos que teimam em existir e contribuir para essa negligência, e alguns autores trazem considerações a esse respeito.

Mulheres e homens são vistos de maneiras distintas, essa visão corroborada pela concepção cristã religiosa de que a mulher precisa ser exemplo de mãe, de esposa e responsável pela boa educação dos filhos, permeia os discursos religiosos cristãos ainda hoje, embora menos do que no passado. Como na concepção religiosa cristã de que a mulher siga o exemplo de Maria e se reconheça na maternidade, desempenhando o papel de boa esposa e boa mãe, permanecendo submissa ao homem enquanto ele, o chefe da família, “cabeça da casa”. Montserrat Moreno (1999, p. 23 *apud* MORAES, 2012, p. 261) vê o androcentrismo como um preconceito que “consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, [...] o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo”.

O termo pode estar se relacionando à extensa Formação Ideológica que abriga inúmeros discursos (o do homem, o da mulher, o do pai, o da mãe, o da criança, etc.) e Formações Discursivas que veem como centro o masculino. Apesar de discursos como este se fazerem presentes, mesmo que a influência dos movimentos feministas possa ter instigado novos rumos, ainda é preciso desconstruir olhares que não dão conta de responder aos anseios das mulheres do contexto do século XXI e tentar aos menos problematizar em sala de aula essas questões sem discriminações e preconceitos que possam ser perpetuados pela nossa negligência enquanto professores e a possível neutralidade, a qual na nossa visão, inexistente.

Nas salas de aula as falas são plurais e precisam ser consideradas numa relação de diálogo, uma vez que são provenientes de representações sociais que se fazem presentes nas escolas públicas, não podendo ser silenciadas. Na concepção sociológica de Rafael Ademir Oliveira de Andrade (2016) “somos todos seres ideológicos”.

A partir da leitura sugerida ao lado, o que seria ser ideológico?

LEAL, Bruno. “Escola Sem Partido” é tema de dossiê especial de revista acadêmica. (2017), Disponível em <https://www.cafehistoria.com.br/escola-sem-partido-dossie/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de. “Escola sem partido” ou Escola sem História e sem Crítica? (2016) Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/escola-sem-partido-ou-escola-sem-historia-e-sem-critica/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

“Ideologia é um conjunto de princípios que expressam uma determinada visão de mundo. São as ideias que representam um grupo de pessoas com ideias semelhantes sobre sociedade, economia, valores e política. As ideologias também podem representar um tipo de pensamento ou modo de funcionamento de uma época da história”. O que é ideologia e exemplos: <https://www.google.com/search?q=ideologia&oq=ideologia&aqs=chrome..69j57j0i433i51213j0i512j69i6013.1896j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Na pesquisa com a metodologia da história oral, trouxemos relatos concedidos entre 2019 e 2020, pelas mulheres agricultoras entrevistadas, situadas na faixa etária de 60 a 80 anos, os quais contribuem nas reflexões sobre a mulher agricultora da Comunidade Prudentopolitana de Linha Paraná Anta Gorda e ajudam a pensar a mulher agricultora em lugares diversos, não se limitando a essa comunidade.

Estas mulheres externaram as vivências do passado no lugar narrado, bem como, seus relatos contribuíram para pensar a comunidade no presente. Analise e responda de acordo com os relatos verbais que seguem concedidas em 2020:

No relato de Ana Kuzma, sobre o trabalho na lavoura (28/02/1944), aparece a seguinte afirmação: “ainda hoje vou, se ainda posso tô indo”.

Nadia Slociak (19/05/1953) fala: “Eu aprontava armoço nas costas i ia até pra Bara, ele trabalhava tamém lá na Bara, sete quilômetro, eu ia lá [...], daí ajudava aranca feijão i daí de tarde vinha, porque tinha criação”.

Eulália Zdebski (25/12/1949) ao mencionar as mulheres e falar dela própria, conta que: “ia na roça, plantava com cavadêra, com enxada e ia com as criança no faxiná pra fazê erva, era uma miséria”.

Maria Kiec (14/07/1953) aponta que antes de se aposentar, na roça: “[...] Fazia tudo, o que ele fazia, eu fazia igual. Ele ficava até mais tarde daí. A eu sempre tinha que vim antes, pra tratar, fazer tudo.”

Maria Slociak (02/04/1960) argumenta que:

[...] dinheiro da gente é outra coisa. Porque eu não tinha dinheiro, eu não era empregada, só doméstica, lavradora.[...] Eu levanto, trato, galinha, porco, tiro leite da vaca, limpo casa, faço café. Ele ajuda às vez. Vai lá, corta lenha, trata também às vez, porco. Ele gosta muito de roça, eu também vou.

Resposta de acordo com as informações verbais femininas concedidas em 2020: O que há em comum nos relatos expostos pelas mulheres?

3.3 MEMÓRIAS DO TRABALHO

Nas memórias das mulheres há aspectos relacionados às memórias do trabalho exercido por elas e narrado de forma emocionante, e certo orgulho, socializando o que viveram/vivem, às vezes com lágrimas nos olhos de terem recordado as dificuldades que já passaram e viram outras mulheres passar.

As memórias do trabalho das mulheres entrevistadas, como o trabalho na lavoura, são vistas por elas como trabalho, se comparado com o trabalho de casa, este chamado de serviço. Maria Slociak (1960), por exemplo, demora para responder como se identifica antes do início da entrevista, e diz: “doméstica, do lar, melhor escreva...agricultora”. Como se aposentou agricultora, acredita que deveria constar para identificá-la, justamente esta denominação. As demais se identificaram logo, como lavradoras.

O trabalho desempenhado por todas elas aconteceu/acontece na casa e no entorno e na lavoura, enquanto alegaram possuir saúde para isso. Todas apontaram que “ajudam/ajudavam na lavoura” da mesma forma, vez ou outra, apontam que maridos “ajudam/ajudavam em casa”.

Qual é a sua opinião sobre a concepção de “ajuda” vista pelas mulheres? Será se o trabalho das agricultoras deva continuar sendo visto somente como ajuda? Será que o trabalho doméstico possui menos valor que o trabalho fora do lar? Apresente possíveis definições de “serviço” e “trabalho”.

Entenda a diferença entre serviço e trabalho Employer (2022).

Os relatos das mulheres entrevistadas na construção deste material pedagógico, como apresentamos, apontam que se reconhecem como agricultoras e narram suas vidas elencando aspectos ligados às práticas do trabalho do campo e compartilham um olhar de dificuldades na vida no passado, comparando com a situação que vivem após a aposentadoria.

No entanto, as mudanças ocorridas no decorrer de algumas décadas até a atualidade mostram a mecanização agrícola e a tecnologia com a presença da internet que velozmente evolui, e as mulheres do campo, inconscientemente, agem para que determinados costumes não se percam, como é o caso da ajuda mútua entre elas.

Ao falar das atividades na lavoura como as principais nas quais se envolveram, seguidas das atividades delas e dos filhos e filhas na erva-mate no Faxinal, por diárias durante a safra de feijão, milho, arroz e fumo próximo às suas casas; e outras que no passado eram comuns na vida econômica do lugar, as mulheres falam de uma diversidade de tarefas comuns a todas nas mesmas condições que elas.

Exercício de reflexão: Até que ponto podemos considerar que o que relatam as mulheres entrevistadas seja semelhante a outras que pertencem ao universo rural?

Na casa e no seu entorno não atribuíram tamanho valor se compararmos com a atividade na produção da lavoura ou atividade ervateira do passado lembrado. Parece terem preservado aquilo que é do lar de tal maneira que pouco se referiram a essas atividades como trabalho, ao mesmo tempo, parece que como não há menção à valorização do mesmo, não se esforçam em considerá-lo “trabalho” nos relatos. Embora considerassem como serviço e discriminassem com detalhes o que fizeram/fazem até hoje. Atualmente, porém, parte das

lavouras está mecanizada, no entanto, a lida no campo feita por elas é latente nas lembranças. Ana Kuzma (1944), assim, descreve sobre o assunto:

[...] como antigamente, ele parava pros paió longe, eu cás criança por causa da scola tinha que ficar por aqui né, e longe, trazê as coisa de lá né, daí eu plantava um puquinho de mandioca vendia, e assim tava, plantava arroz, [...] eu trabaiei dia intêro na roça sabe, cortando arroiz, batendo arroiz, na tábua antigamente socava arrois só no pilomzinho sabe [...] já deixava arroiz pronto, feijão pronto, quando vinha da roça já fazia [...] (informação verbal, 2020).

A presença das mulheres no campo é fato. No entanto, as lavradoras ainda permanecem invisíveis em muitos contextos, mesmo que plantem, colham, conservem o solo, protejam lavouras de pragas, colem frutos e mantenham o desejo da posse da terra. Elas dão conta ao mesmo tempo, do trabalho de casa, onde cuidam dos filhos, comida, jardim e quintal, entre tantas outras atividades que se envolvem e na maior parte protagonizam ações na comunidade que envolvam preocupações de inibição da fome, da miséria, da exclusão social, como aparece no relato de Maria Slociak (1960): “[...] nós tentamos ajudá, mas tem muita pessoa que não que ajuda ás vez fazemo junta, em dinhêro ou alguma rifa, alguma coisa, [...]”.

Nessa narrativa aparece que as mulheres possuem essa preocupação com os demais, prática também muito comum no passado, quando viviam em maiores dificuldades econômicas apontada pela entrevistada e partilhada pela maioria delas. As narrativas de Eulália Zdébski, Ana Kuzma e Maria Kiec são semelhantes quanto às ocupações das mulheres e seus filhos na roça e na atividade ervateira, e nos variados trabalhos por diárias.

Já as mulheres mais novas, Maria Slociak e sua amiga Adélia Gardasz mencionada nos relatos, além de se ocuparem com atividades próximas da casa, também caminhavam semanalmente distante oito quilômetros das suas residências para trabalharem na roça com os seus maridos. Maria Kiec afirma que trabalhou em terra alugada também acerca de seis quilômetros de sua casa, e que voltava antes para fazer o trato dos animais e preparar a comida para os homens jantarem quando chegassem da roça. Teodózio Nedza (1941) salienta que ele: “[...] parava nos paió, as vês parava semana inteira. Mulher ficava com as criança em casa, ainda tava vivo pai e mãe. E nós ia segunda e voltava sábado pra casa”. Complementado pela outra entrevistada, Maria Slociak:

[...] Eles ficavam lá pras bara, trabaiano nas lavora. Semana inteira ficavam na Bara. Eu plantava mandioca, arroiz nessas baxadas, em volta da casa. (...) Eu ainda ía pra Bara, assim cá tua mãe ia, eu ia um dia ia, um dia ficava por perto de casa, trabaiano no quintal, nos mandiocá assim, nas batata doce, nesses tereno perto de casa, batata, mandioca, arroiz. [...] Por causo que os home vão trabaiaí dia intero [...] (informação verbal.2020).

Uma pluralidade de papéis foi assumida pelas mulheres agricultoras, segundo Paulilo (2016), e ainda continuam sendo assumidos, porém, as mulheres não tiveram reconhecimento, e às vezes faleceram antes disso acontecer. Portanto, observamos ainda que nem os saberes que dominam aparecem como de valor, tratados como comuns, nem seus esforços na casa e no entorno, nem na lavoura considerados predominantes no lugar, parecem ser valorizados e reconhecidos. Trazer suas narrativas para o espaço escolar pode começar a desconstruir certas ideias preconcebidas de que o trabalho que a mulher faz na casa e no seu entorno é mais leve do que o trabalho que o homem faz na roça, quase sempre com a participação efetiva dela.

Exercício de reflexão: O que é necessário para reconhecer e por quem é necessário ser feito o reconhecimento da mulher em diversos contextos como este da área rural? Quem é e o que faz a mulher hoje? O que cada um e uma de nós pode fazer pra desconstruir ideias preconceituosas e discriminatórias em relação às mulheres?

Sugestão de leitura:

Mulher, desigualdade, preconceito e violência. Disponível em: <https://avante70.org.br/noticias/mulher-desigualdade-preconceito-e-violencia/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

3.4 MEMÓRIAS DE CURA E BENZIMENTOS

Neste item abordaremos as memórias de cura e benzimentos presentes nas narrativas de nossas entrevistadas. Ana Kuzma é a representante dessas práticas na comunidade analisada, no entanto, outras mulheres narram o que conhecem e fazem para resolver problemas imediatos.

[...] Venzo, corto nervo do dente, faço massagem, pois pessoal sabeme daonde agora que tem telefone, até da Pedra Branca ligavam pra eu venzê dente. E pra cortá o nervo do dente eu risco no jornal o pé sabe, e daí pego, tenho um cepo já próprio guardado ali e eu vou perguntando: o que corto? Nervo do dente. O que corto? Nervo do dente. Depois eu faço oração e tenho o santo que eu peço pra ajudá, sabe.[...] E como adianta! Cera derramo pras criança, até pra adulto derramo né, as garrafada faço [...] (Informação verbal).¹⁹⁹

Era treis folha de confrei, treis de tanssage, essa do quintal, treis de tanssage e tinha que ser uma concha de banha fosse sem sal. E daí tinha que comprá aquele azeite de oliva, uma colher ponhava cera de abelha pra dá consistência na pomada. Era só isso. Uma vez Otilia Safatova, ela tinha essas buba pros pé, com nada não curava, daí eu falei, dava pra fazê aquela pomada, só que eu não tenho cera de abelha, tem que se cera assim pura e não alguma outra i ponhava um poquinho dessa cera, ia mexendo, mexendo, depois coava aquilo e dava uma pomada que, aquelas ferida dela sarô. Foi bom. (Informação verbal).²⁰⁰

¹⁹⁹ Entrevista concedida por Ana Kuzma (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

²⁰⁰ Entrevista concedida por Maria Kiec (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

As narrativas das mulheres mostram que suas práticas não se limitam à comunidade, os benzimentos ultrapassam o atendimento na comunidade, as pessoas que tomam conhecimento as procuram para buscar a solução ou pedir ajuda.

Mesmo que a prática dos benzimentos, das curas com ervas, persistam, no aspecto cultural religioso Ana afirma que o dom que possui “vem de Deus”, e muitas das práticas dos antepassados, continuam vivas. Não se pode dizer a mesma coisa sobre a língua polonesa falada pelas mulheres idosas, que aos poucos foi sendo utilizada na comunidade mais para o espaço doméstico do que para o social. Das lembranças da infância da pesquisadora, prevalecem aquelas, na qual a mãe, a tia e suas amigas falavam o polonês para que, enquanto crianças, não soubessem quais assuntos abordavam. No entanto, pela alternância das vozes e vez por outra, a emissão dos nomes, eram os gestos que acabavam por deduzir sobre o que tratavam.

As mulheres na comunidade narram que as ervas, chás e pomadas são para pequenos males essenciais e que esses saberes precisam ser reproduzidos, porque às vezes podem salvar as crianças de algo pior. Na narrativa de Eulália Zdébski encontramos que as crianças precisam ter atenção especial: “dar chá de camomila pra cólica, quando tão maiorzinha, hortelã pra bicha ajuda também, mas, tudo bem puquinho porque tudo muito, pode fazer mal, se não adiantá, daí leva no posto pra sê atendida”.

César Candioto (2013) ao fazer referência sobre a prática de curar, aponta o pajé e as relações estabelecidas em torno dele:

Pode-se dizer que o retrato das práticas tradicionais de cura que permanecem através das gerações, apesar do avanço da medicina científica, é um pequeno reflexo (adaptado à realidade atual) das práticas de outrora, pois compartilham princípios semelhantes: o empirismo na produção de remédios fabricados com matéria-prima natural; rituais específicos; e a intermediação de forças e/ou energias consideradas de diferentes maneiras, de acordo com o tipo de prática e o contexto histórico, para a realização das curas (CANDIOTTO, 2013, p. 33 *apud* ARAÚJO, 2019, p. 66).

Nessa perspectiva, é possível dizer que a parteira, a benzedeira em última instância, não se relaciona diretamente com a parturiente. As relações entre mulheres se deram e se dão nas outras atividades que desempenham como, por exemplo, na roça com o plantio, colheita, na capela ou igreja, nas festas, celebrações e nas casas nas reuniões destas. Sendo que há relação exterior, com o nascimento, o parto, a vida. Assim sendo, são as condições que condicionam a verdade que a parteira traz consigo e que não está propriamente nela.

Nem sempre o tempo antigo é datado, ao se analisar as lembranças de Ana Kuzma. Mas, logo é possível notar, ao transcrever as entrevistas, de que se referem ao tempo que

aprenderam fazer partos. Atendia nos locais onde era requisitada, se locomovendo de carroça, a cavalo ou a pé para atender levando seus instrumentos para o trabalho de parto. Os moradores da comunidade recorriam e recorrem aos cuidados para as crianças, as mulheres grávidas, para os males do corpo e da alma, buscando assim alívio e solução para os seus problemas, confiam e recomendam a senhora Ana Kuzma quando alguém que seja novo ou nova na comunidade ou nas próximas, mostra que precisa. A carência de assistência médica é um fator presente na fala das nossas entrevistadas na comunidade Linha Paraná Anta Gorda no passado. Para Cesar Candioto, (2013, p. 33):

O pajé se relaciona primeiro com a natureza; depois com os objetos que faz e que retira dela; e se a partir das plantas alcança a cura, é porque de algum modo se vê como a própria natureza que determina que ele recorra a ela. E para que o pajé se aproxime do doente, na intenção de curá-lo, é preciso que a comunidade tenha convencionado e, portanto, garantido o reconhecimento de um poder/saber tido como verdade. Porém, a verdade não está no homem, mas na relação exterior entre aquelas determinações. Seu pensamento é por elas condicionado.

Na concepção dos autores, as práticas tradicionais de curar e benzer não fazendo parte da medicina científica, eram enquadradas “no subdesenvolvimento econômico e foram classificadas como insuficientes, escassas e charlatãs pelos cientistas. No entanto, as dificuldades econômicas faziam com que as pessoas acabassem recorrendo aos “curadores, benzedoras, parteiras” (GEWEHR *et al.*, 2017, p. 35), tendo ou não estabelecido uma relação de confiança.

Amarílis Maria Farias da Silva pesquisou para sua dissertação de mestrado em 2009, em Cametá, no Pará, os saberes cotidianos e o azeite de Andiroba, constatando que as mulheres têm uma preocupação maior em que as florestas fiquem em pé, se preocupam em guardar, reservar plantas que estão no mato, no intuito de que gerações futuras possam fazer uso e sobreviver. Silva (2009, p. 345) sugere que estas mulheres possuem um papel simbólico de guardiãs, pois percebem que a extração do óleo de andiroba está sob ameaça, pela “retirada indiscriminada dessa espécie vegetal”.

Na comunidade de Linha Paraná Anta Gorda nos tempos remotos, os idosos eram os mais requisitados caso ocorresse algum desastre, como o caso do raio atingir a casa da mãe de Eulália. Embora não externassem que eram curadores, benzedoras como o faz a senhora Eulália Zdébski quando pergunto se conhece benzedoras no local: “Benzedora não, só Hánhka corta os cobrêro, corta dor de dente quando dói, faz costura pra machucadura”. Não se referem a elas e eles como benzedoras, curandeiros, curandieras entre outros adjetivos que possivelmente possam estar sendo atribuídos. Observa-se que chamam por finado Véio Slominski, Hanhka

Kujmeha, Leonora Bódnarka, finada Veinha Slótchatchka, e assim por diante, todos com potencial de grande procura, tanto na comunidade quanto fora dela, sejam para fazerem rezas, sugerirem ervas, arrumarem membros destroncados, orientarem nas ações que demandam maior experiência ou conhecimento.

Como são conhecidas na comunidade, as pessoas que realizam práticas como as tratadas no texto anterior?

Para Cristiane Maria Pimentel Sales (2007, p. 278):

Fugindo à fácil crítica acerca da sobrevivência de tais práticas, e da eficácia ou não de seus gestos, é importante percebermos a rezadeira não como sombra de atraso científico, mas como uma espécie de psicóloga, que, pelo menos, ameniza o sofrimento espiritual ou psicológico de pessoas doentes. As rezadeiras também são fortes líderes em suas comunidades, por isso não deveríamos combatê-las, mas aliarmos a força de lideranças que essas pessoas exercem junto aos programas governamentais de saúde preventiva, pois fé e medicina sempre estiveram muito próximas na cultura popular.

Antonio Torres Montenegro (2004, p. 55) lembra que os saberes têm grande poder de se propagarem com maior êxito pela oralidade, onde o passado e os laços de convivência são marcados por uma carga de sentido histórico. Dessa forma, quando recorriam a alguém é porque já conheciam, já tinham ouvido falar que resolvia problemas e que não demandava maiores investimentos de recorrer a profissionais da saúde, como os médicos por exemplo.

A cultura popular seria a afirmação, nesse campo permanente de tensões – onde se encontrem e se confrontem diferentes modos de vida, travam-se disputas pela conquista de espaços, materializadas em estratégias de sobrevivência dos sujeitos – “das formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas” (HALL, 1984, p. 93-100 *apud* DOMINGUES, 2011, p. 413).

Ana Kuzma compara sua forma de atuar com a de outra senhora que não pudemos entrevistar, mostrando que existe efetividade do que faz: “eu faço de um jeito, ela faz de outro, às vezes a pessoa vão lá e não adianta, daí vem aqui pra eu cortá”.

Na medida que o tempo prossegue, as benzedadeiras vão se tornando vulneráveis e sua importância antes tida como predominante na comunidade vai sendo esquecida. Na concepção de Montenegro (2003, p. 152), para que as memórias deixem de ser vulneráveis é preciso que a pessoa tenha passado por uma grande quantidade de vivências, um número significativo de

fatos.

Pelo efeito da fé, benzedeiros, curandeiros ou costureiros de machucaduras, como também são conhecidos em alguns lugares, são ainda procurados pela falta de atendimento médico em localidades remotas, e sua importância cresce na medida que laços de solidariedade são estabelecidos e renovados, e na comunidade Anta Gorda enquanto essas pessoas ainda vivem, parece que os laços estão sendo renovados. Até mesmo nas cidades sobrevive tal prática, a quem procure benzedeiros, curandeiros, para casos identificados, como sendo de trato delas.

Como sujeitos da história a ser contada, as benzedeiros possuem memórias e muitas vezes essas memórias são de repressão, de medo, que as estigmatizam, criam estereótipos, preconceitos e até discriminações, talvez por essa razão preferem não identificar estas pessoas por termos que possam estigmatizá-las e preferem se referir por nome, mesmo acrescido anteriormente por velhinho, velhinha ou simplesmente o nome apenas. Para Lidiane Alves da Cunha e Luiz Carvalho Assunção (2017, p. 193):

Ritualisticamente, durante o benzimento, envolvem sua própria energia e poesia em um complexo processo de cura vivenciado junto ao seu grupo social, o que envolve as memórias deste. A força mágica, ritualística e social é a da voz. Como tradutoras, nomeiam a doença e os males de sua comunidade, na medida em que dialogam com o mundo das memórias e tradições com os aspectos da contemporaneidade, marcando sua resistência e sobrevivência em contradição com a aparente invisibilidade que as cerca.

Aliado a isso, a prática de curas por ervas, benzimentos que muitas parteiras exercem, precisa ser pesquisada a legitimação desta prática para que não haja discriminação, preconceitos, que prejudiquem os saberes da experiência das pessoas envolvidas.

No artigo “Pra curar tem que ter fé: Curandeiros, Benzedeiros e Rezadores – memórias de indivíduos numa perspectiva Histórica”, ao falar de curandeiros e práticas de cura pela metodologia da história oral e pelas entrevistas de pessoas envolvidas com tais práticas, Ronald Felipe Barreto de Souza (2014, p. 13), destaca que:

As rezadeiras e os curandeiros tiveram e tem papel fundamental na formação das comunidades rurais, pois no período em que não existiam postos de saúde, hospitais ou mesmo o saber médico institucional, eram o único meio pelo qual a população poderia sanar problemas que advinham no corpo.

Sendo lavradora, como se reconhece, a senhora Ana Kuzma desempenhava outros papéis diversos como o de parteira, costureira, cozinheira, além de cortar lenha para a casa, e prestar serviços para algumas famílias em troca de diárias para o sustento dos filhos enquanto seu esposo passava dias longe de casa em terrenos alugados.

A afirmação do programa do Ministério da Saúde se dá com o intuito de sensibilizar profissionais e a comunidade reconhecendo as parteiras como parceiras na atenção à saúde. Com vistas a resgatar e valorizar saberes tradicionais “[...], articulando-os aos científicos, considerando a riqueza cultural e da biodiversidade como elementos importantes para a produção de saúde, de novos conhecimentos e de tecnologias” (Página da internet Ministério da Saúde 20/01).

O município de Rebouças reconheceu através de Lei os ofícios tradicionais de saúde popular. A título de exemplo, para curas, benzeções, rezas puderam ter acesso a certificação²⁰¹ com nome e ofício exercido por elas.

Como é possível reconhecer benzedoras e parteiras como parceiras na atenção à saúde na sua comunidade? Cite um exemplo:

Nesse leque de atividades que as mulheres entrevistadas se concentram, parecem ser mulheres respeitadas e em geral ouvidas quando aconselham as mais novas. Ana Kuzma assim se refere ao caso de um moço que a procurou: “muié melhorou disse o Clemente que veio aqui, porque muié dele andava fraca dessas dor na boca, depois que fiz oração pra ela, derramei cêra e abençoei, ele disse muito melhorô, e os dois tão indo muito bem. As dor de dente dela acabaram, alguns não tem fé, mas como adianta pra quem tem”. Em outra ocasião, Ana assim diz: “outro dia chegou L., mas, ela tratou muito mal essa veinha que morava com ela que já morreu, e quando tô vortando da igreja ela não oferece carona, tava com hemorragia, daí pensei disse, vou na casa dela e se alembro o que é bom e levo pra ela”. Assim fez, no outro dia foi até a casa da L. e lhe disse que “chá de picão é bom, ela tomou e melhorô”. Embora nem sempre aprove as atitudes de vizinhas e conhecidas, a entrevistada não nega ajuda. “ajudo sempre, e faço o que posso, mas parto já não dá mais, por que enxergo pouco e minha força não é tanta”.

Ana se dedica a derramar cêra, benzer, cortar cobreiro, tirar susto e baixar as bichas, faz orações e aconselha quem a procura a usar chás como camomila, hortelã ou picão, a

²⁰¹ Certificado de Reconhecimento dos Detentores de Ofícios Tradicionais de Saúde Popular emitido pela Prefeitura Municipal de Rebouças, após solicitado pelos Benzedores por intermédio da Carta de Auto-Definição assegurada pela Lei Municipal nº1.401 de Rebouças conquistada pelo MASA em 2010 (REBOUÇAS, 2011).

depender da necessidade. Pelo fato de ser conhecida por muitas pessoas na comunidade e fora dela, alega receber pedidos de lugares mais distantes como Curitiba, por exemplo, para que envie garrafadas para parturientes que precisam se fortalecer no pós parto e para amamentarem seus filhos.

Dito isso, acrescenta que até para realizar partos ainda é procurada, mas, que não os faz por estar fraca. Assim sendo, entre diversas atividades que desempenha atende as pessoas sempre com um sorriso no rosto e oferece algo para a pessoa comer ou beber quando chega na sua casa.

Outra importante característica entre as mulheres é o fato de possuírem vários afilhados. Convidadas para serem madrinhas dos filhos das parturientes, e de maneira muito comum era que cada mulher casada da comunidade, fosse madrinha também de filhos de outras mulheres. O que chamou nossa atenção na pesquisa é que se chamavam de comadre ou compadre ao invés de referir-se aos nomes das pessoas, fora muito comum essa referência que era tomada repetidas vezes.

Ingrid Taylana Machado (2020, p. 109-110) fez estudo sob o título “Mulheres do destino: o parto domiciliar no sudeste do Paraná (1940-1970)”, trazendo importantes contribuições na visão das parteiras e das parturientes sobre a práticas de parto, bem como amadrinhamento no período delimitado. A autora aponta que “no laço de comadrio e no cuidado exercido durante o período de gestação, resultava em muitos afilhados para as parteiras”. Na concepção da autora da pesquisa, compreende-se que trata-se de “[...] gesto de honra levar como madrinha, já que, nas palavras de nossas parteiras, madrinha era como fosse a segunda mãe da criança, seguindo as concepções de religiosidade, algo marcado pelo cuidado e eternidade” (MACHADO, 2020, p. 109-110).

Esse lugar ao qual as pessoas entrevistadas pertencem é um local de sociabilidades, onde acontecimentos variados ocorrem, entre nascimentos, casamentos, velórios, benzimentos e trocas significativas de saberes da vida, marcas vão se fazendo presentes e lembradas constantemente como foi um tempo “antes tempo muito difícil” “e era uma miséria” “que não tinha nada, o que tinha de fazê”, é possível ver que embora a pobreza material do passado narrada seja evidente em todas as narrativas feitas, o que prevaleceu foi a ajuda mútua, a solidariedade e a busca que é contínua do fortalecimento das relações nesta comunidade através do cuidado entre as mulheres e destas com as demais pessoas. Entre visitas elas tecem considerações uma da vida da outra, contribuindo como diz Eulália Zdébski, para “desenvolver a cabeça”, ou como diz Maria Kiec, “ajudar uma outra a vencer os problema”, na falta de fé, não se vai pra frente”, e nas palavras de Ana Kuzma, que “hoje em dia tá melhor de vivê, de

resolvê problema, antes tempo tinha de corrê a pé pra tudo lado”.

As mulheres do seu bairro/comunidade costumam fazer visitas? E nestas visitas, quais assuntos são abordados por elas?

As visitas entre as mulheres acontecem toda semana de modo que as idosas fazem mais visitas se comparadas com as mais novas, pois, elas junto com os maridos enfrentam o trabalho da lavoura e ainda continuam a executar os afazeres do lar de forma que dão conta dos dois espaços, da lavoura e das atividades domésticas, ao redor dos pátios, quintais e jardins. A presença masculina continua predominantemente na lavoura.

Objetos como a maternidade, casamento, violência, fé, ajuda mútua e essa rede de sociabilidade precisam ser abordados para a discussão da invisibilidade desses temas relacionados a história das mulheres que se pretende trazer para o debate no processo de ensino, com o intuito de contribuir na busca de soluções para a violência de gênero e contribuir na redução das injustiças sociais. Oportunizar o debate acerca da história das mulheres casadas, agricultoras, pobres, brancas com papéis dos mais variados desempenhados na comunidade analisada, as aproxima da realidade dos alunos, e, poderá suscitar um debate mais amplo e promover o desenvolvimento da criticidade.

Continuam procurando os benzimentos, resolver problemas de destroncaduras, derramento de cêra para tirar sustos, cortar cobrêro, e indicam às demais pessoas. Além disso, são elas que sabem o que acontece uma na vida da outra, orientam-se e passam a se visitar com mais frequência quando percebem que a pessoa precisa de atenção como ocorreu e ocorre no processo de luto observado nas famílias, onde os moradores procuram conversar e contribuir para que as pessoas deem continuidade às suas vidas compreendendo que a morte faz parte da existência e todos passarão por isso, que para Teodózio Nedza, “ninguém foge da morte, todos viemo da terra e pra terra vamo vortá”.

Durante a pandemia da covid-19, enfrentada no mundo todo, a experiência da morte foi algo vivido por muitas famílias. O que você pensa sobre o ato de morrer? E sobre os meios de evitar a morte por conta da doença? Que fatos importantes marcaram a sua vida nesse período?

3.5 CASAMENTO E MATERNIDADE

Neste item analisaremos as memórias das mulheres sobre casamento e maternidade à luz da teoria na qual situamos suas falas:

[...] nunca guardáva dieta, sempre teu pai ia de caroça buscá a babunha, a Mantina, ela mais que fazia parto, falecida Mantina Maletska, que era partera, da Linha Ivaí. (Informação verbal).²⁰²

[...] daí perguntei da minha irmã que faiz parto suzinha pra si: ‘você vem se eu te chamá?’ –‘Vô’!. Combinei com ela e fui busquei suzinha ela, i vortei i meu marido perguntô quando que precisa, e eu já trouxe pra mim, partera. (Informação verbal)²⁰³

[...] eu aprendi muito com a minha irmã mais véia, não é tanto com mãe como com minha irmã. (Informação verbal).²⁰⁴

Rememorações de Ana Kuzma (2019) apontam que seu esposo passava semanas longe de casa e ela se incumbia das atividades domésticas e do cuidado dos filhos garantindo que frequentassem a escola. Além disso, tudo que fosse próximo para ser feito perto da casa era de sua responsabilidade, o esposo voltou por estar com caxumba e ela vivenciando a gravidez, dava conta de tudo o que envolvia o lar. Desse modo, sendo parteira, fez o seu parto, preparando com antecedência o que era necessário para fazê-lo.

[...] marido tava tão doente, tão doente que caxumba recolheu pra ele fui dormir penso: vou rezar terço, quando começou a dor, pensa que eu terminei aquele terço, eu não terminei aquele terço. Eu aprontei tudo a par de mim, sabe, levantei, cutuquei o fogo pra não apagar, pra dá banho no nenê, né. Daí peguei aprontei tudo a par de mim, plástico, truxe pano, calcinha, atendi meu parto i dei banho, i daí, não conseguia dormir, que o nenê só chorava dei banho né, levei placenta na coberta, pra interá noutro dia, pra fora, e marido nem levanto me vê, atendi meu parto, cortei o cordão e tudo, e dei banho e fui na cama [...].(Informação verbal).²⁰⁵

²⁰² Entrevista concedida por Maria Slociak (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

²⁰³ Entrevista concedida por Vitoria Grutka (jan./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

²⁰⁴ Entrevista concedida por Nadia Slociak (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

²⁰⁵ Entrevista concedida por Ana Kuzma (mar./2020). Entrevistadora: Joana Gardasz Serconhuk.

Ana preparava parte das refeições antes, para quando chegasse da lida do campo, pudesse concluir. Não havia descanso, nem antes e nem depois do parto e numa outra situação na qual fez outro de seus partos, ela disse: “[...] gemendo na cama, mal desde cedo. I ele brigou comigo, porque não mandou arguém chamar. [...], mas parece que ela sperô ele chega, não demoro meia hora ela nasceu, a Terezinha”. Quando fala de seu esposo, na maior parte da narrativa uso o pronome “ele” só de vez em quando se refere ao nome: “Não tinha dieta anssim depois que ganhava, nunca, já levantava, trabaiá [...] levantava e ia cortá lenha”. Antes do nascimento de sua outra filha, Ana Kuzma afirmou: “[...] inda fui pra roça, quebrei dois saco de milho e trouxe pra casa, duas sacada, arrastava quase nos carcanha”.

Para Ana Paula Vosne Martins (2005), para “as experiências da maternidade” um conjunto diferenciado de agentes sociais, práticas e representações estão ligadas à palavra, que condicionam a qualidade de ser mãe, mas também fazem referência à instituição hospitalar, bem como, um imaginário no qual se articulam as ideologias de gênero. Nas suas investigações sobre a temática da maternidade e produção do conhecimento médico a respeito do corpo feminino, chegou a apontar a formação da obstetrícia e ginecologia, duas especialidades médicas, e o determinismo naturalista e a normatização médica que com suas metodologias e teorias construíram um modelo de mulher fundado na anatomia e fisiologia, trazendo desdobramentos políticos e morais para estas, como o de encerrá-las nos estreitos limites da esfera doméstica e da maternidade.

**Identifique os papéis que sua avó/mãe/tia/irmã/
enfim mulheres da sua família, desempenham hoje
montando um quadro para cada uma delas:**

No campo, como observamos, as jornadas duplas, triplas que assumiram eram tão mais presentes quanto mais lhes faltassem recursos para a sobrevivência, obrigando-as a assumir funções que do contrário, caso tivessem riqueza material, terras, recursos, tais papéis não as submeteriam a tantas dificuldades que relataram. Assim, procuraram dar conta dos filhos e sem terra para o sustento.

As mulheres camponesas se destacam para compor a renda das famílias no campo.

Embora o trabalho feminino permita a composição da renda, e quase sempre a mulher que se envolve mais no trabalho doméstico do que o homem, há que se buscar através de pesquisas visibilizar as diferentes práticas das mulheres, problematizando seus fazeres e saberes para melhor compreender o universo rural onde estão inseridas.

Identifique os papéis desempenhados pelos demais membros da sua família montando um quadro para cada um deles:

As décadas de 1940 e 1950 nas quais nossas entrevistadas nasciam, as políticas públicas para a maternidade e infância no Brasil eram formuladas. Mesmo que houvesse essa preocupação, ainda as mães das nossas entrevistadas tinham seus filhos e filhas pelas mãos de parteiras e ainda até os anos 1990 era comum procurar parteiras para fazerem os partos nas comunidades prudentopolitanas como é constatado na Comunidade Anta Gorda. Não frequentavam consultórios médicos para exames de pré-natal, dificilmente levavam seus filhos às consultas e não dispunham de métodos contraceptivos seguros. Essas mulheres entraram na fase reprodutiva entre as décadas de 1960 e 1970. Como a parteira Ana Kuzma alega que na década de 1980 foi fazer o curso, antes fazia todos os partos aos quais era requisitada. Para Martins (2005, p. 210-211).

[...] com uma maior disponibilidade e variedade de produtos das indústrias farmacêutica, de higiene e de alimentos, além do fato importante de que entre elas estão as primeiras mulheres a integrar um movimento contínuo e crescente em busca de formação universitária e de profissionalização, bem como viveram experiências novas como o divórcio e o uso da pílula anticoncepcional.

Mas, nem todas as mulheres puderam ser contempladas com o acesso à educação, pois aprendendo a ler e escrever logo estariam com mais tempo no trabalho da lavoura, junto com a família. Nas áreas rurais prevaleceram métodos tradicionais até muito mais tarde.

Mônica Pimenta Veloso (2004, p. 1100), aponta que o corpo feminino é o objeto de investigação na história:

[...] mostrando que é sobre ele que se articula o discurso médico destinado a referendar a diferença. Pensa, portanto, o corpo na sua historicidade, o que significa analisá-lo não apenas como lugar da definição sexual, mas sobretudo da demonstração das

distinções e das diferenças que o estigmatizam e o excluem. O corpo é focalizado na sua multiplicidade e complexidade, definindo-se como constructo cultural incessantemente reinventado (RODHEN 2001 *apud* VELOSO, 2004, p. 1100).

O processo de naturalização de masculino e feminino é também uma das preocupações de Martins (2004), a construção humana histórica e social sobre oposição e assimetria, onde os dois sexos estariam separados vem ainda do discurso médico-científico do século XVIII, a medicina e a Ciência:

[...] reconheciam as diferenças sexuais, mas atribuíram à mulher a predominância do sexo, não só na materialidade física do corpo, mas como um verdadeiro estigma que marcava sua total existência. Era como se a mulher fosse um ser prisioneiro de seu próprio corpo; portanto, limitada em comparação ao seu companheiro de espécie, para quem o sexo e seus ditames só eram determinantes em alguns momentos de sua vida, especialmente quando era premente a reprodução, como acreditavam Rousseau e os médicos contemporâneos ao filósofo. Entende-se, assim, porque a palavra sexo foi, pelo menos até o final do século XIX, usada como sinônimo de mulher, uma associação que trouxe muitas consequências para as mulheres do passado e do presente (MARTINS, 2004, p. 111).

Como salientou nossa entrevistada Maria Kiec (2020) “muitas mulheres descobriam o que era home depois que casavam, sabia pouco antes de casá, por isso, muito sofriam, eram tipo escrava e tinham um fio atrás do otro”. Argumentos como esse corroboram o que diz Martins (2004), o sexo dentro do casamento servindo muito mais para a reprodução humana, permanecendo essa ideia ainda hoje, como relata nossa entrevistada.

Nossa percepção de acordo com os relatos das pessoas é de que embora não externassem nos seus relatos casos de violência aos quais poderiam ter sido submetidas, a violência da miséria social relatada por elas nesta comunidade de ascendências ucraniana e polonesa reforçou os laços de solidariedade, já que, “pobre ia o que de fazê”, na concepção de Eulália, tinha que “lutá, trabaiá”. E nessa luta construíram suas subjetividades com iniciativas de construção conjunta de escola, doação de madeira, divisão de alimentos e trabalho conjunto na atividade ervateira, aconselhamento e cuidado das famílias para que fosse possível enfrentar a miséria e a pobreza relatadas como muito presentes nas suas vidas, muitas vezes, contribuindo para que as mulheres casassem para que sua condição econômica fosse melhorada.

Essas iniciativas possibilitaram e, certamente, contribuíram para que mais de dez meninas tivessem oportunidades de acesso às universidades públicas, pois percebendo a necessidade de ajudar as famílias, como fizeram suas avós e suas mães, buscaram alternativas

de melhoria de renda²⁰⁶ para elas e seu núcleo familiar a partir da formação universitária nas licenciaturas e são professoras em diferentes comunidades nos dias de hoje.

Abrir um leque maior para trabalhar com os estudantes do sexto ano as fontes na disciplina de História ou de forma interdisciplinar, focando as memórias femininas, através da metodologia da História oral e propor entrevistas trazendo o conhecimento para a sala de aula para problematizar pode contribuir no desenvolvimento da criticidade. Promover a importância de conhecer as práticas femininas e os saberes que norteiam as ações no campo e na cidade, favorece o debate na História. Dessa forma responsável, é possível desenvolver estudos para sistematizar, refletir e analisar a construção do conhecimento em equipes, individualmente e desconstruir preconceitos e estereótipos que limitam a participação efetiva da mulher na história e na sociedade. Instigar de forma mediada a pesquisa com objetivos claros ajuda os estudantes a se situarem naquilo que for proposto para ser desenvolvido.

Pensando nas fontes históricas:
 Qual foi a fonte predominante usada pela pesquisadora-autora desse material de estudo?
 Como você define a História?
 Para que servem as fontes?
 Como o historiador trabalha com as fontes?
 Responda em seu caderno essas questões.
 Desenhe ou cole imagens que representem as diversas fontes de escrita da história que você possui na sua casa:

²⁰⁶ A renda obtida pelo emprego no trabalho doméstico e cuidado de uma criança na área urbana, permitiu que a pesquisadora (na época com 14 anos de idade), deste trabalho, na década de 1990 utilizasse o ganho mensal de meio salário mínimo, e em dois anos, usasse este recurso para a instalação de energia elétrica em nome de sua mãe, que se orgulhava de ver a filha trabalhando e estudando. Embora ela continuasse com jornada extenuante de trabalho na lavoura e dando conta da casa convencia o pai (seu esposo) de que o estudo era o melhor caminho. São exemplos como esse que foram comuns nessa comunidade para que fossem as meninas poupadas da miséria (pobreza) como a “violência” narrada por elas. A preferência inicial das famílias foi colocar as meninas no colégio interno das irmãs ou catequistas a princípio, para que pudessem ter uma formação que não as desviasse da fé cristã. No caso da pesquisadora, a saída do colégio após quatro anos de permanência, permitiu suporte financeiro para a família, melhorando as condições de vida com a energia elétrica instalada, geladeira, liquidificador e outras melhorias. No colégio foram muito úteis as possibilidades de aprendizado. Pois, bordar, cozinhar, fazer crochê, tricô e costurar foram algumas das atividades apreendidas e que favoreceram na obtenção de renda das meninas que optavam em sair mais tarde dos colégios por optar por não prosseguir na vida religiosa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a pesquisa, a leitura e a escrita desta dissertação, percebo que desenvolvi um olhar mais sensível às pessoas do lugar da Comunidade Linha Paraná Anta Gorda. As emoções nos relatos e o acolhimento da maior parte delas, quando das entrevistas, me fez perceber após a transcrição e análise que deveria prosseguir para devolver os resultados de alguma maneira, mesmo que o processo fosse demorado para isso.

Os saberes femininos das práticas de partejar, benzer e curar de ambas pessoas, aquela que procura e aquela que é procurada para dar conta do mal que a aflige, foram relatados pelas pessoas entrevistadas como importantes e necessários para eles.

Por se relacionar aos saberes de mulheres agricultoras, não se pode deixar de considerar que o campo, a agricultura é dependente da cidade e do comércio, da mesma forma a cidade depende do campo e da agricultura, mantendo uma relação de troca para a sobrevivência. E as trocas humanas ente as mulheres são culturais, acreditam que é preciso levar algo para deixar a outra pessoa feliz e resolver as dificuldades de outra família.

Nesse sentido, trazer para a sala de aula os saberes femininos parece-nos que ajuda a desconstruir certos estereótipos das pessoas do campo, e principalmente mulheres que se envolvem diretamente em diversas funções que desempenham e nem sempre são reconhecidas/valorizadas. Embora se destaquem no trabalho do campo, são em geral vistas, como aquelas que ajudam, e parece naturalizado o termo “ajuda”, é preciso desnaturalizá-lo, pois suas tarefas são muitas e variadas para serem analisadas somente como ajuda nas famílias das quais fazem parte. Assim, propor a desconstrução desse olhar, nos parece pertinente.

Ao contextualizar a vinda de imigrantes ucranianos e poloneses ao Brasil, em especial para o estado do Paraná e, mais especificamente em Prudentópolis, observamos que já antes da vinda/chegada ao país estes dois grupos possuíam divergências. No entanto, a pobreza relatada pelas pessoas, nas suas famílias, permitiu estratégias de aproximação, laços de solidariedade e ajuda mútua, ressignificando suas vivências e contribuindo na afirmação de suas identidades, como mulheres agricultoras de ascendência polonesa ou ucraniana.

A história local, memória e história oral estavam interligadas nas entrevistas realizadas e na nossa pesquisa como um todo aparecem interligadas. Para reconhecer as memórias e as sociabilidades foi necessário conhecer antes, e o conhecimento foi se construindo com muita leitura, releitura, análise e interpretação das fontes. Embora tenhamos conseguido abordar em cada item, desde o primeiro capítulo ao terceiro seguindo os apontamentos da banca de qualificação e defesa acreditamos atingir os objetivos parcialmente. Nosso trabalho poderia ter

sido mais exitoso se tivéssemos tido a possibilidade de retornar e tirar as dúvidas que tivemos na transcrição, talvez até ampliássemos o número de pessoas que fizeram seus relatos, pois, sentimos a necessidade de aprofundamento. Mas as várias mortes na comunidade e a pandemia impediram nosso retorno para novos relatos das pessoas. Aliado a isso, as emoções e os sentimentos da minha própria família pela perda dos nossos pais, quase me fizeram desistir de prosseguir. Os colegas de curso me motivaram para que a conclusão acontecesse, me senti acolhida e compreendida em todos os momentos tanto por eles, quanto pelos professores.

No primeiro capítulo tratamos do local e observamos as condições difíceis na Europa, vivenciadas pelos dois grupos, e o percurso da viagem e a instalação que não foram tarefas fáceis para poloneses e ucranianos. A comunicação por cartas com quem havia ficado nas regiões europeias, entre outros desafios foram alguns aspectos que observamos nas leituras que fizemos.

Aliado aos relatos e aos documentos da Secretaria da Educação do Município de Prudentópolis, constatamos na parte referente às práticas no lugar, que o único terreno que havia sido regularizado²⁰⁷ foi da primeira escola do lugar que havia sido construída com a iniciativa da comunidade com funcionamento de meados de 1940 até a década de 1980, portanto, por um tempo superior que as duas escolas que se seguiram.

Predominantemente, as lembranças do trabalho foram sendo relatadas e a marcada miserabilidade no passado que favorecia atividades conjuntas entre as mulheres. Nesse âmbito, partilhavam saberes delas e de mulheres do passado rememorado. Demonstravam verbalmente que herdaram saberes diversos como o de preparo de chás, pomadas, benzimentos, curas e o próprio ato de partear, como salientou Ana Kuzma.

Essas lembranças e observações mostraram que embora no presente a riqueza material não esteja presente na maioria das famílias desta comunidade, ainda é possível observar que é bem menos difícil a vida nos dias de hoje se compararmos com tempos nos quais nasceram e viveram boa parte da vida, os nossos entrevistados e entrevistadas. Tal melhoria não se deve somente às estradas, hoje transitáveis, mas as políticas públicas (²⁰⁸ citadas nos relatos como: a presença do sistema único de saúde – “SUS”, de “leite para as crianças”, de “bolsa família”, “saúde da mulher” “luz rural” “as casas populares” e “acompanhamento mensal das famílias

²⁰⁷ Consta no documento de cessação que pudemos realizar leitura, a escritura do terreno doado por Vitório e sua mulher - Natalia Karchevski Grutka para a primeira escola. Já dos outros dois locais onde foram construídas as escolas posteriores da década de 1980 a 2015, não constava documento algum de terreno que tivesse sido doado, vendido/disponibilizado para essa finalidade. Portanto, sugere-se que a construção das escolas estava irregular e por essa razão este é um dos fatores que contribuiu para o Poder Público realizar a nuclearização conduzindo os alunos para a comunidade próxima de Linha Esperança.

²⁰⁸ Consultar Farah (2016).

por parte de agentes da saúde” do Município. Um “Posto de saúde” na Comunidade de Linha Esperança que faz os primeiros atendimentos, orientações e encaminhamentos às especialidades na cidade ou fora do Município. Essas possibilidades não existentes no passado, hoje tornam-se acessíveis às pessoas. Alegam que viviam na miséria e trabalhavam somente para sobreviver, uma vez que, não dispunham de condições melhores. Relatam como na fala de Maria Slociak: “hoje tá muito melhor de se viver, não é como antigamente que não tinha nada, se passava com pôca rôpa, comendo polenta, quirera com um chazinho e só²⁰⁹.”

A metodologia da História Oral é uma possibilidade para trazer saberes femininos na sala de aula e problematizá-los. Embora pareça que a rede de solidariedade construída esteja ameaçada no contexto atual, ainda é possível ver muitas práticas que foram comuns no passado e ainda sobreviverem graças à procura e a fé que elas afirmam e reafirmam como aspecto relevante para a cura ou solução dos seus problemas. De modo que Eulália disse: “Procure se tivé fé, sem fé não adianta de nada, nem rezá, nem cortá cobrêro e nem nada”. Estudar parte da história desta comunidade reavivou nossa memória de infância e permitiu que tivéssemos a intenção de socializar este estudo quando for finalizado, apresentando-o para a comunidade com recursos audiovisuais para que os mais novos possam ver e ouvir os resultados desta pesquisa.

Por que estudar os saberes das mulheres agricultoras, e por que trazê-los para o ensino de História? Valorizar os saberes das mulheres agricultoras é igualmente valorizá-las como protagonistas e líderes que se dedicam constantemente e que procuram ressignificar laços de solidariedade e ajuda mútua, mesmo que as ameaças surjam, como os estereótipos em relações aos agricultores e agricultoras. Pela linguagem diferenciada e marcada pela origem étnica que possuem e por, simplesmente viverem no campo. Esses desafios precisam também ser desconstruídos. No momento atual como diz Candau e Moreira (2008, p.16): “as questões culturais não podem ser ignoradas pelos educadores e educadoras, sob o risco de que a escola cada vez se distancie mais dos universos simbólicos, das mentalidades e das inquietudes das crianças e jovens de hoje”. E recorrendo às fontes orais, as questões culturais podem ser estudadas com maior interesse e simpatia pelos estudantes. Os espaços da sociedade e da escola são representantes de diferentes culturas que se entrelaçam em permanente tensão pela complexidade das identidades. Para Maria Roseli Sousa Santos (2007, p. 38). “Os saberes

²⁰⁹ As políticas sociais/públicas, são imprescindíveis dadas as condições das famílias que se encontram em necessidades. Na comunidade de Anta Gorda todas as pessoas entrevistadas dependeram em algum momento de bolsa família, vale gás, leite para as crianças, entre outras políticas. O que mostra que a maioria das pessoas desse lugar não dispunha de renda suficiente, pois, o acesso às políticas se dá entre outros fatores, também pela comprovação de renda familiar.

culturais são marcados por uma cultura corporal simbólica, que traz um acúmulo de conhecimento produzido por várias gerações; conhecimentos que expressam as formas de viver e compreender o mundo, as representações, valores sociais, éticas e estéticas”.

Trazer para a História saberes femininos das agricultoras é instigar, no mínimo, a curiosidade de que sejam a fonte de estudo e foco na disciplina por exemplo quando se aborda a diversidade de fontes, pois essa diversidade é grande, mas, se não houver interesse por parte das escolas e professores não se poderá realizar grande contribuição. É preciso instigar os estudantes para iniciativas de trabalho com fontes orais, e saberes femininos são interessantes quando as pesquisas são feitas com responsabilidade e permitem mulheres agricultoras reconhecerem-se tão importantes, quanto qualquer outro grupo na sociedade. A escola tem papel de formar cidadãos críticos e considerar grupos que foram por muito tempo negligenciados. Ao se propor abordar fontes orais e as mulheres, memória e seus saberes, se poderá favorecer o debate e desconstruir visões preconceituosas na vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todas Feministas**. São Paulo: Schwarcz, 2015.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir, Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA João Carlos. **Antropologia da Solidariedade**. Notandum, n. 14, Porto, 2007. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand14/joao.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- ALVES, Alessandro Cavassin. A Etnia Ucraniana na Política Paranaense. **NEP**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/60213>. Acesso em: 5 set. 2021.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de. **“Escola sem partido” ou Escola sem História e sem Crítica?** 2016. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/escola-sem-partido-ou-escola-sem-historia-e-sem-critica/>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes no Brasil**: colonos e povoadores. Curitiba: Nova Didática, 2005.
- ANDRIOLLI, Carmen Silvia. **Nas entrelinhas da história, memória e gênero**. Lembranças da Fazenda Jatahi. 2006. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- ARAÚJO, Ademar Santos. **De Parteiras no Alto Purus**: vida e saber Rio Branco: Edufac, 2019.
- ARAÚJO, Jurandir de Almeida *et al.* **As culturas silenciadas e marginalizadas na escola**. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/As-culturas-silenciadas-e-marginalizadas-na-escola.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- AVANTE 70. **Mulher, desigualdade, preconceito e violência**. Destaque notícias/jul.2020. Disponível em: <https://avante70.org.br/noticias/mulher-desigualdade-preconceito-e-violencia/>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa**: identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Princípios e conceitos. 3. ed. Petrópolis:

Vozes, 2013. V. I.

BARROSO, Iraci de Carvalho. **Saberes e prática das parteiras tradicionais do Amapá: histórias e memórias**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

BARSTOW, Anne Lewellyn. **La caza de brujas: historia de um holocausto**. Girona: Tikal Ediciones, 1991.

BIBLIA Sagrada. **Gênesis 35**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/35>. Acesso em: 5 nov. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. *In*: CARDOSO, O. **Leituras da história**. São Paulo: Escala Educação, 2013.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BODNAR, Isabel. Entrevista da lavradora. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, mar./2020. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa da entrevistada na Comunidade Faxinal Anta Gorda – Prudentópolis.

BORSTMANN Renata da Silveira; PEREZ, Karine Vanessa. **Trabalho na safra, uma atividade feminina?** modos de subjetivação e relações de gênero na indústria fumageira. 2018. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/download/17644/4522. Acesso em: 20 jan. 2022.

BORSTMANN, Renata da Silveira; PEREZ, Karine Vanessa Trabalho e Tempo: Modos de Subjetivação das Trabalhadoras Safristis das Indústrias do Fumo de Santa Cruz do Sul. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, jul./dez. 2018.

BORUSZENKO, Oksana. Os ucranianos. **Boletim informativo da casa Romário Martins**, Curitiba, v. 22, n. 108, out. 1995.

BOSCHILA, Roseli (org.). **Reconstruindo Memórias: os poloneses do Santo Inácio**. Curitiba, Universidade Tuiuti do Paraná, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, n. 26, jan./jun. 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais**: Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Estatuto da Terra de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria MDA nº 121, de 22 de maio de 2001**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mapa-n-121-de-12-de-maio-de-2021-319796627>. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **O modelo de atenção obstétrica no setor de saúde suplementar no Brasil**: cenários e perspectivas. Rio de Janeiro: Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Assistência ao Parto Domiciliar por Parteiras Tradicionais**: módulos das ações básicas de assistência integral à saúde da mulher e da criança. Brasília, 1994.

BRASIL. Sistema Único de Saúde. **Qual documento?** Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sus>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRENES, Anayansi Correa. História da Parturição no Brasil, Século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, n. 2, p. 135-149, abr./jun. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a02.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

BURKO, Valdomiro N. **A imigração ucraniana no Brasil**. 2 ed. Curitiba: s. n., 1963.
BUTLER, Judith. **Problema de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Alcileide. **Movimento feminista na Primeira República**: transformações e permanências ao longo do último século – Entrevista concedida por Alcileide Cabral. Publicado em 23 ago. 2018. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/08/23/movimento-feminista-na-primeira-republica-transformacoes-e-permanencias-ao-longo-do-ultimo-seculo-entrevista-com-alcileide-cabral/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

CAIXETA, Juliana Eugênia. **Guardiãs da memória**: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos. 2006. 224 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CAIXETA, Juliana Eugênia; BARBATO, Silviane. Identidade feminina - um conceito complexo Universidade de Brasília. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 211-220, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/k7N97NMTq5LRFRNdh6hxZxq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2022.

CÂMARA, Yls Rabelo; MINGO Carlos Sanz Yzy; CÂMARA, Maria Rabelo. Das bruxas medievais às benzedeadas atuais: a oralidade como manutenção da memória na arte de curar – uma pesquisa exploratória. **Boitatá**, Londrina, n. 22, jul./dez. 2016.

CAMARGO, Pamella Louise. **Romatismo, paganismo e bruxaria**. A obra La sorcière de Jules Michelet como percussora da Wica, a bruxaria moderna. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado de História Cultura e Identidades) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio (org.). **Estudos em história cultural na região sul do Paraná**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2008.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, maio/ago. 2003.

CANDIOTTO, César. **A dignidade da luta política: incursões pela filosofia de Michel Foucault**. Caxias do Sul: EDUCS, 2020.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. 2. ed. Belo Horizonte; Curitiba: Autêntica; Champagnat, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007.

CARMO, Paulo Sérgio. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 2001.

CARNEIRO, Cristina Helena. **Bruxas e feiticeiras em novelas de cavalaria do ciclo arturiano: reverso da figura feminina?** 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

CARPIM, Thais Regina Pavez. **Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André Mais Igual**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Fábria Ribeiro Carvalho de; LELIS, Acácia Gardênia Santos. **Conhecimento Tradicional: saberes que transcendem o conhecimento científico**. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=44b4596c7a979aa7>. Acesso em: 13 de nov. 2019.

CASAROTTO, Camila. **Dossiê das gerações: o que são as gerações Millennials, GenZ, Alpha e como sua marca pode alcançá-las**. Disponível em <https://rockcontent.com/br/blog/dossie-das-geracoes/>. Acesso em: 21 maio 2022.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Relatórios dos Presidentes da Província do**

Paraná entre 1854 e 1889. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>. Acesso em: 8 ago. 2021.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARBONNEOU, Paul-Eugéne. **Educação sexual: seus fundamentos e seus processos.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

CHARTIER, Roger. Livro. *In:* BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas.** Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 498-500.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

CONCEIÇÃO, Alaíze dos Santos. Ser rezadeira: experiências e práticas culturais de participantes da Medicina popular - Gov. Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970). **Revista Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, p. 1-7, 2008.

CONCEITO. **Conceito de geração**, publicado em jun., 2014, pela equipe Editorial de Conceitos. Disponível em: <https://conceitos.com/geracao/>. Acesso em: 22 maio 2022.

COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO APRENDIZES DA SABEDORIA. Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Conhecimentos Tradicionais e Mobilizações Políticas: o Direito de afirmação da Identidade de Benzedeiras e Benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná. **Boletim Informativo**, ed. esp., p. 9-11, out. 2011. Disponível em <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Boletim.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CORRENT, Nicolas. Identidades em construção: A ucraniedade em Prudentópolis/Pr. *In:* COSTA, Lourenço Resende da; SILVA, José Junio da; KOSS, Lucimara (org.). **Fragmentos de Identidade e Cultura.** 1. ed. São Paulo: Todas as Musas, 2018. p. 272-293.

COSTA, Lourenço Resende da. A língua ucraniana no currículo escolar de algumas escolas de Prudentópolis-Pr (1990-2010). *In:* ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA– ANPUH – RIO, 15., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Lourenço Resende da. **A prática da língua ucraniana em Prudentópolis, Paraná: preservação da identidade e das fronteiras étnicas (1940-2018).** 2019. 263 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

COSTA, Lourenço Resende da. Educação e língua na reconstrução da identidade ucraniana (Prudentópolis, Paraná – séculos XX e XXI). **Aedos**, Porto Alegre, v. 12, n. 27, março 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/107904/61262>. Acesso em: 5 set. 2021.

COSTA, Lourenço Resende da. Fragmentos de Identidade e Cultura. *In:* SILVA, KOSS, José Junio da Lucimar (org.). **Identidade e Cultura: O uso da língua ucraniana em Prudentópolis/Pr.** São Paulo: Todas as musas, 2018. p. 295-324.

COSTA, Lourenço Resende da. **Manifestações de Poder e Identidade em Torno da Língua**

Ucraniana em Prudentópolis. 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Do Centro-Oeste, Irati, 2013.

COSTA, Lúcia Helena Rodrigues. Corpo, poder e o ato de partejar: reflexões à luz das relações de gênero. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 53, n. 1, p. 39-46, jan./mar., Brasília, 2000.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos temáticos e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

COSTENARO, Eliane Crestiane Lupepsa. **Para a dona de casa: comida e identidade entre descendentes de ucranianos em Prudentópolis, PR, 1963-1976.** Irati: UNICENTRO, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.7, n.12, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Lidiane Alves da; ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho. Abençoada cura: poéticas da voz e saberes de benzedeadas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 9, n. 27, p. 189-227, jan./abr. 2017.

CUNHA, Maria de Fátima da. Gênero no Brasil e no Paraná: como ensinar em sala de aula? *In*: ALEGRO, Regina Célia *et al.* **Temas e questões para o ensino de história.** Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livrosdigitais-gratuitos.php>. Acesso em: 15 maio 2019.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender, essays on theory, film and fiction.** Bloomington. Indiana: Univ. Press, 1987.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do cotidiano.** São Paulo, Contexto, 2001.

DEL PRIORI, Mary. **A mulher na história do Brasil.** São Paulo, Contexto, 1988.

DELBONI, Cláudia. **Mulheres da terra: História e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do século XXI.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

DEVOTO, Fernando. **História de la inmigración en Argentina.** Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

DÍAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DICIO. Significado de Magia. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/magia/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DICIONÁRIO INFORMAL (Brasil). **Lavrador ou Agricultor**. Disponível em: <https://en.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/lavrador/agricultor/>. Acesso em: 26 maio 2022.

DICIONÁRIO INFORMAL. Barbacua. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/barbacua%20C3%A1/>. Acesso em: 22 out. 2021b.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Emigração**. In: DICIONÁRIO MICHAELIS (São Paulo). **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998a.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Imigração**. In: DICIONÁRIO MICHAELIS (São Paulo). **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998b.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Dispersão**. In: DICIONÁRIO MICHAELIS (São Paulo). **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998c.

DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. **História** (São Paulo) v. 30, n. 2, p. 401-419, ago/dez 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/TX6Cn5qhr85zFwnKbkpBZtK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DUARTE, João Carlos; QUEDA, Oriowaldo. Agricultura e acumulação. **Revista Debate & Crítica**, São Paulo, n. 2, p. 90-97, 1974.

DUARTE, Marcos. NA “CAPITAL DA ORAÇÃO”. 2021. Disponível em: <https://portalaventuras.com.br/capital-da-oracao/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DYKSTRA Christian. **Levantamento florístico e fitossociológico do Faxinal Paraná Anta Gorda, município de Prudentópolis, PR**. 2007. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa 2007.

EMPLOYER. **Entenda a diferença entre trabalho e serviço**. 2022. Disponível em: <https://employer.com.br/entenda-a-diferenca-entre-trabalho-e-servico/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no Mundo** – Etnia, Marginalidade e Diáspora. João Pessoa: Editora UFPB; Ideia, 2005.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 50, n. 6, p. 959-979, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150981>.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, maio/ago. 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória & a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 2004.

FERREIRA, Angela Ribeiro. **Representações da história das mulheres no Brasil**: em livros

didáticos de história. Ponta Grossa, 2005, 146 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

FERREIRA, Jurandyr Pires. Orientada e planejada (presidente do IBGE 1959). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio De Janeiro: Editor: CNG. 1958.

FERREIRA. Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 15, n. 1, p. 25-35. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v15n1/05.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. V. IV (Estratégia, poder-saber).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, Rio de Janeiro, Graal, 2005.

FRANCO NETTO, Fernando. **População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **O que é uma geração? Desafios sobre a justiça intergeracional**. 2018. Baseado em trabalho original de Axel Gosseries. Disponível em: https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2018/09/26095945/FCG_desafios_questao1.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEWEHR Rodrigo Barros; BAÊTA, Jéssica; GOMES, Emanuelle; TAVARES. Raphael. Sobre as práticas tradicionais de cura: subjetividade e objetivação nas propostas terapêuticas contemporâneas. **Psicologia USP**, v. 28, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/fvdhN9Pz9GhfnbNFLnF8Pbs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GIROUX, Henry; SIMOM, Roger. Cultura Popular e Pedagogia Crítica: A vida cotidiana como case para o conhecimento curricular. *In*: MOREIRA, Antônio F. B.; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, Vânia Inácio Costa. **Parteiras e benzedeiros: saberes e fazeres de mulheres na região do Vale do Ivaí, Paraná (1960-1990)**. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2020.

GOOGLE. Foto. 2022. Disponível em: <https://images.app.goo.gl/ngRPdLGux7ED5zFB6>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Arrabaldes – Por Uma História Democrática**, Rio de Janeiro. n. 1, maio/ago. 1988.

GRUTKA, Vitória. Entrevista da lavradora. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, dez./2019. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa cedida por ela ao filho na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade, religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná**. 2007. 292 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná: memória, identidade e religião**. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

GUIL, Chico *et al.* **Prudentópolis 100 anos**. Prudentópolis: Artheiros, 2006.

GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires. Evolução do Espaço Rural brasileiro. *In*: FIGUEIREDO, Adman Hama de. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. IBGE: s. n., 2016. p. 120-137. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884_cap5.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

GUTIÉRREZ, Martha; PAGÈS, Joan. **Pensar para intervenir en la solucion de las injusticias sociales**. S. l.: Novedad Editorial, 2018.

HALL, Stuart. Notas sobre La desconstrucción de ‘lo popular’. *In*: SAMUEL, Raphael (org.). **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 93-110.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HALL, Stuart. **Identity: The real me**. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.

HANEIKO, Valdomiro. **Uma centelha de luz**. Curitiba: Kindra, 1985.

HAURESKO, Cecília. A geografia histórica como campo de investigação para a compreensão da comunidade rural de Linha Esperança – Prudentópolis – Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 33, n. 2, p. 1-17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/20111>. Acesso em: 10 out. 2021.

HAURESKO, Cecília. **Lugares e Tradições: As comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros**. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Revista Política e Sociedade**, v. 15, p. 208-233, 2016.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bontempo, 2002.

HOFBAUER, Andreas. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n. 3, p.

565-566, 2002.

HORBATIUK, Paulo. **Imigração ucraniana no Paraná**. Porto União. Uniporto.1989. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

HOSPITAL SÃO LUCAS DA PUCRS (Rio Grande do Sul). **Puerpério Cuidados Especiais no Período Pós-parto**. Disponível em: <https://www.hospitalsaolucas.pucrs.br/br/puerperio-cuidados-especiais-no-periodo-pos-parto>. Acesso em: 20 ago. 2021.

IAROCHINSKI, Ulisses. **Saga dos Polacos**. Curitiba: Gráfica Mansão, 2000.

IAROCHINSKI. Ulisses. **Polaco: Identidade Cultural do Brasileiro descendente de imigrantes da Polônia: Polaco, ou polonês**. Curitiba: Edição do autor, 2010.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Portaria INCRA Nº 981 de 2 de outubro de 2003**. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>. Acesso em: 5 out. 2021.

JANNUZZI, Romulo Pereira. OS NACIONALISMOS NO IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO. 2019. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/os-nacionalismos-imp%C3%A9rio-austro-h%C3%BAngaro-romulo-pereira-jannuzzi/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.

JASKIU, Janaína. **Papéis em revista: ensino de História e as representações de gênero na publicidade da revista O Cruzeiro (1930-1975)**. 2018, 184 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

JASKIU, Janaína; FERREIRA, Angela Ribeiro. Representações de gênero em peças publicitárias uma possibilidade no ensino de historia. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 8., 2007, Maringá. **Anais [...]** Maringá: UEM, 2017. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3891.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KHOURY, Yara Aun. Apresentação. *In: PORTELLI, A. Ensaios de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

KIEC, Ladislau. Entrevista do lavrador. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, mar./2020]. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa do entrevistado na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

KIEC, Maria. Entrevista da lavradora. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, mar./2020]. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa da entrevistada na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. *In: FAUSTO, Boris. (org.). Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo, EDUSP, 1999.

KOLISKI, Carlos Alberto. **Monitoramento da perca de solo nos caminhos preferenciais**

dos animais sob o Faxinal Paraná Anta Gorda – Prudentópolis – Paraná. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO - Guarapuava, 2009.

KUBO, Sergio Hideo; GOUVÊA, Maria Aparecida Análise de fatores associados ao significado do trabalho. **R. Adm.**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 540-554, out./nov./dez. 2012. <https://www.scielo.br/j/rausp/a/87GWQyNKmqLsPnR68HR8Rhw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KUHN, Elisa de Oliveira. Mulheres na luta pela terra: um estudo a partir de gênero e trabalho. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 25., 2001, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: ANPUH, 2001.

KUZMA, Ana. Entrevista a parteira. **Saberes da experiência.** [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, fev./2020. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa da entrevistada na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

KUZMA, Ana. Entrevista da parteira, benzedeira e lavradora. **Saberes da experiência.** [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, dez./2019]. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa da entrevistada na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora:** imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná - 1867 a 1882. 1994. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

LESSA, Fabio Lins. Disponível em: <https://culturaeviagem.wordpress.com/2013/07/25/surpreenda-se-com-tres-lindas-cidades-da-polonia-varsovia-cracovia-e-gdansk/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

LIMA, Antônio Marcos; SILVA, Keila Pereira da. Uma vida laboral naturalizada pela sutil exploração do trabalho capitalista *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 8., 2007, Maringá. **Anais** [...] Maringá: UEM, 2017. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3891.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 871-887, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NEDZA, Teodózio. Entrevista do lavrador. **Saberes da experiência.** [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, mar./2020. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa do entrevistador na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

MACEDO, Fernanda Maria Felício *et al.* Relações de gênero e subjetividade na mineração: um estudo a partir da fenomenologia social. **RAC**, v. 16, n. 2, p. 217-236, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v16n2/v16n2a04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MACEDO, Goiacira Segurado; MACEDO, Kátia Barbosa. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 61-90, jun. 2004.

MACHADO, Ingrid Taylana. **Mulheres do destino: O parto domiciliar no sudoeste do Paraná (1940- 1970)**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2020. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/jspui/1671/2/disserta%20a7%20a3o%20INGRID%20TAYLANA%20MACHADO.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.

MADEIRA, Felícia R.; SINGER, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. **Cadernos Cebrap**, n. 13, 1973.

MALHEIROS, Paolla Amorim; ALVES, Waldecyr Herdy; RANGEM, Tainara Seródio Amim; VARGENS, Octávio Muniz da Costa. Parto e nascimento: saberes e práticas humanizadas. **Texto e Contexto, Enfermagem**, v. 21, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/fCNNkHPTLqGMnZSHSpj9s6D/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, n. 62, p. 145-168, 1993.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações in: Marialice M. Foracchi, Karl Mannheim: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINEZ, A. Queer, teoria. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2015. p. 560-564.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, Ana Paula Vosne. História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar. **História Oral**, v. 8, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2005

MARTINS, José de S. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARTINS, José de Souza. **A sociologia como aventura – memórias**. São Paulo: Contexto, 2013.

MATOS, Maria Izilda S. **Por uma História da mulher**. Bauru: EDUSC, 2000.

MAUD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-24, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497/73267>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MENIN, Assis Felipe. Te corto, te furo e te fujo: mulheres de fé, mulheres que benzem. **ACENO**, v. 4, n. 7, p. 296-314, jan./jul. 2017.

MICHELET, Jules. **A feiticeira**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

OPUCHKEVITCH, Carolina et al. CRÉDITO RURAL E SUSTENTABILIDADE: um estudo comparativo em pequenas propriedades rurais. **Mix Sustentável**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 61-72, 21 dez. 2020. Mix Sustentável. <http://dx.doi.org/10.29183/2447-3073.mix2020.v7.n1.61-72>.

MONTAGNOLI, Renata Lewandowski e VIZZOTTO, Liane. A fogueira que queimou a alma ontem incinera a educação hoje: a perseguição aos estudos de gênero. **V Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 290-313, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46595>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Proj. História**, São Paulo, v. 29 tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Erika de. Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de maitena. *In*: TASSO, I.; NAVARRO, P. (org.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. p. 259-285. Disponível em <https://books.scielo.org/id/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830-12.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.

MOREIRA, Antônio Flavio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Campinas: Editora da Unicamp; Moderna, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. **A Construção do "Vazio Demográfico" e a Retirada da Presença Indígena da História Social do Paraná**. 1992. Disponível em https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/70520/A_construcao_do_vazio_dem

ografico_e_a_re.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 set. 2021.

MOTT, Maria Lúcia *et al.* As parteiras eram “tutte quante” italianas (São Paulo, 1870-1920). **História: Questões e Debates**, v. 47, p. 65-94, 2007.

MOTT, Maria Lucia. Parteiras: O outro lado da profissão. **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 114-140, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A grilagem como legado. *In*: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Herança**. Voluntarismo e Universo Rural. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001. V. 1.

MUSEU DO MILÊNIO. Disponível em: <https://prudentopolis.pr.gov.br/turismo/museu-do-milenio>. Acesso em: 25 maio 2022.

MUSEU HISTÓRICO DAS IRMÃS SERVAS DE MARIA IMACULADA. Disponível em: <https://irmasmi.com.br/museu>. Acesso em: 25 maio 2022.

MUZEKA, Nádia; SCHNEIDER, Claércio Ivan. **História local e identidades: cultura e tradições ucranianas em prudentópolis – Pr.** (2010). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_unicentro_hist_pdp_nadia_muzeka.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, nº 10. São Paulo: 1993. Tradução de KHOURI, Yara Aun. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA, Pedro Alves de. **Ucranianos na Europa e no Brasil: uma história camponesa**. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

OLIVEIRA, Márcio. **Os Poloneses do Paraná (Brasil) e a Questão da Nacionalização dos Imigrantes (1920-1945)**. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_f6e47e605f57df24d1af54047ea2aa8b.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

OSÓRIO, Andrea Barbosa . Bruxas modernas: um estudo sobre identidade feminina entre praticantes de wicca. Campos, **Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL – UEL**, v. 5, n. 2, p.157-172, 2004.

PÁGINA VERMELHA. O que está em causa no confronto na Ucrânia? Disponível em: <https://paginavermelha.org/noticias/o-que-esta-em-causa-no-confronto-na-ucrania>. Acesso em: 18 dez. 2020.

PARADISO, Silvio Ruiz. Mulher, bruxas e a literatura inglesa: um caldeirão de contra discurso. **Revista Cesumar**, v.16, n. 1, p.189-202, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes curriculares de História para a educação básica**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ. **Decreto Estadual n. 3446 de 14 de agosto de 1997**. Diário Oficial do Paraná,

Curitiba, 1997.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares de História para a educação básica**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Informações Gerais Sobre o Programa de desenvolvimento Educacional – PDE/SEED-PR**. Disponível em: http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Informativos/Informativo_pde_01.pdf. Acesso em: 9 dez. 2019.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução 1124/2016 - SEED**, documento constante na Secretaria de Educação do Município de Prudentópolis. Prudentópolis: seed, 2016.

PARÓQUIA São João Batista de Prudentópolis. **Livro de tombo – Tomo II**. Prudentópolis, 6 out. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. Movimentos de mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. **O trabalho da mulher no meio rural**. 1976. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1976.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt> acesso em 20/05/2022.

PEDRO, Joana Maria. Um diálogo sobre mulheres e história Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. Universidade Federal de Santa Catarina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 509-512, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8Hb5vYmHRy4fkxyxkSsqgxh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PEREIRA, Aldiceia Machado. **A importância da história local para o ensino de história: um olhar para o município de Duque de Caxias**. 2011. Disponível em: <https://pinba.files.wordpress.com/2014/08/a-importc3a2ncia-da-histc3b3ria-local-para-o-ensino-de-histc3b3ria-um-olhar-para-o-municc3adpio-de-duque-de-2.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PETRIW, Claudete Maria. **Mulher é tudo na casa: Mulheres e Memórias no Faxinal Barra Bonita**. 2019, 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2019.

PIANARO, Vanessa de Fátima. **Uma análise da festa religiosa ucraniana Hailka do Município de Mallet – Pr Como Atrativo Turístico Cultural**. 2014. Trabalho de conclusão de curso de Turismo Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO, Campus de Irati–2014. Disponível em <http://www2.unicentro.br/detur/files/2014/09/UMA-AN%C3%81LISE-DA-FESTA-RELIGIOSA-UCRANIANA-HAILKA-DO-MUNIC%C3%8DPIO-DE.pdf>.

Acesso em: 5 set. 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi . Estudos de Gênero e História social. *In*: ALCANTRA, Solange F. dos Santos. CRUZ, Lirani Maria Franco da. MOREIRA, Rosani do Rosário (org.). **Feminismo e Transformação Social**. Curitiba: World Laser, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 296, jan./abr. 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

POCOCK, Barbara; SKINNER, Natalie; WILLIAMS, Philippa. Work-life outcomes in Australia: concepts and policy. *In*: WARHURST, Christopher; EIKHOF, Doris Ruth; HAUNSCHILD, Axel. **Work less, live more?** London: Palgrave MacMillan, 2008.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral**. São Paulo: PUC, Projeto História, 15, 1997.

PORTES, Alejandro. The Two Meanings of Social Capital. **Sociological Forum**, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2000.

PRADO, Anderson. **O jornal ucraniano-brasileiro Prácia. Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933)**. 2017. 223 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Húmus**, n. 1, p. 55-65, jan./fev./mar./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/viewFile/1641/1302> Acesso em: 15 maio 2021.

Prefeitura Municipal de Prudentópolis. **Museu do Milênio**. Disponível em: <https://prudentopolis.pr.gov.br/turismo/museu-do-milenio>. Acesso em: 02 jan. 2022.

PRIBERAM, Dicionário. Androcentrismo. 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/androcentrismo>. Acesso em: 24 out. 2021.

PRIBERAM, Dicionário. Bruxinha. 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/bruxinha>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/k4vrh/pdf/priori-9788576285878.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PRUDENTÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Ficha Cadastral de 1966 da escola [Linha Paraná 1ª Seção]**. Disponível em: [**Secretaria de Educação de Prudentópolis – Acesso liberado pela secretária de Educação**] em: 27 jan. 2022.

PRUTSCH, Ursula. Migrantes na periferia: indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://scielo.br/hcsm>. Acesso em: 4 set. 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” . *In*: VON SIMSON (org.) **Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS, Odinei Fabiano. **Ucranianos, poloneses e “brasileiros”**: Fronteiras étnicas e identitárias em prudentópolis. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1839/ucranianos%201.pdf> Acesso em: 2 fev. 2020.

RAMOS, Odinei Fabiano. **Dialética da migração: ucranianos e poloneses em Prudentópolis/Pr. Unesp**. 2017. Revista TEL, Irati, v. 8, n.1, p. 182-196, jan. /jun. 2017.

RAMOS, Renê Wagner A Implantação das colônias no Paraná no governo Bento Munhoz da Rocha – 1951-55. *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: http://snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488808613_ARQUIVO_artigocolonias.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

REBOUÇAS. BOLETIM INFORMATIVO. Conhecimentos Tradicionais e Mobilizações Políticas. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Boletim.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2011.

REIS, Antonio Leocadio Cabral; SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **A imigração polonesa no território paranaense**: Aspectos culturais e distribuição espacial das colônias

polonesas no espaço geográfico paranaense. 2009, p. 1-26. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1756-8.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. Disponível em <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIVEIRA, Carolina. **Rússia e Ucrânia podem desencadear uma guerra mundial?** Entenda o conflito. Crise entre Rússia e Ucrânia na fronteira é reflexo de embates históricos — e pode refletir na estabilidade política em todo o mundo. Publicado em 25 jan. 2022 às 06h00. Alterado em: 27 jan. 2022 às 21h16. Disponível em: <https://exame.com/mundo/guerra-russia-ucrania-entenda/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. *In*: Heleieth Saffioti. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B.; ALMEIDA, Suely S. **Violência de gênero – poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, 2007.

SANCHEZ FILHO, Edgardo Mendez. **Sobre BURKE, Peter**. Testemunha Ocular. Bauru: EDUSC, 2004. Disponível em: http://www.uesc.br/icer/index.php?item=conteudo_pc_resenhas.php. Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTOS, Maria Roseli Sousa. **Entre o Rio e a Rua: Cartografia de saberes artísticoculturais emergentes das práticas educativas na Ilha de Caratateua, Belém do Pará**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Belém, Pará 2007. Disponível: http://ccse.uepa.br/ppged/wpcontent/uploads/dissertacoes/01/maria_roseli_sousa_santos.pdf. Acesso: 4 set. 2019.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. ‘Branqueamento’ do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 221-224, jan./mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/TFmsTd4qyTYDJPFg3Jcc6GB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2022.

SANTOS. Gilney Costa. Resenha: Ribeiro D. O que é lugar de fala? **Saúde debate**, v. 43, num. Esp. 8, dez. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3MRGs8LXFfbLmgC6J4gTLcb/?lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2021.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista.

2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2022.

SCHÖRNER, Ancelmo. Os Faxinais na Região de Irati (PR): relações peculiares entre território, cultura e meio ambiente. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 17., 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, 2010. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2345/2298>. Acesso em: 4 fev. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. [1989]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

SEIBERT, Sabrina Lins *et al.* Medicalização x humanização: o cuidado ao parto na história. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 245-251, maio/ago. 2005.

SEIBERT, S. L.; BARBOSA, J. L. S.; SANTOS, J. M.; VARGENS, O. M. C. Medicalização X humanização: o cuidado ao parto na história. **Revista de Enfermagem UERJ**, n. 13, p. 245-51, 2005.

SENIUK, Talita; SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. Imigração Ucraniana e Colonização em Prudentópolis (1895-1945). **Ateliê de História**, v. 2, n. 1, p. 81-91, 2014.

SEYFERT, Giralda. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, v. XXIX, 1984.

SEYFERTH, Giralda. Conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. *In: FIORI, N. A. (org.). Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis; Tubarão: UFSC; Unisul, 2003. p. 21-61.

SILVA, Alzira Nogueira da. **Pegando vida nas mãos**: Um olhar etnográfico sobre saberes e práticas das parteiras tradicionais nos circuitos do Amapá em mudanças. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SILVA, Amarílis Maria Farias da. **Saberes cotidianos e azeite de andiroba**: a presença da mulher extrativista, no contexto histórico das práticas socioculturais dos sujeitos da Ilha de Juba, Cametá (PA). 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2009.

SILVA, Carolina. B. C.; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. *In: SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 183-207.

SILVA, Daiany Cris. Gênero e geração: vivências da velhice feminina. *In: 32ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020 - UEM/SEED-PR.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Mulheres boas-frias a caminho do eito. *In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (org.). Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro; São Paulo: Rosa dos Tempos; FCCH, 1992. p. 147-168.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais - trajetórias e memórias. *RURIS* (Campinas, Online), v. 4, n. 2, 2010. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/citationstylelanguage/get/ieee?submissionId=770>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a bóia-fria. *In: PRIORE, Mary del (org.) História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 554-577.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução a teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVEIRA, Isolda Pereira; LEITÃO, G. C. M. O cuidado de enfermagem no pestejear: marcos conceituais. *Rev. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 279-85, 2003.

SIMIELLI, Maria Helena. **Geo-Atlas**. 33. ed. São Paulo: Ática, 2010.

SINGER, Paul; MADEIRA, Felicia. Estrutura do emprego e trabalho feminino do Brasil: 1920-1970. *Cebrap*, São Paulo, n. 13, 1973.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth S. S. de; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Empoderamento de Mulheres Agricultoras**: Possibilidades e Limites de Um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano. 2014. Disponível em: www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2240/879. Acesso em: 10 fev. 2021.

SKAVRONSKI, Maria Inês. **Rezar e benzer**: Rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis-Pr (1914-1999). 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

SLOCIK, Antonio. Entrevista do lavrador. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, mar./2020. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa do entrevistado na Comunidade Faxinal Anta Gorda – Prudentópolis.

SLOCIK, Nádia. Entrevista da lavradora. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, mar./2020. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa da entrevistada na Comunidade Faxinal Anta Gorda – Prudentópolis.

SLOCIK, Maria. Entrevista da lavradora. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, mar./2020.

1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa da entrevistada na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015. Acesso em: 20 ago. 2021.

SORJ, Bernardo. Judaísmo pós-moderno e diáspora. In: BONDER, N.; SORJ, B. **Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 70-89.

SOUSA, Noélia Alves de. **Sábias mulheres: uma investigação de gênero sobre parteiras no sertão do Ceará (1960-2000)**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SOUZA, Maria Aparecida de O. As mulheres trabalhadoras rurais e suas experiências de vida. In: ENCONTRO HISTÓRIA ORAL. TESTEMUNHO: HISTÓRIA E POLÍTICA, 10., 2010, Pernambuco. **Anais** [...]. Pernambuco: UFPE, 2010. Disponível em https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269040299_ARQUIVO_AS_MULHERESTRABALHADORASRURAISESUASEXPERIENCIAS-1.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

SOUZA, Roberto Martins de. **Mapeamento social dos faxinais no Paraná**. Terras de Faxinais. Manaus: Editora UEA, 2007.

SOUZA, Ronald Felipe Barreto de. **Pra curar tem que ter fé: Curandeiros, Benzedeiras e Rezadores – memórias de indivíduos numa perspectiva Histórica**. 2014. Disponível em: http://uece.br/eventos/eehce2014/anais/trabalhos_completos/103-9359-10082014-221519.pdf. Acesso em: 1 jan. 2021.

SPRENGER, James; KRAMER, Heinrich. **Malleus Maleficarum, o martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. 2011.

STOLF, Michele Caroline. **Os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho**. 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90015/245592.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 jan. 2022.

STORIG, Hans Joachim. **História geral da filosofia: A sabedoria do oriente, a filosofia grega, a filosofia medieval, o renascimento e o barroco, o iluminismo e a obra de Kant, a filosofia do século XIX, correntes filosóficas do século XX**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SWAIN, Tânia Navarro. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 23-36, 2009. Editora UFPR.

TENCHENA, Sandra M. **Memória de mulheres ucranianas: recriação de tradições em**

Prudentópolis – Paraná. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

TENCHENA, Sandra Mara. **O feminino nos mistérios ucranianos da arte e da fé.** 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000.** Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum:** Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Welcio Silvério. **A imagem da escola na perspectiva do aluno adolescente.** Adaptação ou transformação social? 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

TOMACHESKI, Mauro Baltazar. **A terra prometida da Virgem:** imigrantes, viajantes intelectuais e colonos na imigração polaca, São Leopoldo: edição do autor, 2014.

TRINDADE, Etelvina Maria de castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná.** Coleção História do Paraná. Curitiba, Seed, 2001.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAQUINHAS, Irene. **Memória e História das Mulheres e de Gênero:** uma reflexão a partir do caso português. São Paulo: Verona, 2018.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Nova História das Mulheres no Paraná.** In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (org.). **Mulheres e meninas rurais:** memória e gênero no Faxinal Barra Bonita – Prudentópolis/PR. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

VEIGA, Ana Maria. **Movimento feminista na Primeira República: transformações e permanências ao longo do último século – Entrevista com Alcileide Cabral.** 2018. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/08/23/movimento-feminista-na-primeira-republica-transformacoes-e-permanencias-ao-longo-do-ultimo-seculo-entrevista-com-alcileide-cabral/#.Yq9_tHbMLIU. Acesso em: 10 nov. 2021.

VELLOSO, Monica Pimenta. A naturalização da diferença. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1099-103, set-dez. 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/WPP6XsHxTCFKMQnMPjH9CRc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.

VENSON, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Marcon Tráfico de pessoas: uma história do conceito Humano. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 61-83, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/MgZq9J5tCzs7ZXkDy5H68Wm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2022.

VIEIRA, Josênia Antunes. Identidade da mulher na modernidade. **DELTA**, v. 21, num. Esp., 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012. Acesso em: 2 fev. 2021.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, maio 2003.

WACHOWICH, Ruy Cristovam. A "febre brasileira" na emigração polonesa. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**, Curitiba, v. 1, p. 29-55, 1970.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **O camponês polonês no Brasil**: Raízes medievais da mentalidade emergente. 1974. Tese (Livre Docência) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

WEIMER, Günter. **Arquitetura indígena**: sua evolução desde suas origens asiáticas. Porto Alegre: Edigal, 2018.

WIKIPÉDIA. **Sistema Único de Saúde**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_%C3%9Anico_de_Sa%C3%BAde. Acesso em: 18 jan. 2021.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997.

WORLD ORGS (Prudentópolis). Igreja Ucrâniana Nossa Senhora Do Patrocinio. Disponível em: <https://br.worldorgs.com/cat%C3%A1logo/prudent%C3%B3polis/igreja-cat%C3%B3lica/igreja-ucraniana-nossa-senhora-do-patrocinio>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ZDÉBSKI, Eulália. Entrevista da lavradora. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, fev./2020.1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa da entrevistada na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

ZDÉBSKI, Eulália. Entrevista da lavradora. **Saberes da experiência**. [Entrevista cedida à] Joana Gardasz Serconhuk. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, dez./2019. 1. Sonoro (Celular). Transcrita em julho de 2021. Entrevista cedida na casa da entrevistada na Comunidade Anta Gorda – Prudentópolis.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto. Bruxas: figuras de poder. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n. 2, p. 331-341, 2005.